



DITADURA E SEUS ESPAÇOS DE REPRESSÃO

ESPACIALIDADES

Revista Eletrônica dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em

História e Espaços da UFRN - Espacialidades

2019, Volume 15.1 - ISSN: 1984-817X

Dossiê: Ditadura e seus espaços de repressão

Editores-responsáveis: Prof. Dr. Magno Francisco de Jesus Santos (UFRN)

Prof. Dr. Lígio José de Oliveira Maia (UFRN)

Editora gestora: Ristephany Kelly da Silva Leite (UFRN)

Vice-editor gestor: Emanuel Jardel Alves de Oliveira (UFRN)

Secretário-geral: Victor André Costa da Silva (UFRN)

Secretário de comunicações e redes sociais: Rodrigo de Moraes Guerra (UFRN)

Gerenciador do site: Edcarlos da Silva Araújo (UFRN)

Normalização: Clara Maria da Silva (UFRN) e Thiago Venicius de Sousa Costa (UFRN)

Editor: Douglas André Gonçalves Cavalheiro (UFRN)

Imagem de capa: Ilustração “Ditadura nunca mais” de Cristiano Elias Giovani Siqueira

Composição de Edcarlos da Silva Araújo (UFRN)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor: Henio Ferreira de Miranda

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Maria das Graças Soares Rodrigues

Vice-Diretor: Josenildo Soares Bezerra

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenadora: Carmen Margarida de Oliveira Alveal

Vice-coordenadora: Marcia Severina Vasques

**ESPECIALIDADES – REVISTA ELETRÔNICA DOS DISCENTES DO
MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA**

Editor-responsável: Dr. Magno Francisco de Jesus Santos

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Sala 812.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP 59078-970 Natal/RN

Disponível/Disponible/Avaliable:

Site: periodicos.ufrn.br/espacialidades | E-mail: espacialidades@gmail.com

NATAL (RN) – BRASIL/2019

CONSELHO CONSULTIVO DESTE VOLUME

- Alarcon Agra do Ó – UAHG
Alessandro Dozena – UFRN
Amadja Henrique Borges – UFRN
Ana Cristina Meneses de Souza – UESPI
Ana Rita Fonteles Duarte – UFC
Angela Maria de Castro Gomes – UNIRIO
Antonio Paulo de Moraes Rezende – UFPE
Beatriz Gallotti Mamigonian – UFSC
Candice Vidal e Souza – PUC-MG
Carlos Gabriel Guimarães – UFF
Carmen Margarida Oliveira Alveal – UFRN
Claudia Cristina Azevedo Atallah – UFMG/USS
Cristiano Luís Christillino – UEPB
Durval Muniz de Albuquerque Júnior – UFRN
Edrisi de Araújo Fernandes – UnB
Élio Cantalício Serpa – UFG
Erica Lopo de Araújo – UFPI
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito – UFPI
Fabrina Magalhães Pinto – UFF
Fagno da Silva Soares – IFMA
Fátima Martins Lopes – UFRN
Flavia Galli Tatsch – UNIFESP
Francisco das Chagas F. Santiago Júnior – UFRN
Frederico de Castro Neves – UFC
Gabriela dos Reis Sampaio – UFBA
Gilmar Arruda – UEL
Haroldo Loguercio Carvalho – UFRN
Henrique Alonso de A. R. Pereira – UFRN
Ítalo Domingos Santirocchi – UFMA
João Pacheco de Oliveira – UFRJ
José Otávio Aguiar – UFCG
Juliana Gonçalves Melo – UFRN
Juliana Teixeira Souza – UFRN
- Julio Cesar Mendonça Gralha – UFF
Júnia Ferreira Furtado – UFMG
Leila Bianchi Aguiar – UFRJ
Lígio José de Oliveira Maia – UFRN
Luzia Margareth Rago – UNICAMP
Magno Francisco de Jesus Santos – UFRN
Manoela da Silva Pedroza – UFRJ
Márcia Maria Menendes Motta – UFF
Marcia Severina Vasques – UFRN
Márcio Roberto Voigt (UFSC)
Margarida de Souza Neves – PUC/RJ
Maria Helena Rolim Capelato – USP
Maria Regina Celestino de Almeida – UFF
Nauk Maria de Jesus – UFGD
Patrícia Maria Alves de Melo UFAM
Raimundo Barroso Cordeiro Júnior – UFPB
Raimundo Pereira Alencar Arrais – UFRN
Regina Horta Duarte – UFMG
Renato Amado Peixoto – UFRN
Rodrigo Patto Sá Motta – UFMG
Rubenilson Brazão Teixeira – UFRN
Sávio José Dias Rodrigues – UFMA
Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto – UFRN
Sônia Maria de Meneses Silva – URCA
Suely Cruesa Cordeiro de Almeida – UFRPE
Susana Cesco – UFF
Susana Isabel Marcelino Guerra Domingos – UFRN
Tânia Maria T. Bessone da C. Ferreira – UERJ
Teresa Cribelli - UNIVERSITY OF ALABAMA
Thiago Eustáquio da Mota – UPE
Tyrone Apollo Pontes Candido – UECE
Vânia Maria Losada Moreira – UFRRJ
Vitoria Fernanda Schettini de Andrade – UNIVERSO

Sumário

Apresentação	07
<i>Dossiê</i>	
Rumores que falam em luta armada: Fortaleza, 1968 José Airton de Farias (UFF)	14
Um tranca-rua: a Guerrilha Artística e a Situação T/T1 Tainan Barbosa (UNL-Portugal)	35
Militantes e Guerrilheiras: as mulheres e a ditadura militar no Brasil Ana Maria Colling (UFGD) e Ary Albuquerque Cavalcanti Júnior (UFGD)	47
Espaços de repressão: o uso da maternidade e do feminino enquanto instrumentos de tortura no DOPS-SP, OBAN e Presídio Tiradentes (1969-1974) Selly Laryssa da Fonsêca Lins (UFRN)	62
A Universidade Federal do Pará em tempos de ditadura: memórias da criação, modernização e resistência (1957-1973) Renan Nascimento Reis (UFPA)	75
O serviço social na luta contra a ditadura militar (1964-1985) Betânia Maria Ramos da Silva (PUC-Rio) e Inez Stampa (PUC-Rio)	102
Similidades que perpassam o tempo nas representações ditatoriais Andressa Estrela Lima (UnB)	118
Pobreza e perdas territoriais na obra <i>Machombongo</i>, de Euclides Neto Juliana Cristina Ferreira (UFU)	132
Dignidad: a colônia alemã a serviço da repressão chilena (1973-1977) Renata dos Santos de Mattos (UFRGS)	144

Sessão livre

Operação produção: a estratégia de inserir os chamados improdutivos, parasitas e inimigos da revolução no governo de transição em Moçambique entre 1975 a 1992 165

Celestino Taperero Fernando (PUC-RS)

Perspectivas historiográficas: minorias e identidades nacionais pelo enfoque dos estudos subalternos e pós-coloniais 187

Beatriz Rodrigues (UNESP) e Abner Neemias da Cruz (UNESP)

Uma transição pós-colonial? Aproximações do discurso do Movimento das Forças Armadas (MFA) de Portugal aos Movimentos de Libertação Colonial 206

Pablo Almada (UEL)

Resenha

Considerações sobre Necropolítica em Achille Mbembe 226

Maciana de Freitas e Sousa (UERJ)

Entrevista

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG) 231

Corpo documental

Fontes APEC-PET 242

Apresentação

Compreender os regimes ditatoriais ao longo da história consiste em tarefa complexa e ampla. As ditaduras não seguem uma regra, não possuem em suas bases fundamentos universais, nem apresentam, ou podem ser representadas, por um modelo específico. Todavia, apesar das especificidades pertinentes de cada contexto histórico, as ditaduras expressam uma marca que as interliga: a repressão e, por conseguinte, seus movimentos de oposição. Dito isso, o presente dossiê tem por objetivo compreender os regimes ditatoriais a partir dos seus mais diversos *Espaços de Repressão*, suscitando, assim, contribuições para aprofundarmos neste debate tão premente para a atualidade.

Foco e escopo da Revista, este dossiê, pois, toma o domínio espacial como princípio norteador das discussões levantadas. Tendo o espaço como campo privilegiado de análise, assume-se uma postura de verificação dos atos de repressão e de resistência ao regime autoritário sob uma ótica não tão comum, desta forma, visando suprir a necessidade de refletir sobre as experiências ditatoriais, tanto para o preenchimento das lacunas acadêmicas sobre o tema e o enfoque espacial, como para que as sociedades possam se apropriar do conhecimento sobre o passado e refutar práticas autoritárias nos dias de hoje.

A pertinência deste dossiê ainda é ressaltada pelo momento político atual no qual vivemos. Em tempos de relativismos e revisionismos históricos, descrença na ciência - sobretudo a ciência histórica - e desprezo à memória, versar sobre a repressão de regimes ditatoriais e suas profundas marcas na sociedade é fundamental. Deste modo, o liame formulado entre as propostas apresentadas pelos autores, nos leva a confrontar às estruturas autoritárias, percebendo como os valores que atribuímos ao passado podem e devem ser operacionalizados em favor das democracias.

Os textos dos pesquisadores e suas mais variadas metodologias, proposições teóricas, fontes e seus suportes contemplam um amplo debate, que aqui visa as especificidades de temas como a vida pública, censura, tortura, o aparato governamental, as resistências e subversões dentre outros tópicos.

A partir destas concepções, o trabalho “Rumores falam em luta armada: Fortaleza, 1968”, do doutor em História Social/Contemporânea II pela Universidade Federal Fluminense - UFF, e professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE), José Airton de Farias, abre este dossiê. Tendo a cidade de Fortaleza-CE, como espaço de repercussões políticas no ano de 1968, pelas manifestações de agentes estudantis, elabora noções sobre a composição de guerrilha pelos militantes de esquerda, como forma de enfrentamento à ditadura, analisando a inserção de militantes na luta armada, que tão logo foi sufocada pela repressão militar.

Em seguida, realizando uma análise da obra *Situação T/T1*, do artista Artur Barrio, apresentada no evento *Do Corpo à Terra*, em 1970, a autora Tainan Barbosa, mestranda em Estética e Estudos Artísticos, com especialização em Arte e Culturas Políticas, pela Universidade Nova de Lisboa desenvolve o artigo “Um tranca-rua - A guerrilha artística e a Situação T/T1”, com a finalidade de entender de que maneira o campo artístico do período ditatorial brasileiro conjugava a arte de guerrilha, ademais, ressalta o caráter da obra enquanto um ato de resistência, ressaltando esta característica da arte.

No artigo “Militantes e guerrilhas: As mulheres e a ditadura militar no Brasil”, Ana Maria Colling, doutora em História do Brasil pela PUCRS, especialista em história das mulheres e das relações de gênero e professora do PPG em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Ary Albuquerque Cavalcanti Junior, doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e professor de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus Coxim, discutem a participação feminina na história da ditadura militar brasileira, tomando como pressuposto a invisibilização das mulheres

como sujeitos históricos desse processo, apesar de que lutaram como guerrilheiras, num espaço dominado pelos homens, como foi a Guerrilha do Araguaia.

Também neste dossiê, Selly Laryssa da Fonsêca Lins, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História – UFRN, em seu texto “Espaços de repressão: O uso da maternidade e do feminino enquanto instrumentos de tortura no DOPS – SP, OBAN e Presídio Tiradentes (1969 – 1974)”, aponta as práticas de tortura e mortificações, realizadas nos anos da ditadura, especificamente contra mulheres, na Operação Bandeirantes (OBAN), DOPS – SP e no Presídio Tiradentes, que tinham como objetivo exercer formas de controle e sujeição, por meio de fatores sociais e biológicos da condição feminina, citada como exemplo, a maternidade.

Por conseguinte, Renan Nascimento Reis contribui para este dossiê trazendo à tona um debate sobre os tempos de ditadura na Universidade Federal do Pará. Em seu artigo, “A Universidade Federal do Pará em tempos de ditadura: Memórias da criação, modernização e resistência (1957-1973)”, o doutorando em História Social da Amazônia, aborda as experiências vivenciadas nos primeiros dezesseis anos da UFPA (1957-1973), de modo que, através da História Oral, o artigo discute como a comunidade acadêmica vivenciou esse momento e, conseqüentemente, como a visão dos sujeitos históricos relacionada ao período está, diretamente, vinculada à posição de cada ator envolvido, resultando em memórias conflitantes sobre o mesmo contexto histórico.

Pensando na problemática das violações sistemáticas dos direitos humanos, com foco nas ações exercidas contra a classe dos agentes sociais e estudantes de Serviço Social, durante a ditadura militar no Brasil, executa-se a análise de Betânia Maria Ramos da Silva, mestranda em Serviço Social pela PUC-Rio e Inez Stampa, doutora em Serviço Social e professora associada da Universidade já citada, no artigo “O serviço social na luta contra a ditadura militar (1964-1985)”. Além disso, analisam os aspectos da repressão, a participação de profissionais de Serviço Social

na luta contra a ditadura e o papel dos movimentos sociais, sejam artísticos, sindicais, estudantis, religiosos e trabalhadores, no combate ao regime.

No artigo, “Similaridades que perpassam o tempo nas representações ditatoriais”, a doutoranda em Literatura pela Universidade de Brasília – UnB, Andressa Estrela Lima, discute a partir das obras *Sombras de reis barbudos* (1975) de José J. Veiga e *K.: Relato de uma busca* (2014) de Bernardo Kucinski, os diálogos entre história, ficção e memória no contexto ditatorial brasileiro, a fim de perceber cenas tanto da vida pública como privada, entendidas pela autora como representações simbólicas do real na literatura.

Em sequência, Juliana Cristina Ferreira, doutoranda em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) traz à tona a discussão acerca das perdas territoriais e da pobreza sofridas pelas personagens rurais, no contexto do Golpe de 1964 no Brasil, através do artigo “Pobreza e perdas territoriais na obra *Machombongo*, de Euclides da Cunha”. Tomando a fazenda como espacialidade central onde os trabalhadores sofriam com a miséria, a autora visa se aproximar das relações de poder entre o fazendeiro e os agregados para compreender o processo de desterritorialização que os trabalhadores rurais sofriam.

Finalizando o dossiê temático do atual volume, "Dignidad: A colônia alemã a serviço da repressão chilena (1973-1977)", escrito por Renata dos Santos de Mattos, mestrande em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), abordará a comunidade alemã *Colonia Dignidad*, liderada por Paul Schäfer no Chile. A partir da análise de documentos desclassificados dos EUA, a autora explora a *Colonia* enquanto espaço de repressão utilizado pelo principal órgão do aparato repressivo chileno, a *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), sob o regime ditatorial de Augusto Pinochet.

Versando sobre a história do Moçambique, Celestino Taperero Fernando, doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), abre a sessão livre desta edição, objetivando em seu artigo “Operação produção: As estratégias de inserir os

chamados improdutivos, parasitas e inimigos da revolução no governo de transição em Moçambique entre 1975 a 1992”, se aproximar das intenções do programa operação produção e as ideias do homem novo, relacionadas ao processo político, econômico e administrativo da revolução socialista em Moçambique pós-independência (1975-1992), com o intuito de discutir sobre os impactos da implementação do programa pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Também compondo este volume o artigo dos autores Beatriz Rodrigues e Abner Neemias da Cruz, doutorandos no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - campus Franca), versa sobre uma temática premente para novas perspectivas historiográficas: os estudos pós-coloniais. Para tanto, os autores no texto “Perspectivas historiográficas: Minorias e identidades nacionais pelo enfoque dos estudos subalternos e pós-coloniais”, traçam um panorama acerca dos percursos da produção do saber engendrados pelos estudos subalternos e pós-coloniais, enfatizando a historiografia sobre as minorias, bem como discussões acerca de identidades políticas nacionais ou locais. O artigo conta com um debate introdutório sobre os estudos subalternos; análise da produção de autores importantes para a temática; e, por fim, destaca os aspectos teórico-metodológicos dos estudos subalternos e pós-coloniais para a historiografia contemporânea.

Encerrando a sessão livre, temos a problematização da relação entre a tradição crítica revolucionária e o colonialismo, elaborada por Pablo Almada, pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - Universidade Estadual Paulista (UNESP), em seu artigo “Uma transição pós-colonial? Aproximações do discurso do Movimento das Forças Armadas (MFA) de Portugal aos movimentos de libertação colonial”, desenvolve uma leitura da influência dos movimentos de libertação colonial na África no discurso político da Revolução do 25 de Abril (1974). Percebendo no argumento principal um reposicionamento da participação dos agentes na derrocada do colonialismo salazarista, neste artigo, o autor busca compreender como as

dinâmicas políticas pós-coloniais estiveram associadas à abertura democrática portuguesa.

Também compõe o presente volume a resenha “Considerações sobre a necropolítica em Achille Mbembe”, escrita por Maciana de Freitas e Souza, Bacharela em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e pós-graduada em Saúde Pública pela Faculdade Vale do Jaguaribe. Neste ensaio, intitulado como "Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte", a autora nos mostra como Achille Mbembe, professor de História e Ciência Política na Universidade de Witwatersrand em Joanesburgo e Duke University nos Estados Unidos, reflete acerca do conceito de "necropolítica", de modo que o compreende como o poder estatal sobre o direito, ou não, à vida. A resenha versa, portanto, sobre o tema relacionado à violência ligada à estrutura que organiza as relações sociais, reproduzindo-se no cotidiano dos diversos grupos, sobretudo, no cotidiano da população negra. A discussão sobre temas históricos como colonialismo e escravidão também se faz presente para endossar o debate.

Na sessão “Entrevista”, recebemos com grande estima a colaboração do professor doutor Rodrigo Patto Sá Motta. Professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do CNPq, tendo atuado principalmente no campo da História Política, suas pesquisas com maior destaque discutem o golpe de 1964 e o regime militar, focando na repressão política, anticomunismo, política universitária, memória e atuação da esquerda. Nesta entrevista, Rodrigo Patto discorre sobre as complexas relações entre as universidades brasileiras e o regime militar, a ligação entre a imprensa e a ditadura, e ainda avalia o fenômeno atual do antipetismo.

Finalizando este volume da Revista Espacialidades, trazemos fontes catalogadas pelo Programa de Educação Tutorial em História da Universidade Federal do Ceará - UFC. O corpo documental se refere a história da escravidão no Ceará e auxiliam no mapeamento da compra e venda de escravos ao longo do século XIX, entre 1843 a 1879. A ação faz parte do Projeto Fundo Documental e Guia de Fontes para a História da Escravidão no Ceará, tendo sido realizados entre 2007 e

2012, resultando no mapeamento do corpo documental e catalogação destes, no qual resultou em fichas/resumo e sistematização desses documentos. Tendo catalogado 12 livros, oriundos do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Nesse sentido, a Revista Espacialidades apresenta este material e agradece ao Programa de Educação Tutorial, à Kênia Rios, Viviane Nunes e Tayná Moreira, coordenadoras do projeto.

RUMORES FALAM EM LUTA ARMADA:

Fortaleza, 1968

Rumors speak of guerrilla warfare: Fortaleza, 1968.

Aírton de Farias¹

Artigo recebido em: 13/06/2019.

Artigo aceito em: 24/07/2019.

RESUMO

Este artigo trata da cidade de Fortaleza-CE como espaço das agitações políticas do ano de 1968. Aborda as diversas organizações estudantis que realizaram passeatas na capital cearense, não raro, entrando em atritos com as forças policiais. O ano de 1968 foi marcado também pela realização das primeiras ações armadas no estado. Ante os limitados resultados das mobilizações estudantis de 1968, aumentava cada vez mais, entre alguns militantes de esquerda, o desejo da guerrilha como opção política para derrubar a ditadura e implantar o socialismo. Nos anos seguintes, há uma imersão de militantes na luta armada, logo desbaratada perante a repressão dos militares.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura civil-militar; Protestos de 1968; Luta armada das esquerdas.

ABSTRACT

This article deals with the city of Fortaleza-CE as a space for the political upheavals of the year 1968. It addresses the various student organizations that carried out marches in the capital of Ceará, often entering into friction with the police forces. The year of 1968 was also marked by the realization of the first armed actions in the state. Faced with the limited results of the student mobilizations of 1968, the desire of the guerrillas as a political option to overthrow the dictatorship and to implant socialism was growing more and more among some leftist militants. In the following years, there was an immersion of militants in the armed struggle, soon disrupted by the repression of the military.

KEYWORDS: Civil-military dictatorship; Protests of 1968; Armed struggle of the lefts.

¹ José Aírton de Farias é doutor em História Social/Contemporânea II pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com a pesquisa *Pavilhão sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971-79)*. Professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE). Currículo Lattes:<<http://lattes.cnpq.br/0536542035821361>>. E-mail: airtondefarias@yahoo.com.br.

Organização estudantil

A historiografia centrou a atenção nas agitações do ano de 1968, sobremaneira, em polos urbanos mais dinâmicos, como os do sudeste brasileiro. É interessante observar, porém, como se deram as manifestações em outras áreas, para entender melhor o dinamismo e diversidades dos processos históricos.

Centro urbano de pouca expressão nos primeiros tempos, Fortaleza se tornou a principal cidade do Ceará ao longo do século XIX. O processo de expansão da capital cearense e do aumento de sua população intensificou-se, de forma impressionante, a partir da segunda metade do século XX. A cidade cada vez mais se consolidava não apenas como o grande centro urbano cearense, mas também como uma das principais metrópoles do Brasil (em 1973, foi criada oficialmente a Região Metropolitana de Fortaleza). Para se ter ideia dos números, em 1950, Fortaleza apresentava 270 mil habitantes; em 1960, passou a ter 518 mil (um aumento de 90%); em 1970, 857 mil (aumento de 63%).² Era, porém, uma expansão com contradições sociais, reproduzindo estruturas políticas autoritárias contra pobres, trabalhadores, jovens, mulheres.

Não surpreende, pois, que o ano de 1968, igual ao ocorrido em outros locais do mundo, tenha sido dos mais turbulentos, havendo confrontos entre oposicionistas e polícia, e mesmo as primeiras ações armadas das esquerdas no estado do Ceará, as quais, porém, não chegaram a ser noticiadas pela imprensa local como tais. Boa parte dessa agitação foi promovida por estudantes e organizações de esquerda. Vale ressaltar que existiam várias escolas privadas e públicas à época e em 1955 havia sido fundada a Universidade (Federal) do Ceará. Os discentes se inseriam nas lutas de seu tempo e mantinham vínculos especialmente com as principais organizações que comandavam o movimento estudantil cearense na segunda metade dos anos 1960 – Ação Popular, Partido Operário Revolucionário Trotskista e Partido Comunista do Brasil. Por outro lado, já havia jovens se agregando às

² COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, Borzachiello da. CAVALCANTE, Tércia Correia. DANTAS, Eustógio. (Orgs.). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 76.

organizações guerrilheiras que se instalavam então no Ceará – Ação Libertadora Nacional e Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Uma breve análise dessas organizações é importante para melhor compreensão da agitação da capital cearense, realizada em boa parte por integrantes do movimento estudantil.

A Ação Popular³, composta principalmente por estudantes católicos de esquerda, dividia com o PCB o comando das entidades estudantis fortalezenses quando do golpe de 1964. Embora não fosse ainda uma organização marxista e nem visasse à implantação do socialismo (iria aderir ao marxismo em 1968, influenciada pelo maoísmo), a Ação Popular estava engajada na defesa das denominadas *reformas de base*, apresentando grande influência junto aos jovens da época, por intermédio da Juventude Estudantil Católica (JEC, reunindo os secundaristas) e Juventude Universitária Católica (JUC), cujas estruturas, na prática, se confundiam com as da própria AP. Entre seus organizadores locais mais destacados, estavam os padres Tarcísio Santiago e Arquimedes Bruno.

Com a instalação da ditadura, a Ação Popular foi atingida pela repressão, embora, já em 1965, tentasse rearticular a União Estadual Estudantil, a seção local da União Nacional dos Estudantes e a mobilização estudantil, como acontecia no resto do País. Nova onda de repressão. Em novembro daquele ano, o Exército começou a prender os principais líderes da AP no Ceará. Conforme pesquisa de Bráulio Ramalho⁴, foram indiciados em Inquérito Policial Militar (IPM), 19 militantes, num episódio que desarticulou mais uma vez o movimento estudantil. Isso, na visão do autor citado, ajudaria a explicar por que, ao contrário do resto do

3 A Ação Popular foi fundada em 1962 por militantes de esquerda oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC), entidade concebida inicialmente para defender os valores da Igreja nos meios universitários. A criação da Ação Popular vincula-se aos atritos com a cúpula católica em virtude do engajamento daquele grupo na campanha das reformas de base, das simpatias que nutria pela Revolução Cubana e, depois, pela defesa de um “socialismo humanitário e democrático”. A AP teve como fundamentos teóricos o cristianismo e o marxismo e, após algum contato com Cuba, quando realizou mesmo ações guerrilheiras no País, aproximou-se da China comunista e do maoísmo, tal como o PCdoB, o que não deixou de provocar dissidências em 1968. A AP, após um desastroso atentado em Recife no ano de 1966 contra o depois presidente Costa e Silva, afastou-se da tese da luta armada imediata, embora continuasse fazendo preparativos para seu desencadeamento futuro. Acabou se fundindo com o PCdoB em 1973. Vide RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: MORAES, João Quartim de, e AARÃO, Daniel (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas-SP: Unicamp, 2003.

4 RAMALHO, Bráulio. *Foi assim*. Fortaleza: ABC Editora, 2002, p.147.

País, a AP não exerceu a hegemonia entre os universitários cearenses no período de ascensão do movimento estudantil (anos de 1967 e 1968), apesar de sua influência e liderança entre os secundaristas, através do controle do CESC (Centro dos Estudantes Secundaristas Cearenses). Posteriormente, vários membros da AP entrariam para organizações armadas.

Já o PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista), conforme Jacob Gorenader, foi implantado no Nordeste a partir de Pernambuco, com a militância do paulista Paulo Roberto Pinto e do uruguaio Pedro Makovsky.⁵ Apenas após o golpe de 1964 que a organização se estruturou no Ceará, embora, obviamente, já existissem simpatizantes das ideias de Trotsky no estado. O PORT, também chamado de Quarta Internacional, foi fundado em Fortaleza nos primeiros meses de 1965, a partir de dois militantes vindos de Pernambuco: Rômulo Augusto Romero Fontes e Gilvan Rocha. Seria robustecido no ano seguinte, quando adentraram a organização quase todos os integrantes da recém-dissolvida Frente Popular de Libertação, agrupamento de esquerda local de vinculações com Leonel Brizola, que tentara desencadear, em 1966, um foco de guerrilha na Serra do Caparaó-MG/ES, sem êxito.⁶

No Ceará, o PORT chegou a contar com a militância de operários e camponeses. Obteve certa influência junto aos têxteis, a ponto do trotskista José Ferreira Lima ser um dos líderes do sindicato da categoria. Antigo militante do PCB, José Ferreira, depois, participaria da luta armada, ingressando na ALN e com o fracasso da guerrilha, passou anos presos no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), em Aquiraz-CE. Não obstante, no Ceará, o reduto principal da militância do PORT encontrava-se no meio estudantil de Fortaleza, possuindo a organização a hegemonia do movimento secundarista e se constituindo uma força política entre os universitários.⁷ Chegou a publicar, em Fortaleza, um jornalzinho mimeografado denominado *O Proletário*.

5 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999, p. 37.

6 Mário Albuquerque, entrevistado a 20 de janeiro de 2003.

7 RAMALHO, Bráulio. *Foi assim*, p. 135.

Embora defendesse as ideias de Trotsky sobre a revolução permanente, o PORT recusou a luta armada imediata como resposta à ditadura militar, acreditando que o regime não tinha base social e que poderia ser derrubado pela pressão das massas. Daí por que insistia na preparação teórica de militantes, uma novidade para a época no Ceará, por meio de “escolas de quadros”, encontros para estudos e discussões teóricas do marxismo, visando a uma insurreição armada futura. Ao contrário do PCB, contudo, os trotskistas recusaram qualquer aliança com a burguesia e repeliram contato com o MDB, pregando o voto nulo.⁸

Vale ressaltar que o PORT-CE sofreu, nos anos seguintes à sua instalação, várias dissidências, em virtude de divergências internas, com a saída de muitos de seus membros e o “recrutamento” de outros. Vários desses militantes adentraram em organizações que defendiam a luta armada imediata, sobretudo o PCBR. Em 1966, Gilvan Rocha rompeu com o PORT, o que motivou a vinda de novos dirigentes de Pernambuco para reorganizar o partido. Gilvan, a seguir, estruturou no estado o Partido Operário Camponês (POC) e, depois, o Movimento Comunista Internacional (MCI), ambos de caráter trotskista. O MCI, embora fosse contra a luta armada imediata, participou dos preparativos para a expropriação do carro pagador do *London Bank*, em março de 1970, e teve alguma influência no meio sindical.⁹ Em 1974, vários militantes do MCI foram presos em Fortaleza.¹⁰

Embora não tendo aderido à guerrilha, o PORT foi alvo da repressão da ditadura, tendo vários de seus militantes presos no início de 1970, quando as ações armadas no Ceará aumentaram consideravelmente e a polícia não conseguia encontrar os “terroristas” responsáveis. A prisão dos trotskistas foi usada pelos

8 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 130.

9 ROCHA, GILVAN. *Meio século de caminhada socialista*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008, p. 121 e seguintes.

10 “(...) O grupo, segundo informação da Polícia Federal, era dirigido por Gilvan Queiroz da Rocha, que inclusive usava o nome falso de Clóvis Tavares Pinheiro, com quem chegou a casar-se com outra subversiva, Ester Barroso Pinheiro. Estão envolvidos, além de Ester e Gilvan, Raimundo Nonato Teixeira, Agamenon Rodrigues Eufrásio Oliveira, Antônio Eudes Morão Maia, Nelson Luiz Bezerra Campos, João Gomes da Silva, Francisco Auto Filho e José Maria Tabosa”. Ala do MCI agindo em Fortaleza. “Federais” estouram movimento comunista. *Correio do Ceará*, 28/03/1974, p. 1.

órgãos de repressão como evidência da “competência de seu trabalho investigativo” e alardeado pela imprensa como um grande tento na luta contra a “subversão”.¹¹

A fundação do PCdoB no Ceará tem peculiaridades. Após o golpe de 1964, o dirigente nacional da agremiação, Diógenes Arruda, veio ao Ceará objetivando manter contato com militantes “descontentes” do PCB e, assim, fundar o núcleo local da organização¹². Não teve êxito em virtude da frustração e confusão que tomou conta das esquerdas locais quando da instalação da ditadura e pela postura de muitos dos militantes em insistir por esperar qual seria o posicionamento do PCB ante a nova conjuntura política.

Da mesma forma que no resto do Brasil, o PCB-CE em pouco tempo começou a perder filiados. No ano de 1965 iniciaram-se as conversas entre “descontentes” do PCB e o PCdoB. Contatos do advogado José Augusto Menezes numa viagem de férias ao Rio Grande do Sul fizeram vir ao Ceará o dirigente nacional Ângelo Arroyo. Foram feitas, a seguir, várias reuniões com aqueles “descontentes”, dentre os quais Sílvio Mota, José Sales de Oliveira, José Ferreira de Alencar, Oséas Duarte de Oliveira, José Valdir de Aquino, Walton Miranda e Miguel Cunha, visando a estruturar a nova organização nas terras cearenses. A ruptura definitiva desses militantes com o PCB aconteceu em tensa conferência clandestina (a primeira do Partido Comunista Brasileiro após o golpe), realizada em Paracuru, no sítio do veterano comunista Anário de Carvalho.

Ali, os “descontentes” condenaram o reformismo e a inércia da direção nacional comandada por Luis Carlos Prestes ante a “Revolução” de 1964; irritaram-se ainda mais quando debateram a postura do PCB em não propor a luta armada

11 “Desbaratada rede de subversão no Ceará” – O Povo, 08/05/1970, p. 1. “Desbaratada subversão no Ceará” – Correio do Ceará, 08/05/1970, p. 1. A polícia estourou um aparelho do PORT na rua Padre Valdevino, em Fortaleza, capturando os universitários Tereza Maria de Paula, Maria Zilene Craveiro e Lourival Carneiro de Sousa. Em junho do mesmo ano, noticia-se o pedido de prisão preventiva feito pela PF à Justiça Militar de mais dez ativistas, além dos três citados: Helena de Paula Joça, Bartolomeu José Gomes, Paulo Emílio de Andrade Aguiar, Verônica Daniel Silveira, Inocêncio Rodrigues Uchoa (preso em Recife), Enrico Dorneles e Ivan de Barros Falcão. Correio do Ceará, 24/06/1970, p. 2.

12 Gilvan Rocha diz que essa preocupação do PCdoB (stalinista) em organizar sua seção local se deu também em virtude da mobilização trotskista em Fortaleza. A estratégia era congregiar os descontentes do PCB antes que o espaço fosse ocupado pelo PORT. ROCHA, Gilvan. *Meio século de caminhada socialista*, p. 121.

contra o regime e realizar a oposição pacífica e institucional via MDB; e quase foram às vias de fato quando foi discutida a forma como a cúpula cearense do PCB havia “contribuído” para a queda, prisão e humilhação de vários companheiros. Um dos líderes da organização no estado, Aníbal Bonavides, com o golpe militar, reuniu vários documentos do partido, às pressas, num surrão (uma espécie de saco grande, feito de palha, muito comum nos sertões cearenses) e pediu a uma vizinha para guardá-lo. Foi um equívoco de Aníbal. Logo os militares, a partir de investigações e denúncias anônimas, se apossaram do que ficou conhecido entre os comunistas como o “surrão do Aníbal”. Esta documentação serviu de prova para processos e a prisão de vários comunistas cearenses.

Os “descontentes” do PCB viraram dissidentes – e não foram poucos. Quase todos os integrantes do diretório municipal de Fortaleza romperam com o partido. Importante ressaltar que vários desses dissidentes da mesma forma romperiam com o PCdoB, levando à formação da ALN no Ceará.¹³

O PCdoB apresentava uma boa base de militância junto aos estudantes cearenses, a ponto mesmo de haver obtido a hegemonia do movimento estudantil universitário, enquanto nacionalmente tal domínio estava com a Ação Popular. O já citado trabalho de Bráulio Ramalho entende que essa liderança ligava-se à repressão desencadeada sobre a AP em 1965 e ao pragmatismo dos dirigentes estudantis do PCdoB, que não discriminavam os demais militantes de organizações de esquerda e apresentavam preocupações com questões e reivindicações mais próximas do cotidiano estudantil, e não apenas com as conjunturas políticas nacionais e globais.¹⁴ Mas não deixa de ser, acrescentamos, um sinal do “espírito da época”, da radicalização política de setores universitários. Com a reabertura do DCE da Universidade do Ceará, em 1966, o PCdoB elegeu os presidentes da entidade em duas gestões, João de Paulo Monteiro (1967/68) e (o depois deputado federal e ministro no governo Lula) José Genoíno Neto (1968/69).¹⁵

13 RAMALHO, Bráulio. *Foi assim*, p. 148-158.

14 RAMALHO, Bráulio. *Foi assim*, p.153.

15 RAMALHO, Bráulio. *Foi assim*, p. 158.

É sabido que o PCdoB foi a única organização armada do Brasil que implantou a guerrilha rural durante a ditadura militar, no caso a guerrilha do Araguaia, no Norte do País, para a qual, inclusive, foram vários cearenses.¹⁶ Mas teria o PCdoB praticado ações “terroristas” no Ceará? A pergunta é procedente, pois, pelas declarações de entrevistados, apenas ALN e PCBR tinham pegado em armas no estado. Caso se entenda luta armada como a realização de ações de expropriação, atentados, etc., o PCdoB realmente não teria agido no Ceará. Realizou, contudo, o proselitismo revolucionário, por meio de conversas informais, comícios relâmpagos, panfletagem, recrutamento de militantes – competindo com as outras organizações guerrilheiras – e instalou campos de treinamento no interior do estado, como nas regiões de Crateús e Cariri, visando a receber militantes fugidos da repressão e formar e enviar quadros para as chamadas zonas de guerra do Maranhão e Araguaia (sul do Pará), conforme nos revelou o ex-dirigente do partido, Oswald Barroso.¹⁷

Estudantes nas ruas

Aquelas organizações de esquerda apoiaram, incitaram e lideraram as não poucas manifestações populares, sobretudo estudantis, acontecidas em Fortaleza no ano de 1968, manifestações muitas vezes de caráter mais radical e vinculadas já à luta armada. Os jovens protestavam contra os acordos entre o Ministério da Educação e a *United Agency for International Development*, mais conhecidos como acordos *MEC-USaid*.¹⁸ Criticavam o problema dos “excedentes” (que sempre vinha à tona no início do ano, após o vestibular), estudantes que, embora conseguissem a aprovação no vestibular, não cursavam as faculdades em virtude da falta de vagas.

¹⁶ Sobre os cearenses que atuaram no Araguaia, vide MOURÃO, Mônica. *Memórias clandestinas*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

¹⁷ Oswald Barroso, ex-militante do PCdoB, entrevistado em 06 de setembro de 2017.

¹⁸ Realizados em sigilo, os acordos *MEC-USaid* previam a assessoria de técnicos estrangeiros para auxiliar o governo militar na formulação de nova política educacional. No início de 1967, a sua renovação, após vir à tona, foi amplamente denunciada como uma infiltração imperialista na educação brasileira, colocando em risco o ensino público e gratuito a partir da transformação das universidades em empresas a serviço do modelo capitalista, e passou a ser um dos alvos mais frequentes do movimento universitário. VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência*. Campinas: Unicamp, 1999, p. 39.

As entidades representativas dos estudantes e os grupos de esquerda, em solidariedade aos “excedentes”, promoviam greves, manifestações, acampamentos, reivindicando mais vagas na universidade.¹⁹

Os ativistas de esquerda buscavam realizar a “solidariedade entre as classes oprimidas” (aliança estudantil, operária e camponesa), apoiando causas populares, como nos protestos contra o aumento das passagens de ônibus, em que normalmente aconteciam confrontos com a polícia e os estudantes apedrejavam os veículos. Notabilizaram-se por essas depredações os estudantes do Liceu.²⁰

A presença de populares e trabalhadores mostra que, embora as manifestações de 1968 fossem majoritariamente estudantis, outros segmentos e categoriais sociais as apoiavam, expressando seu descontentamento com o arrocho salarial imposto no início da ditadura e, porque não, com o autoritarismo vigente. Era no CÉU (Clube do Estudante Universitário), situado na Avenida da Universidade, onde hoje se encontra o prédio da faculdade de História da Universidade Federal do Ceará²¹, que normalmente aconteciam em Fortaleza as reuniões do recém-criado MIA (Movimento Intersindical Anti-arrocho, fundado nacionalmente em 1967) e de outras organizações sociais. Os estudantes apoiaram as greves eclodidas em 1968, como as dos professores da rede pública (por aumento

¹⁹ Em fevereiro de 1968, ante a não resolução do problema dos excedentes pelo então reitor da Universidade do Ceará, Fernando Leite, os estudantes radicalizaram. Tendo à frente o DCE, presidido pelo acadêmico de medicina vinculado ao PCdoB João de Paula Monteiro Ferreira, acamparam nos jardins da Reitoria, sendo desalojados pela polícia a pedido do reitor e após infrutíferas negociações. *O Povo*, 21/02/1968, p. 5. A *Gazeta de Notícias*, tratando do mesmo episódio, dizia que esta havia sido a primeira vez que a polícia reprimira os estudantes no âmbito interno da universidade, pois as repressões anteriores, como as ocorridas em 1967 nas passeatas contra o acordo *MEC-Usaid*, deram-se nas ruas de Fortaleza. *Gazeta de Notícias*, 22/02/1968, p. 2. Após novas promessas do Reitor de solucionar o problema junto ao Ministério da Educação, os excedentes tiveram êxito no março seguinte, em meio a novas e inúmeras passeatas dos jovens. *O Povo*, 23 e 24/03/1968, p.1.

²⁰ RAMALHO, Bráulio. *Foi assim*, p. 230.

²¹ O CÉU (Clube dos Estudantes Universitários) era tido como um centro de fermentação política do movimento estudantil nos anos 1960. Era um prédio de dois andares, onde funcionava o restaurante universitário e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), servindo de espaço para realização de palestras e congressos. Apresentava ainda uma quadra para práticas esportivas na parte de trás. Outro local de reunião para as passeatas estudantis era a Faculdade de Direito da UFC. Vide RAMALHO, Bráulio. *Foi assim*. Fortaleza: ABC Editora, 2002.

salarial e contra o atraso nos pagamentos dos vencimentos)²², das castanheiras da Fábrica Brasil Oiticica²³ e dos bancários (ambas por aumento salariais).²⁴

Importa ressaltar que nos anos a partir do começo dos anos 1960, o Ceará iniciou um processo de incremento industrial, mormente em Fortaleza, o que atraía cada vez mais migrantes do interior do estado. Surgiam, assim, vários bairros operários e favelas na cidade, especialmente no lado oeste. Paralelo a isso, os grupos dominantes e os equipamentos do poder público passaram a deixar o centro histórico de Fortaleza. As elites optavam por morar no elegante bairro de Aldeota, na porção leste. O centro, não obstante sediar ainda estabelecimentos comerciais, escolas e faculdades, perdia vigor e investimentos, se deteriorando, num processo que se intensificou nos anos 1970 e 1980²⁵.

Nas passeatas e manifestações públicas de 1968, a radicalização política mostrava o imaginário e o desejo dos militantes por mudanças mais profundas na sociedade, sem descartar o uso da violência. Não raras vezes, levantavam-se bandeiras de Cuba e do Vietnã (queimando o pavilhão dos Estados Unidos) e pronunciavam-se palavras de ordens exaltando líderes guerrilheiros como o vietnamita Ho Chi Min e o cubano-argentino Ernesto Che Guevara²⁶. Conforme relato de entrevistado²⁷, nas dependências do DCE da UFC os estudantes davam cursos de arte marcial e defesa pessoal para os colegas visando a prepará-los melhor para os embates com a polícia.²⁸ Os estudantes chegaram até a sequestrar um agente do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), infiltrado nas manifestações,

22 A 19 de setembro de 1968, professores e estudantes secundaristas promoveram passeata de protesto contra o atraso dos salários dos docentes, a repressão e a política educacional do governo. A passeata foi dissolvida à bala, gás lacrimogêneo e cassetetes. O Povo, 20/09/1968, p. 6.

23 O Povo, 26/11/1968, p. 6. O jornal informa que 85 funcionárias foram suspensas pela direção da empresa Brasil Oiticica quando solicitaram uma reunião cuja pauta reivindicava aumento salarial, visto que recebiam menos que o salário mínimo nacional. As funcionárias chegaram a ser agredidas e uma delas hospitalizada.

24 O Povo, 2/10/1968, p. 1.

25 COSTA, Maria Clélia Lustosa da. *Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço*.

26 O jornal O Povo de 14 de março de 1968, por exemplo, noticiava em estilo condenatório na primeira página uma passeata de universitários encerrada na Praça José de Alencar, aos gritos invocando Che Guevara e Ho Chi Min, e com a queima de uma bandeira americana. O Povo, 14/03/1968, p. 1.

27 José Machado Bezerra, ex-integrante de PCBR e ALN, entrevistado a 27/05/2003.

28 Revelação feita por Fabiani Cunha, ex-integrante da ALN e, à época, estudante de Direito e um dos ministradores desses cursos de defesa pessoal no CÉU. Fabiani Cunha nasceu em Fortaleza, no ano de 1940. Serviu à Aeronáutica e fora lutador de boxe. Entrevistado a 23 de maio de 2006.

para saber dos preparativos da repressão. O agente, vedado, foi “interrogado” nas dependências do CÉU e, após rodar por mais de duas horas dentro de um carro, acabou abandonado na periferia de Fortaleza.²⁹ Também aconteceram a invasão da reitoria e ocupação de prédios da Universidade do Ceará (os chamados Institutos Básicos, que reuniam os cursos de Química, Física e Matemática, no atual bairro do Benfica)³⁰, bem como o uso de bombas caseiras e depredação de alvos associados à ditadura³¹ e aos EUA.

Em lembrança a Édson Luis (universitário morto, no Rio de Janeiro, pela polícia, a 29 de março de 1968) e protestando contra a repressão da ditadura, os estudantes promoveram em Fortaleza, a 1º de abril, grande passeata, a qual, segundo a imprensa, contou com cerca de dois mil jovens de escolas superiores e secundárias.³² No final do evento, um grupo de manifestantes, espontaneamente ou seguindo a orientação da cúpula local do PCdoB – há sobre isso controvérsias – depredou a sede do USIS (*United States Information Service*/Serviço de Informações dos Estados Unidos, agência americana encarregada de realizar “intercâmbios culturais”, entenda-se a promoção de cursos, palestras, exibição de filmes, empréstimos de livros, etc., conforme o *american way of life*), na Galeria Pedro Jorge, centro da cidade.³³

29 O Povo, 05/04/1968, p. 6. O agente do DOPS sequestrado chamava-se Estevinho Ferreira Lima.

30 O Povo, 19/06/1968, p. 9.

31 Em agosto de 1968, os estudantes do Liceu, em passeata, entraram em confronto com os bombeiros, depredando o quartel daquela corporação militar, que, era vizinha do colégio, na Praça Gustavo Barroso (mais conhecida como Praça do Liceu). O Povo, 13/08/1968, p. 1-6. Geralmente os bombeiros faziam a repressão do ativo movimento estudantil liceísta. No auge da repressão da Ditadura, militantes de esquerda chegaram a ser presos e torturados no referido quartel.

32 O Povo, 01/04/1968, p. 1.

33 O quebra-quebra do USIS levou vários estudantes a serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional e à “prisão preventiva”, por quase 30 dias no 23º BC, como foi o caso de dois deles, Antônio de Matos Brito e Juraci Mendes de Oliveira (ambos acadêmicos de Filosofia), com base curiosamente em fotos batidas pelo então repórter fotográfico de O Povo, Egídio Serpa e repassadas ao DOPS. Não por acaso, os jornais tornaram-se alvo de críticas e do furor estudantil (houve agressões a repórteres e manifestações de repúdio a O Povo) nas novas passeatas organizadas, que exigiam a libertação dos colegas. No mesmo intento, os estudantes soltaram notas pela cidade, promoveram comícios relâmpagos em praças e ônibus, e paralisaram as atividades da Universidade do Ceará. Os dois jovens, que chegaram a acusar a Polícia Federal de tê-los torturado, foram libertos graças a um *habeas-corpus* impetrado junto ao Superior Tribunal Militar. O Povo, 02/04/1968, p. 2; 03/04/1968, p. 6; 07/04/1968, p. 6; 16/04/1968, p. 6.

O fato provocou grande indignação entre setores da sociedade, em geral os conservadores, os quais criticaram através dos jornais veementemente a “baderna”, sem deixar de advertir aos estudantes de que foram ações radicais como aquelas que levaram ao movimento de março de 1964, na intenção de manter a ordem.³⁴ A imprensa, a mesma que exaltava as manifestações dos jovens da Tchecoslováquia contra a invasão russa àquele país, em 1968³⁵, tratava de diminuir a importância das manifestações estudantis locais, como se fossem atos de “imatuross e ingênuos”, “manipulados” pelos comunistas e “subversivos”. Usariam os mesmos argumentos depois para desqualificar os cearenses que participaram da luta armada. Daí a condenação enfática, associando as manifestações a “terrorismo”, justificando a necessidade de repressão.³⁶ Significativo disso é o fato de os jornais noticiarem as passeatas na página dedicada aos fatos policiais. Em outubro de 1968, numa das primeiras ações da Ação Libertadora Nacional (ALN), tentou-se, sem sucesso, estourar uma bomba em outro símbolo norte-americano em Fortaleza, o curso de línguas do Ibeu.

34 “(...) Os estudantes talvez não tenham plena consciência dessa realidade, mas é preciso que se recordem que foram os desregramentos de 1964 que levaram o país ao movimento de março e às conseqüências consideradas necessárias para manter a ordem e o regime. E esta ameaça que pesa hoje sobre o país, se a juventude não compreender que deve lutar por seus direitos, por uma melhor educação, mas de forma diferente da que está sendo utilizada e que, estamos certos, levará aos objetivos pretendidos.” Editorial de capa de *O Povo*, 03/04/1968, p. 1.

35 Os jornais dão imensos espaços e condenam a invasão russa ao que ficou conhecido como Primavera de Praga, em 1968, usada como argumento para desmerecer as manifestações locais. O articulista J. C. Alencar Araripe no artigo “O estudante e a estrela vermelha” afirma: “No Ceará, no Brasil, estudantes desfraldam a bandeira vermelha, a mesma bandeira que imposta pela força à Polônia e à Tchecoslováquia, não oferecem soluções que satisfaçam o ideário da mocidade. Ninguém é indiferente à morte de um jovem (...) Mas utilizar o episódio chocante para manifestações políticas é uma exploração revoltante do cadáver de um moço tragicamente sacrificado. A morte foi um ato de violência. Condená-la, lembrando “Che” Guevara e hasteando a bandeira vietcong, é uma incoerência gritante. Porque Guevara e vietcong são expressões da violência, do terrorismo, do homicídio, e quem os aceita não tem razão alguma para protestar porque a arma que carrega contra os outros por ventura o atingiu.” *O Povo*, 03/04/68, p. 3.

36 O artigo “Paciência irritante” do jornalista e então deputado estadual pela Arena, Temístocles de Castro e Silva, condena as manifestações estudantis e informa que as mesmas também aconteciam em outras cidades cearenses: “A coisa já está insuportável. E o mais irritante, ainda, é a paciência o governo diante das provocações e dos desafios da atrevida minoria comunista das universidades, a serviço exclusivamente da baderna e da anarquia. (...) Em Sobral, alunos de um colégio dirigido por um padre, durante o desfile [de 7 de setembro] inundou a cidade de boletins imundos, insultando o povo, as Forças Armadas e debochando da mais significativa de todas as datas nacionais.” *O Correio do Ceará*, 17/09/1968, p. 8.

Do CÉU para as armas

Como dito, foram dois os principais grupos nacionais armados que agiram nas terras cearenses: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). A ALN apresentou no País como fundador o baiano Carlos Marighela, destacado militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro), com o qual rompeu em 1967. Marighela havia se aproximado de Cuba e estruturou a ALN como uma “confederação” de grupos guerrilheiros, autônomos e com liberdade de iniciativa e ação, isso para evitar as verticalizações e burocratização dos tradicionais partidos comunistas. Marighela foi morto em São Paulo no ano de 1969.³⁷

Os primeiros contatos de cearenses com a ALN se deram em 1967, por intermédio de um enviado de Marighela a Fortaleza. Um daqueles militantes locais, o professor de inglês Silvio Mota, viajou a São Paulo no intento de acertar a fundação da seção cearense da Ação Libertadora Nacional. Vale ressaltar que a propalada autonomia da ALN não se aplicava completamente à seção local, visto que várias vezes os militantes cearenses foram impedidos de realizar ações pela direção nacional. Ao que parece, a cúpula da ALN via o Ceará como uma área estratégica de reserva (“área de recuo”), para onde poderia deslocar seus principais quadros caso necessitasse, ante a repressão da ditadura.³⁸

Quanto ao PCBR, sua fundação aconteceu em abril de 1968, no Rio de Janeiro, a partir de outra dissidência do PCB, liderada por Mário Alves, jornalista e intelectual dos mais respeitados entre os comunistas. Tal dissidência divergia também de Marighela, pois visava à reconstrução de um novo partido revolucionário, nos moldes marxista-leninistas clássicos e que conduzisse à luta armada – o fundador da ALN, como vimos, era avesso a “estruturas partidárias burocratizadas”. Ao contrário de organizações mais militarizadas, como a ALN, o

37 NOVA, Cristiane, e NÓVOA, Jorge (Orgs.). *Carlos Marighela: o homem por trás do mito*. São Paulo: UNESP, 1999. MAGALHÃES, Mário. *Marighela: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

38 FARIAS, José Airton de. *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar*. 2007, 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

PCBR afirmava que a luta armada não se dissociava do trabalho com as massas – o grupo foi muito ativo nas agitações de 1968 – e tampouco excluía o potencial das cidades, onde seria igualmente possível promover ações armadas, embora o cenário principal e ideal estivesse no campo.³⁹

No Ceará, o PCBR foi organizado em 1968 por militantes vindos de Recife-PE, fugindo da repressão e com a perspectiva de difundir a guerrilha pelo restante do Nordeste. Um desses, o estudante Francisco de Assis, acabou incumbido de estruturar a organização na capital cearense, após contatos com a cúpula nacional do PCBR. Buscou atrair especialmente integrantes do meio estudantil, como Mário Albuquerque, destacado ativista estudantil secundarista na época.

A agitação toda de 1968 contava com apoio dos grupos guerrilheiros, que concebiam a radicalização política como forma de criar uma situação favorável à luta armada e mesmo como “campo de observação”, para o recrutamento de futuros militantes. Um estudante “politizado” e que mostrasse ou realizasse uma ação mais “dura” (por exemplo, atirasse um coquetel *molotov* contra a polícia) possivelmente seria convidado para adentrar nas organizações guerrilheiras, afinal, demonstrara disposição para “coisas maiores”, como pegar em armas. Vários dos militantes armados foram convocados assim. Falou-nos um dos entrevistados sobre este episódio e sua entrada na ALN:

Eu entrei depois de uma manifestação que houve aqui no centro de Fortaleza, na Praça José de Alencar, uma manifestação estudantil contra o aumento do ônibus. Então, foi feito comício relâmpago, aquela coisa toda (...) eu não tinha muito contato, mas tava lá (...) tinha um colega do PCdoB... me passou um coquetel molotov e eu joguei num ônibus. Dias depois, um colega universitário me procurou e me convidou para participar, segundo ele, de um grupo mais consequente, de um grupo armado e tal, e foi dando as propostas da ALN. Depois de algumas discussões, eu aceitei entrar para o grupo.⁴⁰

O intento da radicalização política visando favorecer a guerrilha, ou seja, de endossar ainda mais o “cima revolucionário” que os militantes imaginavam existir, é contado pelo ex-guerrilheiro do PCdoB no Araguaia, Pedro Albuquerque:

39 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*.

40 José Machado Bezerra, ex-integrante de PCBR e ALN, entrevistado a 27 de maio de 2003.

Nós saíamos nas passeatas armados com bombas molotov, alguns revólveres com alguns companheiros e aí o objetivo era realmente gerar fatos políticos enfrentando a polícia. E na época a polícia não conhecia a bomba molotov e quando a gente jogava a bomba ela realmente corria. As bombas eram produzidas pelos estudantes do Curso de Química e Física, os quais, no começo, tinham dificuldades para acender o estopim, mas, depois, descobriram um processo em que bastava lançá-las e, ao baterem no chão, incendiavam. (...) A gente levava isso num carrinho de picolé. A polícia nem desconfiava que aquilo ali era uma bomba⁴¹.

Conforme depoimento de Silvio Mota⁴², um dos primeiros dirigentes da ALN no Ceará, a “introdução” do “coquetel químico” nas passeatas estudantis em Fortaleza foi inovação trazida pela organização de Marighela. Atiravam o molotov com “bombas rasga-lata”, fazendo um barulho ensurdecedor. Dessa forma, não surpreende que os ativistas Fabiani Cunha, Gilberto Telmo Sidney Marques, Silvio Albuquerque Mota e José Sales Oliveira, indiciados pela Polícia Federal e enquadrados na Lei de Segurança Nacional em outubro de 1968, por “preparar coquetéis molotov, com a finalidade de atirá-los contra os seguranças durante os comícios e passeatas proibidos em Fortaleza”⁴³, fossem todos integrantes da Ação Libertadora Nacional.

Embora tais agitações criassem a impressão de uma retomada das lutas sociais urbanas e ajudasse a difundir entre os militantes a “proximidade da eclosão da sonhada revolução”, não se pode exagerar essa perspectiva. Na verdade, as mobilizações estavam praticamente restritas às classes médias (professores, bancários, etc.), sendo difundidas pelo movimento estudantil.⁴⁴ Como bem afirmou Daniel Aarão, no contexto do pós-golpe, os trabalhadores urbanos e rurais demonstravam notável incapacidade de articulação na ilegalidade, alvo que eram dos

41 Pedro Albuquerque Neto nasceu em Fortaleza. Líder estudantil nos anos 1960, lutou na guerrilha organizada pelo PCdoB no Araguaia, de onde saiu em 1971. Acabou preso e torturado na capital cearense. Atualmente é professor universitário. Entrevistado a 27 de março de 2003.

42 Silvio de Albuquerque Mota nasceu em Fortaleza no ano de 1945. Foi um dos principais dirigentes da ALN no Ceará, chegando mesmo a treinamento militar em Cuba. Atualmente é juiz do Trabalho aposentado na capital cearense. Entrevistado em 03 de junho de 2006.

43 O Povo, 16/10/1968, p. 8.

44 A imprensa, por mais que estivesse comprometida com a Ditadura e tentasse diminuir a importância das manifestações populares, noticiava a falta de maior engajamento dos trabalhadores: “(...) Foi iniciado ontem um Movimento Intersindical Anti-arrocho (...) Dos seis sindicatos que em princípio apoiaram o movimento, apenas quatro mandaram representantes para o Sindicato dos Tecelões, local da reunião ontem realizada. A ela compareceram cerca de 200 pessoas, das quais cerca de 50% estudantes, muitos dos quais secundaristas”. O Povo, 09/04/1968, p. 6.

olhos e mãos da repressão.⁴⁵ Essa desarticulação continuaria, senão aumentaria, quando os louros do “milagre econômico” e o clima de nacionalismo se intensificassem a partir de 1969, exatamente quando as esquerdas intensificariam a luta armada. O isolamento destas seria uma razão de seu fracasso.

Imensa repercussão em Fortaleza teve a prisão dos estudantes cearenses no Congresso clandestino da UNE, em Ibiúna-SP, no mês de outubro de 1968. O fato foi apontado como um golpe naquelas mobilizações que sacudiam o País⁴⁶, ainda que tenham acontecido depois várias manifestações de protestos por parte dos estudantes. O pouco resultado prático das manifestações estudantis criava nos militantes o anseio por “ações mais concretas”. No livro de memórias do ex-militante da Ação Popular, Mariano de Freitas, isso é explícito:

Por mais de uma vez, invadimos e quebramos a Agência Americana USIS (...) hasteamos, em algumas oportunidades, a bandeira do Vietnã em plena Praça do Ferreira, como no dia em o exército americano massacrava uma comunidade vietnamita indefesa. Por coincidência, a polícia não reprimiu essa manifestação, e, depois de falarmos para o povo em quase todas as esquinas do Centro, encerramos a passeata na Praça do Ferreira. Encontrei-me com o Galba Gomes, abraçamo-nos eufóricos e eu lhe perguntei: “Como é, Galba, vamos ou não tomar o Palácio do Governo de assalto?” (...) Começamos a rir de nossa impotência. Esse problema me assaltava a mente e depois de uma passeata bem sucedida, “E agora? Não vai acontecer nada? Não Vai mudar nada? Vai ficar tudo como era antes?” (FREITAS, 2002, p. 106).

A “improdutividade” do movimento estudantil, a mentalidade imperante entre muitos militantes de que se mudaria o País apenas pela radicalização política, o aumento da repressão, o fechamento total da ditadura com o Ato Institucional nº. 5 (13 de dezembro de 1968) – apoiado pelos segmentos conservadores locais – e o descenso do movimento de massa foram tomados como evidências de que a luta contra o regime só poderia ser vitoriosa através das armas. Dessa forma, os grupos armados já existentes, e outros que surgiriam, intensificaram suas ações. Era a hora do combate.

45 AARÃO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 64.

46 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 161.

Combates na Terra da Luz

Igual a outros locais do Brasil, de forma geral, os militantes da guerrilha atuantes no Ceará eram jovens, de idade inferior a 25 anos, pertencentes à classe média intelectualizada, estudantes, sobretudo, do sexo masculino.⁴⁷ Apesar de a violência política não ser exatamente uma novidade na história do Ceará, a presença dos militantes da luta armada e seus objetivos socialistas irritaram os setores dominantes e conservadores locais, apoiadores da ditadura militar. De maneira parecida com o sucedido em outros estados do Brasil, os órgãos governamentais no Ceará foram, ao longo dos anos, melhor se estruturando, endurecendo a repressão aos que chamavam de “subversivos”.⁴⁸ Agentes da repressão de outros estados começaram a visitar o Ceará, trazendo suas experiências no combate aos “inimigos da Pátria”. Um desses foi o delegado do DOPS paulista, Sérgio Paranhos Fleury, que esteve no estado no começo de 1971. O Ceará apresentou mesmo uma seção do DOI-Codi (Destacamento de Operações Internas – Centro de Operações e Defesa Interna), órgão responsável pelo combate, tortura e assassinato de opositores na ditadura, criado em 1970 durante o governo do presidente Médici. Isso faz questionar o senso comum, bastante propalado no estado ainda hoje, de que a ditadura foi branda no Ceará.

As ações da guerrilha de esquerda no Ceará concentraram-se no período entre o final de 1969 e início de 1970, exatamente quando a repressão aumentava no País. Na visão dos ativistas, era necessário prosseguir na luta, obter mais infraestrutura, novos quadros, etc., intensificando e propagando ações em áreas onde não tinham acontecido ainda, mostrando que o cerco à ditadura estava se completando, que se estendia por todo o Brasil, por mais que os militares reagissem. Quando das primeiras ações armadas no estado, estas eram relatadas na imprensa como crimes comuns.

A primeira atividade “terrorista” noticiada como tal no Ceará deu-se a 4 de dezembro de 1969 – não por coincidência, exato um mês após o assassinato de

47 FARIAS, José Airton de. *Além das armas*.

48 FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Marighela, em São Paulo –, no caso, um assalto ao Banco Mercantil de Fortaleza, ação da ALN que acabou frustrada pela reação à bala de um vigia da agência. O fato teve imensa repercussão. As autoridades, líderes empresariais e os jornais em editoriais se apressaram em condenar o “ato subversivo”, ao mesmo tempo em que ressaltavam a interrupção do assalto pelo guarda como uma prova do preparo dos órgãos de segurança locais.

A partir da tentativa de assalto ao Banco Mercantil, as iniciativas armadas da esquerda radical intensificaram-se no estado, atingindo o apogeu em 1970. A ALN expropriou quatro mil cruzeiros novos da empresa de ônibus São Vicente de Paula e mais de 22 mil cruzeiros novos da Fortaleza Refrigerantes, representante local da Coca-Cola. Repercussão maior, entretanto, teve o assalto ao carro pagador do *London Bank*. A expropriação do *London Bank* foi a primeira de maior envergadura do PCBR no estado, em conjunto com o Movimento Comunista Internacional (MCI), organização trotskista local. O assalto, cujo produto foi cerca de 98 mil cruzeiros novos, teve à frente o Comando Político Militar, estrutura móvel do PCBR que atuava em todo o Nordeste⁴⁹.

Apesar de se ajudarem e manterem relações relativamente cordiais, as organizações armadas concorriam entre si para verificar qual iniciava logo a guerrilha rural e a revolução, além de disputarem a simpatia e o ingresso de militantes. Não surpreende que, nos meses seguintes, a ALN intensificasse sua atuação, com ações cada vez mais ousadas, cujos êxitos reforçavam a confiança dos militantes em seu potencial, fazendo, por outro lado, aumentar o cerco da ditadura.

Ante a crescente repressão, a 29 de agosto de 1970, a ALN promoveu uma desastrosa ação de justicamento do comerciante José Armando Rodrigues, no município cearense de São Benedito, episódio que assinalou o começo do fim da luta armada no estado. O comerciante era acusado por um apoiador da ALN em São Benedito, José Bento da Silva, de possuir uma lista com nomes de “subversivos” a ser entregue ao governo militar. Armando Rodrigues, pois, teria se tornado um perigo para a ALN e acabou sequestrado e assassinado pelos ativistas. Existem várias versões dadas pelos antigos militantes para esse assassinato. Há

⁴⁹ FARIAS, José Airton de. *Além das armas*.

grande controvérsia se existia concretamente esse risco de delação ou se houve uma razão passional para aquela execução. Membros da esquerda local entendem que José Bento teria usado a organização para fins passionais, pois nutria ódio pelo comerciante, o qual teria se relacionado amorosamente e desvirginado uma de suas filhas. O denominado caso de São Benedito se tornou um trauma entre os militantes da esquerda cearense. Após matar o comerciante, os guerrilheiros da ALN sofreram verdadeira caçada policial, sendo capturados dois deles, Valdemar Menezes e William Montenegro. Nos meses seguintes, outros implicados caíram, sendo a ALN desmantelada.⁵⁰

O episódio, ao mesmo tempo, ganhou enorme espaço na mídia local e nacional, sendo explorado pela ditadura para mostrar a “brutalidade, covardia, frieza e o perigo dos terroristas” que com seus projetos comunistas, “atentavam contra a Pátria e matavam inocentes, sem piedade”. A população, há muito bombardeada pela imprensa e governo com uma imagem negativa dos “terroristas”, recebeu com indignação o acontecido, contribuindo ainda mais para isolar a guerrilha de esquerda do resto da sociedade e para seu desmantelamento.⁵¹

O PCBR ainda realizou um grande assalto, de 200 mil cruzeiros novos (um dos maiores da história do Ceará), ao Banco do Brasil de Maranguape, aliás, a única ação exitosa de expropriação conhecida em agência bancária no interior cearense. Mas, logo em seguida, alguns de seus militantes foram presos pela polícia quando faziam pichações em Fortaleza na defesa do voto nulo. Com o estouro de vários aparelhos e tortura dos militantes caídos, novas prisões aconteceram e a organização igualmente foi desbaratada.

Em 1972, ainda houve ações de um grupo local, a FLNE (Frente de Libertação do Nordeste). Esta foi formada principalmente por dissidentes da ALN no Ceará e Pernambuco, descontentes com o fato da cúpula nacional desta organização estar levando os principais quadros do Nordeste para suprir as quedas ocorridas no Sudeste⁵².

50 FARIAS, José Airton de. *Além das armas*.

51 FARIAS, José Airton de. *Além das armas*.

52 MOTA, Sílvio. *Rebeldes*.

A FLNE realizou algumas ações exitosas, mas quando alguns de seus integrantes se preparavam para fazer a expropriação do Banco do Brasil no Crato-CE, em janeiro de 1972, acabaram caindo. Entre os detidos, José Sales Oliveira, antigo líder da ALN e um dos dois últimos foragidos do caso de São Benedito. Sales, condenado à prisão, seria solto em 1980, considerado o último preso político da ditadura a ser libertado no Brasil.⁵³

Conclusão

Há toda uma nova produção acadêmica que aborda o impacto de conhecidos processos históricos, como os de 1968, em áreas e regiões que não as do Centro-Sul. É o caso de Fortaleza, no Ceará. Naquele ano, a capital cearense foi sacudida por várias passeatas e protestos de estudantes. À frente desta agitação toda, organizações como Ação Popular, Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) e Partido Comunista do Brasil (PcdoB). Ocupando avenidas e praças, realizando atos públicos denunciando a ditadura e o imperialismo e apedrejando ônibus e símbolos que associavam aos Estados Unidos, muitos dos jovens passaram a defender posições mais radicais. Tais jovens eram observados pelas organizações de esquerda que propunham a luta armada para derrubar o governo dos militares e criar o socialismo e que já estavam se estruturando em Fortaleza naquele 1968.

As principais organizações a agirem no estado foram a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Ante a repressão da ditadura e as limitadas repercussões do movimento estudantil, vários dos jovens que estavam nas ruas em 1968 adentraram aos grupos armados. Isolados da sociedade, que discordou da tática armada e dos objetivos socialistas, os grupos foram alvos da repressão em poucos anos. Raro o militante da guerrilha que não tenha sido torturado no Ceará. Derrotados, os militantes foram condenados a

53 FARIAS, José Airton de. *Pavilhão Sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971- 1978)*. 2018, 348f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

longas penas, a serem cumpridas no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), presídio perto de Fortaleza.

Referências Bibliográficas

AARÃO, Daniel. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 64.

FARIAS, José Airton de. **Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar**. Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil, 2007.

_____. *Pavilhão Sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971- 1978)*. Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil, 2018.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREITAS, Mariano de. **Nós, Os Estudantes**. Fortaleza: Livro Técnico, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 1999.

MAGALHÃES, Mário. **Marighela: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MOURÃO, Mônica. **Memórias Clandestinas**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

NOVA, Cristiane, e NÓVOA, Jorge (Orgs.). **Carlos Marighela: o homem por trás do mito**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

RAMALHO, Bráulio. **Foi assim**. Fortaleza: ABC Editora, 2002.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: MORAES, João Quartim de, e AARÃO, Daniel (Orgs.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas-SP: Unicamp, 2003.

ROCHA, GILVAN. **Meio século de caminhada socialista**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

UM TRANCA-RUA: a guerrilha artística e a Situação T/T1

A Tranca-Rua: The Artistic Guerrilla and the Situation T/T1

Tainan Barbosa¹

Artigo recebido em: 27/06/2019.

Artigo aceito em: 07/10/2019.

RESUMO

O trabalho busca uma análise da obra Situação T/T1, do artista Artur Barrio, apresentada no evento Do Corpo à Terra, em 1970, a fim de entender de que maneira o campo artístico do período ditatorial brasileiro conjugava a gramática da violência instaurada, a arte de guerrilha. E, ainda, esclarecer como sua obra foi um ato de resistência.

PALAVRAS-CHAVE: Arte de Guerrilha – Ditadura Militar – Artur Barrio.

ABSTRACT

The paper seeks an analysis of the work Situation T/T1, by the artist Artur Barrio, presented at the event Do corpo à Terra, in 1970, in order to understand how the artistic field of the Brazilian dictatorial period conjugated the grammar of violence established, the art of guerrilla. And further, clarify how his work was an act of resistance.

KEYWORDS: Art of Guerrilla – Military Dictatorship – Artur Barrio.

¹ Tainan Barbosa é formada em História da Arte pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestranda em Estética e Estudos Artísticos, com especialização em Arte e Culturas Políticas, pela Universidade Nova de Lisboa.

“A estética da política é a guerra.”
– Artur Barrio

Final da década de 60, o Brasil, como o mundo, vivia um momento conflituoso. O governo militar fechou o Congresso e decretou o Ato Institucional nº 5, que oficializava a censura e instaurava a tortura. Foi o divisor de águas. O desenrolar das produções artísticas deste momento não pode ser entendido de maneira isolada. A atmosfera era de tensão e medo, “o clima era pesado, havia uma angústia no ar” (MORAIS, 1986, s.p.) e as ruas esvaziadas continham constante vigilância. A oposição – dos jovens, universitários, intelectuais, artistas, do cinema novo – gritava para uma população alienada, desinformada e acuada num falso milagre econômico. No entanto, tamanha insatisfação era calada pela repressão.

O artista luso-brasileiro Artur Barrio fazia parte de “uma geração que comeu o pão que o diabo amassou” (MORAIS, 1986, s.p.). Nascido em uma ditadura portuguesa, veio para o Brasil – aos 10 anos de idade – para viver outra, o que impactou intensamente seu trabalho. O final da década de 1960 foi decisivo para os desdobramentos da seguinte. Houve um embate radical que transparecia em conjuntos de obras e atitudes – comportamentos, exposições – difundindo uma teoria artística que marcou um período extremamente importante e esclarecedor da arte brasileira.

O artista, hoje, é uma espécie de guerrilheiro. A arte uma forma de emboscada. Atuando imprevisivelmente, onde e quando é menos esperado, de maneira inusitada (pois tudo pode transformar-se, hoje, em arma ou instrumento de guerra ou de arte) o artista cria um estado permanente de tensão, uma expectativa constante. Tudo pode transformar-se em arte, mesmo o mais banal evento cotidiano (MORAIS, 1975, p. 26).

Neste sentido, analiso que a estratégia criada pelos artistas na década de 1960-70, em especial por Barrio, se manifesta de maneira violenta, em resposta a uma violência sistêmica maior. O artista, neste período, era obrigado a ser combativo. Esta resistência não era proposta somente nos gestos, mas também nos materiais utilizados e na sua interatividade com o espaço que ocupava. Os corpos usados pelo artista – tudo aquilo que possui massa, podendo ter vida ou não –, atrelados com o tempo e o espaço que o envolve, criam uma situação, de modo que

sua produção seja composta por diversas destas que se comportam como correntes marítimas e que mudam diante das condições do meio, das circunstâncias do momento. Isto é, diversos pulsares instantâneos.

Desta forma, estava, de fato, decretada a “guerrilha artística” (MORAIS, 1975, p. 26.). A expressão, do crítico, curador e artista Frederico Morais, explicava as ações no campo da arte brasileira, tanto no campo político quanto no campo estético. Diante disto, recorro à geografia: “ao lado dessa dimensão política, um outro aspecto se evidenciou em inúmeros trabalhos, antecipando, de certa forma, uma das vertentes da arte atual – a cartográfica”². O autoritarismo vigente no país gerou uma incompreensão que implicou no desenvolvimento artístico através de estratégias em mapas, que eram construídos de acordo com determinados sistemas de projeções e escalas, e passaram a ressignificar espaços e funções utilizando uma poética pautada nas metáforas. Para Barrio, a vida e a arte devem estar em conflito para criar situações extremas. Seu sistema constrói pilares que permitem um estado de flutuação, obras em trânsito, com expressivas linhas imaginárias que se ligam por fluxos. O espaço é considerado por uma súbita experiência de tempo, dilacerada e associativa e por gestos que se concretizam em diversas ações e situações. Percebe-se de imediato um desvio da arte do domínio puro da imagem para o da experiência, propondo, assim, uma obra que se acaba não se segura em um lugar preciso, mas se forma e desforma por qualquer tipo de secção.

Para a experiência vivida o espaço não é um simples marco, comparado ao marco de uma pintura, nem uma forma ou continente neutro, cujo destino não fosse outro senão receber simplesmente todo aquilo que pudera derramar sobre ele. O espaço é a morfologia social; nesse sentido, o espaço é para o vivido o que o organismo vivo é em sua própria forma, intimamente ligada as funções e estruturas (LEFEBVRE, 2013, p.149, tradução nossa).

Diante da movimentação de Barrio no espaço social, é importante compreender suas diversas facetas. Henri Lefebvre, em seu livro *La Producción del Espacio*, discorre sobre a multiplicidade infinita da produção do espaço social. Na verdade, esse não é tomado isoladamente, “não há um espaço social” (LEFEBVRE, 2013, p.144, tradução nossa), mas vários deles. Eles se comportam em redes e filias,

2 MORAIS, Frederico. In: *Do Corpo à terra: um marco radical na arte brasileira*. Disponível em: <http://54.232.114.233/extranet/corpoaterra/texto_curador.pdf>_. Acesso em: 03 Maio 2019.

se compenetraram e/ou se superpõem e não são limitados uns pelos outros. Para o autor, o espaço social possui uma dupla determinação, conduzidos por grandes movimentos e atravessados por pequenos movimentos. Assim, sua forma é gerada pelo encontro, pelas simultaneidades e reuniões de tudo que é produzido no espaço. Este, emerge diante da diversidade de produção – no seu sentido ampliado-, numa hipercomplexidade com “unidades individuais e particulares, pontos fixos relativos, movimentos, fluídos e ondas, uns se aglutinam e outros se enfrentam, etc.” (LEFEBVRE, 2013, p.144, tradução nossa).

O que eu procuro é o contato com a realidade de tudo que é renegado, de tudo que é posto de lado, mais pelo caráter contestador; contestação que encerra uma realidade radical, pois essa realidade existe, apesar de dissimulada através de símbolos (CANONGIA, 2001, p.146).

Bem como Lefebvre, Barrio entende que para ressignificar o espaço é preciso movimento, ações abstratas vividas. O local de trabalho do artista – qualquer lugar – aprofunda ideias e pesquisas. O seu posicionamento inicial acaba por promover uma ou mais consequências imediatas: as situações. Estas são a força motriz dos processos do artista e não podem estar condicionadas a nada. Para existir só lhes restam ser livres. Personificam, assim, as ações de um corpo sólido que, ao ressignificar espaços, revelam as densidades simbólicas dos lugares e das coisas, exercendo uma reorganização subjetiva dos sentidos. Deste modo, o caráter singular do uso do corpo, sempre partido, apagado, transformado em fluídos é o resultado formal do processo criativo de uma rede de atos, ideias e do comportamento de um artista que atua no mundo e reage contra o modo de ser normativo e regular. É também continuidade de uma ação, temporária, que explora o potencial sensível e instantâneo desse corpo e permite um inquérito detalhado da própria arte e do poder de subjetividade da criação. Assim, a ressignificação dos espaços no trabalho do artista se dá diante da combinação destes elementos, a ação, em um determinado tempo, criando gestos fragmentários que se desdobram em “espaços de vivência” (BASBAUM, 2001, p. 101). Na verdade, não importa a obra, importa a vivência, e a contestação se dá pelo processo efêmero neste lugar que está fora da normatização artística.

Não por acaso, o emprego dessas ações pode ser articulado como “estratégia de guerrilha”, um conceito difundido por Frederico Moraes diante de

uma análise lúcida das ações artísticas da época, especialmente a Situação T/T1. Em abril de 1970, estava prevista a inauguração do Palácio das Artes, em Belo Horizonte. A então diretora do Setor de Artes Plásticas Mari'Stella Tristão, convidou o crítico Frederico Morais, mineiro radicado no Rio de Janeiro, para desenvolver uma manifestação artística durante as comemorações oficiais. Atendendo ao convite com a coloração de artistas das vanguardas mineira e carioca, Morais acabou por realizar um dos mais marcantes eventos da história da arte brasileira: a mostra *Do Corpo à Terra*. A estratégia vigente era buscar alternativas de ação, partindo, então, da problematização da arte e de seu cenário para se chegar as questões mais urgentes como a violência militar ou o banimento da liberdade de expressão. O evento era não só premeditado por uma instituição artística, como sobretudo oficial, tendo se realizado quase que por completo em tempos pouco prováveis para isto.

São exemplos dos extremos a que estão chegando. Barrio costumava encher suas trouxas de panos e pintar com tinta vermelha. Hoje usa carne e sangue reais. Cildo Meireles abandonou a pesquisa para matar animais. Qual será o próximo passo? Insistimos que não é o imprevisível a matéria-prima desta geração de tranca-ruas, há todo um plano de criação, de construção nesta feroz e vital exposição do que pensam. Vendo-os, assistindo a suas experiências, conversando com eles, não podemos deixar de nos entusiasmar. São os jovens sal da terra, a esperança, enfim (BITTENCOURT apud. LOPES, 2016, p. 35).

A pré-aprovação do evento desarticulava a censura. Assim, Frederico Morais, curador, junto com os artistas participantes, tinha algo valioso às mãos em tempos de ditadura: a liberdade. Ou seja, criou-se um campo livre para usar o objeto de arte como uma possibilidade de se fazer política diante do contexto repressivo. De fato, os organizadores não poderiam imaginar o que iria acontecer naqueles três dias de abril de 1970 no Parque Municipal de Belo Horizonte. Em nenhum momento houve qualquer tipo de limitação ou censura prévia. Os artistas usufruíram com veemência da liberdade de expressão.

As trouxas ensanguentadas talvez sejam as partes mais conhecidas da estratégia de luta de Barrio no campo da arte. Não era a primeira vez que Barrio compilava as famosas *Trouxa Ensanguentadas*, amarrados de diversos materiais precários, que se compunham em um corpo e se decompunham no meio em que eram abandonados. Ele começou a apresentá-las a partir do salão da Bússola, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM), em 1969. Também já as havia

abandonado, junto com sacos de lixo ou apenas espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro, juntando as ruas e assustando os transeuntes. Conta o artista que várias delas foram deixadas em frente à lanchonete Bob's, de Copacabana, causando enorme rebuliço entre os empregadores da casa, que começaram a escondê-la. Porém, talvez o momento mais violento da série se concretize em Belo Horizonte, no evento *Do Corpo à Terra* (1970), quando Barrio usou carne e ossos reais, comprados num açougue local. A presença daqueles pacotes, sangrentos e fétidos, atraiu multidões no Parque Municipal e exigiu a intervenção dos bombeiros, quando começou a falar sobre as atividades do Esquadrão da Morte³.

O que sobra, ou o que fica do que se gastou ou usou, é o resto emudecido de uma situação em trouxas. A preparação das T. E. (Trouxas Ensanguentadas) se iniciou na noite de 19 para 20 de abril em Belo Horizonte, em uma espécie de ritual (Fig. 1). A situação se consolidou em três partes, registradas pelo fotógrafo e amigo do artista, César Carneiro. Panos no chão foram preenchidos com materiais orgânicos – carnes, ossos. Se utilizou ainda espuma de borracha, faca, cordas, cinzel para serem enroladas, repuxadas e amarradas. O campo de guerra estava montado e as armas eram as catorze trouxas longilíneas e robustas, encorpadas e compactas. Na segunda parte (Fig. 2), talvez a mais provocativa, as trouxas foram jogadas em um rio/esgoto do parque, como corpos anônimos descartados, boiando e chamando a atenção do público, aproximadamente 5.000 pessoas (Fig. 3). Sua aparência ensanguentada, putrefata, com resíduos orgânicos, em um primeiro momento, remeteram instantaneamente à aflição que pairava sobre o país. Não à toa, as trouxas que causaram indignação nos espectadores sofreram a intervenção da polícia e do corpo de bombeiros (Fig. 4).

3 O Esquadrão da Morte foi uma organização [paramilitar](#) surgida no final dos [anos 1960](#) cujo objetivo era perseguir e matar criminosos tidos como perigosos para a sociedade.

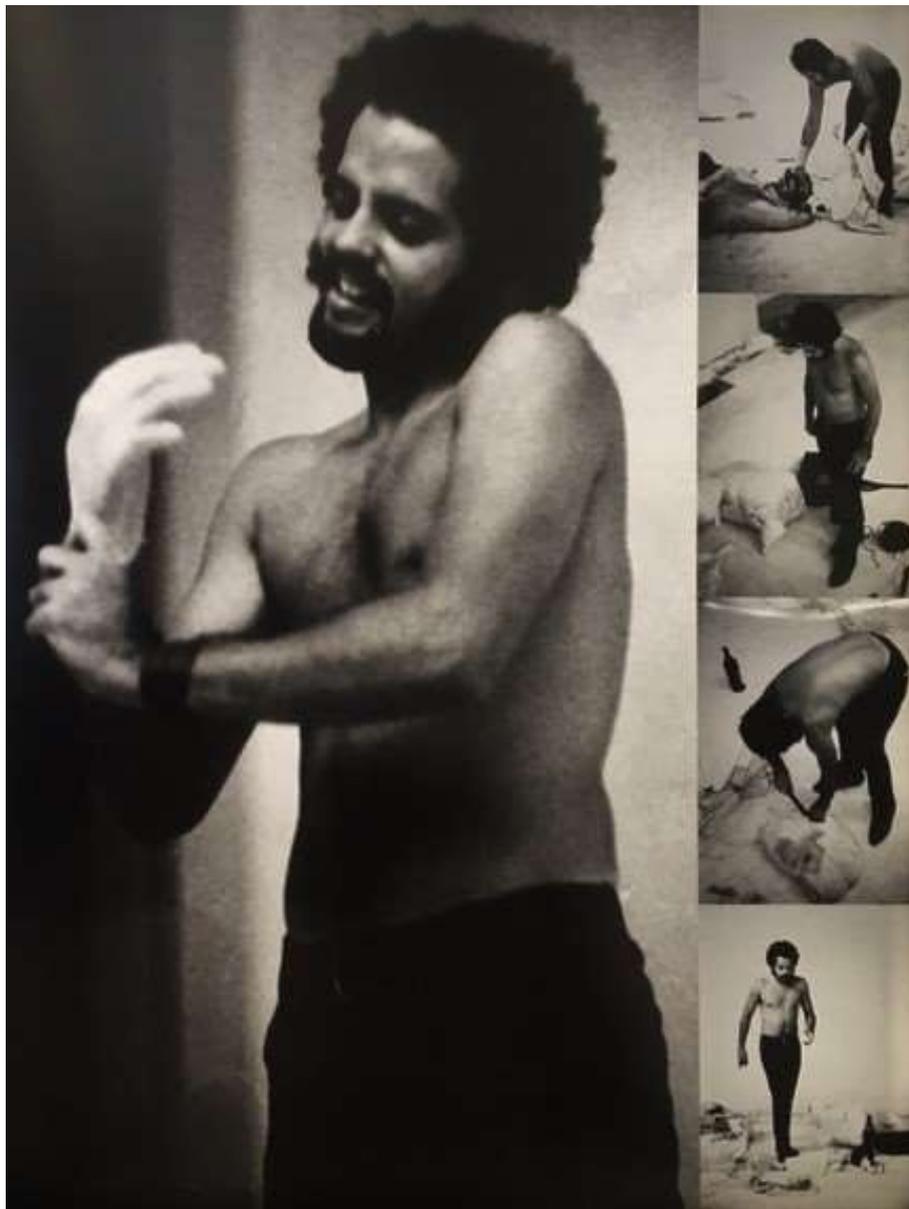


Fig.1. Artur Barrio, 1ª Parte Situação T/T,1 Belo Horizonte, 1970
Arquivo Barrio



Fig.2. Artur Barrio, 2ª Parte Situação /T,1 Belo Horizonte, 1970
Arquivo Barrio



Fig.3. Artur Barrio, 2ª Parte Situação T/T,1 Belo Horizonte, 1970
Arquivo Barrio



Fig.4. Artur Barrio, 2ª Parte Situação T/T,1 Belo Horizonte, 1970
Arquivo Barrio

De fato, as trouxas aparentavam corpos calados pela Ditadura Militar. A metáfora trabalhada do seu material no desenrolar pelo esgoto e os sussurros emitidos sobre o Esquadrão da Morte denunciavam o tom terrível e incongruente do período, colocando em evidência aquilo que deveria estar escondido. A zona era carregada insensivelmente de instabilidade, retratada por corpos anônimos e dilacerados. Desta forma, foi moldada a geração tranca-rua. Este termo foi criado pelo crítico Francisco Bittencourt, em maio, de 1970, a partir de uma matéria feita para o *Jornal do Brasil*, de mesmo título. Ali, ele expunha a mostra *Do Corpo à Terra*, na qual os artistas teriam tido a “experiência de total liberdade criadora” (LOPES; PREDENBON, 2016, p. 33). A atmosfera de tensão pulsava na geração tranca-ruas, que fora impelida à experiências- limite como forma de dar uma resposta radical e necessária ao autoritarismo da época.

Largando seus objetos trouxas, já em si mesmos formalmente violentos, no curso marginal e tortuoso de um esgoto urbano, o artista simulou, no plano estrutural, o destino no auge da repressão dos muitos sujeitos desaparecidos e convocou no imaginário coletivo os sinais da violência policial. Mais do que isso, ele criou um fato social, um acontecimento político que deu, ao final das contas, inusitada visibilidade prática naturalmente invisível do terror. Barrio, numa palavra, trouxe o medo. (FREITAS, p. 88, 2013.)

Através das metáforas da matéria em comunhão com o a ação do artista, o espaço de atuação – o rio, um lugar que seria propício para calar os corpos subversivos da ditadura - e as percepções dos espectadores, as T. E. se enveredaram por uma estética que adotara um tom político. Assim, Barrio deu vida às suposições da população e aos receios diante de uma política que gerava medo, calando a população que era refém do autoritarismo. Deste modo, a ação pessoal do artista passou a interferir na vida social, gerando, além de um posicionamento político, um impacto. A carne mutilada, em estado de putrefação, fundida com ossos que rasgavam o pano que a embrulhava, como um corpo que poderia ser qualquer corpo, qualquer resistência. A denúncia estava instaurada e ela não dependia da vontade do artista, mas sim da catarse dos espectadores, do imaginário coletivo diante da diluição das T. E. pelo líquido, pelo esgoto e pelo anônimo. O ato de abandono das trouxas era violento e todos os elementos contidos nas trouxas foram violentados em uma luta contra a indiferença. A violência passou, então, a ser uma linguagem.

Segundo o filósofo Slavoj Zizek, violência é algo que abala o ritmo natural das coisas, é quando algo é interrompido em seu fluxo normal. Em sua obra intitulada *Violência*, ele reflete sobre as diversas faces da violência. No entanto, só iremos trabalhar aquelas que interferem na relação entre a ditadura analisada e a obra de Barrio. Zizek propõe um afastamento do entendimento superficial do tema a fim de promover uma análise mais profunda de suas manifestações. Uma visão superficial da violência seria interpretá-la como duas metades que se complementam: de quem a impõe e de quem transgride as leis do dominador não considerando, assim, outros fatores importantes. “Os sinais mais evidentes de violência que nos vêm à mente são atos de crime e terror, confrontos civis, conflitos internacionais”(ZIZEK, 2014, p. 23). É o que Zizek chama de violência subjetiva (ZIZEK, 2014, p. 23). Ou seja, realizadas por agentes claramente identificáveis, quando há crueldade, medo e dominação. Fica claro que esta não é a única manifestação violenta preocupante e que o julgamento qualitativo da violência é relativo e conjuntural. Deste modo, a ditadura promove o caso mais preocupante de violência não só por levar a cabo uma dominação física, como também de dar lugar ao que Zizek chama de violência sistêmica (ZIZEK, 2014, p. 23). Esta, preserva as

“normas” impostas pelo dominador com o intuito de deter a exceção. Isto é, ela se utiliza de leis e instituições para manter sua situação privilegiada, como se isso fosse natural. Esta violência é invisível, ou seja, moldada para que o dominado não sinta a dominação. Uma cegueira que causa um medo calado e cujo combate não poderia ser assimilado. Assim, a violência subjetiva do regime militar era exercida para manter a violência sistêmica. Em suma, por mais que esta existisse, sua ação era velada e não reconhecida pela população, o que alimentava a legitimação deste poder na sociedade brasileira.

Barrio faz um reconhecimento desta violência através das T. E. como objetos de intervenção e como um direito de resistência não reconhecido e proibido. Na verdade, propõe conjugar a gramática da violência através de um ato político também violento, reativo e transgressor. É uma violência desesperada por um alguém que busca incessantemente sair do anonimato para a visibilidade. A partir do envolvimento involuntário do espectador, que não se isola da situação e passa a ser cúmplice, este reconhecimento acaba por reconsiderar o fato de que a violência está sendo assimilada na sociedade, despertando, também, a violência simbólica e mimética que possuem o poder de destruição e reconstrução, e acontecem simultaneamente. O que recoloca por completo toda a forma de uma sociedade: de sentir, perceber, imaginar, ver, observar. O resultado da violência reativa, que transgride a censura, é a manifestação mais preocupante para o dominador, pois produz memórias, fazendo com que o acuado passe a refletir e a elaborar a violência sofrida. Suscitando, assim, um ponto de vista simbólico que permite modificar o comportamento coletivo através de questionamentos.

O trabalho de Barrio reconhece e legitima a violência. Esta carga é ativada mediante a sua resposta ao contexto autoritário e conservador, devolvendo o tom de imposição explícito na censura e nas mortes. A afirmação do sentido político das *Trouxas Ensanguentadas* se distribui em aspectos interiores e exteriores e nos fundamentos ideológicos de sua poética, em uma postura “metafórica”. Essas, assim, legitimam um comportamento insurgente diante da repressão, uma estética política instalada, que além de pulsarem uma grande denúncia ao regime, busca a partilha de uma memória coletiva para um não apagamento do que tanto queria estar escondido. Uma grande “situação” de resistência.

Referências Bibliográficas

BAUSBAUM, Ricardo (org.). **Arte contemporânea brasileira: texturas, dicções, ficções** estratégias. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.

BOUSS, Vitória Daniela (org.). **Artur Barrio: A Metáfora dos Fluxos – 2000/1968**. São Paulo, Paço das Artes, 2000.

CANONGIA, Ligia (org.). **Artur Barrio**. Rio de Janeiro: Modo, 2002. Marina. Conversas submersas com Artur Barrio. Disponível em: <http://revistacarbono.com/artigos/05conversas-submersas-com-artur-barrio/>. Acesso em: 03 Maio 2019.

FREITAS, Artur. **Arte de guerrilha: vanguarda e conceitualismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

LEFEVBRE, Henri. **La Producción del Espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

MORAIS, Frederico. **Artes Plásticas: A Crise da Hora Atual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MORAIS, Frederico. **Depoimento de uma geração**. Rio de Janeiro: Galeria de Arte do Banerj, 1986. (Catálogo)

OSÓRIO, Luiz Camillo. **Olhar à margem: caminhos da arte brasileira**. São Paulo: Cosac Naify, 2016.

PREDEBON, A. A.; LOPES, F. (org.). **Arte-dinamite/Francisco Bittencourt**. Rio de Janeiro: Tamanduá_Arte, 2016.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MILITANTES E GUERRILHEIRAS: as mulheres e a ditadura militar no Brasil

Militants and Guerrilla Women: women and military dictatorship in Brazil

Ana Maria Colling¹

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior²

Artigo recebido em: 26/06/2019.

Artigo aceito em: 14/10/2019.

RESUMO

A história política é uma coisa de homens a história da ditadura militar no Brasil é a radicalização da invisibilidade do feminino. As mulheres militantes políticas, não eram encaradas como sujeitos históricos, portanto, excluídas do jogo do poder, dos relatos históricos e das documentações sobre o período. A desigualdade entre os sexos, continua alarmante nos dias de hoje. Nossa proposta neste texto é fazer um breve balanço da literatura sobre mulheres e ditadura militar e estabelecer duas formas de resistência. A primeira delas é escrever sobre a ditadura militar, se contrapondo aos donos do poder, que querem apagar este período trágico de nossa história. E, a segunda forma de resistência, é escrever sobre as mulheres durante a ditadura, espaço dominado pelos homens, como foi a Guerrilha do Araguaia, onde muitas mulheres, tidas como guerrilheiras, perderam suas vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; ditadura militar; resistência; militantes.

ABSTRACT

Political history is a man's thing the history of the military dictatorship in Brazil is the radicalization of the invisibility of the feminine. Political militant women were not regarded as historical subjects, therefore, excluded from the power play, historical accounts and documentation of the period. Gender inequality remains alarming today. Our purpose in this paper is to take a brief look at the literature on women and military dictatorship and to establish two forms of resistance. The first is to write about the military dictatorship, as opposed to the owners of power, who want to erase this tragic period from our history. And the second form of resistance is to write about women during the dictatorship, a male-dominated space like the Araguaia Guerrilla, where many women, regarded as guerrillas, lost their lives.

KEYWORDS: Women; military dictatorship; resistance; militants.

1 Doutora em História do Brasil pela PUCRS, especialista em história das mulheres e das relações de gênero. Professora do PPG em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Lattes: 6884563498366073, e-mail: acolling21@yahoo.com.br. Pesquisadora da UNESCO junto à Cátedra “Diversidade cultural, gênero e fronteiras”. Coordenadora do grupo de pesquisa junto ao CNPq “Gênero, história e interculturalidade”. Entre suas obras destacam-se “A resistência das mulheres à ditadura militar no Brasil” e a organização do “Dicionário Crítico de Gênero” (prêmio ABEU 2016 em Ciências Humanas).

2 Doutorando em História – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus Coxim, <http://lattes.cnpq.br/8622266981151373>, e-mail: academicoary@gmail.com. Atualmente faz parte dos grupos de pesquisa História Oral e Memória; Estudos do Tempo Presente - ligados ao Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Memórias, Ditaduras e Contemporaneidades ligado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e ao Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (LEGHI) ligado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados em conjunto com Cátedra Unesco.

Introdução

Nestes tempos de obscurantismo por que passa o Brasil, com tentativas de desqualificar a História (assim como a Filosofia e a Sociologia), e, uma vontade política dos atuais governantes, de revisionismo na história brasileira modificando a abordagem sobre o período da ditadura militar, afirmando que ela não existiu, escrever é preciso.

Esta tentativa não nos causa estranhamento, pois quem teve a coragem de homenagear Carlos Brilhante Ustra (torturador da então militante de esquerda Dilma Rousseff) no impeachment da presidenta, segue seu caminho de convicção de que torturas, desaparecimentos e mortes nada significaram³. Mas o sinal de alerta estava sendo dado, pois pareceu que este fato não provocou repúdio da população brasileira.

Por outro lado, como resposta a este pensamento míope, pequeno, conservador, as resistências surgem: muitas aulas nas universidades, muitos eventos, muitas publicações denunciando a triste passagem de nossa história e, pedindo, que não se esqueça. Falamos sempre em ditadura militar (1964- 1979)⁴ mas reiteramos que não foram somente militares que comandaram o Brasil mas uma aliança entre civis e militares em nome do capital nacional e internacional. Os presidentes deste período foram todos militares, mas os civis ocuparam cargos importantíssimos e estratégicos como, por exemplo, o Ministério do Planejamento, sempre ocupado por homens sem farda⁵.

A história do Brasil ainda está por ser contada, em especial a história do tempo presente. Após o fim dos terríveis tempos da censura, o período pouco a pouco vai

3 O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra conhecido como “Major Tibiriçá” foi responsável pelo centro de tortura Doi-Codi entre 1970 e 1974. Em outubro de 2008 num processo inédito no Brasil, Ustra torna-se o primeiro oficial a ser declarado e condenado como torturador no Brasil.

4 Marcamos 1979 e não 1985 quando se dá a eleição indireta para presidente acabando com o regime militar, porque neste ano foi conquistada e instituída a anistia. Os seis anos restantes são conhecidos como período de abertura, lenta e gradual.

5 Uma fonte cinematográfica sobre a aliança entre civis e militares durante a ditadura é o documentário intitulado “Pastor Sérgio” (direção de Beth Formaggini). Um depoimento à Comissão da Verdade de São Paulo do ex torturador Sérgio Guerra que se converte à Igreja evangélica. Talvez a parte mais tocante deste documentário seja o relato sobre a incineração de cadáveres de militantes de esquerda em fornos de uma usina de cana de açúcar de um empresário “civil” paulista.

sendo narrado. Muitas biografias, na maioria masculinas, algumas análises e quase nada da participação feminina.

A carência de história contribui para a falta de memória de um país e pela compreensão equivocada que alguns possuem sobre este período. Michele Perrot em um texto intitulado *Práticas da Memória feminina*⁶, nos alerta que frequentemente as mulheres apagam delas mesmas as marcas que adquiriram dos passos que deram no mundo, como se deixá-las aparecer fosse uma ofensa à ordem. Esse apagar de marcas seria uma forma de adesão ao silêncio que a sociedade impõe às mulheres, especialmente no mundo público/político. Para Perrot a história oral seria uma revanche das mulheres, que estão ausentes, nos arquivos públicos e oficiais.

A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões sociais estabelecidos para os dois sexos. Causava estranheza aos conservadores, que mulheres invadissem um campo, que, segundo eles, não é o seu.

Convenceram-se e tentaram convencer à sociedade como um todo, que a militante política seria um desvio de mulher. Quem não lembra dos cartazes afixados pelas paredes do país com fotos de mulheres, jovens e bonitas, onde estava escrito – “Estes rostos bonitos escondem perigosas terroristas” ou “Ajude a proteger sua vida e de seus familiares. Avise a polícia”.

Á perplexidade frente a militante política exige uma caracterização necessária para enquadrar esta mulher em uma categoria, já que ela não faz parte do modelo histórico feminino que povoa os sonhos e o imaginário masculino. Até então, a sociedade é dividida em dois blocos antagônicos: situação e oposição, igualando-se os sujeitos. A esquerda tradicional repete a mesma fórmula: ou se é sujeito burguês ou proletário. As diversidades são entendidas como divisionistas da luta principal, inclusive no campo da esquerda. Estes dois discursos constroem sujeitos políticos únicos, desconsiderando a presença feminina e enquadrando-a em categorias que a desqualificam. Nesta medida, institui-se a invisibilidade da mulher como sujeito

⁶ PERROT, Michele. “Práticas da Memória Feminina”. In: Bresciani, Maria Stella Martins (org.). *A Mulher no Espaço Público*, São Paulo, Marco Zero, 1989.

político.

Foram tempos difíceis aqueles da ditadura militar. Especialmente para as mulheres que tinham que lutar contra o inimigo externo – os militares –, e com o interno – as organizações de esquerda, que olhavam para aquele movimento “com a impaciência de quem é interrompido em meio a uma atividade séria pela visão inoportuna de um ato obscuro”⁷. A luta pela causa específica da mulher era considerada inoportuna, inconveniente e divisionista.

Se a história política é uma coisa de homens a história da ditadura militar no Brasil é a radicalização da invisibilidade do feminino. A mulher militante política, engajada em partidos políticos de oposição à ditadura, não era encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder. Apesar de tantas mulheres, juntamente com os homens, lutarem pela redemocratização do país, foram excluídas dos relatos históricos e das documentações sobre o período.

A ditadura militar ainda está a doer nas entranhas históricas brasileiras. Por não ter sido revisitada por uma crítica nacional, ela continua a assombrar a todos nós. A anistia ampla e irrestrita anistiou a todos – torturados e torturadores. As relações de gênero, a desigualdade entre os sexos, presente naquele período continuam alarmantes nos dias de hoje. Além da disparidade na política, a violência contra a mulher coloca a nu o poder de uns sobre outras.

Nossa proposta neste texto é estabelecer duas formas de resistência. A primeira delas é escrever sobre a ditadura militar quando o tema é “maldito” por quem está no poder. Uma resistência efetiva demonstrada especialmente pelas universidades que tem proporcionado dossiês sobre este período como é o caso desta publicação. E, a segunda forma de resistência, talvez mais difícil que a anterior, é escrever sobre as mulheres durante a ditadura, pois elas sempre foram desqualificadas como sujeitos políticos.

7 VENTURA, Zuenir. 1968. *O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p.36.

As mulheres e a ditadura: um breve balanço

Ao longo das últimas décadas, um elevado número de estudos sobre o protagonismo feminino na resistência ao regime militar brasileiro passou a fazer parte do banco de teses e dissertações de universidades brasileiras. Além dessas, obras memorialísticas, eventos sobre o tema, bem como obras publicadas vem contribuindo de forma significativa para o debate. Com isso, diferentes abordagens mostraram-se possíveis e acrescentaram não apenas aos estudos específicos sobre as mulheres no período, mas na própria historiografia sobre o tema da ditadura militar brasileira, onde as relações de gênero passaram a fazer parte de muitos desses escritos.

Desde os primeiros debates acadêmicos, ainda na década de 90 do século passado, pioneiros em áreas como sociologia, antropologia, história e jornalismo, a resistência das mulheres ao regime militar brasileiro apresentava elementos de destaque e de fatores até então pouco abordados. Discussões acerca da representatividade das mulheres na esquerda brasileira, bem como pelo próprio regime, e a luta por igualdade de gênero, intrínseco a derrubada da ditadura, além das diferentes formas de resistência foram algumas das contribuições de Ridenti (1990), Ferreira (1996), Colling (1997) e Carvalho (1998).

Nos anos 2000, novas pesquisas não apenas deram seguimento as discussões apresentadas pelos trabalhos mencionados anteriormente como trouxeram personagens e abordagens até então pouco debatidas. No tocante a área de História, contribuições como os de Joana Pedro, Margareth Rago, Carla Conradi, Janaína Teles são alguns exemplos. Juntamente a esses trabalhos, devemos destacar a importância dos programas de pós-graduação que observando a necessidade dos debates, fomentaram pesquisas que reconstróem e discutem parte de uma memória nacional pouco explorada.

Importante destacarmos que a presença da mulher na política não era algo visto como natural por parte dos órgãos de repressão, instalados no poder, bem como a própria sociedade. E é a partir desse raciocínio que muitas das mulheres presas durante o regime militar sofreram em seus corpos a marca mais profunda da

repressão, a tortura. Inseridas em um contexto circundado de princípios morais e éticos, alicerçados em uma cultura cristã, por muito tempo a função das mulheres, como difundida, era cuidar do privado (casa), enquanto a dos homens, do público (política). Assim, os discursos que predominavam no século passado, buscavam moralizar, e ao mesmo tempo comandar o comportamento de cada indivíduo, estabelecendo uma clara oposição entre homens e mulheres.

Nessa conjuntura, veremos representações femininas que, inclusive, dentro dos próprios grupos de esquerda as diferenciavam na militância, assim como o Estado que fazia questão de desmerecer sua presença, pois entendia não ser a política um espaço destinado a elas. Com base no banco de dados do *Brasil Nunca Mais*, Ridenti (1993), destaca que durante os anos de 1960 e 1970, mais de 16% dos processos se referiam às mulheres, tendo partidos como a Ação Popular (AP), a Ação Libertadora nacional (ALN) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) o maior número de representantes.

Quanto à ALN, em 2018, sob o título *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*, Maria Cláudia Ribeiro apresenta uma importante contribuição para pensarmos como se davam as relações entre as mulheres e as organizações partidárias. E destacando o protagonismo feminino, observamos assim como em outras obras, o quanto as mulheres tiveram um papel importante não apenas no processo de redemocratização política, mas, também no rompimento de padrões já estabelecidos, que as colocavam à margem.

Em relação às discussões de gênero e do espaço atribuído à mulher na política, segundo Ferreira (1996) “a diferenciação entre os sexos está na base do processo classificatório que organiza a sociedade, ao mesmo tempo que é, ela própria, construída pela cultura” (FERREIRA, 1996, p. 51). Assim, veremos que em diferentes períodos da história, o sexo feminino foi visto como secundário, bem como suas ações não receberam a visibilidade que ações feitas por homens.

No campo da política, esta questão é mais acirrada, pois ainda se entende que quem decide os rumos de uma nação, são os homens, menos da metade da população brasileira. Como exemplo desta afirmação, temos que recuar muito pouco na história.

O impeachment de Dilma Rousseff e as agressões sofridas por ela antes do final de seu mandato, corroboram nossa afirmação.

Ao tecermos uma breve reflexão sobre biografias e/ou livros memorialísticos sobre o período, observaremos que a presença masculina é preponderante, algo que não ocorre com as mulheres. Para muitas mulheres, que sentiram em seus corpos os mais variados atos de violação, seja ela simbólica, psicológica e física, falar sobre alguns aspectos e/ou rememorar determinadas passagens de suas vidas ainda é algo doloroso. Assim, muitas delas preferiram o anonimato, não apenas como forma de preservar sua integridade emocional, mas também para tentar superar as situações vividas. Sem esquecer que, ao se anistiar torturados e torturadores, estes últimos são presença constante e efetiva na política brasileira, bem como seus apoiadores.

Ao longo dos últimos anos, não apenas a temática das mulheres e as diferentes formas de resistência à ditadura foram registradas como também, diferentes programas de pós-graduação passaram a problematizar o regime militar no âmbito regional e local. Isso permite observarmos as diferentes formas nas quais a ditadura foi se estabelecendo em estados e municípios, instalando departamentos e efetivando as perseguições políticas. A cada novo estudo, a exemplo de “*Memórias do sótão*”: *vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985)*, de Conradi (2015), percebe-se que ainda que estivessem em uma luta comum, a forma como resistiram a ditadura e como esta afetou diferentes lugares do país trazem uma outra dinâmica para pensarmos o período.

Assim, a partir dessa amplitude de estudos e possibilidades, vimos ao longo dos últimos anos o surgimento de uma variedade de formas de resistência ao regime militar, luta pela moradia, pelo viés da cultura, pela anistia, pela luta armada etc, demonstrando que em todos esses espaços, lá estavam às mulheres brasileiras. Muitas mulheres, quase sempre jovens, adentraram à militância política tendo que lidar com olhares diferenciados e preconceituosos, tanto dos órgãos de repressão, como dentro dos próprios movimentos de oposição, sem esquecer obviamente, o olhar social, que encarava com estranhamento estas militantes. Tais aspectos demonstram que a participação da mulher, sua militância em oposição à ditadura apresenta aspectos

importantes para se analisar não apenas questões políticas, mas também fatores culturais que condicionavam o período, e as relações de poder instituídas.

Guerrilha do Araguaia: lá também lutavam mulheres

O golpe de 1964 pôs fim não apenas aos direitos democráticos conquistados, como também acabou gerando rupturas na esquerda brasileira, que baseadas em diferentes projetos ideológicos passaram a buscar saídas alternativas para o projeto nacional instituído. A partir da cisão com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, surgiram a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), que tinham como principal justificativa, a contrariedade à forma pacífica como o PCB estava agindo, sendo contrário à luta armada. Assim, com o endurecimento do regime, em meados de 1967, militantes do PC do B passaram a ver na região do Araguaia, atual norte do país, uma alternativa viável para a resistência e a tentativa de uma revolução de moldes cubanos e chineses.

Em relação à guerrilha do Araguaia, sua idealização já vinha sendo planejada por alas do PC do B que seguindo correntes ideológicas socialistas marxista-leninista via no campo uma alternativa para o começo de uma revolução (PORTELA, 1979). Além disso, é importante ressaltar que tentativas de organizar guerrilhas urbanas pelo Brasil, na tentativa de resistir à ditadura não obtiveram êxito. Tal situação pode ser entendida pelos diversos aparatos criados pela repressão para coibir quaisquer focos de oposição no Brasil. Assim, a vida nos grandes centros urbanos, fosse pelos agentes infiltrados, bem como pelas práticas de tortura e prisão dificultaram ações nas cidades.

Assim, baseados nas experiências chinesa (1949) e cubana (1959), sessenta e nove militantes, mulheres e homens, divididos em três destacamentos (A, B e C) desenvolveram uma resistência rural na atual região Norte do Brasil⁸. No final, quase todos os militantes foram mortos e os silêncios em torno do episódio continuam vivos, uma vez que muitos corpos não foram encontrados e o Estado brasileiro não apresentou qualquer indício de onde estariam (CARVALHO, 1998).

⁸ O número exato de militantes varia de acordo com a bibliografia, pois algumas levam em consideração a entrada de moradores da região na composição guerrilheira.

Em obras sobre o tema do Araguaia é possível encontramos a menção a dezesseis mulheres, as quais foram divididas nos respectivos destacamentos e regiões estratégicas. Contudo na constituição do grupamento guerrilheiro foi possível observar algumas dificuldades quanto à chegada de mulheres à região. Em 2018, Criméia Schimdt, relatou sua chegada ao Araguaia:

A chegada da estudante de enfermagem desagradou os militantes já habituados ao local, que preferiam homens para aquele tipo de trabalho. No caminho para o Araguaia, Amazonas falou sobre algumas dificuldades na selva.

“Você vai ter de levar umas toalhinhas de pano, pois lá não tem absorvente”, avisou o velho Cid.

Ela parou em uma loja em Anápolis. Só tinha tecido verde. Comprou aquele mesmo. Em outro momento da viagem, Alice ficou irritada com Amazonas. O líder comunista afirmou que o engajamento de outras mulheres dependeria do desempenho dela.

“Porque você cobra isso das mulheres?”, reage a jovem. “Se o primeiro homem a chegar aqui não desse certo não haveria guerrilha?” (MORAIS e SILVA, 2011, p. 74).

Já sob o olhar da repressão, muitos soldados foram surpreendidos ao encontrarem mulheres participando da guerrilha, supondo maior facilidade em termos de confronto do que com guerrilheiros homens. Contudo, veremos que as mulheres militantes do Araguaia tiveram prestígio não apenas entre os próprios companheiros, mas o reconhecimento da própria repressão. Dentre os casos mais emblemáticos está o da baiana Dinalva Oliveira, conhecida como Dina do Araguaia.

Especificamente sobre as guerrilheiras, além de Criméia e Dinalva, entendemos que todas tiveram importância, algo que transcende qualquer tipo distinção, pois a presença delas não rompia apenas com a política, mas, também contrária a ideia machista que aquele lugar, no meio da selva, não era lugar de mulher. Assim, além das citadas anteriormente, devemos mencionar os nomes de Luzia Reis, Helenira Resende, Dinaelza Santana, Elza Monnerat, Maria Lúcia Petit, Suely Kanayama, Lúcia Maria de Souza, Luiza Garlippe, Jana Moroni Barroso, Áurea Valadão, Maria Célia Correa, Regilena da Silva Carvalho, Lúcia Regina Martins, Telma Regina Correia, Walkiria Afonso da Costa e Rioko Kayano (MORAIS e SILVA, 2011).

Dotada de muitos silêncios, e com a liberação gradual de documentação, a guerrilha do Araguaia ainda é um estudo pouco explorado se observarmos outros temas sobre o período. Ainda em relação aos silêncios do Araguaia, estão as circunstâncias das mortes dos militantes, inviabilizando o direito das famílias de enterrar seus entes queridos.

Em meio a toda a dificuldade na constituição de fontes e um referencial bibliográfico vasto, debates em torno da guerrilha do Araguaia levaram ao surgimento e ao amadurecimento das “invisibilizadas” militâncias femininas. Assim, estudos como, *Guerrilheiras do Araguaia: os caminhos de quatro jovens militantes* de Iano Maia (2004), *Araguaia: desvelando silêncios (a atuação das mulheres na guerrilha)* de Fabiana Guerra (2006), *Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia* de Bruno Ribeiro (2007) e *Ainda choram marias e clarices: mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência á ditadura militar no Brasil* de Denise Rigonati (2015) trouxeram importantes contribuições sobre a temática. A partir dos estudos citados veremos uma constatação comum, a da presença das mulheres como protagonistas na história e sua importância para a guerrilha do Araguaia.

Assim, entendemos que a militância das mulheres contra o regime militar apresenta inúmeras formas de rompimento e normatizações, fazendo de suas ações um ato ainda maior de resistência. Ao se posicionarem criticamente geravam descontentamento não apenas social, mas também político, fossem nos interrogatórios que eram submetidas pela repressão, suportando todos os tipos de humilhações em voga de sua sexualidade ou na própria convivência dentro dos aparelhos dos partidos e espaços de luta política. Na guerrilha o que se percebe é que não foi diferente e que caso o primeiro homem a ir ao Araguaia falhasse este seria substituído por outro, o que ocorreria de forma diferente para as mulheres, como tão bem destacou a militante Criméia Schimdt.

Conclusão

Os movimentos pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff levaram às ruas brasileiras, não somente a ira anti-petista; “Abaixo Paulo Freire” era temático de

muitas passeatas. Certamente, quem carregava aqueles cartazes não conhece a história do educador. Antes do golpe militar de 64, um novo método de alfabetizar causava impacto: ao invés das tradicionais cartilhas imbecilizantes, procurava colocar a palavra política no comando do processo de aprendizado como forma de conscientização da situação social vivida pelas populações analfabetas e marginalizadas. Após o golpe, seu criador, Paulo Freire, é exilado e seu método proibido. Em seu lugar institui-se o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) que tinha como objetivo que as pessoas somente assinassem seu nome, portanto continuavam analfabetas ou semi-analfabetas. Ainda hoje, o Brasil sofre, em suas entranhas, o analfabetismo e as consequências do MOBRAL.

O mais trágico, nas passeatas pelo impeachment da única mulher presidenta na história de nosso país, foi a campanha pela volta à ditadura militar, onde muitos pediam “intervenção militar já”. Um dos motivos, em nosso entendimento, desse sentimento de retrocesso, político e social, é o desconhecimento do que foram de fato, aqueles duros tempos. É bom recordar que muitas mulheres foram às ruas na passeata “Família com Deus pela Liberdade” em 1964, pedindo a deposição de João Goulart e alertando para o perigo comunista. Estas mesmas mulheres, logo depois, voltam às ruas atrás de seus filhos, amigos e parentes desaparecidos ou mortos pelas mãos da ditadura.

Além destas mães que procuram seus filhos e filhas, onde andavam as mulheres neste período? Todas no “santuário” do lar, esperando o casamento e a maternidade? Ou, também nas ruas, nos “aparelhos” fazendo oposição ao regime de exceção? Estavam nas ruas, nas passeatas, nos partidos juntamente com os homens na luta pela democracia e pela liberdade. Sempre mal-vistas, pela repressão que as desqualifica, porque, segundo ela, essas mulheres que estão no mundo dos homens, espaço público/político, são promíscuas à procura de homens. E, para desmerecê-las, unem dois conceitos, desabonatórios na época, comunista e prostituta. Essa mulher não era somente uma opositora à ditadura, mas subvertia os valores estabelecidos, que não atribuíam à mulher espaço para a participação política.

Se a história política é essencialmente masculina, a história da ditadura militar no Brasil é a radicalização da invisibilidade do feminino. A mulher militante política, engajada em partidos políticos de oposição à ditadura, em guerrilhas como o caso do Araguaia, não era encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder. Apesar de tantas mulheres, juntamente com os homens, lutarem pela redemocratização do país, foram excluídas dos relatos históricos e das documentações sobre o período.

Em suas obras, *Vigiar e Punir* e *História da sexualidade, a Vontade de Saber* Michel Foucault nos apresenta seus conceitos de poder e resistência. O poder para este filósofo/historiador se encontra em todos os espaços públicos ou privados e a resistência é parte constitutiva do poder, anunciando propostas de liberdade. Para Foucault o poder não é algo que se detém, mas que se exerce e atravessa todo o corpo social. Segundo Foucault,

(...) lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. As relações de poder não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. (...) Mas resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição não podem existir a não ser no campo estratégico de poder. (FOUCAULT, 1977, p.91)

Também Judith Revel, estudiosa de Foucault, explicita esta relação poder versus resistência. Segundo ela esta reciprocidade não é redutível a um modelo simplista onde o poder seria totalmente negativo e as lutas sempre tentativas de liberação:

(...) não somente o poder, ao produzir efeitos de verdade, é positivo, mas as relações de poder somente estão por toda parte porque por toda parte os indivíduos são livres.. Não é, portanto fundamentalmente contra o poder que nascem as lutas, mas contra certos efeitos de poder, contra certos estados de dominação, num espaço que foi, paradoxalmente, aberto pelas relações de poder. E inversamente: se não houvesse resistência, não haveria efeitos de poder, mas simplesmente problemas de obediência. (REVEL, 2005, p. 76).

É sobre poder e resistências que tratamos neste texto. Resistências de homens e mulheres que durante todo o período da ditadura militar foram humilhados, torturados, mortos; deram suas vidas pela liberdade e democracia. As mulheres militantes nos partidos de esquerda tiveram que resistir duplamente: contra a ditadura militar e, inclusive, em relação a seus companheiros que não tinham a preocupação em analisar e resolver as intrincadas relações de poder entre homens e mulheres, presentes também dentro das organizações.

Se o mundo inteiro virava de cabeça para baixo em 1968 com os jovens demonstrando sua rebeldia nas ruas, no Brasil nossos jovens fugiam da polícia, muitos escondidos em casas clandestinas. 1968 é marcado também pelo movimento feminista e a discussão sobre a sexualidade das mulheres ganha acento com a invenção da pílula anticoncepcional. Mas a esquerda que combatia a ditadura, não propiciava o debate sobre as relações feminino/masculino, sobre as questões femininas porque, segundo ela, havia uma contradição maior a ser resolvida: a oposição entre a burguesia e o proletariado. Debater ou enfrentar a diferença entre os sexos, as questões específicas femininas seria desviar da luta principal. Este comportamento reforçava o poder dos homens nas organizações de esquerda.

Referencias Bibliográficas

BASTOS, Natalia. **Elas por elas**: trajetória de uma geração de mulheres de esquerda no Brasil – anos 1960-1980. 2007. 138 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CARVALHO, L.M. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

CAVALCANTI JÚNIOR, Ary Albuquerque. **“Para não dizer que não falei das flores”**: Memórias de mulheres na resistência à ditadura civil-militar (1964-1985). 2016. 125f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós- Graduação em História Regional e Local. Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2016.

_____. As mulheres Brasileiras na Ditadura Civil-Militar: avanços e abordagens em quase quatro décadas de resistência. **Fronteiras**, v. 21, n. 36, p. 177-199, 2018.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. “A ditadura militar e o corpo feminino”. In: **Faces e interfaces da violência de gênero**. Goiânia: Editora UFG, 2017, p. 81-98.

_____. “50 anos da ditadura militar no Brasil: questões feministas e de gênero”. In: **Revista Opsis**. Goiânia: Editora UFG, 2015. P. 370-383.

CONRADI, Carla Cristina N. **“Memórias do sótão”**: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). 2015. 267 fl. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal do Paraná, 2015.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**. A história da violência nas prisões. Petrópolis; Vozes, 1991.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Volume 1. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araujo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Mulheres e militância**: encontros e confrontos durante a ditadura militar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

JOFFILY, Olívia Rangel. **Esperança equilibrista**: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2005. 170fl. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. **As mulheres e os silêncios da história**. Bauru/SP: Edusc, 2015.

_____. “Práticas da Memória Feminina”. In: Bresciani, Maria Stella Martins (org.). **A Mulher no Espaço Público**, São Paulo, Marco Zero, 1989.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

REVEL, Judith. **Foucault**. *Conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Maria Cláudia B. **Mulheres na luta armada**: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018.

RIDENTI, Marcelo. S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.2, n.2, p. 113-128, 1990.

_____. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

ESPAÇOS DE REPRESSÃO:

o uso da maternidade e do feminino enquanto instrumento de tortura no DOPS-SP, OBAN e Presídio Tiradentes (1969 – 1974)

REPRESSION SPACES: The use of maternity and feminine as an instrument of torture in DOPS-SP, OBAN and Tiradentes Prison(1969 – 1974)

Selly Laryssa da Fonsêca Lins¹

Artigo recebido em: 24/06/2019.

Artigo aceito em: 19/09/2019.

RESUMO:

Este artigo pretende discutir acerca das práticas de torturas e mortificações consumadas nos espaços repressivos, destacadamente Operação Bandeirantes (OBAN), Dops – SP e Presídio Tiradentes, à época da Ditadura civil-militar, contra os corpos de mulheres que ousaram questionar, de alguma forma, o regime político vigente. Procuramos entender como e por que demarcadores sociais e biológicos da condição feminina, tal como a maternidade, foram utilizados enquanto instrumentos de controle e sujeição pelos espaços coercitivos e seus agentes. Para tanto, realizamos a análise arqueogenealógica dos testemunhos de quatro ex-militantes cujos relatos foram concedidos ao Grupo de Trabalho (GT) “Ditadura e Gênero”, da Comissão Nacional da Verdade no período de 17 de setembro de 2013 à 6 de março de 2014.

PALAVRAS-CHAVE: Repressão, mulheres, espaços, tortura.

ABSTRACT:

This text intends to discuss about torture and mortification practices consummated by the repressive spaces, highlighted the Operação Bandeirantes (OBAN), Dops – SP and the Tiradentes prison, at the time of the civil-military dictatorship, against the women bodies who dared question, some how, the in force political regime. We seek to understand how and why social and biological features of female condition, such as the maternity, were used as a control and subjection tool by the coercitive spaces and their agents. For this purpose, we made an archeogenealogical analysis of the testimonies of four former militants whose reports were given to the Working Group (WG) “Ditadura e Gênero” of the National Truth Commission from September 17 of 2013 to March 6 of 2014.

KEYWORDS: Repression, women, spaces, torture.

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e aluna do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFRN. CV: <http://lattes.cnpq.br/5039226205649241>. E-mail: sellyfonseca@hotmail.com.

Introdução

Historicamente, o Brasil passou por diversas conjunturas de instabilidades e ameaças aos poderes legalmente e democraticamente constituídos. Um desses momentos reporta ao ano de 1964 com o desenrolar do Golpe Civil-Militar ², o qual demarcou o desfecho de um processo de acirramento ideológico com a ampla mobilização das classes populares paralelamente a uma ofensiva política dos setores militares e empresariais. Além de desgastes e crises econômico-financeiras, políticas e institucionais, as quais tiveram seu prelúdio ainda nos anos de 1950 e conservaram-se até após o curto Governo de João Goulart (1961-1964). (TOLEDO, 2004).

Assim, tivemos o triunfo do golpe e a ascensão de um Estado ditatorial que se propôs a atender aos interesses políticos, econômicos e sociais das classes dominantes, ao mesmo tempo em que se utilizou de suas forças repressivas para destroçar toda e qualquer oposição que ousasse fazer frente ao governo instaurado. (FERREIRA; DELGADO, 2013).

O recorte temporal deste escrito abarca os anos de 1969 a 1974, os quais estiveram, em grande parte, sobre o comando do general Emílio Garrastazu Médici, considerado pela historiografia um dos mais impetuosos e arbitrários. Esse momento fora marcado por um forte fechamento do Estado, acumulação de poderes nas mãos do general-presidente e a imposição de decretos-lei e dos Atos Institucionais, sendo, por isso, conhecido como os *Anos de Chumbo (1969-1978)*. Entre aqueles, um dos mais impactantes e autocráticos foi o Ato Institucional de nº 5 (AI – 5) ³. Nesse contexto, a resistência ⁴ se mostrava cada vez mais materializada em críticas, protestos e ações generalizadas por todos os setores sociais e das mais variadas formas de expressão. E, dentro desse

2 Optamos pela utilização do referido termo por entender que o Golpe de 1964, que deu início ao Regime Militar, contou não só com a aclamação de setores civis da sociedade, a exemplo do empresariado; mas também angariou apoio social e financeiro de parcelas da sociedade civil (TOLEDO, 2004).

3 O Ato Institucional de nº 5 foi decretado em 13 de dezembro de 1968 e estabeleceu, entre outras determinações, o estado de sítio, a suspensão do habeas corpus e a cassação de mandatos eletivos, desdobrando-se nos chamados anos de chumbo, com o mais alto nível de repressão. (BRASIL, 1968).

4 “Resistência é um conceito muito amplo. Normalmente pensado em oposição a ‘poder’, resistência pode ser qualquer tipo de ação individual ou coletiva realizada contra um governo, uma instituição, uma lei, uma ação repressiva. [...]” (WOLFF, 2013, p. 119).

panorama de persistência e combatividade, a ação de mulheres esteve cada vez mais presente. (FERREIRA; DELGADO, 2013).

Desde o princípio da oposição constituída tivemos mulheres que optaram por se fazerem presentes na resistência, tanto nos movimentos que preconizaram a luta armada como única saída viável ao Estado ditatorial, quanto nos que acreditavam que a melhor estratégia era manter-se no viés legal. (MERLINO; OJEDA, 2010).

Diante disso, o objetivo deste artigo é discutir acerca das práticas de torturas e mortificações consumadas nos espaços repressivos, destacadamente na Operação Bandeirantes (OBAN), DOPS – SP e no Presídio Tiradentes, à época da Ditadura civil-militar, contra os corpos de mulheres que questionaram, de alguma forma, o regime político vigente. Procuramos entender como e por que demarcadores sociais e biológicos da condição feminina, tal como a maternidade, foram utilizados enquanto instrumentos de controle e sujeição pelos espaços coercitivos e seus agentes.

Para tanto, realizamos a análise arqueogenealógica dos testemunhos de quatro ex-militantes que foram perseguidas, presas e submetidas aos mais variados tipos de violações. Seus relatos foram concedidos ao Grupo de Trabalho (GT) “Ditadura e Gênero”, da Comissão Nacional da Verdade⁵ no período de 17 de setembro de 2013 à 6 de março de 2014, os quais retratam de forma entorpecida o abuso e o desrespeito sofrido por mulheres, muitas delas em fase gestacional e/ou no puerpério, cujos corpos foram supliciados por agentes de órgãos repressivos. Com exceção de uma narrativa, cujo testemunho foi retirado do livro de memórias *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino* (2010), com organização de Tatiana Mirleno e Igor Ojeda.

O texto está dividido em dois momentos: no primeiro, iremos nos debruçar e especificar quais os espaços repressivos que se sobressaíram nos relatos analisados neste escrito, articulando suas organizações e mecanismos repressivos com uma discussão de base teórica. No segundo momento, iremos trazer os relatos das mulheres submetidas às

5 A Comissão Nacional da Verdade foi um órgão criado pela Lei 12528/2011 e instituído em 16 de maio de 2012 com o objetivo de investigar e esclarecer as graves violações dos direitos humanos ocorridas, principalmente, no contexto do Estado de exceção instituído no Brasil através do golpe de 1964. A atuação da instituição tinha por base efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. Com seu mandato marcado para finalização em dezembro de 2013, tivemos a prorrogação de suas atividades até dezembro de 2014, através da medida provisória nº 632. (BRASIL, 2014).

torturas, especificando suas percepções e recordações acerca de determinados episódios de violações cometidas, percebendo-os enquanto fundamentados em uma ânsia de precarização dos corpos femininos.

Os espaços de repressão e suas estruturas

Ao focarmos nos espaços repressivos, nos quais inúmeras pessoas foram vítimas da política do terror de Estado, destacamos três órgãos que se avultaram nos testemunhos aqui analisados: a Delegacia de Ordem Política e Social do estado de São Paulo (DOPS – SP), Operação Bandeirante (OBAN) e o Presídio Tiradentes, ambos também localizados na cidade de São Paulo. Tais órgãos se orientavam e funcionavam tendo como base a Doutrina de Segurança Nacional ⁶, cujo pilar se constituiu a partir da decretação de sucessivas Leis de Segurança Nacional

“[...] sob a forma de Decretos-Leis (DL) – uma em 1967 (DL 314) e duas em 1969 (DL 510 e DL 898) – de conteúdo draconiano, que funcionaram como pretenso marco legal para dar cobertura jurídica à escalada repressiva. O espírito geral dessas três versões da Lei de Segurança Nacional indicava que o país não podia tolerar antagonismos internos e identificava a vontade da nação e do Estado com a vontade do regime”. (MIRLENO; OJEDA, 2010, p. 21).

O primeiro dos órgãos coercitivos analisados, o DOPS – SP, mantinha ações repressivas independentes podendo perseguir, prender, torturar e suprimir os seus opositores. A OBAN, por sua vez, foi uma operação formada em São Paulo, em 1969, e contava com efetivos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Delegacias Estaduais de Ordem e Política Social (Deops), Departamento de Polícia Federal, Força Pública e Guarda Civil. Além de contar com o financiamento e apoio de setores do empresariado paulista. (MIRLENO; OJEDA, 2010).

O Presídio Tiradentes, por sua vez, se encaixava em outra categoria, conforme Jacob Gorender elucida em seu livro *Combate nas Trevas (1990)*. De acordo com o autor, as prisões políticas da ditadura militar se dividiam em dois tipos: as instituições de interrogatório e formalização dos processos da fase policial e as instituições de reclusão,

⁶ A Doutrina de Segurança Nacional teve como principal idealizador no Brasil o general Golbery do Couto e Silva, e assentava-se na tese de que o inimigo da pátria não era externo, mas sim interno. Para enfrentá-lo, o país teria que estruturar um novo aparato repressivo. (MIRLENO; OJEDA, 2010).

onde os detentos aguardavam julgamento ou cumpriam pena. Assim, os órgãos até aqui pormenorizados se incluíam na primeira categoria, ao passo que o Presídio Tiradentes pertencia ao segundo tipo, significando, inclusive, “[...] proteção judicial, uma vez que só então a detenção deixava de ser sigilosa e incomunicável e se formalizava na Auditoria Militar”. (GORENDER, 1990, p. 219).

Segundo Gorender (1990), nos períodos de grande movimentação os dois pavilhões masculinos e a ala feminina chegavam a reunir 400 presos políticos, além da massa de presos comuns que se amontoavam nas celas do primeiro pavilhão. Comparativamente, o Presídio Tiradentes era considerado um dos piores estabelecimentos correcionais, mas, “[...] não era tão mau quanto os quartéis, onde os prisioneiros sofriam a pressão incessante do ódio de uniforme”. (GORENDER, 1990, p. 221).

Um elemento presente em tais domínios repressivos da ditadura militar, tanto nos espaços de interrogatórios quanto nos de reclusão, seria o aparato repressivo altamente controlador no qual o principal imperativo era a mecânica do poder sobre os corpos, a qual Foucault (1992) caracteriza como uma política de coerções “[...] sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. [...]” (p. 164). Ainda nos detendo em Michel Foucault (1992), veremos que para a efetivação de um aparelho repressivo há a necessidade de delimitação espacial, ou seja, “[...] a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo [...]”. (FOUCAULT, 1992, p. 168). Nesse sentido, os espaços repressivos aqui analisados eram encarados tendo enquanto ótica a ideia de que são trabalhados de forma flexível, onde a coação ordena o espaço analítico e o estipula enquanto local no qual os corpos são arrolados, esmiuçados e dominados. Ou seja, em tais espaços repressivos ocorre o que Erving Goffman (1961) categoriza enquanto mortificação do “eu”, produzida diretamente pela perda da identidade e desfigurações permanentes dos corpos, componente exposto em todos os domínios nos quais o aparato repressor se faça presente.

Esse processo de mortificação do “eu” é traçado a partir de sucessivas profanações dos corpos nos espaços de repressão, os quais são submetidos a degradações

de todos os tipos. O primeiro passo para efetivação da mortificação se daria com o isolamento do indivíduo, ou seja, seu fechamento e distribuição nos espaços, processo seguido pela perda de controle sobre sua aparência pessoal, a forma que almejaria se mostrar aos demais. Essa perda do conjunto da identidade é precedida por um dos pontos mais cruciais na mortificação do “eu”: a mutilação direta e, muitas vezes, permanente do corpo, o qual, nos espaços repressivos analisados no presente artigo, são submetidos a todo tipo de violência e abusos. Circunstâncias que podem ser observadas e analisadas nos testemunhos de muitas mulheres supliciadas pelos espaços repressores, a exemplo de Denise Peres Crispim, “Apanhei, apanhei e apanhei lá dentro, quem me bateu foi o capitão Albernaz e toda a equipe dele.”⁷ E de Elzira Vilela, “[...] nada era pior do que isso, por isso que assim, as pancadas, os choques - choque em vagina, choque em seio, choque em todo lugar, na boca [...]”⁸. Testemunhos que expõem contornos dos abusos cometidos e reiteram a presença da dominação, principalmente masculina, nos espaços de opressão. (FACINA; SOIHET, 2004).

Nesse viés, os espaços repressivos aqui observados se configuram enquanto aparelhos controladores, sendo entendidos enquanto locais que esquadrinham “[...] ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o enquadramento minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças [...]” (FOUCAULT, 1992, p. 164), que almejam a produção de corpos submissos, dóceis.

Feminilidade, maternidade e tortura

Nos relatos e discursos disseminados à época pelos Órgãos repressivos e seus agentes, a mulher era vista como um ser incapaz de participar ou tomar frente em qualquer tipo de luta política. Conforme Merlino e Ojeda (2010) afirmam, esse prejulgamento tido enquanto verdade

7 Denise Peres Crispim, depoimento à CNV, em 6 de março de 2014. Arquivo CNV, 00092.000442/2014-88. (BRASIL, 2014, p. 44).

8 Elzira Vilela, depoimento à CNV em 21 de fevereiro de 2014. Arquivo CNV 00092. 000422/2014-15. (BRASIL, 2014, p. 22).

Acabou por fazer com que elas pudessem transitar mais facilmente na cena política, atuando na transmissão de informações e absorvendo tarefas que os homens tinham mais dificuldade de realizar. Isso, no entanto, não significou que tenham ficado dentro dos “aparelhos”, varrendo o chão ou fazendo café. Elas estiveram em todas as frentes da resistência. (MERLINO; OJEDA, p. 16, 2010).

Assim, tendo em vista a participação feminina nos movimentos de oposição à ditadura, rapidamente os agentes dos espaços repressivos passaram a enxergar nas mulheres militantes uma ameaça potencial, e com isso, a utilizar todos os mecanismos possíveis visando à desestabilização e esmagamento da contraposição existente. Nesse viés, tivemos o uso da maternidade e de elementos sociais demarcadores da condição feminina enquanto mecanismos de dominação e tortura dos corpos de mulheres pelos agentes dos espaços de repressão da ditadura militar. Circunstância marcada pela necessidade de desumanização feminina, conforme Merlino e Ojeda (2010) evidenciam.

Para fazer de uma mulher uma vítima de tortura é preciso não apenas que seu algoz retire dela toda a sua dignidade como ser humano, mas que estraçalhe a sua “humanidade feminina”, que retire do corpo a ser supliciado qualquer traço de relação com os outros corpos femininos que o remetem ao aconchego e ao afeto maternal, [...]. (MERLINO; OJEDA, p. 17, 2010).

Ao realizarmos uma discussão tendo enquanto um dos enfoques principais a maternidade, se faz necessário o debate empreendido por Elisabeth Badinter (1985) acerca de como aquela foi e é pensada social e historicamente. Perspectiva entendida, durante muito tempo, enquanto uma condição intrínseca à natureza feminina e, portanto, um caminho natural a ser seguido. Visão posteriormente substituída pela ideia do amor materno incondicional da mãe por seu filho, elemento também controverso por se tratar de um sentimento humano e, portanto, passível de fragilidades e imperfeições. Desse modo, esse sentimento materno foi uma das vertentes exploradas pelos agentes dos órgãos repressivos enquanto peça chave nas violações empreendidas contra aquelas mulheres que eram mães e opositoras ao regime militar. Vertente essa que pode ser observada nos testemunhos de muitas mulheres, cuidadoras ou mães, presas e levadas aos órgãos repressivos que sofreram com a vulnerabilidade diante da “[...] ameaça permanente aos filhos também presos ou sob o risco de serem encontrados onde estivessem escondidos. [...]” (MERLINO; OJEDA, p.30, 2010). Sofrimento o qual Elzira Vilela vivenciou, ao confirmar que, enquanto estava presa e passava pelas sessões de tortura,

[...] eu só pensava na Carminha, eu estava absolutamente desesperada, eu não tinha...olha, para falar a verdade, eu não sentia nem muita dor, nem muita coisa, porque o meu foco inteiro era assim, a loucura...“Acabou, como é que pode? Ela está na mão deles.” Ter um filho...e essa para mim foi a maior tortura da vida, eu creio que nunca mais na vida eu vou sofrer tanto como naquele dia, como naqueles dias eu sofri, porque você fica o tempo todo se questionando, eu escolhi, é uma opção de vida minha isso, é isso aí mesmo, deixa, deixa bater, eu não vou reagir, não vou falar nada, se tiver que morrer, morro. Agora, e a filha? E a menina?⁹ (BRASIL, 2014, p. 22).

Assim, o corpo da mulher, o qual sempre fora tido socialmente enquanto propriedade de outrem se torna objeto da barbaridade dos agentes repressivos e seus espaços de tortura. A mulher, mãe ou não, vê e vivencia a todo o momento o suplício de seu corpo na tentativa de arrancar-lhe traços femininos e maternais. Elemento evidenciado por Merlino e Ojeda (2010) ao salientar que “A tentativa de destituir a mulher de seu lugar feminino, de mulher, de mãe, não encontrou nos porões da ditadura qualquer trégua [...]” (MERLINO; OJEDA, p. 27, 2010). Logo, o que tínhamos eram mulheres que

[...] vivenciaram situações-limites após a entrada na militância, romperam com seus vínculos familiares e assumiram riscos sociais ao: engravidarem solteiras; serem presas grávidas; sofrerem abortos sob tortura; terem seus partos durante a prisão, clandestinidade e exílio, sem assistência médica pré e pós-parto; além de serem apartadas de seus bebês sem amamentá-los e sob ameaça de não mais tê-los nos braços. (Cruz, Gianordoli-Nascimento, Oliveira, Santos, Mendes, Freitas, Reis, 2015, p. 129).

Elementos presentes ao analisarmos o testemunho de uma das muitas vítimas civis da política coercitiva adotada nos espaços de repressão da ditadura: Rosemary Nogueira, que foi presa e levada ao DOPS – SP com apenas 40 dias de puerpério e que teve arrancada de si, a possibilidade de amamentar seu filho.

[...] ele me pegou à força e deu a injeção aqui na frente da coxa. E eu ainda gritava assim com ele: “Vocês aqui devem estar tudo infectado, eu vou ter hepatite, eu não vou tomar injeção nada, eu não vou...” Aí depois é que ele me falou: “Cortar esse leitinho aí, tirar o leitinho.” Realmente acabou o leite, o meu médico disse que essas injeções são... uma injeção só que eu tomei, é uma descarga de estrógeno para cortar¹⁰. (BRASIL, 2014, p. 9).

A violência sofrida por Rosemary nos espaços repressivos aos quais foi levada culminou na sua esterilidade,

⁹ Elzira Vilela, depoimento à CNV em 21 de fevereiro de 2014. Arquivo CNV 00092. 000422/2014-15.

¹⁰ Rosemary Nogueira, depoimento à CNV, em 17 de setembro de 2013. Arquivo CNV 00092. 002333/2013-14.

[...] Não engravidei mais, nunca mais, tentei, tentei, realmente não engravidei mais, por causa da infecção puerperal. Porque também foram muitos dias sem tomar banho, e eles aproveitavam aquele meu estado, o leite, escorrendo sangue, para me humilhar, como mulher mesmo: “E essa sangueira aí vem de onde? [trecho incompreensível] essa xoxota aí.” Porque eles raspam a gente quando vai ter bebê: “Então, essa xoxota sem pelo aí?”¹¹ (BRASIL, 2014, p. 9).

De uma forma geral, havia uma preocupação presente nos órgãos de repressão quanto à manutenção da moral. Fato explicitado por Soares (2016) ao afirmar que a obsessão “[...] não era restrita às questões meramente políticas, como a preocupação com a ‘subversão’, mas também com as questões morais, que passam, obrigatoriamente, pela preocupação em controlar e enquadrar os corpos [...]” (SOARES, 2016, p.16). Isto, obviamente, de acordo com os valores conservadores relacionados ao regime militar. Ao pensarmos sob esta ótica tendo enquanto foco os corpos de mulheres, veremos que estas estariam expostas de forma mais vulnerável à ação desses conjuntos de discursos e práticas repressivas que almejavam podar e controlar os corpos rebeldes. Tal fato deve-se, em grande medida, apenas por serem mulheres, o que seria por si só uma intrepidez sem tamanho que tais indivíduos ousassem exercer outros papéis que não aqueles determinados socialmente. Quer dizer,

[...] a participação política de mulheres era considerada um duplo desvio: o de irromper com a expectativa de papel de gênero defendida pelo projeto moral civil militar à medida que tais mulheres ocupavam o espaço público, considerado exclusivamente de homens e ao ousarem fazer oposição ao regime. (OLIVEIRA, 2017, p. 46).

Consternação que fica evidente ao analisarmos fragmento do testemunho concedido por Rosemary Nogueira, o qual constitui parte das narrativas que foram estudadas para desenvolvimento deste artigo.

Pois é, por exemplo, no meu caso que eles falaram que eu era... tinha acabado de parir, imagina como devia ser a mulher deles, como que eles viam as mulheres deles? E era bonita, onde já se viu, era jornalista, como? Onde já viu? Mulher não era nada para eles, como aquelas mulheres estavam ali? E tinham uma posição? Inclusive deixando muito claro que estava em campo oposto ao deles, as mulheres foram...¹² (BRASIL, 2014, p. 17).

11 Ibid.

12 Rosemary Nogueira, depoimento à CNV, em 17 de setembro de 2013. Arquivo CNV 00092.002333/2013-14.

Nesse sentido, múltiplas falas foram engendradas pelos agentes coercitivos acerca das mulheres levadas e/ou torturadas aos órgãos de repressão. Assim como a tortura visando à precarização e à supressão de elementos que configuram características condizentes aos corpos femininos, ou até mesmo utilizando tais elementos contra as próprias mulheres se tornou a regra das sevícias praticadas. Um exemplo é a violência sexual, a qual, segundo Contreiras (2015), se configura enquanto uma invasão dos corpos alheios, mas não apenas no sentido físico, pois o “corpo é constituído por sentimentos, sensações das mais íntimas sendo assim as ameaças à sexualidade ameaçam toda a integridade do ser humano, pois ataca-se o núcleo da identidade do ser. [...]” (p. 32).

Nessa perspectiva e consoante com o que foi analisado a partir dos relatos, a violência de cunho sexual praticada nos espaços repressivos contra as presas políticas era usada não só com o objetivo de se obter informações, mas principalmente a fim de desestruturar e dominar os corpos das mulheres. Como exemplo temos o testemunho de Dulce Maia, presa em 1969 e também alvo da política coercitiva dos espaços repressivos.

[...] lá estava eu, uma mulher franzina no meio daqueles homens alucinados, que quase babavam. Hoje, eu ainda vejo a cara dessas pessoas, são lembranças muito fortes. Eu vejo a cara do estuprador. Era uma cara redonda. Era um homem gordo, que me dava choques na vagina e dizia: ‘Você vai parir eletricidade’. Depois disso, me estuprou ali mesmo. Levei muitos murros, pontapés, passei por um corredor polonês. (MIRLENO; OJEDA, p. 70, 2010).

O relato expõe uma das muitas faces dolorosas presentes dentro dos espaços repressivos e utilizado enquanto mecanismo de tortura: a violência sexual. Demonstrando que, de fato, havia interesses que superavam as questões políticas e perpassavam o simples e puro desejo repulsivo de tornar o corpo feminino um objeto que, após conquistado, poderia ser deflorado. Situações que exigiram de tais mulheres

[...] capacidades de resistência e superação frente ao adverso, principalmente no período pós-prisão, quando tiveram que reconstruir suas vidas e laços sociais, conjugando maternidade, carreira e sobrevivência em um amálgama pouco experienciado pelas mulheres de classe média daquele período histórico. (Cruz, Gianordoli-Nascimento, Oliveira, Santos, Mendes, Freitas, Reis, 2015, p. 129).

Considerações Finais

Isto posto, assente nos testemunhos analisados, é notório que o martírio, ainda que negado pelos órgãos repressivos e indivíduos que os compunham à época da ditadura militar, figurava “[...] entre as práticas rotinizadas dos órgãos repressivos das Forças Armadas. Não prática ocasional, excepcional, da responsabilidade de indivíduos, porém prática sistemática de órgãos pertencentes ao quadro legal das instituições militares.” (GORENDER, p. 227, 1990).

Ademais, percebe-se claramente que os espaços repressivos se utilizavam de elementos que, socialmente, são demarcadores da condição feminina e passaram a utilizá-los enquanto mecanismos e instrumentos de tortura e martírio contra mulheres que ousaram se opor ao regime vigente. Violações que resultaram no sofrimento dessas, mães ou não, e de seus filhos. Ou seja, tivemos agentes de órgãos que colocavam em prática uma política repressora de enquadramento dos corpos, especificamente dos femininos. Espaços repressivos que converteram em práticas cotidianas abusos de diversas ordens contra mulheres; que visavam a reificação e a resignação destas, seus papéis e atuação na sociedade, bem como seus corpos. (BRASIL, 2009).

Todos esses elementos corroboram as violações cometidas pelo Estado brasileiro entre 1964 e 1985 e evidenciam que toda e qualquer pessoa poderia encarnar e assumir a condição de inimigo do Estado bastava, para isso, se deslocar dos padrões políticos, sociais e morais estabelecidos. Assim, as mulheres que se opuseram ao regime ditatorial se converteram em um grupo não-hegemônico atingido por essa estrutura repressiva e, conforme demonstrado, elementos relacionados aos seus corpos tornaram-se traços fundamentais da política de tortura efetivada pelos espaços repressivos.

À vista disso, é imperativo ratificar o quão desumanas são as ditaduras e as atrocidades que podem ser cometidas em nome de um projeto político e social, que no Brasil, se mostrou altamente excludente e criminoso e que não poupou nem sequer setores vulneráveis da sociedade, tais como mulheres grávidas e crianças.

Referências Bibliográficas

Arquivo CNV, 00092.000790/2014-55: Testemunho de Denise Peres Crispim à CNV, em 6 de março de 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Nota%2087%20-%2000092.000790_2014-55%20%E2%80%93%20Denise%20Peres%20Crispim.pdf. Acesso em 22 abr. 2019.

Arquivo CNV, 00092.000422/2014-15: Testemunho de Elzira Vilela à CNV, em 22 de janeiro de 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Nota%2026%20-%2000092.000422_2014-15%20%E2%80%93%20Elzira%20Vilela.pdf. Acesso em 22 abr. 2019.

Arquivo CNV, 00092.002333/2013-14: Testemunho de Rose Nogueira à CNV, em 17 de setembro de 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Nota%2013,%2023,%2024,%2056,%2068%20-%2000092.002333_2013-14%20%E2%80%93%20Rosemary%20Nogueira.pdf. Acesso em 22 abr. 2019.

Ato Institucional n 5 de 13 de dezembro de 1968. Na íntegra: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em 22 de jun. 2019.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. In: **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. P. 400-435. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571. Acesso em 22 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Olhares feministas**. MELO, H. P.; PISCITELLI, A.; MALUF, S. W.; PUGA, V. L. (Org.). Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. 504p.

CONTREIRAS, Janaina Athaydes. **TERRORISMO de Estado e violência sexual na ditadura brasileira (1964 – 1985)**. 122f. Monografia (Graduação Licenciatura em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CRUZ, Jaíza Pollyana Dias.; GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; OLIVEIRA, Flaviane Costa; SANTOS, Thayna Larissa Aguiar; MENDES, Bárbara Gonçalves; FREITAS, Janaina Campos; REIS, Débora Barbosa. Gerando vida em contexto de morte: o exercício materno em situações de militância durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). **Psicologia e Saber Social**, 4(1), p. 126-150, 2015. Disponível em: <https://>

www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/10977. Acesso em 23 jun. 2019.

FACINA, Adriana; SOIHET, Rachel. Gênero e memória: algumas reflexões. **Rev gênero**, Niterói, v. 5, n. 1, p. 9-19, 2004. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30996/18085>. Acesso em: 23 set. 2019

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20. ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

MIRLENO, Tatiane; OJEDA, Igor (Org.). **Direito à memória e à verdade**: Luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante. A violência de gênero durante a ditadura civil-militar brasileira (1964 – 1985) sob as lentes de Ozualdo Candeias. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 10, n. 2, p. 43-57, 2017. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/745/pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SOARES, Anderson. S. DISCURSOS e representações do corpo durante a ditadura militar no Brasil (1968 – 1979). 196f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. **Estudos feministas IFCS/UFRJ**, v. 5, n. 1, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12558/11703>. Acesso em: 21 jun. 2019.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Rev bras de história**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a02v2447.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

WOLFF, Cristina Scheibe. Eu só queria embalar meu filho. Gênero e maternidade nos discursos dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. **AEDOS**, v. 5, n. 13, p. 117-131, ago/dez 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/44332/28052>. Acesso em: 22 set. 2019.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ EM TEMPOS DE DITADURA:

memória da criação, modernização e resistência (1957-1973)
THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARÁ IN DITADURA TIMES: memory of
foundation, modernization and resistance (1957 – 1973)

Renan Nascimento Reis¹

Artigo recebido em: 27/06/2019.

Artigo aceito em: 06/09/2019.

RESUMO

A temática apresentada neste artigo diz respeito às experiências vivenciadas nos primeiros dezesseis anos de funcionamento da Universidade Federal do Pará. Esse recorte temporal abrange desde a criação da UFPA até o final do mandato do reitor Aloysio Chaves, quando se consolida a Reforma Universitária. Foi a temporalidade que melhor se adequou ao objetivo desse artigo: discutir, através de fontes orais, como a comunidade acadêmica vivenciou esse momento de modernização e transformações, após o golpe civil-militar de 1964. Utilizaremos a metodologia da História Oral, considerando os depoimentos como nosso principal material de análise. Um dos principais resultados alcançados foi a compreensão de que o período é visto de maneiras diferentes, considerando a posição de cada ator envolvido, construindo-se memórias conflitantes sobre o mesmo contexto histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Ditadura civil-militar. Educação.

ABSTRACT

The theme presented in this article concerns the experiences lived in the first sixteen years of operation of the Federal University of Pará. This time frame extends from the creation of UFPA until the end of the mandate of Rector Aloysio Chaves, when the University Reform is consolidated. It was the temporality that best suited the purpose of this article: to discuss, through oral sources, how the academic community experienced this moment of modernization and transformation after the 1964 civil-military coup. We will use the methodology of Oral History, considering the testimonials as our main analytical material. One of the main results achieved was the understanding that the period is viewed in different ways, considering the position of each actor involved, building conflicting memories about the same historical context.

KEYWORDS: Memory. Civil-military dictatorship. Education.

¹ Renan Nascimento Reis é Especialista em História, Cultura e Sociedade (UESPI), Mestre em História do Brasil (UFPI) e Doutorando em História Social da Amazônia (UFPA) <http://lattes.cnpq.br/6847355923727035>. E-mail: renannreis@yahoo.com.br.

Considerações Iniciais

O problema que se apresentou à nossa reflexão é como esse momento de transformação é representado nas memórias daqueles que estiveram lá presentes, naquele tempo e naquele espaço, sejam como discentes, ou mesmo como docentes e gestores. Para isso, optamos por usar entrevistas colhidas junto ao projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”, disponibilizadas em conteúdo multimídia no sítio da universidade e a legislação relativa ao tema publicada durante o período tratado. As fontes escritas, embora nos forneçam um panorama bem detalhado a respeito das políticas de reestruturação do ensino superior pelo regime militar, pouco nos permitem depreender a respeito do impacto que esse processo causou nos sujeitos históricos diretamente afetados por essas políticas. Por esse motivo, optamos por deixar que as memórias conduzissem nosso texto, de modo que as histórias de vida fossem o fio condutor que nos levassem ao conhecimento historiográfico pretendido, e não o contrário. Assim seguimos o prescrito por (BLOCH, 2001, p.54), traçando, por traz da insipidez da letra da lei sancionada pelos governantes, ou mesmo da instituição UFPA que, sem si, não passa de uma sigla ou uma abstração, a história dos homens, assim mesmo no plural: dos alunos, dos engenheiros, dos professores, dos reitores, dos congressistas, dos ministros da educação, dos presidentes da república, enfim, todos eles sujeitos históricos que nos ajudaram a contar essa História.

À guisa de orientação teórica, verificaremos quais representações são constituídas a respeito dos fatos históricos verificados no período. Conforme Alessandro Portelli “representações e ‘fatos’ não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações” (PORTELLI, 2006, p.111). Por fim, deve-se, ainda, ter em mente que a memória é crucial aos integrantes do movimento estudantil, uma vez que ela está ligada a formação de sua identidade (POLLACK, 1989, pp.3-15), e a narrativa construída em seus depoimentos podem sinalizar em direção à formação de uma imagem “desejada” por esse grupo (POLLAK, 1989, p.10).

Já desde a década de 1970, que se vem observando um forte debate entre os historiadores em torno de uma nova maneira de escrita da história, o que gerou novos entendimentos em torno das fontes históricas e o seu manuseio por parte dos pesquisadores, além da discussão sobre novas abordagens a respeito dos acontecimentos “recentes”, até então negligenciados. Se a historiografia francesa da primeira metade do século passado acabou reforçando o *status* quase inabalável das fontes escritas, com sua história serial, estudo das estruturas e quantificações as correntes que a sucederam passaram a valorizar o indivíduo, a simbiose com demais campos de estudo e o que se chamou de “tempo presente”. O interesse sobre essa nova “temporalidade”, bem como a reanálise sobre a relação entre história e memória, passado e presente, trouxeram aos historiadores a necessidade de discutir os usos possíveis dos relatos orais para construção da narrativa historiográfica, fontes pouco discutidas até então, dado o alto grau de subjetividade que se atribuía a elas. Sendo a memória uma construção do passado, “contaminada” por sentimentos e necessidades do presente, os críticos sobre a utilização dos testemunhos diretos passaram a ter que lidar com o fato de que as “distorções” fazem parte de uma nova maneira de encarar a escrita do passado (FERREIRA, 2005).

A oralidade permite que os sujeitos marginalizados, aqueles que tiveram sua “voz” silenciada por anos, possam dar seu testemunho. Sendo, conforme Paulo Thompson (1992), uma história alicerçada em torno de pessoas, a história oral amplia o campo de ação do historiador, o qual passa reconhecer e conferir interesse a outros sujeitos, indo de encontro à “cristalização” de “mitos” tradicionalmente consagrados pela historiografia. Em outros termos, a história passa a ser um campo mais democrático. As reflexões que se verão adiante fazem parte dessa maneira de dar sentido ao passado, na qual sentimentos, ressentimentos, imprecisões, experiências e distorções são entendidos como elementos relevantes para se entender o contexto de criação da UFPA e seu processo de modernização conservadora após o Golpe de 1964.

Iremos nos deparar com representações diferentes a respeito política militar voltada para o ensino superior, maneiras diferentes de narrar e caracterizar um momento da história do Brasil de muitos debates políticos. Assim cabe ao pesquisador “criticar” essas fontes, não com o objetivo de encontrar “verdades”,

mas entendendo esse campo como lugar de conflitos (RAMOS, 2014, p. 126), no qual diferentes atores conferem diversos sentidos ao passado, às vezes, utilizando a história como “arma” (MÜLLER, 2014, p.81;95), naquilo que Paul Ricoeur chamou de “memória instrumentalizada”, referindo-se à “mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade.” (RICOEUR, 2007, p.93-94).

Parte 1: A “gênese” da Universidade Federal do Pará na Cidade de Belém (PA).

Alcyr Boris de Souza Meira nasceu em Belém em 08 de abril de 1934, vindo de uma família abastada da capital, filho do ex-governador do Pará Otávio Augusto de Bastos Meira, estudou durante toda sua vida no tradicional Colégio Moderno, localizado na Av. Quintino Bocaiúva, área nobre da cidade, antes de ingressar no curso de engenharia em 1952, ofertado pela então Escola de Engenharia do Estado do Pará, instituição autônoma de ensino, pois na época não existia uma universidade local. Contrariando uma tradição familiar que vinha desde seu bisavô, em que todos os homens seguiam a carreira de advogados, Alcyr se formou quatro anos depois em uma área técnica, e não demorou muito para que se envolvesse com o processo de criação da UFPA, como veremos adiante. Em 1954, já atuando no movimento estudantil, Alcyr lembra que uma das pautas de interesse dos alunos na época era justamente a criação de uma universidade, de modo que, quando lançou sua candidatura à presidência da União Acadêmica Paraense (UAP), em 1954, colocou como compromisso maior que fosse propugnada a criação da universidade:

eu conseguia passagens de cortesia e todos os meses eu passava pelo menos uma semana, uma semana e meia no Rio de Janeiro, que era a sede do congresso, justamente dentro do Palácio Tiradentes, que era a sede da Câmara Federal, conversando com a bancada paraense, com os deputados, no sentido de levar o projeto para frente. E o deputado Epílogo me ajudou muito (MEIRA, UFPA, 2014).

A criação da Universidade Federal do Pará foi sancionada pela Lei nº 3.191, de 1957, após cinco anos de tramitação no Congresso Nacional, cujo projeto foi inicialmente elaborado pelo deputado Epílogo Gonçalves de Campos, e depois retomado pelo deputado Guilherme Lameira Bittencout. Em 1958 ela começou a

funcionar, mas apenas em 1959 houve a inauguração oficial, em cerimônia com a presença do então presidente Juscelino Kubitschek e sua cúpula, no Teatro da Paz. A demora para a sanção do projeto de lei estaria relacionada à questões políticas locais, uma vez que o projeto era de um político do Partido Social Democrático (PSD), no caso o congressista Bittencourt, o que era alvo da oposição pela União Democrática Nacional (UDN) e pelo Partido Popular Socialista (PPS). A situação se inverteu, quando Epílogo tomou a frente do projeto, de modo que os políticos do PSD não desejavam que o projeto saísse, lembra Alcyr (MEIRA, UFPA, 2014).

O jovem engenheiro Alcyr foi logo contratado junto à recém-criada universidade, em 1958, como engenheiro do quadro, e indicado pelo primeiro reitor, Mário Braga Henriques, como diretor do departamento de planejamento e obras, mas foi apenas na gestão seguinte, a de Silveira Neto, que o plano de criar um *campus* ganha força, com a criação da Comissão de Implantação do Campus Universitário Pioneiro (Coplanco), presidida pelo próprio engenheiro. Foi lançado edital para que os interessados apresentassem proposta para a aquisição da área onde seria construída a cidade universitária, no entanto nenhuma das propostas atendeu aos requisitos necessários: umas eram depois de Ananindeua (local já distante do centro urbano de Belém), e as demais eram no interior do Estado, não tendo nenhuma vinculação com o rio, e a proximidade do rio seria necessário para os cursos e disciplinas que seriam implementadas. Essa realidade seria atendida no governo Castelo Branco com a doação de uma imensa área, que pertencia ao Instituto Agrônômico do Norte, ao Ministério da Educação.

A universidade reuniu unidades já existentes e que haviam sido criadas muitos anos antes, a exemplo da Faculdade de Direito (1902), de Medicina (1918) e de Engenharia (1940)². Foi desde o início da República que o desejo de criação de uma universidade em Belém foi se constituindo, imerso em um ideal de progresso e civilização alicerçados na educação formal, mas em descompasso com a efervescência econômica que possibilitou edificação do Teatro da Paz, do Arquivo Público do Estado e do Museu Paraense Emílio Goeldi, uma vez que não foi

² A composição original foi a seguinte: Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, Faculdade de Direito do Pará, Faculdade de Farmácia de Belém do Pará, Faculdade de Farmácia de Belém do Pará, Faculdade de Odontologia do Pará, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará e Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Pará.

possível a criação de um centro de pesquisa e de ensino local. A burguesia enriquecida pelo látex enviava seus filhos para estudarem na Europa, logo a formação superior em Belém não era assim uma necessidade imediata (FONTES, 2007, p. 13-68).

Já em outro contexto, ou seja, Guerra Fria, pós-guerra, políticas de integração nacional, necessidade de ocupação da imensa área da Amazônia e planos de desenvolvimento nacional, a criação de uma universidade na cidade de Belém passou a ser um elemento essencial para o projeto de modernização³ o qual o país vinha experimentando, quando o desenvolvimento científico logrou espaço maior nas políticas governamentais. No mesmo ano de criação da UFPA, o então presidente Juscelino Kubitschek visitou o Pará, onde foi recebido pela cúpula do PSD local, em especial seu aliado Magalhães Barata, quando inaugurou algumas obras, como o Silos de Belém e o Hospital Barros Barreto. A face modernizadora da cidade de Belém ia se formando, ao tempo que aumentava a mobilização para a integração das faculdades espalhadas por diversas localidades. Como vimos, o projeto avançou, foi aprovado pelo senado e sancionado pelo presidente, tendo seu primeiro Estatuto homologado em outubro de 1957, através do Decreto nº. 42.427 (FONTES, 2007).

Nos anos 1950, muitos centros urbanos Brasil foram sendo afetados pelos planos de modernização governamentais, o que incluiu a criação de novas faculdades e a “federalização” de muitas outras. Em Belém o processo começou em torno de um debate quanto à localização da cidade universitária. Enquanto uns defendiam que a sede da UFPA devesse ser construída no perímetro urbano, haja vista que as faculdades a serem integradas ficavam localizadas nesse espaço, outros defendiam que a melhor localização seria na área rural, onde hoje está situado o bairro do Guamá. Temos aqui um debate em torno, não apenas da localização territorial de um centro de estudos científicos, mas da identidade urbana daqueles

³ A modernização a que nos referimos se refere a um projeto conservador, repressivo e autoritário, o qual seria levado a cabo pelos militares, baseado em teorias norte-americanas, as quais defendiam a “modernização” das periferias com o intuito de combater os impulsos “revolucionários”. Isso incluía desenvolvimento econômico, fortalecimento democrático, roteiro, como sabemos, não seguido inteiramente no caso do Brasil, onde o projeto liberal-conservador vencedor em 1964 passou por cima de ideais democráticos em todas as áreas. Ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

que pensavam a organização sócio-espacial de como deveria se organizar a cidade de Belém em tempos de modernização crescente, em momento de transição, entre o “novo” e o “velho”. Como nos afirma Bernard Lepetit, existe uma: “pluralidade de tempos descompassados, cuja combinação gera mudança a cada instante” (LEPETIT, 2001, p.139).

Quanto à relação que se estabelece entre cultura e identidade, podemos citar a pesquisa realizada por Sandra Pesavento sobre a temática “cidade”. De início, devemos lembrar que os estudos sobre o urbano foram notadamente modificados a partir da influência da história cultural, quando a cidade passa a ser vista “como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais” (PESAVENTO, 2007, p. 13). Nesse sentido, a cidade é vista como lugar de sociabilidade e de sensibilidade, como objeto de discursos e representações.

Assim interessa ao pesquisador analisar “as representações que se constroem na e sobre a cidade, ou seja, com o imaginário criado sobre ela” (PESAVENTO, 2007, p.15). Nesse sentido, muitos objetos de análise se colocam à disposição do historiador que se interesse pelo tema, sob diversos prismas, tais como discursos, representações, imaginário, práticas, temporalidades, etc. Se abre ao pesquisador, por exemplo, perceber como se constrói historicamente a noção de uma “identidade” urbana, do ser urbano, do cidadão, dos marginalizados, do moderno, do progresso, e, portanto, também, da sua diferença, do rural, do campo, do antigo, e assim por diante. Como bem afirma Pesavento: “Com isso, acaba por definir uma identidade, um modo de ser, uma cara e um espírito, um corpo e uma alma, que possibilitam reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com a sua cidade” (PESAVENTO, 2007, p.17).

Desse modo, a criação da universidade representou não apenas a centralização de campos de conhecimento, mas a aglutinação espacial de alunos, professores e bibliotecas em um determinado ponto da cidade, o que não aconteceu sem conflitos, uma vez que o prédio na Avenida Nazaré doado pela prefeitura municipal, na figura do então prefeito Celso Malcher, para o estabelecimento da universidade, não pôde ser ocupado, após a mudança de mandato deste, para o posterior prefeito Lopo de Castro, adversário político de Magalhães Barata. A sede

da UFPA foi então instalada em um prédio, também na Avenida Nazaré, desocupando a Faculdade de Direito, onde estava funcionando temporariamente (FONTES, 2007).

Sob o ponto de vista modernizador, a criação da UFPA está situada em um contexto de grande anseio desenvolvimentista e nacionalista do governo federal voltado para as fronteiras do Brasil, em especial a Amazônia, região com baixa densidade demográfica, com centros urbanos distantes uns dos outros. A universidade passa a assumir o papel de centro irradiador da civilização e progresso através das ciências. Os bandeirantes seriam os alunos, marchando em direção aos sertões, empunhando, como armas, os livros, convertendo os povos amazônicos, tirando-os da barbárie em que viviam até aquele momento (FONTES, 2007).

Sob o ponto de vista da ocupação do espaço da cidade, ou seja, o discurso sob o qual se assenta a definição da localização da universidade, temos que uma noção de centralidade, ou seja, de *campus*, no qual se centralizam as instalações de várias campos de saber, foi, de fato, absorvida dos modelos europeus e norte-americanos. Formou-se assim uma paisagem que podemos identificar como universitária, que criou em um bairro periférico da cidade um espaço de ciência e saber, indo de encontro ao que naturalmente seguiria a ocupação pelo centro da cidade. Essa nova paisagem, fruto de uma intervenção brusca, interessa sobremaneira ao pesquisador da cidade, visto que as paisagens são também culturais, ou seja, carregadas do simbólico. Se soubermos que em um determinado lugar algo de significativo, marcante ou excepcional ocorreu, se nos for transmitido um conhecimento de como era este espaço no passado, este lugar será por nós composto mentalmente como uma paisagem imaginária de sentido (PESAVENTO, 2008, p.7).

Sendo assim, alguns centros universitários foram surgindo nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Sob o ponto de vista espacial, foi na gestão do reitor José Rodrigues da Silveira Neto (1960-1969), que a construção do campus começa a sair do papel. Inicialmente o Palacete Augusto Montenegro, localizado na avenida governador José Malcher, foi adquirido pela UFPA para a instalação da reitoria. Em 1963, é elaborado um Termo de Referência indicando as condições mínimas para o terreno que receberia a estrutura do campus e, ao mesmo tempo,

pleiteado junto ao Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte (IPEAN), uma área de várzea alagadiça às margens do rio Guamá, o que aconteceu ainda naquele ano. Alguns anos depois, em 13 de agosto 1968, é inaugurado o Conjunto Universitário, o que representava oito pavilhões, o pórtico de entrada, toda parte de urbanização e paisagismo, com a presença do presidente Costa e Silva, que recebeu *honoris causa* naquele dia (FONTES, 2007). Não podemos esquecer que a construção da UFPA não ocorre sem que haja uma intervenção na área que veria a ser usada para a construção da cidade universitária, pois além dos 200 hectares de terreno doado, foram necessários que mais sete terrenos fossem desapropriados no entorno para incorporação ao patrimônio da universidade.

A criação da UFPA praticamente inaugura essa periferia da cidade, pouco habitada e sem nenhuma infraestrutura urbana à época. Uma das principais vias do município de Belém, a avenida Perimetral, e o bairro vizinho, Terra Firme, são resultado dessa interferência direta no meio urbano (FONTES, 2013, pp. 265-266). Era uma área totalmente alagada onde funcionavam uma olaria, logo o terreno havia sido cavado, e com as chuvas, surgiram várias lagoas, de modo que o terreno mais parecia um “pântano”.

O aterramento foi realizado através de caçambas que traziam aterro de Marituba e Ananindeua (cidades vizinhas), o que se mostrou logo vagaroso. A solução encontrada foi que se fizesse o aterro hidráulico do rio Guamá, uma verdadeira obra de engenharia, que só foi possível graças ao interesse do governo militar nesse intento, na época, através do Ministro dos Transportes Mário Andreazza, o qual autorizou que uma draga apropriada para o serviço fosse deslocada do Paraná até Belém (MEIRA, UFPA, 2014).

A gestão do reitor Silveira Neto foi marcada por controvérsias e oposições. Desde 1957, como diretor da Faculdade de Medicina, já vinha sendo cotado para assumir o cargo de comando máximo da UFPA, mas a indicação foi para Mario Braga Henriques, da Faculdade de Direito, apoiado por Magalhães Barata, político influente no Pará. O movimento estudantil fez frente à política do regime militar exercida pelo reitor no espaço da universidade, visto como autoritário e de pouco diálogo. Citemos como exemplo a eclosão de uma greve dos alunos em março de 1964, após a extinção dos cursos de história e sociologia. Por outro lado, existe uma

memória que destaca muitos avanços durante seu mandato, levando em consideração a consolidação do *campus*, a ampliação do corpo docente, a reforma das unidades onde funcionavam os cursos e a reestruturação acadêmica e administrativa (FONTES; ALVES, p. 263). Não podemos esquecer que a UFPA recebeu muita atenção e muitos investimentos dos governos militares, o que não é de causar surpresa, em se tratando de um centro de ensino e pesquisa encrava no seio da Amazônia, o que remete a duas questões caras ao regime, ou seja, o controle ideológico do ensino superior e a ocupação estratégica das regiões de fronteira.

A memória daqueles que atuaram como funcionários da universidade, durante os nove anos da gestão Silveira Neto, traça um quadro positivo sobre esse período. Outro sujeito que trabalhou muito próximo ao reitor, assim como Alcyr Meira, apresenta-nos um testemunho parecido ao desse. Antonio Prince Bouez, nascido em Belém em 15 de outubro de 1932, filho de pai comerciante libanês, que havia migrado para o Pará durante o segundo ciclo da Borracha, conta que, alguns anos após se graduar pela Escola de Engenharia (1956), foi convidado por Silveira Neto para assumir a divisão de materiais da universidade, pois eram já conhecidos à época, considerando sua experiência na área mercantil de importação e exportação, quando trabalhava com seu pai, e por possuir curso de contabilidade. Bouez destaca a atuação do reitor:

O Silveira Neto era um homem que tinha uma visão que surpreendia muitas pessoas, e ele era um batalhador. E ele, inclusive, foi um dos batalhadores pela criação da universidade, e ele batalhou muito. Eu sei, porque eu convivi com ele muitos anos. Então ele tinha uma visão de universidade, de ensino. Muitas pessoas não gostavam dele, porque ele era, como se diz nas gírias, caxias. Ele era dessas pessoas que gostava de horário, o horário tinha que ser cumprido, se era sete horas, era sete horas, era inglês. Se atrasasse cinco minutos já levava uma chamada (BOUEZ, UFPA, 2014).

Essa memória, que poderíamos chamar de institucional, ressalta esse legado da gestão militar, à época conduzida por Silveira Neto: a busca por recursos junto ao Ministério para construção do *campus*, o processo de “universalização”, criação de novos cursos (geologia, mecânica, engenharia elétrica, núcleo de física e matemática, arquitetura, teatro, inglês, francês), aumento do número de vagas, a reforma dos prédios onde funcionavam as aulas, instalação da Imprensa Universitária,

construção do ginásio, construção da Casa do Estudante, construção da biblioteca central, etc.

Podemos contrapor esse cenário de grande efervescência acadêmica e crescimento da universidade, com as lembranças daqueles que, no mesmo período, foram prejudicados pela política autoritária assumida pelo regime militar. Para alguns professores, aqueles considerados “indesejados”, significou a interrupção de suas carreiras acadêmicas. Ruy Antônio Barata, lembra a perseguição que seu pai Ruy Guilherme Paranatinga Barata sofreu após o golpe de 1964. Barata já vinha de uma longa carreira política no Pará, atuando como deputado estadual constituinte a partir de 1947 até 1954, e depois como deputado federal entre 1957 e 1959, antes de ingressar no Partido Comunista, dando uma guinada às esquerdas paraense no início dos anos 1960, ao lado de outros nomes como Humberto Lopes, João Luís Araújo, José Maria Platilha, Raimundo Jinkings, Serrão de Castro e Levi Hall de Moura, época em que também assume a cadeira de Literatura Brasileira na universidade. Esse ciclo seria interrompido em 1968, quando Barata é aposentado compulsoriamente, acusado de ser comunista. Na lembrança de seu filho:

Na minha casa, do ponto de vista emocional, foi um desastre. Meu pai ficou sem emprego, porque ele foi aposentado compulsoriamente pela Universidade Federal do Pará. Sem um inquérito adequado, sem uma postura adequada da universidade, abaixada e agachada naquele momento. Como estava em todo o Brasil. Em alguns lugares, não (...). Faltava um dia para o término do AI-1, que aí voltava a Constituição passada, Jarbas Passarinho manda demiti-lo. Então, na minha casa, nós ficamos, primeiro, sem o sustento. Se não fosse pelo meu avô, que é um advogado que ganhava bastante naquele momento, tinha muitas causas, nós teríamos que ter saído do colégio privado etc. Porque ficamos na pior, sem dinheiro em casa. Meu pai foi trabalhar como jornalista na Folha do Norte. Foi trabalhar como *copy desk*, depois como tradutor. Trabalhava naquela máquina de telex, fax. Depois, foi exercer um pouco a advocacia, que ele nunca quis (BARATA, UFPA, 2014).

À memória que podemos chamar de “oficial”, ou institucional, que destaca, como vimos, a construção do campus e a modernização UFPA, é necessário contrapor as lembranças daqueles que foram lesados, perseguidos e traumatizados pelo mesmo processo modernizador-autoritário, como veremos a seguir. Após completar o cinquentenário do AI-5, as discussões sobre as memórias desse passado de repressão e resistência à ditadura-civil militar se fazem cada vez mais necessárias, principalmente se considerarmos a memória como “um bem comum, um dever (...)

e uma necessidade jurídica, moral e política” (SARLO, 2007, p. 47). Compreender como o projeto autoritário afetou as universidades públicas é um caminho para uma melhor compreensão do impacto do regime civil-militar na sociedade brasileira de outrora. No bojo das discussões atuais no Brasil, a respeito da educação e do papel dos professores e alunos entre os muros das escolas e universidades, entendo ser o momento propício para perscrutar as memórias sobre um período no qual o Estado quis se fazer presente na vida cotidiana das universidades e exercer seu controle autoritário sobre a comunidade acadêmica.

Parte 2: Política educacional militar: a reforma universitária e os acordos MEC/USAID

Dado o golpe civil-militar de 1964, coube ao governo militar voltar sua preocupação para uma demanda que há muito vinha sendo levantada no Brasil, quer seja a necessária modernização do país em vários de seus segmentos. Propostas de matizes conflitantes foram ganhando menos ou mais espaço, conforme o jogo de acomodação adotado pelos militares, tentando atender anseios diversos, sejam eles nacionalistas de direita, liberais, reformistas, reacionários, etc. Esse fluxo chegou naturalmente até as universidades públicas, que nos anos 1960, ainda seguiam o formato implantado pela reforma de 1931, é época do ministro da educação Francisco Campos, cujo objetivo era fomentar a pesquisa e desenvolvimento científico no Brasil. O resultado foi que mais de 30 anos depois, as universidades, nomenclatura imprópria à realidade vista à época, não passavam, na maioria dos casos, de faculdades isoladas e dispersas, voltadas para si mesmas. As reclamações mais comuns diziam respeito à estrutura organizadas em torno de professores catedráticos, cujos cargos eram vitalícios e que possuíam autonomia para contratar professores e pesquisadores, à seleção discente descentralizada e à insuficiência de vagas e de recursos orçamentários (MOTTA, 2014, p.44). A partir desse cenário, dois projetos ganham destaque.

As esquerdas vislumbravam uma universidade crítica e popular, com importante papel político a ser desempenhado pelos alunos, com a substituição das estruturas de cátedras pelos departamentos, coma democratização das deliberações

internas, com representação estudantil e a serviço das demandas sociais, bem como com a criação de cursos noturnos para atender as classes trabalhadoras. A reforma universitária havia sido incorporada às reformas de base anunciadas antes do golpe, pelo então presidente João Goulart, cuja ideia era utilizar a Universidade de Brasília (UNB) como modelo de nova organização do ensino superior público no país, mas que, como sabemos, foi impedido por conta daquilo que se viu a partir do dia primeiro de abril de 1964. Ainda assim, de 1961 a 1964, a quantidade de matrículas em cursos de graduação cresceu 40%, números, sem dúvida, relevantes para a época.

Do lado oposto, os grupos liberais, ainda que concordasse com a necessária extinção das cátedras e do fomento à pesquisa, viam também como inescusável que se impedisse que as universidades servissem como celeiro do pensamento socialista. O intuito era que os centros acadêmicos formassem quadros para a administração pública e para o desenvolvimento econômico, que se optasse pelo modelo norte-americano de ensino superior e que as universidades pudessem ser mais autônomas (personalidade jurídica de fundações), inclusive financeiramente, sendo possível a cobrança de mensalidades, o que de fato foi previsto na Constituição Federal de 1967 (MOTTA, p.46).

As reformas ficaram a cargo dos primeiros ministros da educação da era militar, Flávio Suplicy, Pedro Aleixo e alguns interinos, como Raimundo Muniz de Aragão, e por fim Tarso Dutra, ainda que os anos de 1964 a 1967 poucas mudanças foram percebidas – obrigatoriedade do nome “federal”, aproximação acadêmica com países centrais, distanciamento dos países do bloco socialista e a assinatura dos acordos Ministério da Educação- United States Agency for International Development -, o que já não pode ser dito do ano seguinte, 1968, quando mudanças bruscas foram impostas verticalmente às universidades brasileiras durante o mandato do presidente general Arthur da Costa e Silva, levadas a cabo pelo comando do Conselho Federal da Educação, órgão deliberativo do Ministério da Educação (MEC). A USAID, agência americana para o “desenvolvimento internacional”, começou a atuar na educação brasileira desde os anos 1950, no entanto, após a investida militar, suas pretensões se tornaram mais ambiciosas e abrangentes, indo desde a publicação e tradução de livros, à reestruturação do

ensino no país, incluindo o nível superior. Nesse momento inicial, foram publicados alguns dispositivos legais, quem foram dando forma à reforma universitária: Lei 4.759/1965 (obrigação de acrescentar o nome “federal” no nome da instituição); Decreto n.53/1966 (unidade entre ensino e pesquisa e reorganização das cátedras); Decreto n.252/1966 (definição dos departamentos como subunidades básicas das universidades) (MOTTA, pp.51-52).

Esse início tímido seria modificado apenas no governo seguinte, quando Costa e Silva, e seu jovem ministro da fazenda Delfim Netto, distanciando-se do modelo liberal do governo anterior, o qual previa a redução de gastos com a máquina pública, passaram a pregar maior intervenção do Estado na economia, o que implicava maiores investimentos, também, na educação superior e na pesquisa científica, evitando assim, a propalada “evasão de cérebros” (*brain drain*). Para a Amazônia, a ação mais importante dessa fase foi a operacionalização do Projeto Rondon, uma estratégia encontrada pelo governo militar de integrar os jovens estudantes à nova ordem política, ao mesmo tempo evitando a repressão direta e garantindo a presença na Amazônia brasileira, região sensível aos interesses do regime, encabeçado pelo lema “integrar para não entregar”. O governo buscou disseminar a ideia de que o projeto teria surgido dentro das universidades, com o intuito de “mobilizar” os alunos em prol do desenvolvimento do país, embora saibamos que os objetivos do programa eram essencialmente políticos. Em 1970 havia cinco mil estudantes engajados (em seu auge, foram computados cinquenta mil alunos por ano) e, além de Rondônia, Amazonas, Pará e Roraima foram atingidos, e em 1977 já tinham sido criados 22 *campi* avançados na região (MOTTA, pp.56-61).

Se sob alguns aspectos o projeto logrou certos êxitos, como a instalação de centros universitários e postos médicos em áreas distantes dos centros urbanos, o mesmo não se pode afirmar em relação aos aspectos ideológicos, uma vez que não impediu que os universitários continuassem se mobilizando e lutando contra o regime, em especial entre 1967 e 1968. Os alunos denunciavam as implicações imperialistas dos acordos MEC-USAID, a reforma universitária em seus aspectos tecnicistas e privatistas, a falta de vagas para os excedentes e a violência policial contra estudantes. As ações de rua foram acompanhadas por ocupações dentro das

universidades, como ocorreu em agosto de 1968 na UFPA. Para os militares, as universidades tinham uma dupla importância para a segurança nacional: a produção de conhecimento científico e a almejada autonomia em relação tecnológica em relação aos países centrais. E por outro lado, era local propício para circulação de ideologias contrárias à ordem vigente, em especial onde circulavam as teorias marxistas, e espaço nos quais eram arregimentados vários militantes para grupos armados, e também dos quais partiam muitas manifestações de rua. O desafio estudantil era, portanto, questão urgente (MOTTA, pp.62-68).

Ao final de muitas discussões e idas e vindas, a tão debatida reforma tomou forma a partir do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária⁶ (GTRU – 07/1968), composto por nomes como Newton Sucupira, Roque Spencer Maciel de Barros e Fernando Bastos D'Ávila, a partir da qual foi elaborado a Lei n.5.540 (28 de novembro de 1968), a qual, entre outras coisas, extinguiu as cátedras, buscou o fortalecimento das instituições centrais das universidades, ou seja, as reitorias, e instituiu unificação dos vestibulares. Mas não se pode afirmar que a reforma tenha sido algum imposto pelo regime sem que tivesse havido negociações e flexibilizações:

A Lei n.5.540, portanto, foi o resultado das ações e dos projetos de forças díspares, que se aliaram e/ou se enfrentaram ao longo dos anos 1960, com destaque para estudantes, professores, cientistas, militares e técnicos da área econômica. O poder militar fez apropriação seletiva de demandas e propostas apresentadas em anos anteriores, às vezes provenientes do ideário de seus inimigos políticos (MOTTA, p.71).

No entanto, não podemos confundir esse processo de negociação, longo caminho que perdurou por quase quatro anos, em que os militares cederam, em alguns pontos, às pressões estudantis, como sintomas de “afrouxamento do regime”. Basta lembrarmos que poucos meses depois da promulgação da Lei n.5.540, o Ato Institucional n.º.5 foi instituído no país, e a raiz autoritária, repressora e conservadora da modernização das universidades públicas surgiu de maneira mais nítida, facilitando ainda mais essas mudanças, pois ajudaram a ceifar os obstáculos impostos pelo movimento estudantil nos anos anteriores.

Era sempre um jogo de “aperto” e “afrouxamento” por parte dos militares. A questão dos excedentes (candidatos que possuíam a nota mínima para ingressar

na universidade, mas que estava fora do número de vagas ofertadas) era já há muito uma questão delicada, pois atingiam diretamente o interesse dos alunos e, após o turbulento ano de 1968, com várias invasões em universidades de todo país, as instituições de ensino foram “obrigadas” a receber essa grande quantidade de estudantes. Esse processo veio na esteira do Decreto no 60.516/67, baixado pelo presidente Costa e Silva, determinando que as faculdades matriculassem os excedentes. O que para os estudantes foi uma grande vitória, para a memória daqueles que faziam parte da gestão da universidade foi algo “terrível”:

Mas eu acho que até tão grave quanto à invasão e ocupação das escolas, das faculdades, foi uma coisa que aconteceu, que eu acho que foi terrível para as universidades brasileiras, a questão dos excedentes (...). Isso, dentro dessa pressão que houve das invasões, fez com que nós tivéssemos no Brasil inteiro e aqui no Pará então foi terrível, que construir salas e salas de aula para poder dar ingresso (MEIRA, UFPA, 2014).

Observamos na fala de Alcyr Meira o jogo de forças que exista à época, no que diz respeito à modernização das instituições de ensino superior. Se para os estudantes a questão dos excedentes era uma pauta cara e essencial para que se promovesse uma real reforma universitária, para os gestores públicos, significava aumento de gastos por aluno, contratação de professores nem sempre preparados para a função e a expansão desordenada das instalações prediais. O governo Costa e Silva sabia que precisava ceder em alguns pontos se não quisesse perder o controle do “barril de pólvora” que eram as universidades naqueles anos que antecederam o AI-5, o que não descaracteriza a faceta autoritária da reforma.

Um ponto fundamental que corrobora a tese sobre a modernização autoritária nas universidades são os acordos MEC/USAID, pois evidenciam o envolvimento oficial do governo norte-americano na educação brasileira, movido por interesses próprios, como evitar a expansão comunista no terceiro mundo, ainda que tenha sido revestido com objetivos de desenvolver social e economicamente a América Latina. Os americanos estavam atentos à infiltração das teorias marxistas no ensino superior, de modo que as universidades brasileiras passaram a ser trincheiras disputadas com o inimigo soviético. Um dos acordos previa a modernização administrativa universitária com o intuito de torná-las mais eficientes,

o que logo foi visto por parte da opinião pública como um pretexto para controlar, desnacionalizar e privatizar o ensino superior no Brasil (MOTTA, p.76; 79).

No caso da UFPA esse interesse norte-americano já existia há algum tempo. No início da sua gestão enquanto reitor, Silveira Neto recebeu uma visita de professores norte-americanos que estavam propondo um projeto de *campus* universitário. Os professores visitaram o local onde seria instalada a cidade universitária, de modo que duas propostas de duas universidades americanas, trazidas pelo Departamento de Estado Americano, foram apresentadas e logo descartadas, por não coadunarem com o sistema de ensino local pretendido (MEIRA, UFPA, 2014).

Parte 3: O movimento estudantil e a reforma universitária

A UFPA “herdou” uma mobilização política em torno de reivindicações próprias da realidade do ensino superior que já existia desde a formação do movimento estudantil antes mesmo da criação da universidade, a qual já existia nas escolas e cursos espalhados pela cidade. Alcyr Meira, o qual estaria bastante próximo das autoridades do regime militar nos anos de ditadura, foi eleito logo quando ingressou na faculdade vice-presidente do Diretório Acadêmico de Engenharia e em 1954 presidente da União Acadêmica Paraense (UAP) e automaticamente conselheiro da UNE. “Debatíamos as coisas de interesse dos estudantes, debatíamos com relação à qualidade do ensino e à qualidade das instalações físicas disponíveis naquela época, porque eram precárias, eram muito precárias”, lembra. Já existiam nesse período muitos debates em torno da criação de uma universidade no Pará e eram grandes as aspirações dos estudantes em torno desse propósito (MEIRA, UFPA, 2014).

Entendemos também que os Acordos MEC-USAID foram uma resposta do regime à luta pela reforma universitária pela qual os estudantes vinham há muito lutando, antes mesmo do golpe. No entanto, ao tentar introduzir o modelo educacional norte-americano no Brasil, as autoridades acabaram estimulando a reação do movimento estudantil, o qual via nessa iniciativa uma ingerência imperialista atrelada a uma submissão ideológica e intelectual aos Estados Unidos.

As campanhas contra os acordos fizeram parte das pautas de reivindicações em várias universidades do país, inclusive na UFPA (ARAÚJO, 2007, p.158).

Os projetos de reforma universitária não foram bem recepcionados pelos alunos da UFPA e o movimento estudantil tratou logo de fazer oposição a essas propostas. Alguns testemunhos nos dão pistas nesse sentido, e podemos citar como exemplo as memórias trazidas por Alberto Ferreira Puty. Nascido em Campo Grande, Mato Grosso, viveu um tempo em Teresina, tendo se mudado em 1963 para Belém, após a morte de seu pai, subtenente do exército, tendo ingressado em 1964 no curso de Engenharia. O ex-aluno lembra que em 1968 havia uma discussão muito grande dentro faculdades que compunham a UFPA a respeito da Reformar Universitária, sendo que foram várias as assembleias gerais e mesas redondas convocadas para tratar do tema: “isso acontecia não somente em Engenharia, mas também em Filosofia, Medicina, em todos os lugares estava sendo discutida a questão da Reforma Universitária. Nós éramos contra a Lei Suplicy de Lacerda”, recorda. Para Puty, a Reforma foi um meio também encontrado pelo governo militar para dificultar a ação do movimento estudantil dentro das universidades:

Era a lei que acabava, eles tentaram acabar com o movimento estudantil. Tentaram acabar, eles criaram outras organizações, eles criaram uma série de travas para evitar o movimento universitário. E ali vinha a reforma, no bojo disso vinha todo um processo de reforma. Reforma para transformar a universidade pública em uma universidade fundação, e cobrando. Então, na realidade, era mais ou menos isso. Antes era seriado, tirou o seriado, a pessoa lá adiante passou isso, fazia matéria com um e com outro e não tinha como formar grupos, digamos assim, que se juntasse. Então eu não sei se hoje continua assim (PUTY, UFPA, 2014).

No testemunho de Puty, percebemos que a Reforma é representada na memória estudantil como um mecanismo de controle e dispersão política, ferramentas utilizadas pelo regime para desarticular o movimento estudantil ao enfraquecer os órgãos representativos acadêmicos. Sabemos que os estudantes estavam atentos às questões específicas da realidade do ensino superior, como à limitação de 1/5 para a representação estudantil nos colegiados dos cursos, ausência de restaurantes universitários, as discussões sobre o ensino pago (talvez a mais polêmica entre as propostas do ministro Jarbas Passarinho, a qual mobilizou alunos de todo país) e a conseqüente elitização do ensino, bem como à reforma como um

todo, pois a esperavam como um meio para solucionar grandes problemas da educação brasileira e para o desenvolvimento social para o resto da população, o que ia de encontro com a política educacional da ditadura, a qual era orientada para formação de técnicos e de “mão de obra qualificada”, sem espaço para a reflexão crítica defendida pelo movimento. Essas mobilizações também são sintomas de um novo modelo de organização do movimento estudantil - para além da luta armada e das ações de rua, as quais seriam cada vez mais esvaziadas pelas forças de segurança no pós-1968 -, no qual reivindicações específicas foram armas utilizadas para garantir maior inserção nos rumos da vida política nacional, visando, em última escala, a derrubada do governo militar. De fato, Passarinho não conseguiu implantar o ensino superior pago, evidenciando a resistência estudantil e seu poder de intervenção nas políticas educacionais do governo (MULLER, 2016, pp.52-57).

Na UFPA a responsabilidade pela implantação da reforma, instituída pela Lei 5.540 de 1968, ficou a cargo do reitor Aloysio da Costa Chaves (1969-1973) e, em seguida, de Clóvis Cunha da Gama Malcher (1973-1977), o que não ocorreu sem muita resistência. Os ânimos já estavam acirrados em Belém desde o dia 03 de abril de 1968, quando os estudantes saíram às ruas e o Diretório Acadêmico da UFPA declarou greve geral por tempo indeterminado, como forma de protesto ao assassinato do estudante paraense Edson Luís no Rio de Janeiro. Estudantes, universitários e secundaristas, saíram em passeata pelas ruas da cidade até alcançar a sede da Assembleia Legislativa, ali provocando alguma agitação. Nos meses seguintes, as mobilizações do movimento estudantil continuam, e entre julho e agosto, várias greves foram deflagradas em alguns cursos, a exemplo dos estudantes de química que paralisaram as atividades acadêmicas em 26 de julho, ocupando em seguida o prédio da Escola de Química, contando com o apoio de alunos dos cursos de agronomia, serviço social, direito, filosofia, engenharia, geologia, economia e da União Acadêmica Paraense. No mês seguinte, alunos de arquitetura e medicina fizeram o mesmo, interromperam as atividades e ocuparam os prédios nos quais funcionavam os cursos, em 9 e 13 de agosto respectivamente. Os alunos de engenharia também ocuparam a sede da Escola de Engenharia no dia 22 de agosto, tendo suas reivindicações imediatas atendidas, entre elas a nomeação do novo

Diretor e a cessão de uma sala para o funcionamento do Diretório (MORAES, 2007, pp. 76-77).

No curso de medicina também havia um movimento estudantil bastante atuante. Citemos a relato trazido por William Mota de Siqueira, nascido em Alenquer, no Baixo Amazonas, no ano de 1943, tendo se mudado para Belém aos 13 anos de idade para ingressar no seminário, seguindo seu desejo de ser padre, o que não aconteceria. Após terminar o científico no colégio Nazaré entra na universidade em 1965. Siqueira descreve um curso de medicina com algumas deficiências infraestruturas, como a falta de equipamentos adequados, mas que foram sendo sanados graças a atuação forte do diretório acadêmico junto à direção da faculdade, à época comandada pelo professor Afonso Rodrigues Filho. A faculdade de medicina era a única faculdade que tinha uma sede do diretório, uma casa feita pela reitoria doada para esse fim:

E, então, o diretório tinha um poder de evitar conflitos dos professores e ao mesmo tempo em que conflitava. Um paradoxo aí. Mediava e conflitava. Então, os alunos tinham uma...E depois todo mundo junto. Isso é muito importante, que acaba com a reforma universitária, acaba com o ato institucional número cinco. A união, você para todo mundo, você ia à sala de aula: “-Para todo mundo. Vamos para uma reunião, uma assembleia e tal.” E o diretório tinha essa autoridade (SIQUEIRA, UFPA, 2014).

A memória do ex-aluno William representa a Reforma como um mecanismo do regime que dificultou a capacidade de mobilização e união dos estudantes, o que rompia com uma cultura de mediação de conflitos exercida via diretório que, segundo é narrado, amenizava os conflitos entre estudantes e as autoridades acadêmicas. Mas a Reforma foi gerando grande descontentamento entre os alunos, até que a faculdade foi ocupada em 1968. Segundo recorda o ex-aluno, durante a gestão de Jarbas Passarinho buscou-se “implantar uma reforma universitária chamada MEC-USAID. Os acordos MEC-USAID. E esse acordo ele queria implantar na Medicina e nós não aceitávamos, nem o nacional.” A principal preocupação era a mudança curricular, de modo que o sistema seriado seria substituído pelo curricular em que o próprio aluno decidia quais disciplinas cursar, e não mais por blocos, como funcionava até então. Esse foi o combustível para alunos de medicina, como Fernando Fiúza de Melo, Rui Antônio Barata, Valdir

Paiva Mesquita e João Pina Neto começassem a se mobilizar contra o projeto de modernização que estava sendo proposto, até que a faculdade foi ocupada em 1968 (SIQUEIRA, UFPA, 2014).

A Reforma Universitária, sob a denominação de Plano de Reestruturação da UFPA, vinha sendo criticada pelos alunos, os quais lutavam por uma maior participação dos discentes nesse processo. Como forma de tentar resistir a algumas mudanças que consideravam negativas, os estudantes da Escola de Química tentaram impedir a criação do Instituto de Química, pois temiam que isso significasse a extinção dos cursos de química e de química industrial, e para tanto ocuparam naquele mesmo ano de 1968 o prédio da Escola, à época localizado no Museu Comercial da Associação Comercial do Pará, na Praça da República. Ainda que oficialmente o Plano tenha sido instituído somente em dezembro de 1969, por meio do Decreto n.65.880, mais de um ano após a publicação da lei da Reforma Universitária, o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará já havia sido encaminhado em agosto de 1967 ao Conselho Federal de Educação, tendo sido devolvido para ajustes necessários. O “modernização” implantada pelo reitor Aloysio Chaves, apesar de ter que lidar com problemas financeiros e infraestruturais, como a dispersão dos cursos em várias localidades da cidade, conseguiu executar algumas medidas importantes para a consecução da Reforma na UFPA: criação de quatro sub-reitorias (Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento; Administração Acadêmica e de Serviços Gerais; Extensão e Assuntos Estudantis; e uma quarta que apenas seria convocada em situações específicas); criação da Comissão de Implantação do Plano de Reestruturação da UFPA (CIRU), em setembro de 1969; o início da centralização espacial no “Núcleo Pioneiro” à margem do rio Guamá, dando contorno à “cidade universitária”; adoção em 1971 do vestibular unificado, com aumento significativo de vagas (2000 vagas, comparadas às 955 ofertadas em 1967), atendendo uma demanda dos estudantes de há muito tempo; o sistema de ensino por ciclos, básico e profissional, o que não agradou os alunos, pela ineficiência demonstrada nos primeiros anos de funcionamento, o que levou, em 1973, os alunos a apresentarem uma petição junto ao ministro da educação Jarbas Passarinho, com o intuito de sensibilizar este órgão quanto as dificuldades encontradas pelos alunos: falta de estrutura física, sobrecarga dos professores,

ausência de equipamentos adequados, má distribuição dos horários e das aulas, etc. (MORAES, pp.78-93).

A memória em torno da tão falada Reforma Universitária traz também a visão dos professores a respeito desse período turbulento de grande agitação política. Júlio dos Santos Ribeiro, belenense, filho de pais portugueses, família de comerciantes, ingressou como aluno na Escola de Química em 1955, à época localizada na Praça da República, onde funcionava a Associação Comercial do Pará, que a mantinha, antes de ser encampada pela Universidade Federal do Pará, durante a gestão Silveira Neto. Já durante o regime militar Júlio é contratado como professor de Tecnologias das Fermentações, quando então aparecem as divergências com administração da universidade e as propostas de reforma. A incorporação gerou polêmica logo de início, porque era intenção do reitor que a Escola de Química fosse assimilada com *status* de Instituto, e não como escola ou faculdade, como era o caso dos cursos de medicina, direito e farmácia, o que era visto por alguns como tentativa de exercício de maior controle, uma vez que os diretores dos institutos eram indicados pelo próprio reitor, e por consequência a indicação de professores. A Reforma Universitária era vista, sob esse ângulo, como perda de autonomia por parte das instituições de ensino que já existiam antes mesmo da criação da UFPA, e que eram geridas, no caso da Escola de Química, pela congregação de professores. Na época eram, além de Júlio dos Santos, Elquias Bernardo de Souza, Arthur Melo, Osvaldo Bitar, Clara Pandolfo, entre outros (RIBEIRO, UFPA, 2014). A luta começou a partir dessa divergência, envolvendo um jogo de influência, de ambos os lados, no MEC, na época chefiado por Tárσιο Dutra e seu secretário-geral Edson Franco, terminando com uma vitória dos professores, de modo que a incorporação foi feita como Escola de Química.

As articulações do movimento estudantil com o intuito de resistir às mudanças impostas pelo plano de reestruturação continuaram nos anos seguintes. Em 21 de dezembro de 1973, o Diretório Central dos Estudantes encaminhou memorial ao reitor listando vários problemas enfrentados pelos estudantes ingressos nos dois anos anteriores, o que foi acolhido em forma de moção de solidariedade pela Assembleia Legislativa, após proposta feita pelo Deputado Jader Barbalho. Resultado: o reitor Clóvis Malcher, em dezembro de 1973, emitiu a Resolução n.

180, a qual trazia benefícios aos alunos no que diz respeito ao número de vagas para matrícula nos ciclo profissional. Casos como esses evidenciam que o movimento estudantil manteve-se atuante na UFPA mesmo após o AI-5 e o Decreto 477/1969, os quais aumentaram a vigilância sobre as atividades políticas nos *campus* universitários, passando a agir de maneira diferente da postura adotada no ano de 1968, por exemplo, quando ações mais incisivas foram adotadas dentro da universidade. Evidenciam também que os alunos tinham conhecimento da capacidade de pressão que poderiam exercer diante das determinações do regime que atingiam diretamente seus interesses acadêmicos. O temor de novas sublevações estudantis, vista em anos anteriores, tornava a pressão do movimento uma arma eficaz para “negociar” com as autoridades militares, sem que a força ou protestos de rua fossem necessários (MORAES, p. 94)

Considerações Finais

Buscamos apresentar nas páginas anteriores como os sujeitos históricos que vivenciaram o processo de modernização das universidades no Brasil durante o regime militar representam em suas memórias essas transformações. Deixamos que os atores falassem e dessem seus depoimentos, a fim de que as memórias trazidas por eles dessem conta da multiplicidade de vozes que têm o “direito” de narrar suas histórias. Se para os membros da administração da universidade a política educacional militar significou o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da UFPA enquanto centro de ensino e pesquisa na Amazônia, para os professores significou a perda de autonomia para decidir sobre assuntos internos aos cursos, entre outras coisas, porque o reitor passou a figurar como autoridade máxima dentro da instituição, o que antes das reformas praticamente não existia, e muitas vezes era exercido pelos catedráticos e pelos diretores das faculdades. Houve então uma mudança das estruturas de poder no âmbito do ensino superior naquele período.

Para outros docentes, a modernização significou também perseguição política e desligamento das suas funções. Já para os alunos, além da tentativa de desmobilização do movimento estudantil, a Reforma trouxe mudanças nas

estruturas de ensino que acabaram servindo como combustível para ações de protesto dentro da própria instituição, deflagrando greves, ocupando os prédios, acionando o poder legislativo, entre muitas outras ações. Ao mesmo tempo em podemos indagar em que medida as experiências de vida de apenas alguns estudantes universitários possibilitam formar um quadro mais amplo sobre a história do movimento estudantil na UFPA durante a Reforma Universitária, pois certamente existiam alunos que apoiavam os projetos de modernização, também devemos estar atento, conforme Carlo Ginzburg, que trajetórias individuais podem dar notícia do que era possível em termos de atuação política naquele espaço e naquele período e, sobretudo, sob aquelas circunstâncias (GINZBURG, 2006).

Enfim, são ângulos diferentes de descrever o mesmo fato histórico e se o leitor pôde perceber isso nessas poucas páginas, acreditamos então que nosso intento foi alcançado.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FONTES, Edilza J. O.. A Invenção da Universidade Federal do Pará. **UFPA 50 anos** - História e memórias. Belém: Edufpa, 2007, v. 01, p. 13-68.

_____; ALVES, Davison. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: A administração do reitor Silveira Neto em tempo de ditadura (1960 - 1969). *Tempo e Argumento*, v. 5, 2013.

ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LACERDA FILHO, Mozart. A experiência da clandestinidade política: relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar (1964-1979). 2011. 213 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103093>>. Acesso em 17 set.2019.

LEPETIT, B.et all. **Por Uma Nova História Urbana**. São Paulo: EUSP, 2001.

MORAES, Cleodir. A Universidade Federal do Pará em tempos de Reforma Universitária. In: Edilza Joana Oliveira Fontes. (Org.). **UFPA 50 anos: Histórias e Memória**. 1ªed.Belém: EDUFPA, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

MULLER, Angélica. **O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

_____.”A história como arma: a memória histórica como objeto da resistência estudantil contra a ditadura militar no final dos anos 1970.” In: DELGADO, Lucília

de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta Moraes. (Org.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Abertura: cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53, junho de 2007, p. 11-23.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História, Memória e Centralidade Urbana**. Revista Mosaico, v. 1, nº 1, p. 3-12, jan./jun., 2008.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. IN: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp.3-15.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana: mito e política, luto e senso comum. In. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RAMOS, Francisco R. L.. **O calendário e o golpe de 1964: temporalidade, escrita da história e hagiografia**. Revista Brasileira de História (Online), v. 34, p. 111-129, 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Fontes

Legislação

BRASIL. Lei nº 3.191, de 2 de Julho de 1957 (cria a Universidade do Pará e dá outras providências).

BRASIL. Decreto nº 42.427, de 12 de Outubro de 1957 (aprova o Estatuto da Universidade do Pará).

BRASIL. Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965 (dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais).

BRASIL. Decreto-lei Nº 53, de 18 de novembro de 1966 (fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências).

BRASIL. Decreto-lei Nº 252, de 28 de fevereiro de 1967 (estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.

BRASIL. Decreto no 60.516 28 de março de 1967 (aprova convênio sobre candidatos excedentes dos concursos de habilitação dos estabelecimentos de ensino de nível superior).

BRASIL. Lei n 5.540, de 28 de novembro de 1968 (Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências).

BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969 (Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências).

BRASIL. Decreto nº 65.880, de 16 de Dezembro de 1969 (Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará).

Entrevistas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Alcyr Boris de Souza Meira. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 20min e 48seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Antônio Prince Bouez. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h e 16seg). Disponível em: <

<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1268>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Ruy Antonio Barata. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 14min e 46seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1285>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Alberto Ferreira Puty. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (59min e 57seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1210>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com William Mota de Siqueira. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (52min e 18seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1291>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Júlio dos Santos Ribeiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (44min e 49seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1290>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

O SERVIÇO SOCIAL NA LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR (1964-1985)

The social work against military dictatorship (1964 – 1985)

Betânia Maria Ramos da Silva¹

Inez Stampa²

Artigo recebido em: 08/07/2019.

Artigo aceito em: 30/09/2019.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo indicar questões acerca da importância de estudos que possam contribuir para desvelar violações de direitos que sofreram os trabalhadores, particularmente os assistentes sociais e os estudantes de Serviço Social, durante o período de ditadura militar no Brasil. Neste sentido, os temas Estado ditatorial, repressão, controle e vigilância, elementos que atingiram esses profissionais no período do regime militar, são elementos que merecem atenção. Baseado em revisão bibliográfica, traz apontamentos de pesquisa em desenvolvimento sobre a participação de profissionais de Serviço Social na luta contra a ditadura no período de 1964-1985.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura, Serviço Social, Trabalhadores, Violação de Direitos Humanos.

ABSTRACT

This paper aims to indicate questions about the importance of studies that can contribute to unveil violations of rights suffered by workers, particularly social workers and students of Social Work during the period of military dictatorship in Brazil. In this sense, the themes related to dictatorial state, repression, control and surveillance that affected these professionals during the military regime are elements that deserve attention. Based on a bibliographical review, it brings research notes about the participation of Social Service professionals in the struggle against the dictatorship in the period 1964-1985.

KEYWORDS: Dictatorship, Social Work, Workers, Violation of Human Rights.

1 Mestranda em Serviço Social pela PUC-Rio. be.tania.mr@hotmail.com. Endereço para acessar o CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7589905340248055>

2 Doutora em Serviço Social. Professora associada da PUC-Rio. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq. inestampa@ig.com.br. Endereço para acessar o CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5520264426241131>

Introdução

Após a implantação da ditadura militar em 1964, fazia-se necessário ao novo governo criar mecanismos legais que tornassem possível a articulação e a implementação de suas decisões políticas em prol da governabilidade do país. Visto que a Constituição de 1946, vigente até então, tornava o regime militar inexecutável, os Atos Institucionais (AI) vieram substituí-la na medida em que se edificavam como instrumentos de legalidade para acomodar as ações políticas dos governos militares. Com isso, foi aberto o caminho para os membros de caráter extraconstitucional. Erigidos sobre a argumentação de que os atos institucionais objetivavam combater a corrupção e a submissão, foram decretados, entre 1964 e 1969, 17 Atos Institucionais com 104 atos complementares que davam poder quase absoluto ao executivo.

A partir do decreto AI-5, publicado em dezembro de 1968, a repressão se ampliou com o cerceamento aos instrumentos de luta, como os sindicatos, os movimentos populares, estudantil e rural. Militantes foram exilados e, a partir de 1971, de forma mais extensiva, muitos oponentes do regime foram torturados e mortos. Este foi o momento mais duro da ditadura militar, pois, com o AI-5, os que eram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, perdiam o direito ao Habeas Corpus e passaram a ser julgados por tribunais militares, sem recurso.

Nesse período, muitos trabalhadores, estudantes, intelectuais, artistas, religiosos, militares progressistas e diversas outras pessoas de vários setores da sociedade lutaram pelo restabelecimento da democracia. Durante a luta, milhares de pessoas foram presas e torturadas, centenas foram mortas e muitas delas, até hoje, continuam desaparecidas, configurando a violência coletiva³ que ainda afeta grande parte da sociedade brasileira. Segundo Adorno (1995, p. 236), “[...] a violência permanece enraizada: costumeira, institucionalizada, positivamente valorizada e moralmente imperativa”.

³ Segundo o Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde da OMS (2002): “A violência coletiva é subdividida em violência social, política e econômica. Diferentemente das outras duas categorias, as subcategorias de violência coletiva sugerem a existência de motivos possíveis para a violência cometida pelos grandes grupos de pessoas ou pelos Estados” (KRUG, 2002, p. 21).

Ignácio Martín-Baró destaca nos seus últimos escritos que a violência é uma componente estrutural do capitalismo, por se tratar de um sistema de divisão de classes sociais. Entretanto, a violência não se reduz à desigualdade social. Segundo ele,

A violência estrutural não se reduz à distribuição inadequada dos recursos disponíveis que impede a satisfação das necessidades básicas da maioria; além disso, a violência estrutural exige o ordenamento da desigualdade opressiva por meio de uma legislação que ampara os mecanismos de distribuição social da riqueza e que produz uma força coercitiva que obriga a maioria a respeitar tais mecanismos. (MARTÍN-BARÓ, 2012, p. 402).

O regime militar prendeu, torturou, matou e exilou. Foi o período da política brasileira em que foi institucionalizada a grande escala de violência contra os direitos humanos por meio da prática da edição de Atos Institucionais. Estes estabeleciam a legalidade da censura, da perseguição política, assassinato, desaparecimento, prisões arbitrárias, supressão total dos direitos constitucionais, repressão a todos que se manifestavam contrários ao regime, enfim, a falta absoluta de democracia.

Como aponta Goffman (2008), há um tipo de “instituição total” que é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. (GOFFMAN, 2008, p. 16).

No período ditatorial, presídios e outros espaços, tais como áreas militares, hospitais e até mesmo “insuspeitas” residências foram utilizados para isolar os que, de alguma forma, se opuseram ao regime. Todo cidadão “suspeito” era considerado, antes de tudo, um subversivo em potencial.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014) concluiu que duzentas pessoas foram presas e torturadas na base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, entre 1969 e 1971. As apurações da CNV indicam que a base foi substituída pelo Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), um órgão de inteligência e repressão subordinado ao Exército, no Rio de Janeiro, a partir de 1971, que funcionava como centro de tortura.

Em um documento encontrado na base de dados do BNM - Brasil Nunca Mais, em depoimento, a assistente social Dorma Teresa de Oliveira, diz que:

[...] Foi vítima de arbitrariedade e violências; que quando regressava a casa, foi abordada por policiais e fizeram-na entrar no carro a pretexto de prestar informações, aproximadamente às 11 horas da noite, que desde esse momento, até às 4 horas da manhã, sofreu por parte dos policiais toda a sorte de violências, inclusive, espancada, ameaçada de morte e seviciada, que apertaram a ponta de seus seios e introduziram instrumentos de metal em suas unhas; que sofreu dores terríveis e toda sorte de insultos; que depois foi levada para a Ilha das Flores, juntamente com outros presos; lá ficaram de pé, virados para a parede, algemados e com grandes ameaças nesse meio tempo; depois ela foi levada para Oitis, que é um local bem afastado, que lá um dos torturadores disse à depoente que ela poderia gritar a vontade [...]. (BNM, Tomo V, Vol.1, A Tortura (4), p. 758).

Para além de todas as atrocidades cometidas durante o regime militar, a população vivenciou grandes mudanças, pois o golpe de 1964 atrasou por 20 anos o desenvolvimento do Brasil nos setores social, político, econômico e cultural. Segundo Miotto e Nogueira (2013), com o rápido processo de urbanização, vivenciado na década de 1970, e o empobrecimento populacional, decorrente de políticas que estimulavam a concentração da renda, ampliaram-se as demandas por ações no campo da proteção social aos estados e municípios. (MIOTTO; NOGUEIRA, 2013, p. 64). A gestão urbana dos governos militares esteve basicamente centrada numa política habitacional dirigida às camadas médias. Após 1973, a política urbana incorporou instrumentos para a superação de desequilíbrios regionais, através de ações que preconizaram a gestão do território nacional a partir de polos urbanos (SCHMIDT; FARRET, 1986, p.33).

A situação política do regime continuava crescendo de forma acelerada junto ao desenvolvimento capitalista no país. A expansão da produção industrial e a consolidação das metrópoles fez com que uma grande massa originária do campo migrasse para as cidades em busca de sobrevivência. Houve um aumento desordenado nas periferias e subúrbios, favelas e cortiços. Neste sentido, é importante apontar que os governantes não estavam preocupados com os problemas sociais que ocorriam no Brasil. Antes, as ações da polícia política eram voltadas para manter o sistema repressivo, buscando cercar e calar a classe trabalhadora quando, nas lutas por melhores condições de trabalho e renda, era brutalmente perseguida.

A assistente social Maria Lúcia de Souza, em depoimento ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2017, p.64-67) diz:

[...] Que trabalhava no Serviço de Orientação Rural de Alagoas (SORAL). Foi presa em 1968, sendo acusada de cometer crimes de natureza política e também por subversão. Após sair da prisão foi privada de exercer a profissão de assistente social durante os 11 anos que viveu na clandestinidade. [...].

Deste modo, ainda que passados 55 anos do golpe de Estado de 1964, e mais de três décadas do fim do último governo militar brasileiro, persiste, ainda, a necessidade de reforçar o entendimento coletivo de que o período da ditadura militar⁴, que vai de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985, foi marcado, na história política e social brasileira, por violações sistemáticas de direitos humanos – inclusive assassinatos, desaparecimentos forçados e pela prática da tortura por motivos políticos – bem como pela negação de valores democráticos e pelo arbítrio do Estado.

Embora o Brasil tenha experimentado um momento singular e estimulante, com a crescente pressão da sociedade civil visando ao esclarecimento de casos de graves violações de direitos e por maior transparência pública, quando das atividades de diversas comissões da verdade, ainda é comum observar, na atualidade, discursos que são favoráveis à ditadura militar, em que algumas pessoas exaltam e acreditam que o regime ditatorial é necessário.

De acordo com pesquisa publicada pelo Datafolha (2014), para 16% da população brasileira tanto faz se o governo é democrático ou uma ditadura, 14% defendem que em certas circunstâncias é melhor uma ditadura do que um regime democrático, e 8% que não souberam responder. Esse quadro de desconhecimento ou negação dos valores democráticos, associado a não responsabilização de perpetradores de violações de direitos humanos, traz impactos diretos para a atuação dos órgãos de segurança, como é evidenciado pelo fato de que a polícia brasileira mata mais e comete mais abusos hoje do que no período da ditadura, conforme já reconhecido pelo próprio governo federal (SDH, 2010, p. 37). Assim, sem memória e sem justiça, reproduzem-se e multiplicam-se práticas, usos e costumes lastreados na impunidade e no esquecimento.

⁴ Referimo-nos à caracterização da ditadura como militar por compreender que não exclui outras análises. Embora seja factual o predomínio das Forças Armadas na política nacional durante os anos de 1964-1985, há que se considerar, como esclarece Silva (2003, p. 271), as “íntimas e complementares relações entre empresários e militares na conspiração contra o regime constitucional no Brasil”. Neste sentido, nossa opção pelo termo pretende demarcar o que Ianni (1981) e Fernandes (1979) denominam como a ditadura do grande capital e Netto (2014) caracteriza como autocracia burguesa.

Neste sentido, considera-se importante não somente garantir o entendimento do que ocorreu, mas, também, reforçar a compreensão de que não é possível a um povo (re) conhecer a si próprio sem entender o legado de sua história política e social. Nesse processo, as iniciativas voltadas para a recuperação e difusão de informações contidas nos arquivos da repressão e da resistência assumem posição de destaque, em meio a tensões e disputas pela memória. Dentre tais iniciativas destaca-se, em maio de 2009, a criação do Centro de Referência Memórias Reveladas e, em dezembro de 2011, o governo federal criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que foi instalada em agosto de 2012, com a finalidade de apurar graves violações de direitos humanos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. O longo prazo decorrido desde o fim do período da ditadura (1964-1985) para a adoção dessas iniciativas tem motivo devido à pressão de alguns setores, sobretudo militares, que se opuseram às investigações e punições dos perpetradores de graves violações de direitos humanos. Outra iniciativa importante foi a promulgação da Lei 12.527 de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, inclusive as contidas em documentos antes classificados como secretos ou sigilosos no que se refere ao período ditatorial aqui em exame.

Entre 1964 e 1985 a ditadura militar interferiu, ora de forma velada, ora de forma brutal, na vida social, política, econômica e cultural da sociedade brasileira. O golpe estabeleceu no Brasil uma ditadura que durou 21 anos. Esse é um aspecto interessante, pois há uma geração, principalmente nascida após a década de 1990 que, de forma geral, tem poucas informações sobre a ditadura militar, e outra, que passou pelo período da ditadura e olha para a nossa democracia como um processo em construção.

O que leva ao entendimento da importância de se contribuir para revelar um pouco sobre a história da resistência à ditadura que se implantou no Brasil em 1964 e que permaneceu diretamente no poder até a eleição indireta de Tancredo Neves, em 1985, considerando o olhar e a participação do Serviço Social no mencionado período em que a violência do Estado se colocou de forma incontestável.

Torna-se de grande importância conhecer mais sobre o golpe civil-militar perpetrado contra o Estado democrático brasileiro, para assim compreender relevantes

aspectos do contexto histórico que levaram ao golpe, bem como seus impactos no Brasil e no cenário latino-americano, de forma que a comunidade acadêmica e a sociedade em geral possam refletir sobre a construção sócio-histórica do país.

Nessa perspectiva, torna-se relevante compreender, por exemplo, que o golpe de 1964 não foi levado a cabo apenas por forças militares. Ele contou com a participação decisiva de classes oligárquicas e de poderosos grupos econômicos nacionais e transnacionais, podendo ser classificado como um golpe de classe com uso da força militar (DREIFUSS, 1981). Identificar a participação de relevantes sujeitos para além dos militares no golpe de 1964 permite afirmar que não se sustenta a alegação de que o golpe traduziu uma guerra civil entre um lado comunista/“terrorista” e outro que defendia uma ordem democrática (SKIDMORE, 1988). Pelo contrário, pode-se perceber que o Estado foi agente de repressão e estado de terror, aplicados por meio de atos institucionais e extrainstitucionais, que sufocaram lideranças políticas e ensejaram o surgimento de personagens destituídos de ética e de civilidade.

Analisar o papel dos movimentos sociais, artísticos, sindicais, estudantis, religiosos e de trabalhadores torna-se igualmente relevante, uma vez que a participação civil em regimes ditatoriais é percebida na maioria dos processos históricos contemporâneos. Isso permite uma visão complexa do ocorrido, seus antecedentes e consequências, contribuindo de forma efetiva ao resgate da memória e ao entendimento do Brasil e seu contexto na atualidade (REIS FILHO, 2014).

E a memória, cabe apontar, é um meio de significação social e temporal de grupos e instituições, o que implica em reconhecer sua importância para a compreensão coletiva da sociedade sobre determinados eventos do passado. Ou seja, a memória joga papel fundamental no processo de autorreconhecimento de um povo, ao embasar o processo de construção de sua identidade.

Dessa forma, enfrentar o legado histórico de violações sistemáticas dos direitos humanos, como as que ocorreram entre 1964 a 1985, tem por objetivo não somente garantir a compreensão do que ocorreu, mas, também, reforçar o entendimento coletivo de que são necessárias estratégias para combater, no presente, essas violações, que teimam em persistir como parte da realidade social brasileira.

Esse “dever cívico” ganha urgência no que se refere à memória de períodos nos quais ocorreram violações maciças dos direitos humanos, seja porque se trata de uma memória disputada entre vítimas e perpetradores de graves violações dos direitos humanos, seja porque se trata de uma memória em risco, pelo interesse que determinados grupos têm no aniquilamento dos registros históricos da época.

Ditadura e questão social no Brasil

O Brasil, como outros países da América do Sul, passou pela experiência de um regime ditatorial na segunda metade do século XX, especificamente entre os anos de 1964-1985, tempo de violações sistemáticas e maciças dos direitos humanos⁵, de negação de valores democráticos e de arbítrio do Estado.

Nesse sentido, cabe apontar que a ditadura militar brasileira deve ser compreendida no contexto das ditaduras que foram implantadas na América do Sul na segunda metade do século XX. Os Estados Unidos da América do Norte (EUA), a pretexto de “proteger” os demais países americanos da “infiltração comunista” financiada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e de evitar, assim, a ocorrência de “outras Cubas”⁶, apoiou, direta ou indiretamente, golpes militares como os que aconteceram no Brasil em 1964, na Argentina em 1976, e no Chile em 1973 (SKIDMORE, 1988).

Nessa perspectiva, os regimes repressivos sul-americanos chegaram ao fim, um após o outro, quando as condições políticas e econômicas que os sustentavam, tanto interna quanto externamente, deixaram de existir. Nesse processo, desempenhou papel

5 A expressão “direitos humanos” é aqui compreendida, de forma geral, como um grupo de direitos historicamente construídos que têm como destinatários todos os seres humanos. Isto é, representa posições jurídicas ativas de direitos comuns a todas as pessoas, pelo simples fato de serem humanas (COMPARATO, 2010).

6 Em 1959, o Movimento 26 de Julho (M-26-7), liderado por Fidel Castro, derrubou o ditador cubano Fulgencio Batista (1952-1959). Posteriormente, em 1960, o caráter socialista da revolução cubana ficou evidente. Os EUA reagiram com o bloqueio econômico contra Cuba (1960) e rompendo relações diplomáticas com o país (1961).

importante o fim da Guerra Fria (1990), bem como fatores peculiares, como é exemplo a derrota da Argentina na chamada Guerra das Malvinas⁷.

De toda forma, as transições políticas em direção a regimes democráticos, tanto no Brasil, como na Argentina, Chile e Uruguai, completaram-se entre as décadas de 1980 e 1990, com a passagem do poder para presidentes eleitos pelo voto popular, adoção de novas leis, e até de novas constituições nacionais, fortemente influenciadas pela temática dos direitos humanos.

Enquanto durou o período da ditadura militar brasileira, este foi caracterizado pela censura, autoritarismo, repressão e ausência de eleições. Neste contexto as expressões da “questão social” se agravaram e exigiram respostas do Estado, conforme aponta Soares:

No pós-64, ao longo do período de autoritarismo, que se consolida o arcabouço político-institucional das políticas sociais brasileiras. Suas características podem ser expressas nos seguintes princípios: 1. extrema centralização política e financeira no nível federal das ações sociais do governo; 2. Fragmentação institucional; 3. Exclusão da participação social e política da população nos processos decisórios; 4. Autofinanciamento do investimento social; e 5. Privatização. (SOARES, 2001, p. 209).

Com o processo de desenvolvimento industrial, aliado à expansão urbana, agravou-se a “questão social”, com grandes aglomerados em torno das cidades, que por sua vez atestam o crescimento da pobreza, do desemprego e da exclusão com privações social, econômica, cultural e política para a classe que vive do trabalho.

O golpe militar de 1964 representou a mais dura repressão enfrentada pela classe trabalhadora do país. As intervenções atingiram sindicatos em todo o Brasil e o ápice foi o decreto nº 4.330, como lei antigreve, que impôs tantas regras para realizar uma greve que, na prática, elas ficaram proibidas. Eram proibidas, por exemplo, greve no serviço público, nas empresas estatais e nos serviços essenciais. O governo buscavam meios de controlar a população.

Passando a controlar, através de várias medidas, o movimento sindical, já presente na Consolidação da Legislação Trabalhista (CLT) vigente à época. Assim,

⁷ Conflito armado que contrapôs a Argentina à Inglaterra, em 1982, pela soberania das Ilhas Malvinas (*Falklands*, em Inglês). O conflito, iniciado pela Argentina, é visto hoje como uma tentativa de garantir a sobrevivência do regime militar naquele país. Ocorreu precisamente o contrário: com a derrota, a ditadura caiu no ano seguinte, em 1983.

estabeleceram-se regras restritas para a ocupação do espaço sindical, com candidatos sujeitos à avaliação pelo Ministério do Trabalho e pela polícia política. Quanto às mobilizações, apesar da garantia do direito de greve, o que se deu de fato, foi a proibição das greves políticas e de solidariedade, limitando-se quase que exclusivamente a greves para a cobrança de salários atrasados.

Neste ponto, merece destaque a discussão de Foucault (1987) sobre a relação de poder que sofreu adaptações ao longo do processo histórico, onde o controle social passa a ser feito através de um regime de ordens impostas dando origem a uma sociedade disciplinar e de controle. Fatos descritos desta nova forma de "poder disciplinar" nos mostram que as instituições, que passaram a ter uma função disciplinar, foram regidas por leis autoritárias. Pois, mais do que vigiar, era preciso construir um sistema de poder capaz de moldar o indivíduo, transformando em um indivíduo dócil, útil e disciplinado:

[...] O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento das suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil [...] (FOUCAULT, 1987, p.127).

Sendo este poder uma forma de organizar o espaço físico, para melhor controlar “a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço” (FOUCAULT, 1987, p.130).

Desse modo, o exercício de controle na sociedade disciplinar, surge nos espaços físicos como: escolas, presídios, hospitais, fábricas, sindicatos dentre outros, utilizando-se diversas técnicas para a prática do exercício de controle. Nas fábricas, onde se organizava um novo tipo de vigilância, o controle era feito principalmente através das máquinas e da repressão ao movimento organizado de trabalhadores. As repressões que os sindicatos, como espaços de luta e resistência dos trabalhadores, enfrentaram na época da ditadura militar, como a prisão de líderes sindicais e interdição dos prédios onde os trabalhadores se reuniam, são exemplos de como o controle disciplinar era exercido no período.

Outro ponto de ataque da ditadura foi a tentativa de contenção da inflação, através de uma política de “arrocho salarial”. As negociações salariais entre os sindicatos e patrões foram substituídas por decretos do governo, que passou a fixar os índices de

umentos salariais. A estabilidade decenal foi substituída pela lei do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), permitindo contratações e demissões com contraprestação de pagamento de 40% de indenização do seu FGTS (SANTANA, 2008).

Todo esse controle do governo e mudança na legislação sindical e trabalhista trouxe consequências como a alta rotatividade de mão-de-obra por parte dos patrões e, paralelamente, acarretou também a dificuldade de uma ação sindical mais coesa e efetiva a partir dos locais de trabalho (SANTANA, 2008).

Essas medidas tomadas na ditadura militar foram algumas das medidas adotadas pelo regime ditatorial para atuar na exploração e repressão de classe no Brasil, repercutindo diretamente nos direitos do trabalho e nas condições de vida dos trabalhadores.

O serviço social no contexto da Ditadura Militar

Se o período ditatorial nos deixou, como um de seus sombrios legados, o maior acervo documental da repressão no Cone Sul (STAMPA; RODRIGUES, 2014), também é verdade que somos herdeiros de importantes registros de lutas e resistência, na busca de alternativas ao regime e por uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste sentido, a participação do Serviço Social merece ser explorada já que muitos companheiros de profissão, que resistiram e investiram nessa luta,, tiveram seus direitos violados, inclusive o direito ao trabalho, certamente contribuirão com esta perspectiva, ao compartilhar suas histórias, memórias e experiências sobre o período, cada qual à sua maneira, nos levando numa viagem de volta ao passado e de olhar para o presente e para o futuro na perspectiva de que resistir é preciso, na luta por direitos e para perseguir o aprimoramento do regime democrático.

Com a implantação do regime político ditatorial, os movimentos políticos emergentes durante o período populista foram desmobilizados, mudando o rumo de suas lutas. Alguns segmentos da categoria dos assistentes sociais atuavam juntos a estes movimentos, com a intenção de construir um compromisso explícito do Serviço Social com os interesses dos setores populares.

Com o golpe militar, este trabalho foi interrompido, restando apenas a execução das políticas sociais e dos programas de Desenvolvimento de Comunidade (DC), no sentido de eliminar os obstáculos da resistência cultural às inovações do crescimento econômico (SILVA, 1991).

A atuação profissional neste período se deu em três frentes: 1) no Estado, que respondia à questão social de forma coercitiva, tecnocrática, meritocrática e conforme demanda econômica do capital; 2) nas multinacionais, que precisavam de profissionais apropriados do aparato burocrático e que pudessem intervir diretamente na relação capital/trabalho, em meio às manifestações dos trabalhadores e 3) na filantropia privada, que se expandiu diante do aprofundamento da questão social, decorrente do processo de crescimento da população urbana. (NETTO, 1990).

Entre 1964 e 1968, o Serviço Social latino-americano se articulou através do Movimento de Reconceituação, composto por assistentes sociais conscientizados de suas limitações teórico-instrumentais e políticos-ideológicas. O Movimento de Reconceituação expressou a crítica ao Serviço Social tradicional, trazendo questionamentos sobre o papel da profissão frente às expressões da questão social.

A reconceituação marcou de forma definitiva o Serviço Social latino-americano (CASTRO, 1979). A renovação do Serviço Social se processou durante e após a ditadura militar burguesa, conservando uma ligação intrincada e bastante complicada com a representação conservadora anterior da profissão. A renovação surge sob a crise e o esgotamento da legitimação das constituições profissionais “tradicionais”, recuperando os pontos centrais, como também surge a restrição das opções de escolha inseridas nos contextos da crise (IAMAMOTO, 2002; SILVA, 2001).

Não obstante os avanços no âmbito da profissão, muitos assistentes sociais envolvidos com o processo de renovação da profissão e com as lutas de resistência à ditadura militar sofreram perseguições políticas e, não raro, graves violações de direitos humanos.

Considerações Finais

Ainda que sejam de inegável importância, os acervos da repressão, sobretudo aqueles relacionados à polícia política, não residem no fato de conterem “verdades”. Conforme alertou Marx, no vol. VI de *O Capital*, “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (Marx, 1981, p.939). Nesse sentido, os acervos esclarecem menos a respeito da verdade sobre os “fatos” que os agentes da ditadura pretendiam registrar, e mais sobre a forma como se produzia e se controlava a informação durante o regime autoritário. Razão pela qual a escuta dos assistentes sociais, no que concerne aos objetivos deste projeto, é de vital importância.

Realizar coleta de dados acerca da resistência dos assistentes sociais durante da ditadura militar é trabalhar ora com a memória coletiva e ora com a memória individual. Neste sentido, pretende-se também realizar a coleta de depoimentos com base na trajetória de vida, pois se considera que a temática - por si só delicada e causadora de desconforto e sofrimento para os que viveram os anos de chumbo e foram vítimas de graves violações de seus direitos – requer cuidado na abordagem e mais tempo para que os depoimentos sejam colhidos. Razão pela qual, não obstante haver um número considerável de assistentes sociais “fichados” no SNI pretende-se trabalhar, dentre os que se disponibilizarem e possuírem condições de colaborar com o estudo, com aqueles que foram afastados de seus empregos e/ou funções por motivos políticos e foram presos pela ditadura, pois se considera que os trabalhadores foram os mais atingidos pelo regime exceção e ainda não há muitos estudos sobre esta particularidade no caso do Brasil (SANTANA, 2014, p. 85-96).

A pesquisa baseia-se no exame de documentos que até recentemente eram restritos, ou seja, não estavam acessíveis à consulta pública. Buscamos, com o estudo, revelar violações de direitos que sofreram os trabalhadores, particularmente os assistentes sociais e os estudantes de serviço social, por não aceitarem a realidade imposta por ditadores, e que lutaram e resistiram ao sombrio período da história brasileira.

É importante apontar que utilizaremos o banco de dados Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional, e o BNM – Brasil Nunca Mais Digital.

Ademais, olhar para os espaços de repressão e de resistência como produtos da sociedade e que ao mesmo tempo intervêm na reprodução desta sociedade, organizando, por exemplo, o trabalho produtivo, as redes de distribuição, os fluxos de circulação, os lócus de consumo e de produção etc., também é de grande importância para os intentos deste estudo.

Tais procedimentos, contudo, não se descolam da perspectiva de que as construções da memória são influenciadas pelas disputas políticas do momento histórico vivido, provocando também o esquecimento das querelas internas de um grupo ou sociedade.

Referências Bibliográficas

ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. X, n 2, jul/dez, 1995, p.299-324.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1979.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). **Relatório final**. Brasília, CNV, 2014.

COMPARATO, F. K. **Afirmção histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço social, memórias e resistências contra a ditadura: depoimentos**. Brasília: CFESS, 2017.

DATAFOLHA. **Pesquisa, 31 de março de 2014**. São Paulo. Acessado em 12 jun 2018.

DREIFUSS R. A. **1964 - a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**, Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo**. São Paulo: Hucitec, 1979.

- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- KRUG, E. et. al. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2002.
- MARTÍN-BARÓ, I. **Acción Y ideología: psicología social desde Centro América**. San Salvador: UCA, 2012.
- MARX, K. (1894). **O processo global da produção capitalista**. In: O capital. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Livro Terceiro, Vol. VI.
- MIOTO, R.; NOGUEIRA, V. M. R. Política Social: os desafios da intervenção profissional. **Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013.
- NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1990.
- NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.
- REIS FILHO, D. A. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- SANTANA, M. A. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n.13, outubro 2008.
- SANTANA, M. A. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, 1º Semestre de 2014, n. 33, v. 12, p. 85- 96.
- SCHMIDT, B.; FARRET, R. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS/PR (SDH). **Direitos humanos: percepções da opinião pública**. 1ª edição. Brasília: SDH/PR, 2010.

SILVA, F. C. T. da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política.** In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). O Brasil Republicano. Vol. 4: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, L. M. M. da. **Aproximação do Serviço Social às tradições marxista: caminhos e descaminhos.** (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

SILVA, M. O. S. e. **O serviço social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SKIDMORE, T. Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985). 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, L. T. R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 2001.

STAMPA, I.; RODRIGUES, V. Memórias Reveladas: justiça de transição e o sombrio legado da ditadura militar. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, 1º Semestre de 2014, n. 33, v. 12, p. 21- 44.

SIMILARIDADES QUE PERPASSAM O TEMPO NAS REPRESENTAÇÕES DITATORIAIS

Similarities that overcome time in dictatorship representations

Andressa Estrela Lima¹

Artigo recebido em: 11/06/2019.

Artigo aceito em: 29/09/2019.

RESUMO

Neste artigo, discutimos as obras *Sombras de reis barbudos* (1975) de José J. Veiga e *K.: Relato de uma busca* (2014) de Bernardo Kucinski, em torno do diálogo que elas suscitam entre história, ficção e memória. Ambas as ficções trabalham com a ditadura militar brasileira, envolvendo tanto a privacidade do indivíduo quanto a teia de conexões da coletividade. Nesse sentido, problematizamos acerca dessas representações utilizando teóricos que apontam direcionamentos memorialísticos, sociológicos, antropológicos, considerando o percurso que os romances fazem no contexto ditatorial para propiciar indagações sobre as similaridades simbólicas que perpassam o tempo nas construções das narrativas em questão e o que podemos discutir a partir desses elementos afins.

Palavras-chave: similaridades simbólicas, ditadura militar, Bernardo Kucinski, José J. Veiga.

ABSTRACT

In this article, we discuss the romances *Sombras de reis barbudos* (1975) by José J. Veiga and *K.: Relato de uma busca* (2014) by Bernardo Kucinski, around the dialogue they raise between history, fiction and memory. Both fictions work with the Brazilian military dictatorship, involving both the privacy of the individual and the network of connections of the collectivity. In this sense, we problematize about these representations using theorists who point out memorialistic, sociological, and anthropological directions, considering the course that the novels make in the dictatorial context to provide inquiries about the symbolic similarities that go through time in the constructions of the narratives in question and what we can discuss from these related elements.

Key words: symbolic similarities, military dictatorship, Bernardo Kucinski, José J. Veiga.

¹Doutoranda em Literatura na Universidade de Brasília – UnB. Currículo Lattes: <http://encurtador.com.br/coB49>. E-mail: andressa_e@outlook.com. Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea – GELBC.

Do que os seres são feitos se não das suas recordações? As lembranças dos indivíduos formam uma grande rede a qual os sujeitos se conectam com o coletivo e com o contexto histórico em que se passa essa relação, propiciando a (re)formulação do passado. Com isso, reivindica-se a subjetividade na História, pois como afirma a crítica literária Beatriz Sarlo (2007) “os direitos de lembrança” servem para esclarecer o passado, não considerando a História apenas como pano de fundo nas relações pessoais, mas como uma grande conexão de modificações mútuas que nos perpassam. É com esse direcionamento que buscamos delinear a leitura e a análise em torno das obras *Sombras de reis barbudos* (1975)² de autoria de José J. Veiga e *K.: Relato de uma busca* (2014)³ de Bernardo Kucinski.

Tais romances apresentam em seu contexto narrativo uma forte individualidade imersa na memória coletiva, realizando uma quebra de barreiras ao inserir a subjetividade no passado histórico. As narrativas em questão surgem em contextos históricos diferentes, mas na análise buscamos possíveis conexões entre elas. Apesar dos períodos de escrita e publicação serem distantes, ambas utilizam vários elementos simbólicos em comum para representar a ditadura militar brasileira, e, diante dessa leitura, poderemos indagar o porquê dessa reiteração de mecanismos similares.

Nesse sentido, no presente artigo buscamos estabelecer uma interlocução entre história e ficção, refletindo sobre a memória que relaciona tanto a individualidade como a coletividade, além da presença constante do passado, e discutimos acerca dos elementos simbólicos similares das duas obras, problematizando essas representações ditatoriais.

História, Ficção e Memória

O entremear dos discursos históricos e ficcionais provocam muitas discussões. Essa aproximação, bem como a separação dessas duas áreas, vem sendo

2 Neste artigo utilizo a 2ª edição. A primeira edição foi publicada no ano de 1972.

3 Utilizo a edição publicada pela CosacNaify, de 2014. A primeira edição foi publicada em 2011.

realizada por inúmeros teóricos. Como propõe Hayden White (1994), antes do século XIX, elas eram reconhecidamente afins, mas no século XIX, a necessidade de separação surgiu, fazendo a oposição entre fato e ficção, e “A história passou a ser contraposta à ficção, e sobretudo ao romance, como a representação do ‘real’ em contraste com a representação do ‘possível’ ou apenas do ‘imaginável’.” (White, 1994, p. 139).

A relação primeira entre história e ficção vem da matéria-prima em comum: a linguagem. Por ser indispensável a qualquer interação, ela agrega tanto o coletivo, quanto o individual. Com relação ao seu uso, o autor fala a respeito da inevitável “confusão” em torno do que seja ou não história, pois “Há muitas histórias que poderiam passar por romance, e muitos romances que poderiam passar por histórias (...). Neste aspecto, a história não é menos uma forma de ficção do que o romance é uma forma de representação histórica.” (White, 1994, p. 137/138).

A reflexão de White é radical, uma vez que une as ciências humanas em um só conjunto, transformando a história em romance e vice-versa. No caso das escritas ficcionais elas podem, a partir de suas representações e do tronco em comum da linguagem, suscitar questionamentos sobre a realidade que as cercam, mas sem excluir a história como ciência.

A relação existente entre a história e a memória também é problemática, uma vez que a primeira busca uma padronização do que ocorreu em determinado recorte temporal, mas a segunda sempre possuirá alguma informação que escapará desse padrão, que acarreta, por vezes, um conflito de perspectivas, como confirma Beatriz Sarlo (2007):

O passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direito da vida, de justiça, de subjetividade). (SARLO, 2007, p. 9).

Assim, a memória reivindica a sua participação no passado histórico por meio das lembranças dos indivíduos. Esse resgate memorialístico envolve os romances em questão, que, a partir de suas construções ficcionais que se

assemelham pelas similaridades simbólicas, expõem a reivindicação da experiência para esclarecerem o que ficou às margens do contar oficial.

Com relação a reconstituição memorialística, estão envolvidas tanto a individualidade como a coletividade, pois o rememorar em conjunto faz a recordação ser palpável e nítida, propiciando um entendimento dos fatos, e, principalmente, dos eventos que escapam da norma. A importância do coletivo se faz presente na medida que necessitamos dele para afirmar um acontecimento ou não, porque só as lembranças individuais não são suficientes. Segundo Maurice Halbwachs (1990):

Para algumas lembranças reais junta-se assim uma massa compacta de lembranças fictícias. Inversamente, pode acontecer que os depoimentos de outros sejam os únicos exatos, e que eles corrijam e reorientem nossa lembrança, ao mesmo tempo que incorporem-se a ela. (...) dentro desse conjunto de depoimentos exteriores a nós, é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que ele se transforme em uma massa consistente de lembranças. (HALBAWACHS, 1990, p. 28).

As recordações coletivas, quando falham, podem comprometer as individuais, ou seja, elas se complementam e se prejudicam mutuamente, causando imprecisão e/ou apagamento dos fatos. A partir dessas rememorações, a tentativa de se compreender o passado evocando-o constantemente concretiza-se no testemunho, na narração da experiência, como explicita Sarlo (2007):

A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum. (SARLO, 2007, p. 24, grifo da autora).

Observamos que pelo contar da experiência o sujeito se insere na história, nesse passado “impessoal”, ou seja, as lembranças (re)constroem a memória da coletividade e esclarecem fatos até então incontestáveis. Essa inserção do indivíduo também se dá por meio das representações literárias, que permitem o autor, o leitor e o texto dialogarem entre si e problematizarem a formação histórica e social.

Nesse contexto, representar um recorte temporal e expor para o leitor indagações em torno de um período histórico em que cotidianamente procura ser

apagado da lembrança coletiva é uma possibilidade de leitura que os romances *Sombras de reis barbudos* e *K.: Relatos de uma busca* indicam com as suas ficções.

As duas obras figuram a matéria histórica e as formas do testemunho por se reportarem à ditadura militar brasileira, e, considerando as suas configurações, promovem o diálogo entre essas duas áreas. A primeira, foi publicada pela primeira vez em 1972, quando o país estava sob o governo ditatorial do presidente Emílio Garrastazu Médici, este sendo o terceiro governante militar do período; a segunda está situada no contexto pós-ditatorial publicada pela primeira vez em 2011 pela Expressão Popular. Neste mesmo ano foi fundada a Comissão Nacional da Verdade, que investigou violações dos direitos humanos entre os anos de 1946 e 1988 no Brasil, mas, dentro da narrativa, expõe fatos do durante, do processo de abertura e do depois, já nos tempos democráticos.

Sombras de reis barbudos é um romance narrado por Lucas, um adolescente que presencia todas as modificações do seu povoado, desde a chegada de seu tio Baltazar, que articula a Companhia de Melhoramentos de Taitara. No começo as mudanças foram boas, pois as escolas e o teatro funcionavam e existiam muitos espaços públicos, mas, logo depois de um tempo no comando, seu tio sofre um golpe pela articulação de um grupo dentro da empresa, que o tira do poder da Companhia.

Logo após sua saída, ocorre muitas alterações desagradáveis na cidade, como os muros que impedem a mobilidade, os desaparecimentos de pessoas que eram contra esse novo regime, os urubus que aparecem em todos os lugares, as leis absurdas, como não poder sorrir em público, a deterioração de espaços públicos, o isolamento da cidade e a loucura dos cidadãos aprisionados.

Em *K.: Relatos de uma busca* mostra a vida de K., um pai que desesperadamente procura a sua filha, professora da USP, desaparecida pelo sistema ditatorial brasileiro e, no percurso dessa busca, dialoga tanto com o contexto tirânico do Brasil – desaparecidos, mortos, torturadores e militantes guerrilheiros – quanto com as heranças ditatoriais presentes na atualidade, que é a continuidade do sistema com uma roupagem democrática em um país desmemoriado.

Esse legado da ditadura militar representado em *K.* se relaciona com o atual Estado brasileiro que se configura em um Estado de Exceção ou Estado de Sítio, uma vez que o Brasil apresenta todas essas características em sua conjuntura. De acordo com João Camilo Penna (2007):

Os problemas de (in)segurança nas capitais brasileiras possam ser solucionados com a adoção imediata destas medidas de exceção, sobretudo quando sabemos que a dita (in)segurança atual é fruto direto da política de segurança nacional adotada durante os 21 anos de regime militar, ou seja, de um estado de exceção explícito que durou toda a extensão do período autoritário. (PENNA, 2007, p. 180).

Diante desse posicionamento, é válido observarmos as formas como a ditadura militar brasileira e as suas heranças foram representadas e como estão sendo trabalhadas na atualidade, percebendo quais aspectos foram expostos nas obras literárias dentro do contexto ditatorial que se mantiveram nos romances que surgem no período democrático.

O mundo de *Sombras de reis barbudos* é descrito passo a passo da instalação do sistema: golpe, muros, fiscais, urubus, proibições. Em *K.: Relato de uma busca*, por outro lado, o personagem central acorda dentro do governo já estabelecido, não mostrando a gradação presente na obra anterior. Apesar disso, esses dois romances apresentam uma série de elementos simbólicos em comum como os fiscais, a carta branca, os muros, a multiplicidade de vozes, a desmemória, entre outros, que serão problematizados a seguir.

Similaridades que perpassam o tempo

Um dos primeiros elementos simbólicos analisados se relaciona com a constante fiscalização que ronda as duas obras, com seus fiscais e policiais que possuem carta branca para agir como quiserem. No caso de *Sombras de reis barbudos*, o pai de Lucas se torna fiscal após o golpe e ganha essa carta branca para prejudicar ou beneficiar a quem quer que seja. As pessoas, por temê-lo, acabavam bajulando-o:

com meu pai não era aquele respeito espontâneo e desinteressado de quem quer apenas homenagear alguém por alguma coisa já feita; era a

bajulação de quem tem medo de ser prejudicado em algum direito; como fiscal meu pai podia prejudicar ou beneficiar, os fiscais trabalhavam com carta branca e não podiam ser contestados. (VEIGA, 1975, p.14).

A carta branca no excerto de *K.* é exposto na voz de um militar torturador que afirma o seu poder sobre a vida dos comunistas, sendo que seus atos eram totalmente aceitos e legitimados pelo governo:

Me deram carta branca, que era para acabar com os comunistas, não deram? Acabei com eles, não acabei? Então que não encham o saco. E daí que o velho falou com esse senador, que entregou carta, que tão pressionando – vão pressionar na puta que os pariu. (KUCINSKI, 2014, p. 46).

Os dois trechos evidenciam a constante violação dos direitos humanos exemplificada pela carta branca, utilizada para eliminar quem fosse contra o regime ou por algum motivo não concordasse com ele, sem quaisquer punições para os mandantes ou para os executores dos crimes.

Na narrativa *K.* existe uma multiplicidade de vozes que são dadas no texto de forma direta com relatos de pessoas envolvidas com a ditadura militar, como a amante do torturador, a empregada da casa da morte, o relato dos guerrilheiros, as cartas das pessoas envolvidas, entre outros.

Uma das vozes que permeiam *K.* é a presença de um torturador que é apresentado na narrativa de forma má, monstruosa, sendo que muitos torturadores da época ditatorial eram pessoas comuns. Mas o que leva pessoas comuns a cometerem crimes? Doris Lessing (1996), em uma série de conferências publicadas, fala a respeito do que leva o ser humano a ter uma postura violenta para com o próximo e a tendência das coisas serem polarizadas e separadas em grupos como amigo/inimigo, torturador/torturado, esquerda/direita. Ademais, ela cita a experiência Milgram, que visava analisar o comportamento humano quando recebiam ordens de supostas “autoridades” que utilizavam fardas e qualquer pessoa era suscetível a realizar coisas abomináveis devido à pressão, concretizando o pedido de tortura do outro ou até mesmo morte, sendo assim:

Essa obediência à autoridade não é exclusivamente dos alemães nazistas, mas faz parte do comportamento humano. Pessoas que participaram de algum movimento político, em tempos de extrema tensão, ou que se

lembram de como se comportaram na escola, sabem disso... Mas uma coisa é fazer algo do qual mais tarde nos envergonhamos e esperamos não repetir, outra é dizer calmamente: “É o que se deve esperar em tais condições”. (LESSING, 1996, p. 80/81.)

O que temos que evitar, portanto, é o pensamento do senso comum maniqueísta de que o militar/torturador é um sujeito essencialmente mal e que os militantes de esquerda são essencialmente bons, e, a partir da quebra desse pensamento, podermos emitir reflexões sobre as condições extremistas de poder que querem e alimentam essa polarização e a normalização de atos inumanos em tempos de repressão.

Já na obra de Veiga, essas vozes são inferidas a partir do contar de Lucas, por sua mediação e ordenação dos fatos, pois existem ações e relações que não são bem explicadas entre os demais personagens, como a relação conflituosa de seu pai com o tio Baltazar, “A trégua entre meu pai e tio Baltazar nunca chegou a ser completa. Até hoje não sei o que aconteceu entre eles no início para gerar tanta prevenção.” (VEIGA, 1975, p. 10).

Os muros aparecem em ambas as obras, representando os impedimentos e dificuldades impostos nos contextos explicitados:

Depois, quando se passaram muitos dias sem respostas, esse pai ergue a voz; angustiado, já não sussurra, aborda sem pudor os amigos, os amigos dos amigos e até desconhecidos; assim vai mapeando, ainda como um cego com sua bengala, a extensa e insuspeita muralha de silêncio que o impedirá de saber a verdade. Descobre a muralha sem descobrir a filha. (KUCINSKI, 2014, p. 64).

Essa “muralha de silêncio” se ergueu entre o pai e as informações sobre sua filha, que permaneceu muitos anos com esse conhecimento ocultado pelo governo brasileiro, sofrendo a violência imposta pelo sistema:

Outras vezes, lastimava ter acreditado que em troca de dinheiro era possível derrubar o muro de silêncio em torno do sumidouro de pessoas, o que nem gente muito importante havia conseguido. Ele não podia saber que quarenta anos depois esse muro ainda estará de pé, intocado. (KUCINSKI, 2014, p. 102).

Nessa passagem, K. encontra homens que dizem ter conhecimento sobre o paradeiro de sua filha e lhe pedem dinheiro, e, quando é enganado por esses

homens, ele reflete consigo a respeito da impossibilidade de se desfazer esse muro erguido entre ele e as notícias de sua filha, mesmo que tenham se passado 40 anos.

Em *Sombras de Reis Barbudos*, os muros se erguem após o golpe na companhia, e, por mais que sejam incômodos, eles nunca são derrubados:

De repente os muros, esses muros. Da noite para o dia eles brotaram assim retos, curvos, quebrados, descendo, subindo, dividindo as ruas ao meio conforme o traçado, separando amigos, tapando vistas, escurecendo, abafando.(...). No princípio quebrávamos a cabeça para achar o caminho de uma rua à rua seguinte, e pensávamos que não íamos nos acostumar; hoje podemos transitar por toda parte até de olhos fechados, como se os muros não existissem. (VEIGA, 1975, p. 13).

Em forma de *flash back*, Lucas mostra a vinda dos muros após o golpe e as dificuldades que todos passavam com eles, como a falta de comunicação e o isolamento dos moradores. Ele mostra que, após certo tempo, a população já se acostumou com essa situação a ponto de esquecer a existência deles. O elemento muro, nessas narrativas, simboliza a tirania dos regimes, a tristeza do isolamento, as dores e as mágoas decorrentes da impossibilidade de destruição dessas barreiras.

A presença dos desaparecidos é evidente nos romances, uma vez que quem perde um ente querido sai à procura de qualquer informação sobre o destino da pessoa. Na narrativa de Veiga, os desaparecidos são procurados pelas suas esposas que se dirigem à casa de Lucas para tentar falar com seu pai, que era fiscal da Companhia, mas, ao ignorá-las, elas passam a ir atrás da mãe de Lucas e denunciam as torturas e a falta de esclarecimentos em torno dos maridos:

Vendo que nada conseguiam com meu pai as mulheres mudaram de tática e passaram a se apegar com mamãe, mostravam os filhos doentinhos, as pernas inchadas, as mãos maltratadas, falavam nos maridos que estariam sofrendo maus-tratos não sei onde, queriam que meu pai desse um jeito. Aflita, penalizada, quase chorando também, e sem poder fazer nada, mamãe corria lá dentro e voltava carregada de mantimentos para distribuir, umas aceitavam desapontadas, outras recusavam com raiva, diziam que não estavam pedindo esmola mas justiça. (VEIGA, 1975, p.16).

Na narrativa de Kucinski, não só a filha de K. é procurada, mas também vários outros que tiveram o mesmo destino:

Já havia caído a noite e os relatos prosseguiam. Variavam cenários, detalhes, circunstâncias, mas todos os vinte e dois casos computados naquela reunião tinham uma característica comum assombrosa: as pessoas desapareciam sem deixar vestígios. Era como se volatilizassem. O mesmo com os jovens do Araguaia, embora estes já se soubesse estarem mortos. A freira anotava caso por caso. Também recolhia as fotos trazidas pelos familiares. (KUCINSKI, 2014, p. 16).

Percebemos que a mesma representação do sorvedouro de pessoas em *K* é perceptível na Companhia de Melhoramentos de Taitara, sem emitir explicações e sem responsabilizações para com a vida das pessoas que eles mesmos capturaram. Além de que a presença dos familiares à procura das vítimas configura uma forma de resistência por incomodar e investigar o ocorrido.

A falta de comunicação em *Sombras de Reis Barbudos* é gerada pelo deterioramento dos espaços públicos para a comunidade, afetando o desenvolvimento da memória coletiva e individual:

Pois esse homem que nos distraiu tanto, a ponto de desviar inteiramente a nossa atenção das dificuldades com a Companhia, está ameaçado de nunca ter vindo aqui. Parece até que a lembrança dele, e de suas mágicas incríveis, se queimou no incêndio do teatro. Ou o esquecimento é outra mágica que ele nos deixou? Mas, se é assim, como explicar que nem todo mundo esqueceu? Alguma manobra do mágico para gerar discussões e aumentar a confusão? Eu mesmo já não sei quanto tempo o Grande Uzk esteve aqui. Tentei esclarecer a dúvida consultando outras pessoas, e só ouvi respostas desencontradas. Uns falam em semanas, outros em meses, outros juram que nunca; (VEIGA, 1975, p.29).

A vinda do mágico se torna duvidosa pela incerteza da memória coletiva em torno de sua ida a Taitara, o que compromete a memória individual de Lucas e dos outros moradores da região. O incêndio no teatro também prejudica o rememorar pela falta do espaço concreto em que aquelas experiências se efetivaram, além de promover um diálogo com a repressão nos meios teatrais brasileiros na época ditatorial.

“O mal de Alzheimer nacional” citado em *K* é o mesmo esquecimento presente nos moradores de Taitara em *Sombras de Reis Barbudos*, dado que o apagamento para com as violações dos direitos humanos na ditadura foi uma grande estratégia do regime, deixando a situação do país cair na desmemória, como se as injustiças nunca tivessem acontecido. As duas obras não só representam a ditadura

militar brasileira, mas também realizam um diálogo com todos os sistemas repressores existentes.

Os desfechos dos romances são abertos com a prospecção de continuidade da realidade exasperante, como se percebe em *Sombras de reis barbudos*, que, logo após de uma trégua dada pela chuva, a Companhia lança novas proibições tornando a realidade tão insuportável que as pessoas começaram a voar, e, à medida que o número dessas pessoas aumentam, tenta-se encontrar uma explicação plausível para o fenômeno:

- Alucinação coletiva. Todo mundo pensa que está voando ou que está vendo outros voarem. Porque todo mundo deseja muito voar, quanto mais alto e mais longe melhor.
- Alucinação coletiva. É uma doença então?
- Não, não. Pelo contrário. É remédio.
- Remédio. E serve para quê?
- Contra loucura, justamente. (VEIGA, 1975, p. 60).

É válido ressaltar que a única válvula de escape foi se refugiar e se apegar com esse fenômeno para poder suportar a realidade vivenciada, não dando fim aquela coibição constante. O aparato fantástico utilizado por Veiga mostra uma forma de elaborar o inenarrável do período ditatorial, tanto pela repressão como pela incerteza da época.

Notamos em *K.: Relatos de uma busca* a mesma derrota de *Sombras de reis barbudos*, uma vez que o pai nunca encontra sua filha e a única homenagem prestada a ela foi ter o seu nome, junto com outros desaparecidos políticos, colocado em uma rua de um loteamento em um “fim de mundo”, ao passo que os torturadores eram homenageados com construções como pontes e viadutos. O capítulo *Post Scriptum* se refere a uma carta escrita em 2010 que relata o tormento efetuado nos dias atuais:

Passadas quase quatro décadas, súbito, não mais que de repente, um telefonema a essa mesma casa, a esse mesmo filho meu que não conheceu sua tia sequestrada e assassinada; voz de mulher, apresenta-se, nome e sobrenome, moradora de Florianópolis. (...) A voz feminina deixou seu telefone, para contatos. Não retornei o telefonema. Lembrei-me dos primeiros meses após a desaparecimento; sempre que chegávamos a um ponto sensível do sistema, surgiam as pistas falsas do seu paradeiro para nos cansar e desmoralizar. (...) O telefonema da suposta turista

brasileira veio do sistema repressivo, ainda articulado. (KUCINSKI, 2014, p.125).

Nesse trecho percebe-se que o filho de Bernardo Kucinski é quem atende o telefonema com “pistas” sobre o paradeiro de sua tia já morta e o próprio autor do livro descreve isso como uma contínua tortura aplicada aos familiares dos mortos e desaparecidos da ditadura, mostrando que ainda é o mesmo sistema repressivo que atua nos dias de hoje.

Com relação a essa herança ditatorial, vemos que a violência e os métodos de tortura são similares na sociedade atual, se instalando permanentemente o Estado de exceção que legitima esses atos por parte do poder vigente, como explicita Márcio Seligmann-Silva:

Assim, continuou-se a torturar neste país com a mesma liberdade e com a chancela tácita dos governantes. (...) Afinal, sabe-se que a impunidade do passado alimenta a impunidade do presente. A violência do passado continua na violência do presente. (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 64).

Por conta disso, ao se falar do passado brasileiro acaba por se falar do presente, com todos os seus mecanismos que se espelham nos atos violentos e repressivos da polícia dos tempos ditatoriais. Atualmente o Estado legitima a atuação dos policiais militares que torturam e matam em todo o país, violando os direitos humanos e utilizando a mesma carta branca de antigamente.

Considerações Finais

Os romances analisados revelam que é possível trazer debates a respeito da história oficial brasileira considerando narrativas fictícias, já que elas percorrem um caminho entre imaginação e realidade, além de dar visibilidade a fatos constantemente ignorados ou desconhecidos pelo social a respeito do recorte temporal que descrevem. Dessa forma, realizam leituras do presente, disputas de significados, mas sem avançar nos elementos simbólicos, ocorrendo assim um engessamento dessas simbologias se pensarmos as obras diacronicamente.

Essas representações expõem os danos causados pelo período ditatorial brasileiro e desvelam as suas heranças negativas que se perpetuam nos dias de hoje, sendo que a identificação desses legados ditatoriais no presente podem proporcionar uma possível desarticulação de ondas conservadoras que insistem em negar a existência da ditadura.

Considerando a discussão proposta, vemos que a subjetividade faz parte da construção histórica e a temática unida com a ficção dos romances se relacionam para atingir o maior número de pessoas possíveis para que possam tomar conhecimento do que aconteceu e acontece, desfazendo uma das armas do governo: o esquecimento.

Nesse sentido, por mais que as obras possuam desfechos que denotam continuidade das injustiças descritas, percebemos que o ato da escrita desses romances é em si um ato de resistência. As leituras propostas apontam dois tempos distantes – 1972 e 2011 – que se aproximam pela repetição de elementos simbólicos que denotam as mesmas arbitrariedades sofridas e proporcionam a visualização da não mudança dos problemas que insistem em permanecer no Brasil.

Referências

HALBAWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad.: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

KUCINSKI, Bernardo. **K.: relato de uma busca**. São Paulo: Cosacnaify, 2014.

LESSING, Doris. **Prisões que escolhemos para viver**. Trad.: Jacqueline Klimeck Gouvêa Gama. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

PENNA, João Camillo. Estado de exceção: um novo paradigma da política? In: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, n.º. 29, p. 179-204, janeiro-junho, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Trad.: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrativas contra o silêncio: cinema e ditadura no Brasil. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio; GINZBURG, Jaime; HARDMAN,

Francisco Foot; org. **Escritas da Violência, vol. 2 | Representações da violência na história e na cultura contemporâneas da América Latina**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, p. 64.

VEIGA, José J. **Sombras de reis barbudos**. 2ª ed. São Paulo: Circulo do livro S.A., 1975.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura**. Trad.: Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

POBREZA E PERDAS TERRITORIAIS NA OBRA *MACHOMBONGO*, DE EUCLIDES NETO

Poverty and territorial losses in Euclides Neto work's: Machombongo

Juliana Cristina Ferreira¹

Artigo recebido em: 08/07/2019.

Artigo aceito em: 22/09/2019.

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar as perdas territoriais e a pobreza que as personagens trabalhadoras rurais sofriam no período em que, ocorria no Brasil, o Golpe de 1964, representado na obra *Machombongo* (2014), de Euclides Neto. A fazenda era o local onde os trabalhadores sofriam com a miséria, resultado da perda da moradia, do salário aviltante, da escravização dos homens livres (trabalhadores) e do silenciamento. Para uma melhor compreensão buscamos apoio teórico em Maria Moura (1978), sobre as relações de poder entre o fazendeiro e os agregados e Deleuze e Guattari (1995), para compreendemos o processo de desterritorialização que os trabalhadores rurais sofriam. A metodologia baseia-se na pesquisa bibliográfica e na análise da obra em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza – Desterritorialização – *Machombongo*.

ABSTRACT:

This article aims to analyze the territorial losses and the poverty that the rural working characters suffered during the period in which, in Brazil, the coup de 1964, represented in the work *Machombongo* (2014), by Euclides Neto. The farm was the place where the workers suffered from misery, the result of the loss of the dwelling, the eager salary, the enslavement of the Free men (workers) and the silting. For a better understanding we seek theoretical support in Maria Moura (1978), on the power relations between the farmer and the aggregates and Deleuze and Guattari (1995), to understand the process of deerritorialization thar rural workers suffered. The methodology is based on bibliographic research and analysis of the work in question.

KEYWORDS: Poverty – Deerritorialization – *Machombongo*

¹ Doutoranda em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU.
<http://lattes.cnpq.br/0990121365882187>

1.1 Uma breve discussão sobre *Machombongo*

A obra *Machombongo* representa o período em que o Brasil sofreu com o Golpe Militar de 1964. Nessa época houve a ascensão dos poderes do fazendeiro produtor de cacau, após fazer acordos políticos com os militares. Como representação da realidade vivida naquele contexto, a obra apresenta-se como uma narrativa de denúncia social e política, revelando a realidade da região cacauceira, que era movida pela presença de senhores e de servos ali envolvidos na produtividade. A história mostra homens vivendo em situações de dominação, sustentadas pela conjuntura política do local, que apoiava o coronelismo e o trabalho de exploração e opressão dos lavradores.

Nesse trajeto, a personagem Rogaciano Boca Rica, assim conhecido por ter seus dentes cobertos com ouro, não media esforços para continuar obtendo riqueza e com amplos poderes sobre a região. Tais esforços do fazendeiro traduziam-se na prática da violência contra os trabalhadores; explorava-os e coagia-os no momento da votação, para que conseguisse a unanimidade de votos² e continuasse exercendo cargo na política. “Acobertado por um advogado corrupto, Dr. Esequiel, e por políticos interessados nos milhares de votos” (CESAR, 2003, p. 61), Rogaciano era visto pela população como uma espécie de senhor feudal, com poderes para praticar seus desmandos sem intervenção da justiça. Além do advogado Esequiel, “o juiz era dele, mandava no homem” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 38).

Com amplos poderes e com a justiça do seu lado, Rogaciano sabia que poderia invadir as roças dos trabalhadores e os expulsar quando achasse necessário, para o crescimento de sua fazenda. As terras vizinhas podiam, a qualquer momento, serem tomadas para fazerem parte da fazenda Ronco D’Água, sua propriedade, para o crescimento da lavoura. Apesar de os trabalhadores, terem a consciência do poder político do fazendeiro, “andavam conformados com a própria miséria” (EUCLIDES NETO, 2014, p. 51). Esse “conformismo” existia porque ao enfrentar o coronel, os trabalhadores poderiam ser mortos por seus jagunços, que, para a

² No período do coronelismo havia o “voto cabresto”, que era um sistema político abusivo, impositivo e arbitrário, praticado pelos coronéis para manterem-se no poder.

expansão da produtividade cacauceira, os expulsavam de suas terras, de maneira violenta. Assim, com todo o poder, Rogaciano com seus jagunços,

[...], podiam derrubar casa de posseiro a trator, queimar as madeiras dos roçados até alvejar branquidão de cinzas, passar os aviões lançando inseticidas, matando os inocentes dos ocos, locas e ninhos. [...]. Nem foice usavam: eram troços e trompaços os itapicurus, paus d'arco, aroeiras e braúnas. Depois o cardume de fogo devorando... A bicharada que não morria nas labaredas ou no veneno abrigava-se na Encantada (EUCLIDES NETO, 2014, p. 214).

Para o crescimento de sua fazenda, Rogaciano podia, com a ajuda de seus jagunços, derrubar as casas dos posseiros vizinhos “a trator”, ou atizar fogo e “queimar as madeiras dos roçados”, “matando os inocentes dos ocos, locas e ninhos”, ou seja, expulsando também, os animais de seus *habitats*, para tomar posse das terras. Os jagunços eram homens contratados para protegerem a fazenda e o proprietário, viviam armados, coagindo a população, conforme esclarece Rocha (2008).

A crueldade para com os trabalhadores era imensurável, tanto que, o fazendeiro os expulsava do local onde moravam e apropriava-se de suas terras. Com a posse das terras alheias, o cacauicultor ampliava ainda mais sua produtividade, adquirindo mais poderes e acúmulo de riqueza. Por outro lado, os trabalhadores empobreciam cada vez mais, chegando ao estado de miséria.

De acordo com a afirmativa de Moura (1988), o proprietário da fazenda em desenvolvimento, ou seja, da fazenda que crescia com a produtividade, tornava-se coronel e poderia expulsar os lavradores de terras vizinhas para tomar posse do território e ampliar sua produtividade. O coronel se apossava das terras dos pequenos posseiros sem nenhum registro, ou documentos; usava apenas sua força e poder econômico para expulsar os menos favorecidos de seus lares.

Ao serem expulsos de suas próprias terras, os trabalhadores sofriam com a desterritorialização. Para Deleuze e Guattari (1995), na medida em que os sujeitos perdiam suas terras e sua moradia, eles se tornavam fugitivos e fugidios sobre a terra, sem um lugar para poderem chamar de seu. Ao sofrerem o processo de perdas territoriais, os trabalhadores empobreciam, chegando à extrema pobreza, à miséria.

Na obra, por exemplo, os miseráveis das roças de cacau eram os lavradores que perderam suas terras, foram expulsos de sua moradia, para a posse do coronel, e, sem absolutamente nada, continuaram nas terras que um dia foram suas, porém, como agregados, morando de favor. O salário era desonroso e esses agregados passavam longos períodos de fome e como forma de sobrevivência, aceitavam os desmandos do fazendeiro, para a realização de trabalhos explorados.

Ao serem expulsos de suas próprias terras, os trabalhadores perdiam sua moradia e sem condições para se deslocarem, continuavam nas terras para trabalharem e retirarem dela o sustento. Para Deleuze e Guattari (1995) era uma forma de se reterritorializarem, de terem um local para abrigar-se das adversidades climáticas. O ato de reterritorializar, a partir das perdas territoriais fazia com que os lavradores sofressem mudanças/perdas em suas identidades. As perdas identitárias dos sujeitos eram agravantes e estes poderiam até se zoomorfizarem, serem rebaixados como animais, conforme Cardoso (2006).

A zoomorfização acontece a partir do momento em que os trabalhadores perdem suas identidades, suas dignidades e são oprimidos pelo sistema capitalista. Ao perderem suas identidades, uma vez que a identificação dos sujeitos está associada ao pertencimento, pois cada ser é identificado pela região onde vive, pela cultura e língua do local, conforme esclarece Silva (2012), os sujeitos tornam-se sem rumo, vivendo no anonimato.

Assim, durante a narrativa, percebemos que os trabalhadores desterritorializados, tornavam-se miseráveis e passavam a viver no limiar entre a busca pela sobrevivência e a violência que os rondavam a todo o momento, que os oprimia e os explorava no trabalho. Uma das maiores violências vividas por esses lavradores era o fato de serem expulsos de suas próprias terras, de sua moradia, para o crescimento da lavoura cacauceira.

1.2 As personagens oprimidas e o lugar do refúgio

As personagens oprimidas e pobres da obra *Machombongo* viviam em condições subumanas, nos casebres no meio do mato, sem alimentação adequada, passavam longos períodos de fome e não tinham direitos trabalhistas. Eram trabalhadores da região ou migrantes que procuravam as fazendas cacauceiras para trabalharem, uma vez que, o cacau era conhecido como fruto de ouro, por causa de sua grande produtividade.

Compondo o quadro de trabalhadores rurais que foram expulsos de suas próprias terras, mas que continuaram na fazenda, trabalhando como agregados temos: a personagem Januário, um leal funcionário, que, apesar de ter perdido suas terras para Rogaciano, manteve sua amizade com o deputado, por serem vizinhos. O lavrador continuou na fazenda, trabalhando como chofer do deputado. Segundo o narrador:

Ali, chegava Januário: sem fazenda, sem as vacas borralhas de vinte arrobas, viciado na bebida que agora o amigo exigia que deixasse, a fim de poder trabalhar com ele. E pobre, fazendo só o que sabia: chofer e rapaz de recado. De inteira confiança. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 184).

Sem ter para onde ir e vivendo na pobreza, Januário continuou na mesma fazenda que um dia fora sua, compondo o quadro de agregados da região que havia perdido as terras. Desterritorializados, os trabalhadores empobreciam e sem condições para se deslocarem para outros lugares, permaneciam na fazenda, morando de favor como agregados. A moradia de favor resultava em dívidas com o patrão, que eram pagas com trabalhos explorados, como afirma Moura (1985).

Assim, durante a leitura da narrativa, fica perceptível que a fazenda, para os trabalhadores, era um local de pobreza e servidão, devido à escassez de recursos para uma vida digna. Os lavradores não conseguiam deslocar para outros lugares e continuavam ali no local. Nesse sentido, a pobreza era representada por meio de vários aspectos, tais como a fome, péssimas condições de moradia, pois as casas eram de palha taipa, além do subemprego, mantido como uma forma de

sobrevivência na sociedade excludente. A opressão era intensa; os trabalhadores não possuíam nem ao menos documentos pessoais e viviam no anonimato, nas realizações dos trabalhos da fazenda Ronco D'Água.

Além dos trabalhadores da região, na fazenda havia agregados que migraram de outras regiões em busca de emprego na lavoura, de moradia e uma vida melhor. Todavia, esse quadro de trabalhadores era constituído também, por estudantes ativistas militantes de esquerda disfarçados de lavradores, que lutavam contra a repressão da Ditadura Civil Militar do Brasil. Em meio a esse grupo de estudantes estavam Zacarias e Deoclécia, engenheiro e médica, disfarçados de trabalhadores com o intuito de fazerem os trabalhadores refletirem sobre o sistema opressor e lutarem contra as injustiças vivenciadas no período ditatorial.

Sobre o fato de estudantes universitários trabalharem disfarçados de lavradores nas fazendas cacauceiras, comparamos esse acontecimento ao filme *Araguaya: conspiração do silêncio*, do diretor Ronaldo Duque. O filme estreou em 2004, baseado nos acontecimentos da Guerrilha do Araguaia, que aconteceu na década de 1970, no Norte do Brasil. Vários estudantes universitários e militantes de esquerda foram disfarçados de trabalhadores rurais para uma comunidade próxima ao rio Araguaia, intencionados a conscientizar os trabalhadores a unirem-se na luta contra as injustiças vivenciadas na região como: as tomadas de terras, a destituição de emprego e a violência durante a Guerrilha (ARAGUAYA, 2004).

A história do filme *Araguaya: conspiração do silêncio* lembra-nos, em *Machombongo*, o fato dos migrantes, que eram estudantes e militantes de esquerda, disfarçados de trabalhadores, que tinham como objetivo, conscientizar os lavradores, para que, unidos, pudessem lutar contra a opressão e escravização na lavoura cacauceira. A esse respeito, temos como exemplo, as personagens Zacarias e Deoclécia, estudantes disfarçados que chegaram à região a procura de emprego na lavoura. Eles passaram por uma espécie de entrevista feita pelo deputado, para que este analisasse se os trabalhadores estavam, ou não, aptos ao trabalho na fazenda. O diálogo exposto abaixo mostra como aconteceu o acordo entre Rogaciano e os candidatos ao trabalho na lavoura:

- Qual o seu nome?
 - Zacarias.
 - Sabe trabalhar em quê?
 - No pesado, o que vosmicê mandar.
 - É vaqueiro?
 - Inhô, não, mas na precisão de um, arreo uma vaca.
 - Essa é sua mulher?
 - É minha dona.
 - Ela trabalha?
- As perguntas vinham secas, diretas, afiadas como agulha costurando sacos.
- Faz todos os trabaio. Só não sabe mexê em cozinha, mesmo assim arremedeia.
 - Aqui nessa fazenda não temos serviço, mas na Ronco D'Água, perto de Rio Novo...
 - Onde fica?
 - Vocês passaram por ela... depois da cidade, passa a ponte, viaja um pouco na rodagem...
 - Perto da fazenda do Deputado Rogaciano?
- O próprio se entusiasmou em ouvir o nome no conhecimento da popularidade. Aquilo lhe aumentava o prestígio e a vaidade.
- Vocês conhecem o deputado Rogaciano?
 - De nome muito... Quem não conhece?
 - Mas conhece daqui ou de lá do sertão?
 - A bem verdade, logo que chegemo no comércio, nos dissero que o deputado emprega todo mundo que aparece. Já até passemos na fazenda Ronco D'Água, uma grandona, sede bonita, curralama de um lado, o alinhamento das barcaças do outro.
 - Isto aí. Mas lá de Juazeiro?
 - De lá, nós ouvimos falar o nome dele... homem de muita fama e respeito.
 - Pois é com o deputado que você está falando.
 - Vigia Deoclécia... que mundo pequeno, meu Deus. O mundo tá encoendo. Quem haveria de dizer. Nós saímo de lá do norte pensano em morar com vossa senhoria.
- Assim, o catingueiro ganhou o deputado, que lhe ordenou:
- Volte... ou melhor, espere aí, que vocês vão comigo, na caminhonete, logo mais. Lá, tenho serviço para vocês.
- (EUCLIDES NETO, 1986, p. 49-50).

A fazenda Ronco D'Água, lugar que gerava emprego (servidão), era conhecida em toda a região, até mesmo no Juazeiro, cidade localizada no norte baiano, e o deputado Rogaciano, “homem de muita fama e muito respeito” (EUCLIDES NETO, 1986, p. 50), por ser um político e produtor de cacau tornara-se muito conhecido em todo o Estado.

Com o desenvolvimento da lavoura cacaueira, a região Sul da Bahia, desde o século XIX, passou a ser vista como um *Eldorado*. A partir desse crescimento, milhares de pessoas migravam de várias partes do Brasil em busca de uma nova

vida, trabalhando na lavoura do fruto de ouro, assim conhecido por trazer riquezas e prosperidade à região e principalmente, aos cacauicultores, como afirma Rocha (2008).

Todavia, constituindo a classe dos trabalhadores silenciados pela opressão, além dos migrantes e dos lavradores destituídos de suas terras, havia os Pindaíbas, que eram indígenas que viviam numa tribo nas terras da fazenda Ronco D'Água e, há muitos anos estavam ali. Com uma característica peculiar, os indígenas, que moravam na mata, com o crescimento da lavoura, foram, também, desterritorializados, pois Rogaciano apropriou-se do território onde viviam, escravizando-os na lavoura. Adonias Filho (1978) assevera que, nos tempos da colonização, a mata originária foi derrubada pelos desbravadores para as plantações de cacau. No entanto, como havia indígenas nas terras, os Pindaíbas, a obra representa a herança da escravização dos tempos coloniais e das perdas do espaço onde a tribo vivia.

O narrador mostra, além da perda da moradia indígena, a exploração da mão de obra do grupo, que viviam nas terras do deputado, bem como as características fisiológicas peculiares dos Pindaíbas:

[...] troncados, baixos, ombros de pilão, cara de seixo, olhos esféricos. Os braços exageradamente compridos, as mãos grossas, pesadas, dando a lembrança de uma pá carregadeira: os músculos desenvolveram-se através de gerações de homens que puxaram a enxada, levando anos, possivelmente séculos, no jogo da estrovenga, machado, da marreta batendo cunha, do marrão quebrando pedra, da panca embarcando madeira de estaleiro. (EUCLIDES NETO, 2014, p. 53).

Por meio do excerto, compreendemos que os trabalhadores humildes que viviam na Ronco D'Água eram explorados a partir dos trabalhos difíceis que realizavam no dia a dia, até seus corpos já mostravam as marcas dessa exploração: “os braços exageradamente compridos, as mãos grossas, pesadas, dando lembrança de uma pá carregadeira” (p. 33). Os músculos “desenvolveram-se” após anos de trabalhos exaustivos e desumanos com enxada, machado, marreta, para a realização de trabalhos na fazenda. Além de serem explorados no trabalho,

Rogaciano mantinha o grupo fechado, no meio da fazenda, morando em casas de palha, perto umas das outras – pequeno arruado. A cada um, permitia pequeno taco de terra onde plantavam mandioca e milho, criavam galinhas, armavam arapucas e mundéus. Quase não trabalhavam perto da sede. Somente Chico Pindaíba por lá andava, o que já constituía grande progresso. O deputado só queria usar o grupo, tomar-lhe a força dos braços (EUCLIDES NETO, 2014, p. 58).

Como percebemos, o deputado Rogaciano mantinha o grupo “fechado, no meio da fazenda”, para que ninguém os encontrasse e para que eles (os Pindaíbas) não tivessem contato com outros trabalhadores. Mantendo-os isolados, era mais fácil de explorá-los no trabalho, pois, “o deputado só queria usar o grupo, tomar-lhe a força de trabalho” (p. 58). Somente Chico Pindaíba andava por perto da sede porque já era trabalhador e morador antigo da fazenda Ronco D’Água, já estava com setenta e cinco anos de idade e já havia adquirido certa intimidade com o deputado.

Para que o deputado Rogaciano continuasse tendo esses trabalhadores na fazenda, ele facilitava os encontros entre os casais de Pindaíbas, os quais eram submissos, pois haviam aprendido a realizar, de maneira conformada, os trabalhos na fazenda, aprendiam com os pais e transmitiam para os filhos. Os encontros amorosos entre os Pindaíbas eram favorecidos pelo fazendeiro, desde o início da adolescência. Assim, Caçula, a filha de um Pindaíba, que já estava ficando adolescente, aos doze anos, segundo a voz narrativa:

Entraria no primeiro cio, já aos doze anos e no escondido de qualquer moita, atrás de pedra, barranco de rio, apanharia barriga. Mal escolheria um primo de todos, se não fosse mais chegado. Mais de uma fora pegada por irmão, paria e criara o filho (EUCLIDES NETO, 2014, p. 58).

Ao favorecer o encontro entre os Pindaíbas, na adolescência, o deputado conseguiria mais trabalhadores disponíveis para o trabalho na lavoura. Assim que alguma Pindaíba entrasse “no primeiro cio”, ou seja, o período da menarca, o fazendeiro já providenciava uma forma de ela se unir sexualmente com um Pindaíba primo, ou até mesmo um irmão, para que, futuramente, os filhos dos Pindaíbas serviriam para o trabalho explorado.

Todavia, vivendo na opressão, os agregados tinham como refúgio imaginário, *A Serra do Machombongo*. Na obra, *Machombongo* significa “horizonte”, um lugar

idealizado, utópico, de desejo e de prazer das personagens que tinham consciência de sua subalternidade nas fazendas cacauceiras. O local era de resistência, para onde os trabalhadores, cansados da exploração, se refugiavam. Os lavradores sonhavam com a *Serra*, um lugar onde todos poderiam lavar e tirar da terra o seu próprio sustento, sem a opressão dos coronéis. A tão sonhada serra era oposta à fazenda Ronco D'Água; fazenda fictícia da narrativa, que representava um lugar hostil, cheio de lutas e sofrimento dos trabalhadores que buscavam sobreviver à pobreza, à fome, à exploração e ao salário indigno. Nesse cenário, o narrador esclarece que:

A serra nasceu de Deus, dissera Jesus. Arrumara tudo, para que o homem pobre a usasse. Tanto que os homens donos dos currais não a queriam: não dava colônia, os bois morriam ervados, atolados nos dentes da onça, no queixo do cascavel. Só os pequenos criadores levavam seu gadinho para lá no tempo da seca. A serra pertencia aos fracos. De ponta a ponta deitava-se mais perto do céu. Deus a enfeitava de jaziras, sempre-vivas, botão íris. Agasalhavam-se, ali, os bichos fugidos dos incêndios das terras do colônia. Agora, iria entrincheirar³ os homens (EUCLIDES NETO, 2014, p, 191).

A *Serra do Machombongo* era uma terra desejada pelos trabalhadores, por ser uma terra que podia, no imaginário deles, ser usada pelos homens pobres de maneira igualitária. A terra “pertencia aos fracos”, aos pobres e marginalizados socialmente, e, por isso, era considerada uma espécie de paraíso, que abrigava e protegia os trabalhadores refugiados. Era também o lugar onde predominava a igualdade de direitos para todos, pois a terra era usada por todos para os seu sustento e moradia.

Ao referir-se a *Serra do Machombongo* como um lugar idealizado e que possui igualdade social, o narrador revela também, uma maneira de manifestar o pensamento marxista, pois uma das grandes preocupações do marxismo era a questão da igualdade entre todos os indivíduos. Marx (1999) argumenta que o socialismo pode sim ser concretizado a partir da união e uma luta organizada do proletariado com ideias e finalidades iguais. O princípio da igualdade ocorrerá através de uma construção de igualdade para todos, sem quaisquer perdas territoriais de uns e privilégio para outros.

³ Proteger-se, fortificar-se com trincheira, munir-se de meios para defender-se (FREEIRA, 1974).

1.3 Considerações finais

Na obra, os trabalhadores conscientes de sua exploração, da pobreza e das dificuldades vivenciadas no dia a dia, construíam idealizações como forma libertadora da opressão em que viviam. Seus desejos e utopias revelavam-se na sonhada *Serra do Machombongo*, lugar de igualdade, sem exclusão, sem fome e sem exploração, onde todos pudessem viver em paz.

Todavia, apesar de a *Serra do Machombongo* ser uma terra sonhada por todos os trabalhadores, nem todos conseguiam chegar nela, devido à pobreza, ao grande número de filhos pequenos e à falta de condições de deslocamento. Com dificuldade em deixar o trabalho nas fazendas, os trabalhadores, em sua maioria, continuavam trabalhando como agregados e continuavam sendo explorados, humilhados e levando uma vida de muita pobreza e opressão.

Enquanto trabalhavam como agregados, os lavradores tinham apenas um pequeno pedaço de terra em volta do casebre, para plantarem uma horta. Esse pequeno pedaço de terra era doado pelo fazendeiro como estratégia para os trabalhadores não tocarem nas plantações do fazendeiro e, assim, manterem as lavouras bem cuidadas e com o foco nas vendas e exportações. Segundo afirma Rocha (2008), o plantio de cacau trouxe riqueza e prosperidade que sustentaram fazendas, vilas e cidades, além de propiciarem festas, viagens dos coronéis e um grande número de exportações desse produto.

O romance euclidiano mostra a realidade vivida no meio rural do sul da Bahia, as injustiças sofridas pelos trabalhadores rurais, por não terem documentos, nem os seus direitos garantidos e ainda, sofrerem com a violência da perda territorial. O autor, por meio de seus textos literários, representa as agruras vividas pelas personagens pobres da lavoura. Na obra, essas personagens trabalhadoras tornaram-se ainda mais pobres no período do declínio do cultivo, pois foram expulsas de suas terras, para o crescimento da fazenda do coronel.

Por meio dessa relação de poder – econômico-social – entre o deputado e os trabalhadores, na literatura euclidiana, percebemos o contraste entre a riqueza e a

pobreza, em decorrência, principalmente, do trabalho explorado que os agregados, homens pobres, eram obrigados a realizar, por questão de sobrevivência. O que os trabalhadores produziam na lavoura era apropriado pelo fazendeiro.

Desse modo, podemos compreender que o trabalho agregado cria a ideia de posse, ou seja, os trabalhadores passam a “pertencer” ao patrão, o que aumenta ainda mais a situação de dominação do fazendeiro para com os agregados. Esses trabalhadores, mesmo sendo livres, aderiam ao trabalho explorado para garantirem suas sobrevivências. Os agregados, naquele contexto, eram explorados, por trabalhar de forma exaustiva, além de estarem à mercê dos mandos e desmandos do fazendeiro.

REFERÊNCIAS

ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia: chão de cacau*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: INL, 1978.

ARAGUAYA – A conspiração do silêncio, direção de Ronaldo Duque, Brasil, distribuição Paris Filmes, 109 minutos, 2004.

CARDOSO, João Batista. *Literatura do cacau: ficção, ideologia e realidade em Adonias Filho, Euclides Neto, James amado e Jorge amado*. Ilhéus: Editus, 2006.

CÉSAR, Elieser. *O romance dos excluídos: terra e política em Euclides Neto*. Ilhéus, Bahia: Editus, 2001.

DELEUZE, Gilles; GUATTERI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995.

EUCLIDES NETO. *Machombongo*. Itabuna: Cacau Letras, 1986.

MARX, Karl. *O manifesto comunista*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

ROCHA, Lurdes Bertol. *A região cacauzeira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: sagra, recepção, representação*. Ilhéus: Editus, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 11.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

DIGNIDAD:

a colônia alemã a serviço da repressão chilena (1973-1977)¹
Dignidad: the German colony at the service of chilean repression (1973 – 1977)

Renata dos Santos de Mattos²

Artigo recebido em: 27/06/2019.

Artigo aceito em: 22/09/2019.

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo refletir, a partir da análise de documentos desclassificados dos EUA, o papel da comunidade alemã liderada por Paul Schäfer no Chile, *Colonia Dignidad*, enquanto espaço de prisão, tortura e assassinato utilizado pelo principal órgão do aparato repressivo chileno, a *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA). Instaurada a ditadura no Chile em 1973, Augusto Pinochet ordenou a criação de uma poderosa estrutura de Inteligência e informação com a finalidade de eliminar os opositores do regime. Assim, sob os preceitos do Terrorismo de Estado, a DINA passou a atuar, estabelecendo recintos clandestinos de detenção por todo o país. Nesse sentido, *Dignidad* surge não apenas como local, mas também como uma das mais destacadas colaboradoras nas violações aos direitos humanos do período.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Chilena – DINA – Colonia Dignidad - repressão

ABSTRACT:

This article aims to reflect, from the analysis of declassified US documents, the role of the German community led by Paul Schäfer in Chile, *Colonia Dignidad*, as a place of prison, torture and murder used by the main Chilean repressive body, the Directorate of National Intelligence (DINA). Established the dictatorship in Chile in 1973, Augusto Pinochet ordered the creation of a powerful intelligence and intelligence structure with the possibility of eliminating opponents of the regime. Thus, under the precepts of State Terrorism, DINA began to operate, establishing clandestine places of detention across the country. In this sense, *Dignidad* not only as a local, but also as one of the most prominent contributors to human rights violations of the period.

KEYWORDS: *Chilean dictatorship - DINA - Colonia Dignidad - repression*

¹ Este artigo faz parte da pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado em História *A Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), o Terrorismo de Estado no Chile e as relações com o imperialismo estadunidense (1973-1977)*. 2019, 253 f. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

² Licenciada e Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5611071468639434>

1. Introdução

Convulsionada por movimentos revolucionários e reacionários a partir da segunda metade do século XX, a América Latina foi reflexo do contexto de disputa entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética (URSS). O avanço da Revolução Cubana, o desenvolvimento de políticas sociais e a proposição de reformas estruturais em países tais como Brasil, Bolívia e Chile, entre outros, resultaram numa feroz contraofensiva através de golpes militares e a institucionalização da violência.

No caso do Chile especificamente, a vitória de Salvador Allende nas eleições de 1970 constituiu um marco na história da América Latina e do mundo. Primeira experiência socialista pelas vias eleitorais, a proposta da Unidade Popular³ buscou romper com as estruturas do passado, valorizando os trabalhadores urbanos e rurais, nacionalizando a indústria e democratizando os direitos básicos, além de rechaçar os desmandos estadunidenses no continente. Diante do cenário da Guerra Fria e de um país amparado por políticas de esquerda, os partidos conservadores, os militares chilenos e a Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA somaram forças contra o que identificaram como uma “nova Cuba” no sul do continente.

Ao longo dos mil dias da administração Allende ocorreram inúmeras ações que reunidas conformam o que Moniz Bandeira (2008) conceituou como uma “fórmula para o caos”, designando assim, uma série de atividades explícitas e clandestinas realizadas pela CIA junto de algumas esferas da direita chilena e as forças armadas com a finalidade de derrubar o governo socialista. Dentre essas atividades desestabilizadoras estavam a contrapropaganda, os *lock outs*⁴, o financiamento de partidos de oposição e grupos paramilitares de extrema-direita, como o *Patria y Libertad*, além de boicotes econômicos e atentados terroristas.

3 Coalizão dos partidos Socialista, Partido Comunista, Partido Radical, Partido Social Democrata e o Movimento de Ação Popular Unitária.

4 Ocorre quando o empregador impede que os seus empregados, total ou parcialmente, adentrem nos recintos do estabelecimento empresarial para trabalhar, desestimulando os trabalhadores a pleitear ampliações de direitos. Em termos simples, os *lock outs* funcionam como greves patronais.

Em 11 de setembro de 1973, as pressões internas e externas culminaram no bombardeio ao Palácio de la Moneda, instaurando a partir desse momento um regime autoritário, que deu início a disseminação do Terrorismo de Estado (TDE), compreendido por Padrós (2005, p.45) como um “sistema repressivo aplicado em grande escala pelos setores dominantes e desde o Estado, dentro ou fora das próprias fronteiras.” Dando pistas de como seriam os anos seguintes sob o mando dos militares, um dos membros da Junta de Governo⁵, general Gustavo Leigh, declarou sobre a necessidade de extirpar o marxismo, apagar os traços ideológicos defendidos por Salvador Allende e para tanto, foi criado um sistema de inteligência capaz de eliminar fisicamente seus oponentes.

Sob a proclamação das leis nº 5, 10 e 15 de 11 de setembro de 1973, a Junta lançou críticas ao governo anterior, afirmando que esse teria “quebrado la unidad nacional fomentando artificialmente una lucha de clases estéril y en muchos casos cruenta”. (CHILE, 1973) Listou também dezenas de nomes de políticos ligados ao ex-presidente, intimando-os a entregarem-se no Ministério da Defesa para serem presos; instaurou o estado de sítio no Chile; além da censura aos meios de comunicação.

Característica comum às ditaduras latino-americanas, o apoio civil, seja na articulação dos golpes de Estado ou na manutenção dos regimes, também marcou presença no processo chileno. No que se refere à mídia, os meios de comunicação controlados por Agustín Edwards, como o jornal *El Mercurio* destacam-se pelo apoio irrestrito às políticas repressivas de Augusto Pinochet. (LIRA et. al., 2009) Do mesmo modo, Jaime Guzmán e os estudantes da Universidade Católica do Chile, através do movimento gremial, deram suporte intelectual e ocuparam proeminentes cargos políticos no Estado ao longo da ditadura. (VALDÍVIA, 2003, p.203)

Seguindo a mesma linha colaboracionista, empresários e indivíduos dos diferentes setores socioeconômicos forneceram seu apoio por meio de financiamentos, denúncias e até mesmo com participação operacional no aparato

5 A Junta de Governo no Chile era composta pelo general do Exército Augusto Pinochet, pelo almirante da Marinha José Toribio Merino, o general da Força Aérea Gustavo Leigh e o general dos Carabineros César Mendoza Durán.

repressivo como demonstrará este artigo. O caso de *Colonia Dignidad* expõe aqui um ponto alto da cooperação entre civis e militares, quando instalações privadas não expropriadas⁶ serviram ao Estado como recinto clandestino e seus moradores assumiram funções de agentes, reportando-se às autoridades militares como se subordinados fossem. Deste modo, a fim de abordar a aproximação entre a DINA e *Dignidad* este breve trabalho seguirá uma linha do tempo, que se inicia na construção do órgão de Inteligência e segurança e termina em sua dissolução.

2. A Dirección de Inteligencia Nacional e a institucionalização da violência no Chile

Ainda em 1973, Augusto Pinochet ordenou ao coronel do exército Manuel Contreras Sepúlveda, seu braço direito, que a *Dirección de Inteligencia Nacional* fosse criada. A ideia inicial consistia em centralizar as informações relativas à inteligência e à segurança nacional, até então dispersas nos demais setores das forças armadas, num único órgão que respondesse, direta e somente, à Junta de governo. A partir desse momento, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), inspirada principalmente nas teorias da contrainsurgência dos EUA e de guerra contrarrevolucionária francesa, como assinala Miguel Rojas Mix (2004, p.14), chegou ao Chile com extremo vigor, sendo a DINA uma das principais estruturas comprometidas em honrar tais preceitos.

Conhecida como “o monstro” (FOIA, 1974) pelo *Centro de Contrainteligencia de las Fuerzas Armadas* (CECIFA) do Chile, segundo aponta um relatório secreto da *Defense Intelligence Agency* (DIA) dos EUA, a DINA ganhou plenos poderes para executar quaisquer ações no combate à subversão, até mesmo para além das fronteiras chilenas. Em junho de 1974 nasceu oficialmente a Direção de Inteligência Nacional sob o decreto-lei nº 521. Qualificada como "organismo técnico-profissional dependente direto da Junta de Gobierno" (CHILE, 1974), esse órgão foi criado para auxiliar na extração e reunião de informações que constituiriam o

⁶ As expropriações de prédios públicos e privados eram comuns durante a ditadura chilena. Nesses locais foram instaurados desde centros clandestinos de detenção até quartéis gerais dos órgãos repressivos.

sistema de inteligência e segurança do país. Apesar disso, testemunhos de sobreviventes, documentos desclassificados e estudos recentes sobre a repressão política no Chile comprovam uma atuação para além da oficialidade, conferindo à DINA um caráter semiclandestino. Segundo Pablo Policzer (2014, p.117), anexado ao decreto que instituiu esse órgão existiam ainda outros três artigos (9, 10 e 11), publicados somente no Diário Oficial com circulação restrita, indicando possíveis atribuições extras aos agentes da DINA, como detenções.

Segundo John Dinges (2005, pp.108-109), estudioso da Operação Condor⁷, Manuel Contreras, artífice do aparato repressivo no Chile, foi o "arquiteto de um sistema de Inteligência singular". Auxiliado por civis e militares chilenos e estrangeiros, independente dos demais setores das Forças Armadas, Contreras construiu, em um curto período, estrutura vasta e complexa. Estima-se que pela DINA chilena tenham passado mais de mil agentes responsáveis direta ou indiretamente pelos centros de detenção, tortura e extermínio de opositores políticos. (SALAZAR, 2013, p.114)

Infelizmente não há documentos da DINA disponíveis ao público para que se compreenda de que forma seus oficiais e agentes realmente atuaram. Desse período, restaram majoritariamente os testemunhos de sobreviventes que defenderam e ainda lutam pela construção da memória sobre o período, registros de organizações de direitos humanos e documentos liberados pelo Departamento de Estado dos EUA. Somente em setembro de 2013 foi descoberto e enviado pelo historiador Danny Monsalvez ao site *The Clinic*, um documento intitulado "*Manual de Operaciones Secretas*" (1976) e a partir da leitura dessa significativa fonte, a qual Monsalvez teve acesso, é possível avaliar, mais profundamente, no que consistiu o aparato repressivo chileno e os objetivos do serviço secreto desenvolvido pela DINA. Segundo consta no manual, essa agência tinha por missão

[...] realizar todo tipo de operaciones de Inteligencia en el país y en el extranjero mediante maniobras ocultas y clandestinas que no produzcan comprometimiento al Estado o sus autoridades y que permita

7 Conexão repressiva entre os sistemas de inteligência do Chile, Uruguai, Argentina, Paraguai e Brasil no contexto de ditaduras civil-militares pós-1960.

aprovechar sus resultados en beneficio de los intereses nacionales y de la propia organización. (Manual de Operaciones Secretas, 1976, p.1)

Reunir informações era a fundamental tarefa desse órgão de inteligência, como bem explicita o decreto-lei que o instituiu. Contudo, mais do que apreensão de dados, Manuel Contreras instruiu seus agentes a agir violenta e clandestinamente contra os elementos subversivos à ordem estabelecida pela ditadura, incluindo como atributo do serviço secreto no manual de operações uma das mais importantes características da DINA:

Opera clandestinamente en cualquier lugar y todo tipo de objetivos. El S.S. (serviço secreto) debe aprovechar que la gente piensa que la ley no será vulnerada. Esta credibilidad nos dá la ventaja de vulnerarla ley. Lo interesante es que al actuar clandestinamente hay que saber hacerlo a objeto de mantener esta credibilidad. Ahora bien, la ley tambien ofrece una serie de garantías, las cuales deben ser explotadas com habilidad y en nuestro provecho. (Manual de Operaciones Secretas, 1976, p.4)

E foi dessa forma, infringindo as leis, com a anuência de Augusto Pinochet, que a DINA manteve dezenas de centros de detenção em funcionamento ao longo do regime, tais como: *Londres 38, Villa Grimaldi, Venda Sexy, José Domingo Cañas, Tres e Cuatro Álamos, Colonia Dignidad*, entre outros, abrigando presos políticos, torturando-os, interrogando-os, muitas vezes levando-os à morte e desaparecendo seus corpos.

Formada por brigadas e grupos de trabalho, a DINA possuía uma estrutura variável, que alterava em número de agentes, membros e grupos operativos. O mais relevante departamento dentro de sua estrutura foi o de Operações, sendo ele chefiado por Pedro Espinoza Bravo, um destacado membro das forças repressivas chilenas. Sob as ordens da unidade de Operações estavam ainda os departamentos de Operações Psicológicas, Econômico, de Contrainteligencia, do Exterior e Interior, sendo essa última responsável pela repressão dentro do país. Para tanto, o departamento subdividia-se ainda em Brigada de Inteligência Metropolitana (BIM), Brigada de Inteligência Cidadã (BIC) e Brigada de Inteligência Regional (BIR).

As brigadas repressivas, subordinadas à BIM, por sua vez, dividiam-se em três: Purén, Caupolicán e Lautaro, todas encarregadas pela perseguição, prisão e tortura de militantes do *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR) e dos demais partidos políticos de esquerda. Ao mesmo tempo, a BIC tinha como principal tarefa

coletar informações das repartições públicas, hotéis, empresas, hospitais e outros estabelecimentos, formada por aproximadamente 2000 agentes civis, ao que indica o relatório desclassificado do Departamento de Inteligência da Defesa dos EUA sobre as Operações da DINA (FOIA, 1975). Liderada por Carlos Labarca Metzger, a Brigada de Inteligência Cidadã transformou-se em uma subdireção de Inteligência na qual passou a tratar de assuntos como “movimentos subversivos”, “Partido Democrata Cristão”, “Sindical”, “Gremios”, etc. Já a BIR, atuava apenas em algumas cidades do país, sendo a mais importante das unidades aquela localizada em Rocas de Santo Domingo, onde operava a Agrupação Bronze. Mais tarde, essa mesma brigada atuaria na *Colonia Dignidad*. (SALAZAR, 2011, p. 114)

O poder da DINA cresceu desenfreadamente, os demais setores da inteligência das forças armadas demonstravam contrariedade à estrutura aos moldes da “Gestapo”⁸ criada por Contreras (FOIA, 1975, op.cit) e disputavam entre eles a relevância dentro do conjunto operativo da ditadura. Ao longo dos anos, a imagem da DINA ficou maculada, não apenas internamente, pelos órgãos que concorriam poder com Contreras e por parte da direita política, que discordava de suas ações extremas, como também pela comunidade internacional, que diante das denúncias dos abusos aos direitos humanos no Chile passou a pressioná-la politicamente até sua dissolução e transição para a nova *Central Nacional de Informaciones* (CNI) em 1977.

3. Os espaços clandestinos de detenção

Elemento fundamental dos regimes ditatoriais do século XX, a repressão, foi utilizada na América Latina como atributo de poder e demonstração de força dos líderes militares, que através de mecanismos específicos de violência tentaram desmobilizar o “inimigo”, apagar as chamas dos movimentos de resistência e simultaneamente, criar um ambiente de suspeição. Corroborando essa ideia, Padrós (2005, p.93) afirma que

8 Polícia política alemã liderada por Hermann Göring durante o regime nazista.

A percepção de uma repressão anônima, clandestina e onipresente gera, nos atingidos, a sensação de abandono diante da perda de solidariedade e do quadro de injustiça vigente. A persistência desse estado de coisas difunde ainda mais a insegurança e a atmosfera de medo que leva a uma inércia da população, inércia que anula a luta por seus direitos políticos e civis e suas reivindicações socioeconômicas.

Assim, compreendendo que “não há poder sem repressão, mas, mais do que isso, [...] que a repressão é de fato a alma do poder” (CALVEIRO, 2013, p.37), os centros clandestinos de detenção surgem no contexto chileno, argentino e das demais ditaduras do Cone Sul, como o local específico para as sistemáticas violações dos direitos humanos, violações com delineados objetivos de paralisar e pedagogicamente silenciar seus opositores. Ainda para Pilar Calveiro,

A existência dos campos de concentração/ extermínio deve ser compreendida como uma ação institucional, e não como uma aberração, fruto de um punhado de mentes doentias ou de homens monstruosos; não se tratou de excessos nem de atos individuais, mas de uma política repressiva perfeitamente estruturada e regulada a partir do próprio Estado. (CALVEIRO, 2013, p.127)

No caso do Chile, grande número dos centros clandestinos de detenção era composto por antigas casas particulares ou casas de fundos, clínicas, edifícios públicos e privados expropriados ou cedidos às forças de segurança. Além disso, havia também instalações militares que se tornaram prisões, tais como unidades da Polícia de Investigações e dos Carabineros. (HARCEG, 2016, p.257) O Estádio do Chile, hoje chamado Estádio Victor Jara – músico assassinado no mesmo local em 1973 -, e o Estádio Nacional são conhecidos além do futebol, pela reconfiguração realizada pelos militares, transformados em verdadeiros campos de concentração logo após o golpe de Estado.

Nesse mesmo sentido, *Dignidad* passa a existir como um dos tantos espaços utilizados pela *Dirección de Inteligencia Nacional* para colocar em prática as teorias dos manuais de contrainsurgência franceses e estadunidenses. Clínica *Santa Lucía*, quartel *Simón Bolívar* e outros lugares serviram exclusivamente aos interesses da repressão entre os anos de 1973 e 1990. A descoberta de tais locais e das experiências traumáticas lá vividas, evidenciam tanto a dimensão do poder da DINA, quanto as estratégias na escolha da localização de cada espaço e a sistematização do

desaparecimento e da morte, “expresión más perfecta y siniestra del terrorismo de Estado, constituyendo a la vez la violación de derechos humanos más flagrante y global que se conozca.”(BALLESTEROS, 1995. p. 25)

Enquanto alguns espaços foram eleitos por seu significado, como Londres 38, antiga sede do Partido Socialista, outros foram escolhidos pelas facilidades operacionais, como o 2º *Regimiento de Ingenieros Militares de Tejas Verdes*, próximo ao aeródromo Tobalaba, de onde corpos eram levados em helicópteros e jogados no mar, nos conhecidos “vôos da morte”. (AMORÓS, 2004, p.19) Igualmente, *Colonia Dignidad* possuía atributos úteis ao sistema repressivo chileno, pois além de distante da capital Santiago, alguns de seus habitantes e o próprio líder compartilhavam da ideologia defendida pela ditadura.

Segundo a Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura, a partir do Informe Valech (2003, p.261), foram descobertos 1.132 recintos por todo o país, empregados como locais de detenção e tortura, submetidos às diversas forças armadas e seus setores de Inteligência e segurança.

4. Colonia Dignidad: as contradições da sociedade beneficente

Nomeada *Sociedad Benefactora e Educacional Dignidad*, o assentamento fundado por Paul Schäfer em 1961, localizava-se na Província de Linares, há aproximadamente 300 km de distância da capital chilena, Santiago. Originária de um projeto particular, *Dignidad* nasceu após Schäfer fugir para o Chile na década de 1960 em decorrência de acusações de pedofilia na Alemanha Ocidental.

Visando estabelecer uma comunidade cujos princípios estariam em ajudar “la juventud e niñez desvalida” (HEVIA; STEDHLE, 2016, p.2), Schäfer solicitou ao Ministério da Família alemão e ao embaixador chileno na Alemanha, o terreno necessário para dar início à Sociedade Beneficente e Educacional composta por cidadãos imigrantes e locais. No entanto, os objetivos do fundador acabaram por perderem-se em contradições como mostram os fatos a seguir.

Instalados na região e isolados do mundo, os membros da comunidade de *Dignidad* construíram suas próprias habitações, granjas para subsistência, escola e hospital, permitindo assim, o encobrimento do sistema de dominação, disciplinamento e abuso desenvolvido ao longo dos anos pelo líder alemão. Além do sofisticado sistema de vigilância, com o qual impedia os indivíduos de ultrapassarem as fronteiras da Colônia, o controle e a proibição de envolvimento amigável e sexual entre membros da comunidade transformou-se em uma poderosa ferramenta de sujeição. Dessa forma, aqueles que violavam as regras eram submetidos a choques elétricos, injeções e golpes sob a justificativa de que assim teriam “expulsos os diabos” residentes em seus corpos. (HEVIA; STEDHLE, op.cit.) Símbolo da existência de um novo “Estado dentro do Estado”, a construção de um muro ao redor de todo o território de *Dignidad* determinou sob quais leis viveriam os subordinados à Schäfer. Local cercado por segredos e relatos de abusos sexuais a menores de idade, torturas e assassinatos, não exclusivamente ligados à *Dirección de Inteligencia Nacional*, *Dignidad* inspirou o filme de drama *Colonia* ou no Brasil, “Amor e revolução”.

Ideologicamente alinhado ao anticomunismo, Paul Schäfer e membros da Colônia passaram a temer a perda de suas terras para a o campesinato “marxista” ou para reforma agrária iniciada pela *Unidad Popular*, quando Salvador Allende chegou à presidência em 1970. A partir desse momento, deu-se início a aquisição de armamento e treinamento militar, além do contato com grupos paramilitares, latifundiários locais e com futuros militares golpistas. (HEVIA; STEDHLE, 2016, p.3).

Aos primeiros sinais do golpe de Estado em 11 de setembro, *Dignidad* passou de seita criminosa para um dos tantos braços repressivos da ditadura chilena, cooperando diretamente com a DINA. Aliança esta, que aumentou o poder de Schäfer e afixou impunidade aos membros da Colônia e da agência até o momento da transição para a democracia. De acordo com Hevia e Stehdle, logo no princípio,

Los jefes que contaban con alta tecnología y amplios conocimientos en vigilancia y telecomunicaciones instalaron una red de radio que conectaba a las principales instalaciones de la DINA, incluyendo su Cuartel General, la Escuela Nacional de Inteligencia en el Cajón del Maipo y centros de tortura como Villa Grimaldi. Se realizaron cursos de inteligencia y explosivos en Colonia Dignidad. (HEVIA; STEDHLE, op.cit., p. 5)

Estabelecendo contato com a DINA já em novembro de 1973, *Colonia Dignidad* deu início as tratativas com o órgão de inteligência ainda na fase de sua estruturação. Ao encontro do exposto por Hevia e Stehdle, o Informe Rettig (1996, p.740) traz o caráter da relação que iniciava ao pronunciar que “el director de la DINA y otros agentes de esa organización visitaron la Colonia Dignidad y parecían mantener cordiales relaciones com sus dirigentes”. Nesse mesmo ano, espaços da Colônia passaram a ser ocupados pela DINA. *El Lavadero* e o imóvel da rua Ignacio Carrera Pinto em Parral foram utilizados pela BIR, tanto para o treinamento de agentes, quanto para prisões de militantes políticos, o que Luis Peebles, ex-prisioneiro político em *Dignidad* chamou de uma “verdadera escuela de torturadores”. (AMORÓS, op.cit., p.276)

Em 1974, em visita oficial de Augusto Pinochet à *Colonia Dignidad*, Schäfer exibiu o armamento acumulado pelos colonos, reforçando a ideia de colaboração entre a comunidade civil e o aparato repressivo chileno. Envolvido nesse episódio, também esteve o conhecido empresário da indústria bélica alemã Gerhard Mertins, que trabalhou para o serviço secreto da Alemanha Ocidental e “construyó una red de exportación de armas en América Latina compuesta por prófugos nazis exiliados en Bolivia, Argentina y Chile”. (RICART, 2014, p.6) Além disso, Schäfer e os demais envolvidos nessa trama, facilitaram tais materiais bélicos, além de informações para a DINA, participaram ativamente nas sessões de tortura e morte de opositores políticos da ditadura.

A residência em Parral, cedida à *Brigada de Inteligencia Regional*, recebia presos provenientes de diversos centros de tortura e extermínio da DINA. Existe elementos que indicam ainda a participação de *Colonia* no Projeto Andrea, programa secreto da ditadura, orientado pelos agentes da DINA Michael Townley e Eugenio

Berrios, para a produção de gás sarín e outras substâncias químicas letais. (KORNBLUH, 2003, p.178)

A desclassificação de documentos estadunidenses referente ao período autoritário chileno tem contribuído significativamente para o avanço das pesquisas sobre a repressão estatal, seus agentes e vítimas. A utilização dessas fontes históricas não apenas colabora com provas da ingerência dos EUA no Chile e em outros países latino-americanos, como também ilustra o *modus operandi* de relevantes grupos operativos das ditaduras e suas conexões externas, expondo conseqüentemente, elementos tais como os espaços clandestinamente utilizados pelo Estado autoritário. É correto dizer que os documentos por si só não reconstituem os fatos, mas somados à testemunhos, pesquisas e outras fontes, podem subsidiar interpretações importantes sobre o passado.

Um exemplo disso, é o documento datado de maio de 1976 e enviado ao Diretor da Central de Inteligência, general Vernon Walters por George Carver Jr., agente da CIA, mencionando a descoberta de um grupo de alemães no Chile, possivelmente pró-nazistas. No mesmo ofício, Carver Jr. questiona se isso poderia ser verdade ou apenas fruto da imaginação dos informantes. Apensado a essa página consta um documento confidencial, onde está descrito o que seria uma “colônia nazi”. (FOIA, 1976) A questão nazista apontada ainda é tema de discussão quando se trata de Schäfer e da colônia, já que, entre outras coisas, suas conexões com pessoas como Mertins, sua fuga para a América do Sul e isolamento, acompanham o padrão de ações de outros nazistas no período pós-guerra.

Na sequência do ofício ainda, a mais importante das informações admite a manutenção da ligação entre *Colonia Dignidad* e outros grupos de extrema-direita no Chile, na Europa e outras regiões, auxiliando a DINA com informações de “subversivos” nessas áreas. Menciona ainda, que o órgão de inteligência chileno, em meados de 1975, possuía um centro de detenção dentro da Colônia, como teriam confirmados os testemunhos de dois padres católicos (FOIA, 1976, op.cit) e como apontarão mais adiante os relatos de dois ex-agentes da repressão. Diante disso, nota-se não apenas o conhecimento de *Dignidad* pela agência de inteligência

estrangeira, como também a inegável associação dessa com o braço repressivo da ditadura Pinochet e o apoio de Schäfer aos mecanismos de terror do Estado.

Diferentemente do diálogo interagentes exposto no documento anterior, uma segunda fonte desclassificada pelos EUA, com data de julho de 1977, oferece pistas do que ocorria nesta que, para Kornbluh (op.cit., p.170), foi “uma das mais secretas instalações utilizadas pela DINA”. Enviado a um destinatário desconhecido, o documento assinado por Raúl Vergara Meneses, capitão da Força Aérea chilena, detido e torturado durante a ditadura, inicia dizendo

A quien puede concernir: hemos recibido desde Chile de una fuente que nos merece absoluta confianza el informe que le adjuntamos. Solamente hemos omitido en el algunos nombres y circunstancias que comprometen la seguridad de personas e instituciones actualmente en Chile. Confiamos en que es una pieza sumamente útil pues la información que contiene aparece altamente veraz y algunos referencias han sido confirmadas en otras fuentes. (FOIA, 1977)

As informações apontadas no trecho acima por Meneses se referem à declaração de Juan René Muñoz Alarcón, o “*Encapuchado del Estadio Nacional*”, ex-membro do Partido Socialista, que em divergência partidária, passou a dar informações às forças armadas logo após o golpe de Estado.⁹ Assim, protegido pelos militares, transitava encapuzado pelos corredores do Estádio Nacional, reconhecendo opositores políticos, entregando-os à tortura e participando, mais tarde, das brigadas operativas da DINA.¹⁰

Na sequência, o documento revela ainda, que Alarcón teria sido levado à *Colonia Dignidad*, onde atestou existir um centro de treinamento da Inteligência Nacional. Igualmente relevante é a informação de que ele havia sido encarregado de “casar gente, de interrogarla, de torturarla y de matarla.” (FOIA, 1977, op.cit.) Embora Alarcón não fizesse parte do corpo de agentes oficiais da DINA, ele dava

9 Assim como o “*Encapuchado*”, a DINA contou com outros tantos agentes civis. O organismo chegou a utilizar até mesmo os militantes de esquerda encarcerados nos centros clandestinos de detenção, que fragilizados e temendo por suas vidas, aceitavam atuar como agentes duplos. Os casos mais emblemáticos foram o de Luz Arce e de Márcia Alejandra Merino.

10 Não há maiores informações se Juan René Muñoz Alarcón foi um infiltrado no Partido Socialista e em outros movimentos sociais, se realmente foi membro desses grupos por convicções ideológicas ou ameaçado para entregar informações de ex-companheiros.

indícios de possuir reveladores dados acerca da dinâmica interna do aparato repressivo, tal como,

He participado en la desaparición de algunas personas que están en la Colonia Dignidad. Hay 112 personas en estos momentos en la Colonia Dignidad algunos antiguos dirigentes de los diferentes partidos de la UP. En Santiago aça en Peñalolén; en Colina está el resto. Son alrededor de 345. El resto están muertos. Fueron dados de baja en Peldehue por el aparato ejecutor de la DINA que ló comanda Fernando Cruzat. (FOIA, 1977, op.cit)

Ao refletir sobre a veracidade dos fatos expostos por Alarcón, questionando a fonte, tarefa primordial na operação historiográfica, infere-se que, dada a riqueza de detalhes apresentadas, trata-se de informações oriundas de alguém que esteve envolvido em tais ações criminosas. De acordo com Marcus e Muñoz (2005, p.79), outra lista elaborada pela *Asociación de Familiares de Detenidos Desaparecidos de Linares* “señala que fueron 34 los detenidos políticos llevados al predio de Parral. Otros testimonios hablan de 112 personas trasladadas al enclave hasta 1977”, reforçando a informação cedida pelo colaborador da DINA.

Assim, ao somar os dois ofícios, sugere-se a existência de um órgão de inteligência, informação e segurança poderoso e de grande alcance. Isto posto, pensando no aspecto da conexão repressiva, mesmo que a DINA não estivesse relacionada a Schäfer e à Colônia, a instituição ao menos saberia da existência dessa comunidade e suas atividades clandestinas, não somente por se tratar do principal organismo de informação da ditadura, mas pela proximidade de Augusto Pinochet e os alemães, ou ainda pela atuação de agentes de outros serviços de Inteligência das forças armadas no local. As fontes neste caso, ainda contradizem Contreras, que na tentativa de negar os crimes de seus agentes, enunciou: “Se torturó en la DINA? Jamás di una orden de torturar”. (ARCHIVO CHILE)

De acordo com Manuel Salazar (2011, p.180), mais tarde, Alarcón teria se dirigido à *Vicaria de la Solidaridad*¹¹ com o propósito de relatar as mesmas

11 Foi um organismo da Igreja Católica no Chile, criado pelo Papa Paulo VI a pedido do Cardeal Raúl Silva Henríquez para substituir o Comitê pela Paz. Sua função era prestar assistência às vítimas da ditadura militar chilena. Atualmente, a Fundação de Documentação e Arquivo da Vicaría de la Solidaridad tem por missão preservar e gerir o patrimônio documental, gráfico e audiovisual da Vicaría e do seu antecessor. Disponível em: <<http://www.vicariadelasolidaridad.cl/>> Acessado em: 24 de jun. de 2019

informações que constam no documento estadunidense, deixando uma gravação com “trémula voz relató detalles del funcionamiento de los aparatos represivos.” Enfatiza-se aqui, a menção ao fundo *El Lavadero* e a existência de uma central de comunicações que permitia o estabelecimento de contato com todos os agentes colaboradores mantidos pela DIN A no exterior.

Se anteriormente poderiam existir dúvidas sobre a transparência das declarações do então colaborador da DIN A, a confirmação de tudo o que havia sido dito, de seu envolvimento com o aparato repressivo e deste com Schäfer, se deu quando seu nome foi encontrado nas fichas de “ejecutados” do órgão de Inteligência e informação. Dois meses após a divulgação das mencionadas páginas, Alarcón foi morto pela própria DIN A, numa clara operação de queima de arquivo.

No final da década de 1970 e início de 1980, começaram a surgir suspeitas sobre *Colonia Dignidad*. A imprensa alemã, assim como os veículos de comunicação alternativos no Chile, lançou luz sobre a possível existência de sofisticados laboratórios para experimentos militares, equipamentos de vigilância eletrônica e proteção contra quem desejasse se aproximar das terras dos colonos alemães. Assim, gradualmente informações autênticas vieram a público, revelando o que lá ocorria antes mesmo da ditadura, apesar de a Embaixada alemã negar existir qualquer tipo de prisão dentro da Colônia. (FOIA, 1978)

Em 1979, o ex-agente da DIN A, Samuel Fuenzalida, abriu caminhos para a descoberta dos crimes associando o aparato repressivo chileno e *Colonia Dignidad*, quando testemunhou ao Tribunal de Bonn, na Alemanha sobre o caso de Álvaro Vallejos Villagrán, “Loro Matías”, estudante de Medicina da Universidade de Chile e dirigente do MIR.¹² Nessa ocasião, Fuenzalida confirmou estar presente quando Villagrán fora transferido de Cuatro Álamos para *Dignidad* e acrescentou, ter visto a ficha do mirista com a inscrição “Puerto Montt”, sinônimo de ordem para matá-lo em terra.¹³

12 Fuenzalida concedeu ao Centro de Memória Londres 38 uma entrevista em que repete as mesmas informações da declaração realizada no tribunal alemão. O vídeo pode ser acessado pelo link: <<http://www.londres38.cl/1934/w3-article-100678.html>> Acessado em: out. de 2018.

13 Segundo o testemunho de Fenzualida apresentado por Mario Amorós (2004, p.274), diferente de “Puerto Montt”, a inscrição “Moneda” significava eliminar o preso político pelo ar ou mar, ou seja,

A íntima amizade entre Contreras, Pinochet e “El profesor”, como era chamado Paul Schäfer, de acordo com Fuenzalida (AMORÓS, 2004, p.275), permitiu que, apenas em 2005, *Colonia Dignidad* fosse intensamente investigada por ordens do juiz da Corte Suprema, Jorge Zapeda. Dois anos antes, os testemunhos dos sobreviventes à Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura, forneceram o peso necessário a questão:

Numerosos declarantes ante esta Comisión dijeron haber estado en Colonia Dignidad entre los años 1974 Y 1975. Indicaron haber sido trasladados hasta ese lugar engrillados, vendados y esposados. Algunos testigos dijeron que fueron llevados inmediatamente después de ser detenidos. Otros señalaron que provenían de variados centros de reclusión de la región, de la Octava Región o de Santiago. *La Colonia*, de acuerdo a lo señalado por quienes estuvieron allí, contaba con salas de tortura dotadas con instalaciones técnicas que permitían analizar, revisar y comparar las declaraciones de los detenidos. Algunos de los testimonios relataron que existía un centro de torturas en un lugar subterráneo especialmente equipado para ello y con pequeñas celdas a prueba de ruidos, herméticamente cerradas. En estas celdas se efectuaban los interrogatorios a través de un equipo electrónico con parlantes y micrófonos, mientras los detenidos permanecían desnudos, atados a rejillas metálicas y se les aplicaba corriente eléctrica. Los testimonios de las mujeres y de los hombres que se presentaron ante la Comisión denunciaron que mientras eran torturados encendían unos grandes ventiladores durante horas, que producían un ruido ensordecedor y aire muy helado y fuerte. Afirman que también participaban en las torturas personas con acento extranjero. Todos los testigos coinciden en señalar que durante su detención sufrieron golpes, aplicación de electricidad, amenazas, simulacros de fusilamiento, vejaciones y violación sexual, utilización de perros entrenados para atacar a hombres y mujeres en los órganos sexuales, privación de sueño, *submarino* en agua con inmundicias, *submarino seco*, colgamientos, largos períodos de aislamiento y, además, eran obligados a escuchar torturas de otros detenidos. (INFORME VALECH 2003, p.351)

Cruzando a linha imposta pelo silêncio oficial, os depoimentos dos sobreviventes ofereceram e ainda oferecem uma outra perspectiva do passado, distinta, mais detalhada, carregada de sentimentos. Diferente de Alarcón e Fuenzalida, a descrição das torturas e dos abusos revelados pela Comissão dão uma dimensão ainda mais cruel aos fatos ocorridos ao longo da ditadura. Adicionado a isso, a descoberta de armas de alto calibre e restos de automóveis enterrados, assim

afogamento ou o chamado “vôo da morte”.

como 40 mil fichas¹⁴ de presos políticos pertencentes à DINA comprovaram não apenas o fundamental apoio prestado por Schäfer ao aparato repressivo chileno, mas também *Colonia Dignidad* efetivamente como um centro clandestino de detenção. Para Gabriel Rodríguez, vítima sobrevivente desse local,

Colonia Dignidad se convirtió por 17 años en un centro de operaciones, tortura y exterminio de la Dirección de Inteligencia Nacional (DINA). Toda su infraestructura material y sus capacidades operacionales fueron puestas al servicio del régimen. Las huellas de un centenar de detenidos desaparecidos se pierden en el enclave de la muerte. Y no estoy hablando como periodista, sino como chileno capaz de leer los testimonios judiciales que están en los archivos correspondientes. (II SEMINÁRIO INTERNACIONAL COLONIA DIGNIDAD, 2017, p.135)

Após a dissolução da DINA, o organismo que a sucedeu deixou de ocupar ativamente o campo de Schäfer, embora o líder permanecesse considerado dentro da estrutura de Inteligência da ditadura. Em janeiro de 1977, 17 carabineros foram colocados dentro da propriedade, permanentemente, sob o comando do general Héctor Videla (MUÑOZ; MARCUS, 2005, p.86), renovando o vínculo entre a repressão e a Colônia, desmascarada somente anos mais tarde com o alvorecer da democracia e a luta por memória.

5. Considerações finais

O período de transição para a democracia no Chile, assim como nos demais países do Cone Sul, trouxe consigo diversos desafios, não apenas no campo da política, mas também no âmbito da memória coletiva. Sob a consigna “para que nunca se esqueça, para jamais aconteça”, movimentos a favor dos direitos humanos vem batalhando incessantemente pela memória, justiça e verdade referente ao passado traumático das ditaduras. Nesse contexto de disputas, os espaços de repressão tomam um lugar fundamental, pois a sua materialidade, a confirmação de sua existência através de fontes, os testemunhos que esclarecem sua função dentro

14Archivo de la Colonia Dignidad. Disponível em: <<http://www.londres38.cl/1937/w3-article-95558.html>> Acessado em: 24 de jun. de 2019.

do sistema repressivo e as lembranças dos sobreviventes fornecem um contundente argumento contra o negacionismo e o esquecimento.

No Chile, ainda nos 1990, projetos político-culturais ligados à memória e o esforço de familiares de mortos e desaparecidos junto de vítimas sobreviventes, transformaram diversos antigos centros clandestinos de detenção, outrora símbolos de morte e horror, em espaços de reflexão, de lembrança, educação para os direitos humanos e homenagem às vítimas. O antigo quartel Terranova, foi o primeiro a transformar-se em Parque por la Paz Villa Grimaldi; anos mais tarde, Londres 38 adicionou ao seu nome a indicação “*Espacio de memoria*”; e Colonia Dignidad é atualmente *Asociación por la memoria y los derechos humanos Colonia Dignidad*, uma organização civil sem fins lucrativos com o objetivo de resgatar a memória dos sobreviventes, mortos e desaparecidos pelas forças de inteligência e repressão durante a ditadura.

Assim como as políticas públicas voltadas aos espaços de repressão/memória, o desenvolvimento de pesquisas científicas que aprofundem o tema da violência institucional é de grande importância, seja para o debate acadêmico, ou para conferir legitimidade, no âmbito político à luta em defesa dos direitos humanos, sobretudo, em contextos em que o passado é posto em questão. Nesse sentido, este artigo buscou contribuir traçando um breve histórico de *Colonia Dignidad*, um dos tantos espaços utilizados pela ditadura chilena para o emprego do Terrorismo de Estado. A partir do uso de fontes históricas, tentou-se demonstrar que apesar da repercussão e condenação tardia dos responsáveis pelas sistemáticas violações aos direitos humanos naquele espaço, já existiam denúncias e conhecimento da cooperação repressiva, razão pela qual a ditadura utilizou métodos escusos para silenciamento do passado. Evidentemente, a colônia alemã não foi a única organização civil, tampouco o único espaço à serviço da ditadura chilena, mas como demonstra sua trajetória, progressivamente, provou-se relevante, imprescindível e fiel às forças antidemocráticas.

FONTES:

ARCHIVO CHILE. Entrevista com Manuel Contreras, chefe da DINA, concedida à Nancy Guzmán para “La Semana de Comlombia”. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/org_repre/DMorgrepre0015.pdf> Acessado em: 24 de set. de 2019.

CHILE. Bando nº5. Archivo Chile. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0023.pdf> Acessado em: 17 de jun. de 2019.

CHILE. Bando nº10. Archivo Chile. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0022.pdf> Acessado em: 17 de jun. de 2019.

CHILE. Bando nº15. Archivo Chile. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0021.pdf> Acessado em: jun. de 2019.

CHILE. Decreto- ley nº 521, 11 de junho de 1974. Archivo Chile. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/html/dic_militar_leyes_dm.html> Acessado em: jun. de 2019.

Manual de Operaciones Secretas. Disponível em: <<http://www.theclinic.cl/2013/09/11/operaciones-secretas-el-manual-inedito-de-la-dina/>> Acessado em: jun. de 2019.

US Department of Satate - Freedom of Information Act (FOIA). DINA and CECIFA internal conflicts and the treatment of detainees, February 5th, 1974. Disponível em: <<https://foia.state.gov/searchapp/DOCUMENTS/pdod/9c01.PDF>> Acessado em: jun. de 2019.

U.S Department of State – Freedom of Information Act (FOIA). Directorate of National Intelligence (DINA) expands operations and facilities. April 15th, 1975. Disponível em: <<https://foia.state.gov/downloads/documents/Print443.pdf>> Acessado em: jun. de 2019.

U.S Department of State – Freedom of Information Act (FOIA). Pro’s Nazis hibernating in Chile. May 28th, 1976. Disponível em: <<https://foia.state.gov/searchapp/DOCUMENTS/PCIA2/00000757.pdf>> Acessado em: jun. de 2019.

U.S Department of State – Freedom of Information Act (FOIA). Translation of Pinochet. July 14th, 1977. Disponível em:

<<https://foia.state.gov/searchapp/DOCUMENTS/Chile2/00000258.pdf>>
Acessado em: jun. de 2019.

U.S Department of State – Freedom of Information Act (FOIA). Unconfirmed report of detention of US citizen. July 15th, 1978. Disponível em: <<https://foia.state.gov/downloads/documents/Print607.pdf>> Acessado em: jun de 2019.

Colonia (Amor e revolução). Direção de Florian Gallenberger. Alemanha, França, Reino Unido, Luxemburgo: Universal Pictures, 2016. 1 DVD (106 min.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMORÓS, Mario. **Después de la lluvia.** Santiago: Cuarto Propio, 2004.

BALLESTEROS, Elías Padilla. **La memória y el olvido.** Santiago: Orígenes, 1995. Disponível em: <<http://www.luisemiliorecabarren.cl/files/libro%20E.Padilla.pdf>> Acessado em: out. de 2018.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Fórmula para o caos: A derrubada de Salvador Allende. 1970-1973.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento.** São Paulo: Boitempo, 2013.

DINGES, John. **Os anos do Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HEVIA, Evelyn; STEDHLE, Jan. Colonia Dignidad: Verdade, memória y justicia. **Punto de Debate**, nº6, Jun. 2016. Disponível em: https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2016/07/ponto_debate_ed6_links.pdf

LIRA, Claudia; MUÑOZ, Claudio Salinas; MARCUS, Hans Stange. El diario de Agustín. El involucramiento de El Mercurio durante la dictadura militar chilena (1973-1990): Un estudio de casos. In: CAÑIZÁLEZ, Andrés (coord.). **Tiempos de cambio. Política y comunicación en América Latina.** Universidad Católica Andrés Bello: Caracas, 2009.

KORNBLUH, Peter. **The Pinochet File: A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability.** New York: New Press, 2003.

MIX, Miguel Rojas. La dictadura militar en Chile e América Latina. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cezar Augusto Barcellos (Org.). **Dictaduras militares na América Latina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MUÑOZ, Claudio Salinas; MARCUS, Hans Stange. **Los amigos del Dr. Schäfer.** Santiago: Random House Mondadori, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como El Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar.** 2005. 875f. Porto Alegre. Tese. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

POLICZER, Pablo. **Los modelos del horror. Represión e información en Chile bajo la dictadura Militar.** Santiago: LOM Ediciones 2014.

RICART, Carlos Pérez. Armas entre sombras y tutelas: Gerhard G. Mertins en México (1979-1984). **MvB Agenda.** Berlín, México vía Berlín e. V. No. 5; Mayo de 2014: 18.

SALAZAR, Gabriel. **Villa Grimaldi (cuartel Terranova). Historia, testimonio, reflexión.** Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2013.

SALAZAR, Manuel. **Las letras del horror. Tomo I: La DINA.** Santiago: LOM Ediciones, 2011.

II Seminário Internacional Colonia Dignidad: Desafios frente a un archivo de la represión y la construcción de un sitio de memoria. Chile, 2017. Disponível em:

<<https://www.coloniadignidad.cl/web/wp-content/uploads/2018/02/Colonia-Dignidad-II-PDF.pdf>>

ZÁRATE, Verónica Valdivia Ortiz. **El golpe después del golpe: Leigh vs. Pinochet. Chile 1960-1980.** Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2003.

Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura (**Informe Valech**). Capítulo VI: Recintos de Detención. Disponível em: <<http://www.fasic.org/dumentos/Capitulo%206.pdf>> Acessado em: dez. de 2018.

OPERAÇÃO PRODUÇÃO:

a estratégia de inserir os chamados improdutivos, parasitas e inimigos da revolução no governo de transição em Moçambique entre 1975 a 1992

Operation Production: The strategy of inserting the so-called unproductive, parasitic and enemy of the revolution into the transition government in Mozambique between 1975 and 1992

Celestino Taperero Fernando¹

Artigo recebido em: 14/06/2019.

Artigo aceito em: 25/09/2019.

Resumo

O artigo objetiva realizar uma aproximação entre os intentos do programa (projeto) operação produção e as ideias do homem novo, no que diz respeito ao processo político, econômico e administrativo da revolução socialista em Moçambique pós-independência (1975-1992), a fim de discutir sobre os impactos da implementação do programa pela FRELIMO e dos decursos de homem novo de Samora Machel.

Palavras-chave: Operação produção. FRELIMO. Moçambique socialismo. Homem novo.

Abstract

The article aims at making an approximation between the attempts of the program (project) operation production and the ideas of the new man, with regard to the political, economic and administrative process of the socialist revolution in post-independence Mozambique (1975-1992), in order to to discuss the impacts of the implementation of the program by FRELIMO and Samaora Machel's young men's practices.

Keywords: Operation production. FRELIMO. Mozambique socialismo. New home.

¹Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Bolsista do CNPq. Licenciado em Ensino de Filosofia pela Universidade Pedagógica de Moçambique e Mestre em Filosofia pela PUCRS. CV: <http://lattes.cnpq.br/3734712541571444>

Considerações iniciais

Após a independência de Moçambique, o governo tentou implementar um sistema econômico marxista-leninista. Lançou-se, em 1983, a Operação Produção que obrigou milhares de pessoas a deixar as famílias e a ir para o Niassa, onde estavam instaladas as principais bases da operação. Para a FRELIMO, essa ação não poderia ser considerada como um movimento migratório qualquer, ou seja, uma deslocação desordenada, mas sim uma forma bem estruturada e administrativa de controle estatal sobre o desenvolvimento humano.

A ação em prática fazia parte da agenda do estado e da revolução. A Operação *Produção*, além de ser um projeto econômico, administrativo e político, também passou a ser um processo histórico e geográfico, porque, para além da produção econômica, também visou o repovoamento dessas duas províncias de Niassa e Cabo Delgado.

Além do papel econômico e administrativo, a FRELIMO, a semelhança dos colonos, estava preocupada em acabar com o *êxodo rural* ou *rural urbana*, que é o deslocamento da população rural para a cidade, e implementou o seu inverso para sanar esse que, para eles, era considerado um problema para o desenvolvimento. Contudo, a FRELIMO implementou a migração urbano-rural e deslocou as pessoas da cidade para o campo com a política de que estavam inserindo cada um no seu dever de desenvolver o país, visto que, para o governo, a revolução e o desenvolvimento devem ser executados em comum porque todos são uma nação. A ideia de ligação entre essa operação e a proteção das conquistas da 'Revolução' são também visíveis nos discursos da elite da FRELIMO.

Para Alberto Massavanhane, as práticas da “inspeção das casas é, sobretudo, uma ação política enquadrada na Operação Produção que tem por objetivo a valorização da nacionalização das casas, uma conquista maior da revolução”². Neste sentido, Samora Machel elenca que “o drama do 'desemprego' (herança colonial) devia ser eliminado, o que implicava o deslocamento da

² NOTÍCIAS, 29 de jul.1983.

população no vasto território do país”³. E os *candongueiros* deviam ser também combatidos porque não faziam parte dos trabalhadores ou produtores.

Neste sentido, o projeto Operação Produção estava conectado com a ideia da revolução para a criação do homem novo.

Operação Produção, a evacuação dos agitadores e inimigos da revolução

Essa primeira etapa, primeiramente, começou com o *decreto operação limpeza*, que foi desencadeada numa missão conjunta entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e as forças portuguesas, no dia 7 de novembro de 1974, na qual os militares dividiram-se em dois grupos para posicionarem-se nos lugares estratégicos da cidade de Maputo, na época Lourenço Marques.

O primeiro grupo foi instalado na Rua Doutor Araújo de Lacerda com a intenção de bloqueá-la e, assim, criar um cinturão entre outros becos e praças do centro da cidade. Essa estratégia montada visava deter os chamados “agitadores, parasitas e marginais”, afetando, sobretudo, as trabalhadoras do sexo que atuavam na região e os seus respectivos seguranças e clientes. A operação resultou num saldo de 284 indivíduos detidos de ambos os sexos.

O maior número de detidos nessa operação foi de mulheres, com cerca de 192, enquanto o restante era composto por homens. Já no processo de seleção, cerca de 50 mulheres viram a sua liberdade ser restituída e as outras 142 foram transportadas em carros estatais para destino não revelado sob escolta do Exército Popular de Libertação de Moçambique. Como nessa altura não existiam campos de reeducação oficializados nem o programa Operação Produção, esses indivíduos provavelmente foram levados à cadeia feminina de Machava. Essa operação era o indicativo de uma nova conjuntura política e o começo de um novo Moçambique, uma nova era.

No que tange aos homens, 92 foram detidos. Entre eles, cerca de 42 viram a sua liberdade ser restituída, enquanto os 50 restantes tiveram o mesmo destino das 142 mulheres. Nada foi revelado para onde foram levados. Há fontes que relatam

3 MACHEL, 1977, p. 141.

que a maioria das mulheres detidas ficaram pelos campos de reeducação, onde poderiam ser submetidas as novas estruturas ideológicas socialistas e transformá-las no homem novo. Esses campos localizavam-se na zona sul de Moçambique depois de serem fechados na cadeia de Machava à espera da oficialização dos campos. Para execução desse primeiro projeto era necessário o uso da violência, neste sentido Foucault (2010) afirma que a violência não precisa ser física, marcada no corpo, mas não deixa de ser uma violência psicológica, em que o próprio indivíduo com receio de ser punido ou excluído, se auto-vigia constantemente, associando a esse pensamento é importante dizer que a elite da FRELIMO afirmava que não se tratava de uma violência nem exclusão apenas era uma forma de reestruturar uma sociedade.

Para sustentar essa ideia Foucault no seu livro: *o corpo utópico, as heterotopias*. Argumenta que

Segundo princípio da ciência heterotopológica: no curso de sua história, toda sociedade pode perfeitamente diluir e fazer desaparecer uma heterotopia que constituirá outrora, ou então, organizar uma que não existisse ainda”. Por exemplo, há cerca de vinte anos, a maioria dos países da Europa tentou fazer desaparecer as casas de prostituição, com sucesso reduzido, como se sabe, pois, o telefone substituiu a velha casa de nossos avos por uma teia fina e bem mais sutil⁴.

Neste contexto podemos ver que os campos de reeducação em Moçambique pós-independência foram arquitetadas como um sendo lugar de repressão para todos considerados inimigos da nação e os improdutivos⁵.

A Operação Produção insere-se bem na perspectiva ideológica global do partido-Estado implementado pela FRELIMO e acabar com as ideologias obscuras do passado.

Depois da proclamação da independência, o projeto (ideia) da construção do *Homem Novo* passou a estar diretamente conectada ao projeto de *Estado Nação* rumo ao desenvolvimento, e a ideia da revolução encontrou terra fértil. Para isso, não foram envolvidas (afetada) apenas a população, mas também os guerrilheiros da

4FOUCAULT. 2013, p.22

5Nestes fenômenos históricos relevantes, que marcaram a nação moçambicana, as informações são muito escassas porque não eram permitidas as reportagens nem documentários para deixar nos arquivos históricos.

FRELIMO foram submetidos nas transformações. Primeiro foi a transformação dos guerrilheiros do movimento nacionalista (FRELIMO) para membros da Polícia de proteção, com fim de responder a agitações que o país e Maputo estava passar. Ao pensar nos campos de redução, o novo governo olhava para as tradições administrativas e políticas do colono como utopias que não levariam a população ao desenvolvimento do país inteiro.

A proclamação da independência refletia-se como a morte de todos os laços que o colono tinha com a população de Moçambique. Neste sentido, a FRELIMO pensava na morte total das heranças portuguesas na sociedade moçambicana. A mortalização dessas heranças devia ser feita de uma forma gradual e não da forma que a revolução emanava. Os campos de produção e redução eram vistos como espaços reservados para o fim do passado obscuro.

É importante referenciar que *os campos de reeducação* que estavam sobrepostos *a operação produção* foram vistos pelo governo da FRELIMO como um espaço de controle e de inserção do poder estatal nas regiões periféricas do país, inserção da população na revolução rumo ao desenvolvimento. Nesta época na FRELIMO, a ideia de denominação estava patente e forte para impor o princípio de operação produção como podemos ver que para Foucault (2010), a dominação impõe obrigações e direitos, fazendo com que surjam marcas nas coisas e nos corpos. “Estas são algumas das consequências das intervenções realizadas no corpo dos indivíduos por meio do poder disciplinar”⁶. A elite da FRELIMO sempre defendia a ideia de criar um homem alinhado com as novas dinâmicas da ciência e da produção, isso era necessário reeducar homem e disciplina-lo para esse futuro Moçambique, para percebermos melhor essa ideia é necessário chamarmos Foucault, (2010), na qual afirma que;

A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade de submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares. É assim que no exército aparecem sistemas de graus que vão, sem interrupção, do general chefe até o ínfimo soldado, como também os sistemas de

6 FOUCAULT, 2010, p. 75

inspeção, revistas, paradas, desfiles, etc., que permitem que cada indivíduo seja observado permanentemente⁷.

Essa disciplina e mudança política que a FRELIMO pretendia, tinha o intuito de controlar o nível de recepção e evolução do projeto *homem novo*. Pitcher (2002), na sua abordagem sobre a Operação Produção, elenca que essa ação é uma patologia burocrática por meio da qual o Estado visava mostrar o seu monopólio de violência legítima, expulsando os “indesejáveis”⁸. Na sua essência, a Operação Produção difundia e mentalizava para a população a ideia de que era necessário proteger e valorizar as conquistas da Revolução contra a sabotagem dos bandidos armados e dos inimigos da Revolução e contra uma ameaça de infiltração de bandidos armados até o centro urbano. Por isso as limpezas faciais das cidades sobre esses indivíduos deviam ser colocadas como uma nova luta que Moçambique tinha que travar.

O objetivo dessa transformação era para reeducar os moçambicanos no seu interior, ou seja, os indivíduos teriam de ser introduzidos em uma nova ordem de pensar e ser, assim, livrando-lhe das antigas lealdades étnicas, religiosas, de classe, de raça, regionais, da ideia colonial, burguês e capitalista. Nesta reeducação a FRELIMO solicitou que população sem emprego e prostitutas fosse voluntariamente aos campos. GOFFMAN (2008), explica em suas análise sobre a reeducação ou prisões que “as pessoas podem voluntariamente decidir entrar para uma instituição total e, a partir de então, podem lamentar a perda da possibilidade de tomar decisões importantes”⁹. Também se registou que algumas pessoas adiram livremente aos centros mais no final ficar a lamentar pela como estava sendo tratados lá, não tinha direito de tomar as suas próprias decisões a não sendo seguir as regras emanada pela FRELIMO rumo a revolução.

Nos campos de reeducação o governo de tinha objetivo de transmitir o internado começa a receber instrução formal e informal a respeito do que aqui será denominado sistema de privilégios. A semelhança GOFFMAN (2008), argumenta que, “no mundo externo, por exemplo, o internado provavelmente podia decidir,

7 Idem p. 106).

8 PITCHER, 2002, p. 121.

9GOFFMAN, 2008, p.48

sem pensar muito a respeito, como desejava o seu café, se acenderia ou não um cigarro, quando falaria ou não; na instituição, tais direitos podem tornar-se problemáticos”¹⁰.

Importa referir que nesta época o rompimento com as antigas tradições passava por aquela ideia que Grando (1996) nos faz perceber que, é a partir do século XIX que o corpo não é mais entendido como um suplício, mas como um corpo que necessita obter aptidões e qualificações, pronto para executar o trabalho. Contudo, Samora Machel assimilou essa realidade e pôs a transformar os moçambicanos para novas aptidões de executar e ver as coisas sem sentir-se que estes, estão sendo submetido a punição sobre o passado obscuros que eles carregavam. Neste contexto, Foucault (2009), nos chama atenção que nestas circunstâncias, a punição vai deixando de ser um espetáculo para assumir uma forma negativa, já que o homem precisa temer o crime não em função daquelas cenas públicas, mas pelo fato de ser punido.

Na mesma linha Foucault (2009), nos garante que o objetivo das práticas punitivas não estava mais no corpo, mas em tocá-lo o mínimo possível. Pois este, só é privado, obrigado e interditado, diz o autor, quando está numa posição de instrumento ou de intermediário; no sentido de que, qualquer intervenção pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório, objetiva privar o indivíduo de sua liberdade vista como um direito e como um bem.

A *operação limpeza* estava no âmbito de obrigador as pessoas a deixar de fazer as suas atividades para passar a integral no plano estratégico do governo que estava em viabilização rumo a revolução frelimista.

Aqui, lança-se a ideia de despojamento material das práticas supersticiosas, obstáculo comum das zonas rurais. Aqui, o homem reeducado e transformado poderia ter consigo ideia da ciência e desenvolvimento. Essa nova realidade lhe daria um título de homem novo com as ideias dinâmicas para o mundo moderno. Ao impor a ideia modernista, a FRELIMO estava com o intuito de mediar a viragem liberal para socialismo.

10 Idem

Por que Niassa e Cabo Delegado como destino da operação produção?

Em 1979, o primeiro presidente de Moçambique visitou a província norteia, Samora entusiasmou-se com a fraca demográfica da província, a qual tinha vários problemas e carência de quase tudo, porém, com uma terra muito fértil e favorável para economia do país. Samora convidou o partido a desencadear uma série de reuniões junto com a população local e lançou o projeto sintetizado pelo partido, criando, assim, uma compilação de decurso e transformando em uma brochura intitulada, *Fazer do Niassa uma base sólida para construir o socialismo*.

O propósito era de mostrar a população e a direção do partido as ideias que foram coletados no decorrer das reuniões. Aqui já estava começando o catapultar do desenvolvimento do Niassa e Cabo Delgado, e a operação produção já estava instalada na cabeça de alguns revolucionários socialistas do partido, apenas faltava desenhar o projeto e procurar os alvos do programa cogitado. Quembo (2012) elucida que a escolha do Niassa e de Cabo Delgado como regiões prioritárias para o envio de improdutivo é explicado pela crença no potencial agrícola dessas regiões.

Niassa possuía nessa época vastas florestas virgens com uma boa qualidade de solo para a prática de agricultura de diversos produtos, assim como era a província menos povoada do país e necessitava ser repovoada e desenvolvida. Logo, o partido criou o mecanismo para exploração dessas regiões.

Antes de tudo, também houve uma operação de purificação total das filaras da recém-criada polícia da República Popular de Moçambique. A reestruturação da polícia estava na simbologia de levar os nativos e integrá-los na corporação e depois lhes dar a formação militar básica para que tenham habilidades de lidar com inimigos e interpretação da legislação da república e as demais leis. É importante também atar que, nessa estruturação, os militares e os deportados para campos de produção não tinham preparação técnica, tinham apenas orientações políticas junto do partido. Sergio Vieira compreende que esse modelo era para submeter à submissão das forças armada e policias à elite política para que não houvesse traição.

Para ele, a operação produção é um projeto alinhado ao socialismo. De acordo com Borges (2017), “a presença de indivíduos que tiveram ligações com o colonialismo como um problema no interior de uma corporação que deveria ser pura e impermeável ao modo colonial de proceder”¹¹. Já feita essa purificação na segurança popular, os líderes da FRELIMO lançam oficialmente o projeto Operação Produção em 1983.

Contudo, os documentos escritos e datados de 1979 revelam que antes da implementação oficial desse projeto foi precedido um debate intenso no seio da FRELIMO, o qual muito defendia que:

Só tem direito à residência na cidade quem tem trabalho, quem tem emprego. Significa que o trabalho é que é o critério de residência. Os marginais, os desempregados, os vadios devem ser enviados ao campo para a produção. O primeiro movimento que vamos fazer com as milícias Populares, os Grupos de Vigilância, Polícia, Exército e outras estruturas, é pentear a cidade¹².

Com esse projeto, Samora Machel e seu elenco tinham o propósito de acabar com o superpovoamento nas cidades e criar mão de obra nas zonas rurais, como também de não silenciar a *importância histórica do Niassa e Cabo Delgado*. Além disso, ele tinha o sonho de construir uma nova cidade em Unango. Samora Machel sustentou no mesmo sentido que era prioritário arrancar Niassa do esquecimento e erguer infraestruturas que assegurem o desenvolvimento das potencialidades do lugar.

Milhares de cidadãos improdutivos, que até aqui parasitam pelos centros urbanos do País, estarão entre os principais construtores e primeiros beneficiários de novas cidades que nascerão do campo, comentou esta semana um membro do Comando Operativo Central da Operação Produção. Ele sublinhou que o mais notório dessas transformações, quer econômicas e sociais, quer na vida daqueles homens, verificar-se-á em Niassa e em Cabo Delgado, para onde estão a ser evacuados a maioria dos improdutivos¹³.

Para Samora Machel, assim como para Joaquim Chissano, a operação produção e o campo de reeducação não tinham objetivo de excluir a população da

11 BORGES, 2017, p. 207.

12 MACHEL, 1983, p. 75.

13 NORTE dá trabalho aos improdutivos. *Jornal Notícias*, 23 de jul. 1983.

independência, mas sim enquadrá-la e mostrá-la às suas funções dentro do desenvolvimento do país. Para a elite do governo, o homem moçambicano estava repleto de mitos de escravidão, logo, essa ideia precisava ser retirada e colocada uma nova mentalidade, isto é, a implementação da Operação para erradicar os efeitos coloniais presentes na nova sociedade moçambicana enquadrava-se no esforço pós-colonial de afirmação e de consolidação do poder da FRELIMO. Neste sentido, Joaquim Chissano apresenta a criminalidade urbana e o massivo êxodo rural que deviam ser eliminados pela implementação da Operação Produção.

A FRELIMO defendia que esse projeto estava circunscrito no humanismo e na solidariedade entre os moçambicanos rumo ao desenvolvimento, mas, na verdade, o projeto era um caos para a sociedade que se alegava de ser independente e livre. Em 1984, Samora subscrevia que a ação tem como objetivo educar e ensinar o homem para um mundo moderno e não para marginalizá-lo e tirá-lo da cidade, como está sendo interpretado pelos inimigos da pátria.

Esse discurso estendeu-se até a formação dos novos policiais, o qual o presidente inspirava-se em uma segurança popular com ideias da justiça popular, garantindo que com a base do socialismo não teremos pobres nem ricos, por isso, a nossa segurança deve ser popular. Samora elencava também que a ação visa acabar com o parasitismo, a marginalidade, a ladroagem e a prostituição, evacuando essas que estão nos prédios e debaixo das árvores sugando dos que trabalham para bem-estar do país. Quembo (2012) nos faz perceber que a migração, a criminalidade, a erradicação dos defeitos coloniais, a afirmação do poder estatal por meio da expulsão dos indesejáveis são elementos relacionados à urbanização e ao desenvolvimento econômico.

Isso indica que a marginalidade e o parasitismo não eram as questões, pois o que estava em jogo era a questão do homem novo. Para tal, Cabaço afirma que o homem novo “representava a antítese do modelo de vida burguês e colonial, com a mesma intensidade com que as Forças Armadas de Libertação de Moçambique se contrapunham ao exército colonial”¹⁴. Assim, Niassa retornava de novo ao parco

14 CABAÇO, 2001, p. 113.

político e próprio para implementação da nova dinâmica de olhar para o desenvolvimento do novo governo e do país inteiro.

Para FRELIMO, os moçambicanos devem sentir-se donos da pátria. Esse sentimento só era possível quando todos estivessem inseridos no desenvolvimento, por isso a necessidade de implementação do homem novo e a retirada daqueles que eram considerados não alinhados com as condições de viver na cidade. Do ponto de vista político-histórico, esse projeto insere-se na tentativa de vencer a pobreza e de caçar os inimigos a todo custo, mas a FRELIMO refere-se a esse projeto como sendo medidas cautelares administrativas e de combate àquele comportamento que citamos anteriormente.

Como é possível executar a operação produção?

Para executar o projeto operação produção, a Frente de Libertação de Moçambique usou uma estratégia extraordinária e magnífica, desenhando o envolvimento de todos os setores do estado, do governo, assim como, do partido. Mas não bastava apenas desenhar esse envolvimento do executivo na operação, também era preciso fazer as identificações dos lugares de atuação e quem deveria atuar, visto que se encontravam num momento em que o novo governo não tinha ainda instalado as suas bases e todas as células administrativas nas regiões (rurais) do território nacional.

Primeiramente, a FRELIMO precisava instalar o seu aparelho administrativo nas zonas rurais e inserir essa população na administração direta do estado para não existir as fragmentações do poder. Para que isso tivesse efeito, o governo do Maputo adotada, em primeiro lugar, a política de aldeamento como galvanização do poder, e depois instala o aparelho administrativo local, com as denominações de chefes do posto, secretário do bairro, chefe do quarteirão e, assim, já estava instalado todo o executivo numa aldeia comunal. Vieira definia a função das aldeias como a de corrigir o corpo¹⁵. Para FRELIMO, o aldeamento visa controlar o sistema administrativo estatal no seio da população rural, ou seja, era considerado

¹⁵ NEVES, 197, p. 131.

com sistema promissório para desenvolvimento rápido da população e moldar a sua realidade cultural e política.

Há semelhanças das ações ligadas aos padres jesuítas no período da expansão europeia na África e na América, a FRELIMO, usou a mesma estratégia, substituindo as estratégias de catequese usado pelos jesuítas por cooperativas e machambas dos povos, guias de marchas. Os aldeamentos não se resumiram apenas a uma prática administrativa estatal também se estendeu a doutrinalização da cultura frelimista, e, reunir as diferentes etnias, em uma área determinada para efetuar melhor controle.

Instalado o aparelho administrativo, já não havia nada que faltasse para que o projeto entrasse em andamento, mas o governo da FRELIMO não estava seguro, acreditavam que deviam adotar uma outra figura dentro das aldeias, essa já pertencente e subordinada frequentemente ao partido. Tal figura denominava-se de grupo Dinamizador. No entanto, qual era a tarefa dessa figura?

O grupo dinamizado era visto pela FRELIMO como uma figura leal ao partido e tinha as funções de vigiar toda a população e denunciar os opositores do regime, como: preguiçosos, prostitutas, líderes tradicionais, praticamente de rituais e religiosos. Esse grupo não tinha nenhuma função administrativa, apenas função política. Contudo, GOFFMAN, nos chama atenção afirma que,

Quando as pessoas se movimentam em conjuntos, podem ser supervisionadas por um pessoal, cuja atividade principal não é orientação ou inspeção periódica (tal como ocorre em muitas relações empregador-empregado), mas vigilância - fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de urna pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros¹⁶.

Essa função de orientação e vigilância foi desenhada pelos grupos dinamizadores e por sua vez, foram muito contestados pela população porque neles habitavam o ódio, a desonestidade e o oportunismo, devido ao não estabelecimento claro das regras de seleção para envio dos indivíduos ao campo de redução e produção. Mas com esse grupo foi possível começar com a operação, pois esses

16GOFFMAN, 2008, p.18

foram dinâmicos em intensificar as ações de patrulha e identificação dos legíveis a deportação.

Segundo Thomaz (2008), a Operação Produção foi decidida logo após o IV Congresso do Partido Único no poder e tratou-se de uma ação policial de natureza repressiva destinada a enviar para as regiões com menor densidade populacional todos aqueles desempregados, no ócio ou na prostituição no meio urbano, com o fim de dar-lhes uma utilidade. Como já tínhamos citado que a operação produção não estava apenas nos moldes econômicos, também fazia parte das projeções política da FRELIMO, com podemos ver, que Teodato Hunguana, nos seus discursos, atribui um caráter político, vendo a Operação Produção como uma decisão tomada aquando do 4º Congresso 1983. Para a FRELIMO, essas ações também visam a construção de políticas pública.

Charles Jones argumenta que a construção de políticas públicas sempre “acontece de forma rígida em 5 etapas, a saber, 1) a definição do problema; 2) seu tratamento e a análise das diferentes opções possíveis; 3) tomada de decisão e a sua implementação; 4) sua avaliação e 5) encerramento do programa”¹⁷. Quembo sustenta que aqui um contexto bem diferente se impõe. “Um partido-Estado centralizador, de orientação 'marxista-leninista', militarizado, não deixa espaço para debate sobre outras opções, se não a Operação Produção. Não se pode debater se não a melhor forma de implementar a decisão já tomada e incontestável”¹⁸.

Para executar o projeto o comitê reuniu-se e, antes da reunião, lançou um documento no dia 12 de junho de 1982.

A direção máxima do nosso Partido constatou, durante a Primeira da Ofensiva Política e Organizacional, as graves consequências políticas, econômicas e sociais que resultam da chegada constante à cidade de Maputo de novas pessoas em grande número vindas do campo com a intenção de se fixarem na capital do país¹⁹.

17 HERMET, 2005.

18 QUEMBO, 2012.

19 CONTROLEMOS o crescimento das nossas cidades. Comunicado do Secretariado do Comitê Central do Partido FRELIMO. *Jornal Notícias*, 14 de jun. 1982.

O partido estava convicto que o insucesso da sua política estava por de trás das pessoas que vinha do campo para cidade. Para isso, o comitê central argumenta que:

A migração desordenada para os cidadãos provoca a desagregação das famílias, a inadaptação e a frustração de muitos moçambicanos. Ao despovoar os campos, esta migração compromete os nossos planos de desenvolvimento e, em particular, a nossa estratégia de desenvolvimento harmonioso e equilibrado no campo e na cidade²⁰.

A FRELIMO associou o homem novo ao socialismo e procurou implementar a todo custo a revolução em Moçambique. Neste contexto, o partido viu as migrações desordenadas como o fator que provocou aos cidadãos a desagregação das famílias, a inadaptação e a frustração de muitos moçambicanos que estão trabalhando, e isso remete ao colapso de tudo que foi planejado e, assim, está o catapultar da nação socialmente em desenvolvimento. Então qual seria a solução?

A solução de fundo do problema da migração para as cidades está na materialização da nossa estratégia de socialização do campo, que levará à aldeia comunal e à cooperativa os benefícios que já são conquista da Revolução. Torna-se necessário, entretanto, tomar algumas medidas políticas e administrativas que permitam ao Partido e ao Estado controlar, dê imediato, o movimento migratório do campo para a cidade²¹.

Depois dessa conferência, foi emitido o decreto que valida as suas ideias. O documento foi publicado no dia 15 de junho do mesmo ano, com título *Diretiva ministerial sobre a evacuação das cidades*. Essa foi a paixão política do presidente de Moçambique e da FRELIMO, os quais fizeram questão de levar o documento para apresentar no comício de 21 de maio, 6 dias depois da sua redenção. No mesmo dia, o presidente anuncia como seriam os procedimentos para efetivação do projeto, na qual a estratégia acordada no comitê central era de formar um comando operativo para ação.

Para maior eficácia e rapidez nas ações operativa do projeto Operação Produção, o comitê central aprovou que os comandos devem partir dos comandos

20 Idem.

21 Idem.

Distritais, os quais têm o papel de localizar os locais que por sua vez devem ter uma ligação mútua com Grupos Dinamizadores dos Bairros, os quais identificam e analisam os alvos a serem deportados.

O Jornal Notícias revelou que a FRELIMO junto com os grupos dinamizadores emitiram um comunicado que dava a prerrogativa de existência de inscrições para voluntários, mas esse convite não foi bem visto pela população porque soava mais como uma obrigação do que propriamente um convite, por isso que muita gente o recusou.

Os grupos dinamizadores foram em busca dos que não tinham função clara para sua permanência na cidade. Isso não afetou apenas os indivíduos com idade ativa para trabalho, a ação estendeu-se também aos idosos e aos doentes. Estes últimos deviam mostrar a documentação comprovante da sua estadia no hospital, caso não a tivessem, eram automaticamente enquadrados na lista para deportação.

Esse trabalho era específico para os grupos dinamizadores. Em relação aos idosos havia uma prerrogativa de que se esses vivessem sob a tutela das suas famílias, não tinham como serem deportados, porque não faziam parte dos parasitas. Caso não tivessem nada, vivendo apenas sozinhos, a responsabilidade estava com os grupos dinamizadores em analisar o caso para sua extradição.

É importante ressaltar que esse projeto teve sua evolução em duas fases, cuja primeira é aquela que tínhamos referenciado nos parágrafos anteriores, de caráter voluntário e com a duração de 15 dias, e segunda era o uso da força, para a qual se justificava que “convidamos à inscrição, voluntária. Mas, para os renitentes, temos que usar a força, a força do martelo”²². Esse discurso foi proferido, na época, por Teodato Hunguana, que ostentava o cargo de vice-ministro do Interior

No mesmo governo, com o mesmo projeto, existiam alguns da elite da FRELIMO que não estavam vendo de maneira positiva as medidas que estavam sendo tomadas, o projeto Operação Produção tinha como arquitetos Marcelino dos Santos, Sergio Viera e Jorge Ribeiro os considerados socialistas ortodoxos. Sobre isso, Hunguana (1983), então o ministro da justiça do primeiro governo

22 HUNGUANA, Teodato. Libertemos as cidades dos improdutivos e marginais. *Jornal Notícias*, 21 de jun. 1983.

moçambicano, escreve que “com a pena de morte, a vida deixa de ser um direito fundamental a partir do momento em que se violam o direito do povo”²³.

É pertinente destacar que alguns acadêmicos negam que o projeto apresentado e executado não se funda pela realidade que a FRELIMO citava, neste sentido, segundo Quembo (2012), está convicto que o projeto Operação Produção não foi motivado pela existência de vadios, prostitutas associadas no espaço urbano, mas sim pela percepção que se tinha da empregabilidade ou do trabalho.

Se olharmos para os discursos dos membros integrantes da sessão do comitê central, verificaremos que a questão estava mais além do que a de marginal e de emprego, como Quembo refere-se. Laura Lázaro, membro da FRELIMO, sustenta na sua intervenção que: “Falando das pessoas vindas do campo, acho que estão dando um mau ambiente à cidade. Elas não devem permanecer na cidade. Devem voltar às suas terras, para trabalharem nas machambas. Ou então, o governo deve integrá-las nas machambas estatais ou nas Zonas Verdes”²⁴.

Esse discurso revela que os cidadãos das zonas rurais não tinham condições suficientes de estarem na cidade, a não ser apenas para trabalhar na machamba. É importante dizer que Operação Produção foi ponto máximo da implementação de todo o processo de perseguição dos *inimigos da pátria da revolução que culminaria com a formação do homem novo e solidário que sabe trabalhar em conjunto*.

As causas e os contornos sociais da operação produção

Para começar é necessário entender como Moçambique procedeu a sua independência e qual o regime adotado pelo novo estado. Contudo, Moçambique não lutou apenas para independência, dignidade e liberdade, também, mais tarde, no seu projeto político, foi inclusa a ideia da revolução, ideia que encontrou surpresa na população do país. Nessa ideia da revolução, adotada durante a luta de libertação nacional, surgem vários holofotes para um novo Moçambique, quer na política, na educação e no desenvolvimento.

23 NOTÍCIAS esclarecem sobre a “Operação Produção”. *Jornal Notícias*, 05 de jul. 1983.

24 OBRIGAR os marginais a regressarem às suas terras. *Jornal Notícias*, 07 de jun. 1982.

Para implementação dessa nova dinâmica de olhar para a nação, surge a ideia do homem novo, operação limpeza e operação produção rumo ao socialismo comunista marxista-leninista. Neste caso, o marxismo foi adotado como uma maneira de estabilização das populações rumo ao desenvolvimento e não como luta de classe.

O projeto operação produção foi fundado com as raízes assentadas na luta contra a criminalidade como objetivo principal. Roubos, furtos, prostituição, candonga e vadiagem constituem-se como crimes mais recorrentes. As fontes dessa época mostram-nos que em 31 de maio de 1982 foram detidos 27 indivíduos na Feira Popular em Maputo, em uma das incursões da polícia no combate ao crime. O Jornal Notícia elenca-nos que:

Os marginais vivem em casa abandonadas e nos terraços; e, agora com as operações que estamos a realizar, eles fogem para os subúrbios. De futuro iremos trabalhar nos bairros suburbanos; aí também iremos desalojá-los, porquanto a população tem-nos apoiado muito neste trabalho. A maioria dos delinquentes praticou crimes de assalto por arrombamento e outros são marginais, que vivem a base de roubo”²⁵.

As prisões eram frequentes e cada vez mais aumentavam os números de detidos, e as estratégias eram aprimoradas cada vez mais, logo, os alvos tornavam-se muito fáceis de atingir. Essa ação não era perpetuada apenas pela polícia, mas também havia um grupo paralelo denominado grupos dinamizadores que andavam de bairro em bairro, de modo a identificar os marginais e outros lesa pátria, para em seguida acionar a polícia para fazer a ofensiva e detenção dessas pessoas implicadas pelo programa. O Jornal Notícias mostra que no dia 07 de junho do mesmo ano foram detidas 50 pessoas, que foram levadas ao Tribunal Popular Provincial de Maputo pelo crime de vadiagem. Nestas operações, o principal alvo eram as pessoas provenientes do campo para a cidade de Maputo, sem objetivo nem ocupações vivendo dentro da cidade, eram considerados como autores dos tais crimes urbanos.

Das pesquisas que fizemos nos jornais moçambicanos, principalmente no Jornal Notícias, deparamos com algumas entrevistas publicadas, em que há uma demonstração clara de que não existia detenção por flagrante de delito, mas sim

²⁵ OPERAÇÕES seletivas: dezenas de antissociais detidos em Maputo. *Jornal Notícias*, 31 de maio 1982.

baseado por suposições as quais os grupos dinamizadores (os informantes do partido) questionavam. *Se não trabalham, como sustentam a sua vida?* Com esse questionamento já estava carimbado a passagem para o campo de produção e redução, pois se não trabalha, então:

Penso que vivem à custa de assaltos. Então, o Governo deve controlar essa gente e atribuir-lhes tarefas ou integrá-los nas machambas estatais, onde possam produzir o suficiente, pois sabemos que, ultimamente, atravessamos uma crise no campo da alimentação²⁶.

Esta maneira de pensar era genérico na elite política da FRELIMO, para eles, os camponeses deviam estar no campo cultivando para desenvolver o país e os trabalhadores deviam estar nos centros urbanos para trabalhar em prol do desenvolvimento das cidades. Essa prática também foi chamada pela FRELIMO como *justiça popular*. Numa visão empírica parece que estava estabelecendo-se uma divisão entre moçambicanos do campo e moçambicanos da cidade, mas os dirigentes da FRELIMO dissipam esse equívoco divisionista ao afirmar que a intenção não é de excluir, mas sim de incluir e criar novas infraestruturas. Samora, para enfatizar a campanha, lançou um lema *"Produzir é aprender, aprender para produzir e lutar melhor"*²⁷.

Para Samora, o homem novo devia ter essa consciência para eliminar a preguiça e ambição, porque o ambicioso e ignorante são capazes de vender a Pátria. Qual seria o impacto negativo e positivo dessa política operação produção?

A execução da operação produção em primeiro lugar estava idealizada na construção do homem novo e revolucionário, com objetivo de tirar nas mentes da população as amarras do passado colonial obscuro e também fazer uma desestruturação das principais referências tradicionais como: ritos, símbolos, relações de parentesco, hierarquia linhageira etc. No entanto, as deslocções eram feitas sem respeitar essas diversidades nem sua relação social. Aqui o homem foi visto com instrumento de desenvolvimento compulsivo. Para tal Samora elucida que,

26 OBRIGAR os marginais a regressarem às suas terras. *Jornal Notícias*, 07 de jun. 1982.

27 MACHEL, 1974, p. 32.

A sociedade africana, porque ainda se encontra numa fase atrasada do desenvolvimento das forças produtivas, é uma sociedade minada pelo subjetivismo, pela superstição e submissão a um inexistente sobrenatural, dilacerada pelas falsas solidariedades linguísticas e étnicas, dominada pelas tradições arcaicas que oprimem a mulher e a juventude e bloqueiam a iniciativa criadora. É isto que explica a fraqueza da ideia e da ideologia revolucionária no nosso seio²⁸.

Nos relatos recentes, mostra que essa política causou muita separação entre parentes e também criou uma desestruturação social entre as comunidades conservadoras das práticas tradicionais étnicas. Alberto Chitanto de 55 relata numa reportagem da STV que, *“eu separei-me com os meus pais a muito tempo e já não conheço mais nem um dele e nem sei como encontrá-los. Quando chegamos aqui apenas tivemos lugar de dormir e recebemos comida durante uma semana depois o estado nos deixou assim. Eu devia procurar casar aqui mesmo para ter uma família pelo menos”*²⁹.

Estes tipos de relatos históricos são frequentes para muitos que foram para aqueles campos, a reinvenção era condição *sine qua non* para sobrevivência. Aqui o indivíduo era por si só uma outra realidade e devia criar uma nova família para dar rumo a nova era do seu ser. A própria FRELIMO tinha consciência de que um processo revolucionário implicaria a negação da estrutura que o criou, e também estava convicto que isso traria grande implicação, mas nunca contou com a revolta, até criação de um movimento rebelde. A FRELIMO estava mais preocupada com a modernidade e superação do passado colonial, mas o impacto dessa modernidade, inspirado no homem novo e no socialismo, foi recebido com sentimento de revolta por quase toda população da zona rural.

Isso teve grande impacto no apoio pelo movimento da guerrilha que surgia em 1977 contra o governo e que a maior parte das pessoas simpatizou-se com a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique). Por que a população apoiou a RENAMO?

A população afetada era unânime em sublinhar que nós já não tínhamos mais a proteção dos espíritos, nem tínhamos a liberdade de praticar os nossos rituais; isso implicava dizer que não estamos independentes nem livres.

HONWANA argumenta que:

²⁸ MACHEL, 1974, p. 142.

²⁹ STV. Grupo sócio Moçambique grande reportagem, 2014.

Com o fim do poder dos chefes tradicionais, as pessoas deixaram de usufruir da proteção dos antepassados e as coisas começaram a correr mal. Toda a vida da comunidade ficou destruída, pois já não havia respeito pelos velhos, respeito pelos antepassados, respeito pelas nossas tradições³⁰.

Aqui estava um grande impacto negativo social do projeto. Isso resultou em grande dissidência e aderência ao movimento rebelde para lutar contra essa opressão que a população considerava como traição a causa da luta pela independência. Alguns líderes estavam vendo o seu poder atacadado e a sua dignidade humilhada; isso criou muito ressentimento nessa classe social e ajudou afincadamente a proliferação da RENAMO no campo de Batalha.

Conclusão

A operação produção foi um projeto que suscitou muitas críticas e revolta no seio da comunidade. Uma parte da sua crítica foi devido à maneira da implementação do projeto. Para a FRELIMO, o projeto devia seguir em frente a todo custo, pois fazia parte da revolução socialista rumo à igualdade e ao desenvolvimento, mas peca nas decisões tomadas no comitê central de deportar a força os indivíduos considerados improdutivos e inimigos.

O outro fato é os destinos dos deportados. Nessa ação, não havia uma análise regional nem étnico, e as pessoas eram obrigadas a separarem-se dos seus familiares e amigos para viverem nos campos de produção sem saber o dia do seu regresso.

Portanto, em muitas organizações, pesquisadores consideram o programa como sendo de violação dos Direitos Humanos. Isso fez com o projeto ou programa falhasse nos seus objetivos de reduzir os problemas urbanos e de aumentar a produção de alimentos nas zonas rurais.

³⁰ HONWANA, 2002, p. 171.

Bibliografia

BORGES, Egor Vasco: *A polícia e a construção do homem-novo na formação do estado-nação em Moçambique (1975-1990)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista – Unesp, 2017.

CABAÇO, José Luis. O homem novo: breve itinerário de um projecto. In: *Samora, homem do povo*. António Sopa (Coord.) Maputo: Maguezo, 2001. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009b.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009

_____. *o corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo n-1 Edicoes, 2013

FRELIMO. *Lei dos Crimes contra a Segurança do povo e do Estado Popular*. 4º Sessão. Assembleia Popular.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GRANDO, José Carlos. *Sacralização do corpo: a educação física na formação da força de trabalho brasileira*. Blumenau: Ed. da FURB, 1996.

HERMET, Guy, et al. *Dictionnaire de la science politique et des institutions politiques*. 6ª ed. Paris: Armand Colin, 2005.

HONWANA, Alcinda. *Espíritos Vivos, Tradições Modernas. Possessão de espíritos e reintegração social pós-guerra no sul de Moçambique*. Maputo: Promedia, 2002.

MACHEL, Samora Moisés. *Estabelecer o poder popular para servir às massas*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

_____. *Defender a pátria, eliminar a fome: tarefa de todos os Moçambicanos*. Coleção 4º Congresso. Maputo, 1983.

_____. *A Luta Continua*. Porto: Afrontamento, 1974.

_____. *Revolução; transformação profunda das estruturas; transformação profunda da nossa vida*. Maputo: Imprensa Nacional, 1975.

_____. *Impermeabilizemo-nos contra as manobras subversivas intensificando a ofensiva ideológica e organizacional no seio dos combatentes e massas*. Maputo: Imprensa Nacional, 1975b.

MONDLANE Eduardo, MACHEL, Samora. FRELIMO e a revolução em Moçambique. Coleção Libertação Nacional. 141 p., M Da Fonte, 1975.

NEVES, L. F. B. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios*. Colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

QUEMBO, Carlos. O poder do poder: Operação Produção (1983) e a produção dos «improdutivos» urbanos no Moçambique pós-colonial, IN: *Cadernos de História de Moçambique*, v.1, pp. 65-81, 2012.

PITCHER, M. Anne. *Transforming Mozambique: the politics of privatization, 1975-2000*, Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

Jornal

CONTROLEMOS o crescimento das nossas cidades. Comunicado do Secretariado do Comitê Central do Partido FRELIMO. IN: *Jornal Notícias*, 14 de jun. 1982.

HUNGUANA, Teodato. Libertemos as cidades de improdutivos e marginais. Teodato Hunguana no bairro de Mafalala. IN: *Jornal Notícias*, 21 de jun. 1983.

NORTE dá trabalho aos improdutivos. IN: *Jornal Notícias*, 23 de jul. 1983.

NOTÍCIAS esclarecem sobre “Operação Produção”. IN: *Jornal Notícias*, 05 de jul. 1983.

NO ÚLTIMO dia da 1º fase: hesitantes afluem os GD’S. IN: *Jornal Notícias*, 05 de jul. 1983.

OBRIGAR os marginais a regressarem às suas terras. IN: *Jornal Notícias*, 07 de jun. 1982.

OPERAÇÕES seletivas: dezenas de antissociais detidos em Maputo. IN: *Jornal Notícias*, 31 de maio 1982.

Reportagem

STV. Grupo sócio Moçambique grande reportagem, 2014.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2009b.

PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS: minorias e identidades nacionais pelo enfoque dos estudos subalternos e pós-coloniais

Historiographic perspectives: national minorities and identities based on a focus on
subaltern and post-colonial studies.

Beatriz Rodrigues¹
Abner Neemias da Cruz²

Artigo recebido em: 08/07/2019.

Artigo aceito em: 23/09/2019.

RESUMO:

Este artigo traça um panorama acerca dos percursos da produção do saber engendrados pelos estudos subalternos e pós-coloniais, enfatizando a historiografia sobre as *minorias*, assim como também as discussões sobre identidades políticas nacionais ou locais. Para tanto, a primeira parte do texto traz informações sobre os estudos subalternos, tais como origem, principais autores e concepções. Na segunda parte analisamos o trabalho de autores como Homi Bhabha, Stuart Hall, Partha Chatterjee, Ranajit Guha, dentre outros, para refletir sobre a noção de identidade nacional e suas modificações ao longo do tempo. Por fim, destaca-se as escolhas teórico-metodológicas desenvolvidas pelos estudos subalternos e pós-coloniais e, conseqüentemente, a importância desses para a historiografia contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos subalternos – Identidade – Pós-colonial

ABSTRACT:

This article aims to discuss of the academic production by subaltern studies and postcolonial studies, emphasizing the historiography about minorities and the discussions about national and local political identities. The first part of the text brings information about the subaltern studies, such as origin, main authors and conceptions. In the second part we analyze the work of authors such as Homi Bhabha, Stuart Hall, Partha Chatterjee, Ranajit Guha, among others, to reflect on the notion of national identity and its modifications over time. Finally, will talk theoretical-methodological choices developed by subaltern and postcolonial studies and, consequently, its importance for contemporary historiography.

KEYWORDS: Subaltern studies – Identities – postcolonial

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP (campus Franca). Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4274339P0>. Membro do grupo de pesquisa CNPQ Historiar – narrativas identitárias, conceitos, linguagens.

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP (campus Franca). Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4317836U0>. Membro do grupo de pesquisa CNPQ Historiar – narrativas identitárias, conceitos, linguagens.

1. Introdução aos estudos subalternos³

Os estudos subalternos começaram no início dos anos de 1980 com Ranajit Guha⁴ na Índia. A princípio a expressão *subalterno* referia-se aos colonizados do continente sul asiático, mas adquiriu um significado mais amplo com o passar do tempo, abrangendo grupos populares sem representatividade - como veremos no decorrer deste artigo. Essa abordagem passou a ser utilizada não apenas por pesquisadores do dito grupo sul-asiático, mas também passou a ser empregada na América Ibérica, pelo Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos. Sucintamente, é possível afirmar que as supracitadas abordagens têm por escopo interferir ou se contrapor às tradicionais historiografias sul-asiática e/ou latino-americana tidas como modelo; assim os *estudos subalternos* trouxeram à baila um reescrever da história sob um ponto de vista distinto, isto é, enfatizando os grupos marginalizados. Neste artigo, temos por objetivo fornecer ao leitor um panorama geral acerca dos *estudos subalternos* e de seus significados na produção historiográfica contemporânea. Para tanto, teceremos uma breve introdução sobre esses estudos, suas origens, autores e concepções. Em seguida, daremos destaque para algumas discussões ligadas às identidades nacionais e locais vinculadas não apenas aos estudos subalternos, mas também aos chamados estudos pós-coloniais.

Para orientar a reflexão, partimos de uma espécie de programa dos estudos subalternos que foi defendido por Ranajit Guha (GUHA, 2011, p. 69-72). Guha definiu alguns pontos que são considerados essenciais para a compreensão e desenvolvimento desse paradigma, a saber: a ampliação do conceito de subalterno, a valorização das ideias de Antônio Gramsci, a revisão de estudos e pesquisas indianas consideradas elitistas, a valorização de especificidades culturais e espirituais das

3 O presente artigo é resultado de reflexões elaboradas a partir da participação como discentes em cursos ofertados pelo Programa de Pós-Graduação em História na Unesp-Franca. As respectivas disciplinas são: 1º “Los estudios subalternos: una mirada desde la Historiografía” ministrada por Julio Pinto Vallejos, professor da Universidade de Santiago do Chile; e 2º “Estudos pós-coloniais: possibilidades e limites de pesquisas” ministrada por Mary Anne Junqueira, professora da Universidade de São Paulo.

4 Ranajit Guha, historiador indiano, foi uma figura bastante significativa para os estudos subalternos, sendo o primeiro a declarar sua fundação, assim como também foi editor dos *Subaltern Studies: Writings on South Asian History* - na década de 1980. Seu trabalho sobre as revoltas camponesas é considerado um clássico sobre o assunto.

minorias e, por fim, a necessidade de compreender o subalternismo enquanto relação binária entre dominantes e dominados. Adiante, explicitaremos melhor as ideias de Guha, intercalando exemplos e autores importantes.

A definição do conceito de subalterno é uma das primeiras preocupações de Guha. O conceito é polissêmico, ou seja, pode ter vários significados e ser compreendido sob diversos pontos de vista. Isto posto, é aqui na definição conceitual de *subalterno* que encontra-se uma significativa intersecção entre o historiador Ranajit Guha e o teórico Antônio Gramsci. Com posicionamentos marxistas e preocupado com questões de classe, Gramsci não deixou de atribuir importância crucial às questões culturais, assim como também ampliou as definições do conceito *subalterno*⁵. Para este autor, esse grupo subalterno poderia ser compreendido como vasto, heterogêneo e com frequência cindido entre si. Não seria possível colocá-los em uma simples oposição ao grupo dominante porque não se trata de uma única classe, mas de várias classes. Gramsci distancia-se do marxismo clássico ao partilhar com a classe operária outras formas de subordinação, tais como a racial, a sexual e a de gênero. É devido a essa elaboração teórico-conceitual que Gramsci acaba assumindo uma importância evidente para esses estudos.

O conceito subalterno é amplo e de acordo com Guha pode referir-se à classe, casta, idade, gênero, ocupação ou qualquer outra forma de dominação que indique uma condição de subalternidade (GUHA, 2011, p. 69). Gayatri Spivak⁶ (SPIVAK, 2010, p. 19 et seq.) refere-se ao termo subalterno não apenas para designar o oprimido, mas também como forma de representação dos que não conseguem lugar de atuação na sociedade. Refere-se àquelas pessoas que não conseguem falar, se posicionar, expor sua visão de mundo. Nesse caso, a condição

5 As ideias de Antonio Gramsci tratadas neste artigo estão baseadas, sobretudo, nos trabalhos: Cadernos do Cárcere e “Apuntes sobre la história de las clases subalternas. Criterios Metódicos”.

6 Gayatri Chakravorty Spivak nasceu na Índia, é crítica literária e teórica. Spivak ficou conhecida mundialmente por seu texto “Can the subaltern speak?”, considerado um texto de fundação do pós-colonialismo. Cf: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

de subalternidade é uma condição de silêncio, já que essas pessoas não dispõem de um representante para sua condição de silenciado.

Retificar a inclinação elitista característica de grande parte da produção acadêmica é um dos principais objetivos dos estudos subalternos. A ideia é compreender o sentido das ações dos sujeitos marginalizados e reescrever a produção de um conhecimento que não seja apenas o ocidental. Tratar-se-ia, portanto, de descentrar o conhecimento. A exemplo, o historiador Dipesh Chakrabarty - também ligado aos estudos subalternos - (2000) utilizou o termo “provincializar a Europa”, indicando um redimensionamento dos espaços de produção do conhecimento: aquilo que é construído no campo do saber, em determinada localidade, não deve ter proporções universais, assim como no caso da produção de conhecimento de matriz europeia – remetendo-nos a usual noção de “centro *versus* periferia”. Para o autor, o centro não existe: trata-se de uma construção intelectual produzida nas universidades e que, por sua vez, anula o saber do outro - tido como *periférico*. Coadunando a supracitada perspectiva de Chakrabarty, o palestino Edward Said trouxe à lume reflexões sobre a maneira pela qual o terceiro mundo foi comumente representado nas construções feitas a partir do *dito* “Ocidente”. No livro “Orientalismo” – 1978 – Said apresentou em seus postulados a frequente relação entre as construções e usos de um discurso sobre o “Oriente” e os “interesses” imperialistas, percebendo a partir de então o “Oriente” como invenção do “Ocidente”. Para embasar sua perspectiva, Said buscou analisar o pensamento europeu engendrado ao longo do século XIX para refletir não apenas sobre a forma de dominação econômica, mas também intelectual. O autor percebeu que o homem “oriental” esteve contido e foi comumente representado pela perspectiva das estruturas dominantes do mundo europeu. Por mais que reconhecessem as diferenças entre esses povos, acabava-se no fim, por generalizá-los. Aliás, tanto a literatura quanto arte produzida no “Ocidente” tendiam a corroborar para a legitimação do poder envolvido nesse constructo⁷.

⁷ Said denominou por “orientalismo” as interpretações eurocêntricas sobre o “Oriente”. Para tanto, examinou essas obras e indicou um conjunto de estratégias empregadas para sua construção.

Para além das críticas feitas ao considerado elitismo que permeava por vezes a produção do saber, os estudos subalternos também promoveriam a partir de então novas pesquisas na academia, porém empenhando-se em representar as minorias. Nesse sentido, a desconstrução e a busca pela representatividade dos grupos marginalizados podem ser demonstradas por meio do trabalho de Ranajit Guha sobre as insurreições camponesas na Índia colonial (GUHA, 2011, p. 79-93). Guha percebeu que as sublevações camponesas se deram de variadas formas e em diversas proporções, mas que foram analisadas apenas enquanto parte do discurso de poder. Essas insurreições só tiveram razão de ser enquanto parte da estrutura do Estado, mesmo que os rebeldes estivessem rechaçando o poder dominante. Esse tipo de pensamento é elitista porque confere a mobilização do campesinato um aspecto inferiorizado ou inexistente, valorizando apenas a atuação das classes dominantes. Para Guha, as leituras historiográficas elitistas simplificavam as revoltas e os seus atores políticos populares, colocando-os como elementos secundários nas tramas do poder.

Este tipo de análise seria problemática para o autor porque negaria ao camponês o reconhecimento de protagonista da sua própria história, incluindo-o apenas enquanto parte de um projeto maior, no caso, o colonialismo. Existe de acordo com o autor uma relação dialética entre dominantes e dominados. Não é possível falar de um sem levar o outro em consideração. A história não pode ser pensada apenas pelo ponto de vista de um único grupo. No caso das insurreições camponesas, era preciso que se reconhecesse a rebelião pelo ponto de vista dos próprios camponeses, atribuir-lhes consciência (GUHA, 2011, p. 81). Como afirma Ranajit Guha “El campesino sabía lo que hacía cuando se sublevaba” (2011, p. 86) e sua ação se dirigia, sobretudo a destruir a autoridade da elite, que o renegava politicamente.

Desse ponto de vista, as insurreições camponesas tinham um caráter político: “Al tratar de forzar la substitución mutua del dominante y del dominado em la estructura de poder no dejaba ninguma duda sobre su identidade como proyecto de poder” (GUHA, 2011, p. 86). Ao conferir um caráter político à ação do camponês,

Guha valorizou esse grupo como protagonista da sua própria história, expondo a possibilidade de uma revisão historiográfica sobre o assunto. Os aspectos supracitados acima aproximam os estudos subalternos do marxismo, especialmente da figura de Antônio Gramsci, conforme já nos referimos. Quando pensamos no marxismo inglês, e na concepção de História “vista de baixo”, especialmente em autores como Edward Palmer Thompson e Eric Hobsbawm, é patente a aproximação entre esses campos de estudo.

Por outro lado, os estudos subalternos afastam-se da vertente clássica do marxismo. De acordo com Dipesh Chakrabarty (CHAKRABARTY, 2011, p. 341) uma das divergências refere-se ao fato de os marxistas não separarem poder e capital. E por mais que não fossem marxistas ortodoxos, acabaram por dar maior valor às questões econômicas. Este seria um contraponto, pois, o conceito de poder para os subalternos é flexível, não precisando necessariamente ter capital atuando. Outra diversidade assinalada por Chakrabarty diz respeito à produção do próprio conhecimento. Para o autor, o trabalho realizado pelos subalternistas apresenta maior grau de complexidade. Os autores precisam “esmiuçar” as fontes para tentar dar voz aos diferentes sujeitos históricos.

Utilizaremos o exemplo do próprio Chakrabarty a título de demonstrar um ponto de diferenciação entre o grupo subalternista e a vertente marxista inglesa. De acordo com o autor, Hobsbawm em seu trabalho sobre bandidagem social e consciência atrasada⁸, conferiu às revoltas camponesas organizadas um caráter pré-político. Para Chakrabarty (CHAKRABARTY, 2011, p. 342), ignorar a esfera política dos movimentos camponeses configurou um marxismo eurocêntrico e elitista, posto que não analisou a consciência camponesa. Como demonstrado por Ranajit Guha, os camponeses não tinham uma consciência atrasada. Pelo contrário, na medida em que buscavam destruir o poder de seu inimigo e converter sua condição de subalternidade, estavam atuando politicamente.

Outro aspecto elementar dos estudos subalternos diz respeito à valorização das questões culturais e espirituais. No intuito de desconstruir parte da historiografia

⁸ Chakrabarty refere-se ao livro *Rebeldes primitivos* de Hobsbawm. Ver: HOBBSAWM, Eric. **Rebeldes primitivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

tradicional e valorizar a visão subalterna, os autores acabaram por adentrar a lógica cultural das comunidades estudadas, revelando formas alternativas de se compreender a história. Descreveremos a seguir dois trabalhos que nos ajudarão a refletir sobre esse aspecto. Nos dois exemplos, percebemos que os autores adentraram a lógica cultural da comunidade, compreenderam a vida cotidiana e valorizaram os variados aspectos de vida dos atores sociais envolvidos. Nos dois casos, as camadas subalternas são as mulheres, que desprovidas de uma gramática própria, eram “impossibilitadas” de construir suas próprias falas.

O primeiro trabalho é de Lata Mani⁹ (MANI, 1999, p. 209-251) e refere-se à prática da sati, um antigo costume entre algumas comunidades hindus que obrigava (no sentido moral e não legal) a esposa viúva devota a se sacrificar viva na fogueira da pira funerária de seu marido morto. Lata Mani analisa diversos documentos oficiais, tais como de funcionários e oficiais britânicos e indianos. São documentos que manifestam discursos ora favoráveis e ora contrários à prática da sati. O objetivo, porém, não é saber quem estava contra e quem estava a favor dessa prática, mas perceber como se argumentavam as posturas ideológicas. Nas suas próprias palavras: “lo que me interesa son los aspectos discursivos del debate – lo que las diferentes posturas daban por sentado acerca de la sati, la sociedade índia y el lugar de las mujeres en ella, lo que entendían por tradición, lo que se aceptaba como pruebas y cosas de este tenor.” (MANI, 1999, p.211)

Em relação aos discursos que eram contrários a prática da Sati, Lata Mani percebeu que eles revelavam a barbárie dos homens hindus no sentido de coagir as mulheres. Por outro lado, a mulher sempre era vista pelo ponto de vista da submissão, como vítima da religião. Esses relatos nunca se referiam à resistência das viúvas e acabaram por retirar da mulher a possibilidade de aparecer como sujeito da história. A mulher sempre tinha um papel secundário, não era nem sujeito, nem objeto das discussões. Dessa forma, o discurso oficial excluía qualquer possibilidade

⁹ Lata Mani é uma historiadora inidiana, radicada nos Estados Unidos da América, que dedicou-se a pensar sobretudo em questões ligadas ao feminismo e ao lugar político da mulher. Entre suas obras principais encontra-se o *Contentious Traditions: The Debate on Sati in Colonial India*.

de a mulher ser um agente histórico, acabando por justificar as intervenções “civilizadoras” coloniais.

No trabalho “A morte de Chandra” (GUHA, 2011, p. 94-126), Ranajit Guha interpretou diferentes fontes sobre o falecimento de Chandra, que ocorreu em Bengala, ao tentar praticar aborto por meio do uso de drogas. Esse acontecimento era considerado crime e foi correntemente interpretado pelo ponto de vista da lei. Os participantes do acontecimento, no caso os familiares e o vizinho de Chandra, foram imediatamente considerados cúmplices e os registros sobre o ocorrido eram sempre vistos enquanto evidências jurídicas. Guha teceu a crítica a esse tipo de construção historiográfica na medida em que compreendeu uma experiência histórica real, unicamente pela perspectiva de uma matriz de legalidade abstrata.

Para Guha, esse tipo de abordagem tem deixado de lado os pequenos dramas e detalhes da vida social (GUHA, 2011, p. 97). No caso da morte de Chandra, era preciso ir além do “caso jurídico” e buscar compreender o ocorrido pelo ponto de vista dos sujeitos da ação, identificando essas elocuições como registros dos esforços feitos por uma família de bagdís para sobreviver a uma crise de maneira coletiva. Percebe-se que Guha buscava compreender o acontecimento pela perspectiva dos próprios bagdís, que podem ser considerados o extremo mais baixo do sistema de castas. Em uma sociedade patriarcal, os pobres de Bengala não queriam ou não podiam desafiar a autoridade e permitir que uma mulher tivesse um filho ilegítimo como era o caso de Chandra. O aborto representava uma saída, um único meio de triunfar naquela sociedade onde as consequências para a transgressão sexual feminina eram tão severas. Em Bengala, onde ainda reinava uma cultura considerada “feudal”, a sexualidade feminina estava sujeita a uma política de vigilância implacável e a atitude de Chandra poderia funcionar como uma espécie de protesto contra a situação da mulher, que muitas vezes entrava em um matrimônio sem amor e com pesadas tarefas domésticas. Percebe-se que o objetivo de Guha é pensar a questão do outro, da mulher, das castas mais pobres da Índia, mas para que isso ocorra, é preciso que se adentre na lógica social e cultural daquela comunidade.

Como demonstrado, os estudos subalternos representam um conhecimento que pretendeu a partir de então preencher as lacunas e os “erros” conscientes ou não, que foram apresentados pela cultura dominante ao longo dos séculos. Eles buscaram desconstruir tais referências, que de tão arraigadas, que foram - e ainda são - frequentemente tomadas como verdadeiras e únicas na historiografia. Ao mesmo tempo em que realizam esse tipo de releitura, atribuem a capacidade de representação aos próprios subalternos.

2. A questão da identidade nacional nos estudos subalternos e pós-coloniais

No tocante aos conceitos e concepções de identidades e nação, pode se afirmar que estes temas ocuparam e ocupam um lugar de destaque nos estudos realizados pelos subalternistas. Neste tópico, passamos a destacar essas questões por meio de escritores vinculados aos estudos subalternos e também por meio de trabalhos que estão atrelados aos estudos pós-coloniais, dos quais exporemos uma breve introdução sobre as contribuições desses estudos - tanto no que diz respeito ao passado quanto ao presente.

Ranjit Guha em seu trabalho *Sobre algunos aspectos de la historiografía colonial de la India*, analisou o que considerou o fracasso da construção nacional indiana. Para o escritor, a elite almejava falar em nome do povo. Entretanto, ela teria sido incapaz de construir um projeto comum para todos. O povo seria peça fundamental para minar o projeto totalizador de nação ao mesmo tempo em que acabava por minar a ideia de uma historiografia única. Em suas palavras:

La historiografía del nacionalismo indio ha estado dominada durante mucho tiempo por el elitismo: tanto por el elitismo colonialista como por el elitismo burgués-nacionalista. Ambos se originaron como producto ideológico del gobierno británico en la India, pero han sobrevivido a la transferencia del poder y han sido asimilados a formas de discurso neocolonialistas y neonacionalistas en Gran Bretaña y en la India respectivamente (GUHA, 2011, p. 71).

Para Guha, o fato de abordarem a construção da nação indiana e o desenvolvimento de uma consciência nacionalista como realizações exclusivas ou predominantemente vinculadas à elite seria uma falácia. Tais teorias menosprezariam

ou relativizariam a participação popular na construção da nação e do nacionalismo indiano. Assim, a historiografia tradicional não seria capaz de compreender a contribuição do povo por si mesmo.

La multitudinaria participación del pueblo indio, a veces en número de cientos de miles e incluso millones, en actividades e ideas nacionalistas, se representa entonces como una desviación frente al proceso político supuestamente “real”, vale decir, la laboriosa marcha de las ruedas del aparato del Estado y de las instituciones de elite engranadas a él. En otros casos, esta participación es simplemente atribuida, como un acto de apropiación ideológica, a la influencia e iniciativa de las elites propiamente dichas (GUHA, 2011, p. 73).

Nesse contexto, é importante salientar que para os estudos subalternos, a ideia de comunidade é relevante, como bem demonstrou Partha Chatterjee¹⁰ em seu trabalho (CHATTERJEE, 2001, p. 125-157). O autor analisou um grupo de camponeses que vivia em favelas no sul de Bengala e percebeu que eles, através da experiência compartilhada - tais como atos reivindicatórios e busca pela implementação de políticas públicas e melhores condições de vida - formavam uma identidade coletiva própria ou uma sociedade política. A ideia de comunidade fazia mais sentido para aquele grupo do que a ideia homogeneizadora de nação.

De acordo com Benedict Anderson (ANDERSON, 1989, p. 32), a nação é uma comunidade limitada, soberana e imaginada. Ela é limitada porque mesmo a maior delas possui fronteiras finitas; soberana porque pressupõe lidar com um grande pluralismo social. Por fim, ela é imaginada porque mesmo que os membros de uma nação não se conheçam, todos eles têm em mente a imagem viva da comunhão entre eles. “A nação também é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal.”¹¹ Nesse sentido, a nação passa por uma ideia de homogeneização social,

10 Partha Chatterjee é indiano, mas vive nos Estados Unidos da América. É antropólogo, cientista político e professor na Universidade de Columbia. Entre seus livros mais recentes destaca-se: *The Black Hole of Empire: History of a Global Practice of Power* (2012) publicado pela Princeton University Press.

11 Ao utilizar o termo “camaradagem horizontal”, Anderson refere-se aos membros de diferentes classes e posições sociais que ocupam um mesmo âmbito nacional e estão vinculados à um projeto em comum. É preciso ressaltar que essa camaradagem se deve muito mais a uma construção cultural que coercitiva. ANDERSON, Benedict. Op. Cit. 1989, p 34.

pois o nacionalismo controla os sentimentos que diferenciam determinados grupos entre si.

O cientista político, antropólogo, Partha Chatterjee considerou o modelo das comunidades imaginadas descritas por Anderson insuficientes para explicar os nacionalismos para outros lugares que não sejam a Europa e a América do Norte:

Los más poderosos, así como los más creativos resultados de la imaginación nacionalista en Asia y África, radican no solamente en una identidad diferente, sino más bien en una *diferencia* respecto a los formatos modulares conformadores de sociedades nacionales propagados por el Occidente moderno (CHATTERJEE, 2008, p. 92).

Para compreender o nacionalismo anticolonial na África e na Ásia seria necessário, segundo Chatterjee, que dividíssemos o mundo das instituições e das práticas sociais em dois campos: o material e o espiritual. O autor reconhece a superioridade do Ocidente no campo material. Porém, o campo espiritual diz respeito aos sentimentos, ao interior, aos aspectos “essenciais” da identidade cultural. Dessa forma, ainda que as conquistas ocidentais no campo material sejam muitas vezes exaltadas, é necessário que as características de uma cultura espiritual própria sejam preservadas.

(...) el Estado colonial se mantiene fuera del campo “interior” de la cultura nacional. Pero no es, como se piensa, que el llamado ámbito de lo espiritual permanezca inalterable. De hecho, es desde aquí que el nacionalismo lanza su proyecto más poderoso, más creativo e históricamente significativo: modelar una cultura nacional “moderna”, que no sea de ninguna manera occidental (...). En su dominio verdadero y esencial, la nación puede ser soberana, aun cuando el Estado esté en manos del poder colonial. La dinámica de este proyecto histórico está completamente olvidada en las historias convencionales, en las cuales el nacionalismo comienza con la lucha por el poder político (CHATTERJEE, 2008, p. 94).

Por sua vez, o mundialmente renomado crítico cultural Homi K. Bhabha¹², em seu destacado livro *O Local da Cultura* (1998), também rediscutiu a noção de identidade cultural e nacional.¹³ Para Bhabha, assim como para Chatterjee, não seria

12 Homi Bhabha nasceu na Índia, atua como professor na Universidade de Harvard nos EUA. Entre suas publicações destaca-se: *O Local da Cultura* (traduzido para o português) e publicado no Brasil pela editora UFMG.

13 BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. Ver, sobretudo, capítulo denominado “DissemiNação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna” - entre

possível conceber, como descreveu Anderson, a visão homogênea e horizontal associada à comunidade imaginada da nação. Esse tipo de discurso, que tenderia a corroborar com a história oficial da nação, “unificando” as vozes dominantes, foi chamado por Bhabha de “discurso pedagógico” (BHABHA, 1998, p. 215)¹⁴. Para o autor, o discurso pedagógico seria linear, ou seja, constitui-se num tempo homogêneo em que as vozes minoritárias são apagadas, transformando a comunidade numa representação horizontal.

Nesse caso, a ideia de soberania da cultura nacional é imperfeita porque a partir do lugar onde a homogeneidade cultural e o anonimato articulam a comunidade nacional, emerge uma voz do povo, instantânea e subalterna, que podemos denominar de discurso da minoria. A diferença cultural nesse sentido é fundamental e não pode ser esquecida diante da ideia de comunidade nacional. Pensemos a nação a partir de suas margens ou discontinuidades, de forma que os conflitos sociais e a vivência das minorias possam sobressair numa espécie de recusa da narrativa nacional. Bhabha denominou esse tipo de discurso de “narrativa performática” que é característico das contra narrativas.

Para Homi Bhabha, “a questão da diferença cultural nos confronta com uma disposição de saber ou com uma distribuição de práticas que existem lado a lado, *absents*, designando uma forma de contradição ou antagonismo social que tem que ser negociado em vez de ser negado” (BHABHA, 1998, p. 227). Nesse sentido, a ideia de nação é limitada, contraditória e hierarquizadora porque apaga diferenças culturais omitindo uma sociedade que na verdade é fragmentada e híbrida¹⁵.

A obra de Homi Bhabha, juntamente com a de outros autores, faz parte dos chamados *estudos pós-coloniais*, que constituíram-se por volta do início dos anos 90 do século XX. Vale ressaltar que esses estudos iniciados a partir de então não possuem

as páginas 198 e 238.

14 Sobre o conceito de narrativa pedagógica e performática, ver: BHABHA, Homi K. Op. Cit. 1998, p. 207 a 214.

15 O hibridismo para Bhabha é o lugar onde se realiza a diferença cultural. A cultura pós-colonial é híbrida porque faz com que o sujeito coloque seu ponto de vista contra o outro, mantendo grande abertura com o potencial de reverter às estruturas de dominação colonial. É através da resistência das práticas contra discursivas implícitas na ambivalência colonial que se subverte o próprio suporte sobre o qual se assentava o discurso imperialista e colonial

uma matriz teórica homogênea: trata-se de uma variedade de concepções com orientações distintas, perpassando a teoria literária, a história, a psicanálise, a filosofia, a antropologia e a política. Delimitar o campo teórico-metodológico preciso no qual se inserem os estudos pós-coloniais não é tarefa fácil, porém, pode-se afirmar que um ponto de convergência entre eles baseia-se na análise dos efeitos culturais que as nações colonizadoras deixaram nos países colonizados.

Os autores destacaram novas possibilidades de encaminhamento para conflitos, interações culturais e transformações advindas do contato entre os povos que geralmente foram marcados por relações desiguais de poder. Buscaram compreender o sentido das “descontinuidades” ao valorizar a ação dos sujeitos marginalizados. Preocuparam-se com as consequências da produção do conhecimento do Ocidente em relação ao restante do mundo, que foram e continuam sendo considerados modelares em detrimento do restante do globo. Partiram de questionamentos ligados à produção cultural buscando descentrar o conhecimento, ou seja, desconstruir a ideia de que o centro do saber é a Europa, especialmente Inglaterra e França.

A produção acadêmica oriunda a partir dos *estudos pós-coloniais* é ampla e diversificada; assim limitamo-nos por hora a um rápido exame sobre o que alguns destes autores conceberam acerca das identidades culturais e políticas. Dentre eles, temos os trabalhos de Stuart Hall¹⁶, que semelhante à Bhabha, Chatterjee e Guha, buscaram compreender como as identidades culturais estão relacionadas às identidades nacionais.

Para Stuart Hall (HALL, 2003, p. 65), a identidade nacional é entendida como comunidade imaginada nos moldes de Anderson, na medida em que sua narrativa é construída através de histórias que são contadas e recontadas, enfatizando-se as origens, a continuidade, a tradição (inventada inclusive), os mitos fundacionais e a ideia de um povo ou folk puro, original. Portanto, a cultura

¹⁶ Stuart Hall era sociólogo, de origem jamaicana, radicado na Inglaterra. Ver, sobretudo, os seguintes trabalhos: HALL, Stuart. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

nacional seria edificada através de um discurso histórico que dá a nação o sentido de construção.

De acordo com o autor, entretanto, estaria havendo desde o final do século XX uma mudança estrutural que estaria fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade, dentre outras. Dessa forma, as tamanhas diferenças entre os membros de uma comunidade, sejam elas culturais, raciais, de gênero ou raça, fazem com que a identidade não seja unificada e completa. Visto que as nações são “híbridas culturais”, é preciso transpor o projeto nacional homogeneizador, dando voz as “minorias”.

As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferenças e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Assim, quando vamos discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade. (HALL, 2003, p. 65)

Evidenciamos que o processo de descentramento da cultura nacional descrito por Hall, Bhabha dentre outros, fazem parte do contexto histórico do final do século XX. É, sobretudo a partir de 1970 que o processo de globalização intensificasse, enfraquecendo as formas nacionais de identidade cultural. Há, de acordo com Hall, um afrouxamento das identificações dos sujeitos com a cultura nacional, ao mesmo tempo em que outros laços, tais como a identidade local, são reforçados. De maneira geral, a globalização teria o efeito de descentralizar as identidades “fechadas” de uma cultura nacional. “Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas” (HALL, 2003, p. 87).

Percebemos, portanto, que os anos finais do século XX foram cruciais para o desenvolvimento de reflexões, que aparecem tanto nos estudos subalternos como pós-coloniais, que defendem a ideia de que estaria havendo uma mudança estrutural de fragmentação das paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade, dentre outras. Dessa forma, as tamanhas diferenças entre os membros de uma comunidade, sejam elas culturais, raciais, de gênero ou raça, fazem

com que a identidade não seja unificada e completa. As nações são vistas como “híbridas culturais”, sendo necessário transpor o projeto nacional homogeneizador, dando voz as minorias.

Quando pensamos na cultura nacional, podemos encará-la como unificada, totalizante ou então, deslocar o olhar e compreendê-la através de um discurso que represente as diferenças, o outro, o não europeu, o subalterno, dentre tantas outras figuras possíveis. Foi, portanto, através da lógica e do respeito às diferenças que aproximamos os estudos subalternos e os estudos pós-coloniais para pensar a questão da nação e das identidades.

3. Conclusão e apontamentos metodológicos

Ao longo deste artigo traçamos um panorama sintético do quanto os *estudos subalternos* e os *estudos pós-coloniais* possibilitaram a visibilidade de minorias – sobretudo no caso da sociedade indiana –, trouxeram à baila fissuras político-culturais, enfatizaram dramas cotidianos daqueles que muitas vezes foram obliterados, apresentaram protagonistas “excluídos” das narrativas oficiais das “histórias nacionais”, assim como também construíram balizas para se compreender a existência de identidades comunitárias que possuem lógicas específicas. Nesse ínterim, é evidente a preocupação dos estudos subalternos e pós-coloniais com a questão do objeto histórico e suas abordagens: temas, personagens, cenários, dentre diversos outros aspectos do passado possibilitam uma interpretação diferenciada para a História. Concomitantemente, e é isso que destacamos no final deste trabalho, esses estudos guardam importância no que diz respeito à questão metodológica. Para tanto, retomemos brevemente alguns dos trabalhos mencionados neste artigo.

Ranajit Guha trouxera para o palco da História as insurreições camponesas na Índia Colonial mas o fez pelo ponto de vista do camponês, atribuindo um caráter político as suas ações. Quando tratou do caso da morte de Chandra, foi além do caso jurídico e privilegiou o enfoque dos sujeitos da ação, demonstrando não apenas o quanto a história é multiforme e complexa, mas também o quanto a perspectiva

do olhar é crucial. Mesmo tipo de afirmação poderíamos tecer sobre o trabalho de Lata Mani que ao analisar a Sati, costume antigo entre comunidades hindus que obrigava a esposa viúva a se sacrificar viva na fogueira da pira funerária do marido morto, privilegiou o ponto de vista da mulher viúva, *personagem* que raramente havia sido examinada ou a ação histórica compreendida.

Análise semelhante podemos realizar sobre os trabalhos que trataram dos aspectos das identidades locais ou nacionais. Tanto Ranajit Guha, quanto Homi Bhabha, Stuart Hall e Partha Chatterjee procuraram quebrar a lógica tradicional de pensar as identidades político-culturais como algo homogêneo e generalizante e procuraram fazê-lo por outros prismas: repensar comunidades locais ou grupos marginalizados, sobretudo, em partes do mundo como Ásia e América Latina - localidades tradicionalmente consideradas periféricas e obliteradas nos exames e construções acadêmicas do dito *mundo ocidental* ou dos auto proclamados *centros*. Temos neste movimento dos estudos pós-coloniais e subalternos um ponto de inflexão: uma mudança no *modus operandi* da produção do conhecimento - sobretudo no que diz respeito ao saber historiográfico, que é nosso escopo por hora - que resultou na redefinição do que é centro ou periferia, isto é, a descentralização da produção do saber.

Refletindo sobre os enfoques privilegiados nesses trabalhos, podemos constatar uma questão que é marcadamente metodológica. Referimo-nos ao método na medida em que esses estudiosos precisaram olhar para os documentos históricos através de suas margens e/ou a partir da possibilidade da *subversão da leitura* do corpo documental. Lembremo-nos que na maior parte das vezes, os documentos que foram explorados por eles eram oficiais, ou seja, não havia registros diretos dos grupos subalternos.

Pensem rapidamente: como fazer o pobre, o camponês, o homossexual, a mulher, o negro, dentre tantas outras figuras marginalizadas, falar por meio de fontes históricas – muitas vezes oficiais - que muito pouco dizem sobre essas figuras e quando o faz, jamais os coloca como protagonistas da ação? É preciso admitir que esse tipo de trabalho não é simples e que o auxílio de outras áreas do conhecimento

como a antropologia, a arqueologia, a sociologia, a demografia e a geografia pesaram positivamente nas análises históricas realizadas no bojo dos estudos subalternos e pós-coloniais.

O recurso teórico-metodológico empregado através da realocação do escopo e dos protagonistas na análise dos discursos – que se encontram quase sempre fragmentados - passou a fazer sentido para esses pesquisadores na medida em que o perscrutar dos rastros e pistas, que estão “por detrás” do que aparentemente os documentos históricos trazem, conjuntamente com um trabalho metuculoso de contrastar documentos variados se apresenta como uma possibilidade interpretativa profícua. A ideia é buscar adentrar a lógica subalterna ou colonial compreendendo o passado por meio da racionalidade específica desses grupos, como foi possível observar nos trabalhos examinados neste artigo.

Assim, esses estudos ainda contribuem para pensar a questão do discurso e do próprio trabalho do historiador. Verificamos muitas vezes na historiografia, ideias que são construídas, adaptadas, transformadas e passadas de narrativas a narrativas. Como afirmou Said: “Os textos são proteiformes; estão ligados a circunstâncias e políticas grandes e pequenas, e estas requerem atenção e crítica [...] ler e escrever textos nunca são atividades neutras: acompanham-nas interesses, poderes, paixões, prazeres, seja qual for à obra [...] (SAID, 1995, p. 390).

É certo que o campo historiográfico a partir das últimas décadas do século XX viu o surgimento de diversos movimentos e novos percursos teórico-metodológicos que permitiram o reflorescimento das interpretações da História; todavia, vale ressaltar que foi a partir da produção do conhecimento “ao revés” - originado no seio dos *estudos subalternos* e *pós-coloniais* – que a história tradicional de bases eurocêntricas teve seus alicerces estremecidos de forma mais pungente. Nesse sentido, o exercício proposto a partir de um viés da subalternidade ou pós-colonialista pôde acontecer a partir de novidades metodológicas, alargamento de temáticas e redimensionamento de objetos. Um novo olhar elaborado por esses estudos propiciou outras percepções da realidade passada/presente. Poderíamos ir além e afirmar que esses estudos alteraram a própria forma de se pensar e fazer

historiografia. Eles permanecem atuais, assim como também são fontes de pesquisas, estudos, críticas e/ou inspiração para quem dedica-se à escrita da História neste final da segunda década do século XXI.

REFERÊNCIAS

AMIN, Shahid. Gandhi como Mahatma: Distrito de Gorakhpur, up oriental, 1921-1922. In: DUBE, Saurabh. (ed.). **Pasados poscoloniales**. México: D. F., El Colegio de México, 1999.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CHACRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**. Postcolonial thought and historical difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.

_____. Estudios subalternos e historiografia postcolonial. In: FREIRE, Raúl Rodríguez (comp.). **La (re)vuelta de los Estudios Subalternos. Una cartografía a (des)tiempo, Antofagasta**. Santiago: Ocho Libros/Universidad Católica del Norte, 2011.

_____. La poscolonialidad y el artilugio de la historia: Quién habla en nombre de los pasados “índios?”. In: DUBE, Saurabh. (ed.). **Pasados poscoloniales**. México: D. F., El Colegio de México, 1999.

CHATTERJEE, Partha. La nación y sus campesinos. In: FREIRE, Raúl Rodríguez (comp.). **La (re)vuelta de los Estudios Subalternos. Una cartografía a (des)tiempo, Antofagasta**. Santiago: Ocho Libros/Universidad Católica del Norte, 2011.

_____. La política de los gobernados. In: CHATTERJEE, Partha. **La nación en tiempo heterogéneo**. Buenos Aires: Siglo XXI/Clacso, 2008.

GUHA, Ranajit. Prefácio a los estudios subalternos. In: FREIRE, Raúl Rodríguez (comp.). **La (re)vuelta de los Estudios Subalternos. Una cartografía a (des)tiempo, Antofagasta**. Santiago: Ocho Libros/Universidad Católica del Norte, 2011.

_____. Sobre algunos aspectos de la historiografía colonial de la India. In: FREIRE, Raúl Rodríguez (comp.). **La (re)vuelta de los Estudios Subalternos. Una cartografía a (des)tiempo, Antofagasta**. Santiago: Ocho Libros/Universidad Católica del Norte, 2011.

_____. Aspectos elementares de la insurgencia campesina en la India colonial. In: FREIRE, Raúl Rodríguez (comp.). **La (re)vuelta de los Estudios Subalternos**. Una cartografía a (des)tiempo, Antofagasta. Santiago: Ocho Libros/Universidad Católica del Norte, 2011.

_____. La muerte de Chandra. In: FREIRE, Raúl Rodríguez (comp.). **La (re)vuelta de los Estudios Subalternos**. Una cartografía a (des)tiempo, Antofagasta. Santiago: Ocho Libros/Universidad Católica del Norte, 2011.

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MALLON, Florencia E. Promesa y dilema de los estudios subalternos: perspectivas a partir de la historia latinoamericana. In: FREIRE, Raúl Rodríguez (comp.). **La (re)vuelta de los Estudios Subalternos**. Una cartografía a (des)tiempo, Antofagasta. Santiago: Ocho Libros/Universidad Católica del Norte, 2011.

MANI, Lata. Tradiciones en discordia: El debate sobre la sati en la India colonial. In: DUBE, Saurabh. (ed.). **Pasados poscoloniales**. México: D. F., El Colegio de México, 1999.

PANDEY, Gyanendra. En defensa del fragmento: Escribir la lucha hindomusulmana en la India actual. In: DUBE, Saurabh. (ed.). **Pasados poscoloniales**. México: D. F., El Colegio de México, 1999.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

SAID, Edward. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____, **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

YOUNG, Eric Van. **La otra rebelión**. La lucha por la independencia de México, 1810-1821. México: Fondo del cultura econômica (FCE), 2006.

UMA TRANSIÇÃO PÓS-COLONIAL?

Aproximações do discurso do Movimento das Forças Armadas (MFA) de Portugal aos movimentos de libertação colonial

Is there an post-colonial transition? Approaches of the Armed Forces Movement (MFA) speech from Portugal to the Colonial Movements of Liberation

Pablo Almada¹

Artigo recebido em: 27/06/2019.

Artigo aceito em: 10/09/2019.

Resumo

O artigo concebe uma leitura da influência dos movimentos de libertação colonial na África no discurso político da Revolução do 25 de Abril (1974). Para isso, será problematizada a relação entre a tradição crítica revolucionária e o colonialismo, observando a novidade que se erigia, nesse âmbito, acerca da capacidade das lutas sociais em contexto colonial. O argumento principal reposiciona a participação dos agentes na derrocada do colonialismo salazarista, em termos de uma relação anticolonial dos movimentos de libertação, os quais apresentaram reflexos duais, no centro e nas ex-colônias, um elo essencial para se compreender como as dinâmicas políticas pós-coloniais foram responsáveis pela abertura democrática portuguesa.

Palavras-Chave: Imperialismo, Pós-Colonialismo, Salazarismo, Movimentos de Libertação Colonial, Movimento das Forças Armadas.

Abstract

The article conceives a reading of the influence of colonial liberation movements in Africa on the political discourse of the Portuguese Revolution of 25 April 1974. For this, the relationship between the revolutionary critical tradition and colonialism will be problematized, observing the novelty that arose in this context about the capacity of social struggles in a colonial context. The main argument repositions the participation of the agents in the collapse of the salazarism and colonialism, in terms of an anticolonial relationship of the liberation movements, which presented dual reflexes, in the metropolitan centre and in the former colonies, an essential link to understand how post-colonial political dynamics were responsible for the Portuguese democratic opening.

Keywords: Imperialism, Post-Colonialism, Salazarism, National Liberation Movements, Armed Forces Movement.

¹ Sociólogo, Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL); Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7062417040047787>. E-mail: pabloera@gmail.com.

Introdução

Este artigo procura observar a relação estabelecida pelos movimentos de libertação colonial na África e a construção do ideário político do Movimento das Forças Armadas (MFA), no contexto da queda do Estado Novo português, ocasionada pelo 25 de Abril de 1974. A polêmica da queda do Salazarismo/Marcelismo se delineou, ao longo dos escritos políticos e históricos, por um foco estrito nos “Capitães de Abril”, ou no General Antônio de Spínola, como os agentes por excelência da história do fim do salazarismo e do colonialismo. A participação do MFA, assim como irá ser aqui argumentado, esteve muito mais condicionada ao sistema colonial e à representação do colonialismo – e, conseqüentemente, à experiência das tropas portuguesas nas colônias – para a ação tática de ruptura com o regime salazarista.

Em Portugal, é perceptível que o salazarismo e o colonialismo foram duas faces da mesma moeda, gerando um apoio mútuo, principalmente, em termos econômicos, ou seja, da dependência de Portugal às suas colônias (ALMADA, 2015). No entanto, esse momento singular da história de Portugal apresenta indícios de que estariam postas algumas semelhanças do discurso do MFA e dos movimentos de libertação colonial, sobretudo, com o movimento existente na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde, liderado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e por Amílcar Cabral. Essas semelhanças se fundamentam no que diz respeito ao sentido da libertação colonial contra um entrave do passado, o qual tanto pode representar os mais de quarenta anos do Estado Novo quanto os primórdios do Império Colonial Português, existente desde o século XVI. Essa perspectiva dual reflete não apenas a existência de uma razão interna, a crise da economia nacional portuguesa (metrópole) que se afluava, desde o início dos anos 1960, mas, também, o contexto de baixa integração regional europeia no pós-Guerra Fria, direcionando esforços políticos e econômicos para a manutenção dos espaços geopolíticos e não homogêneos do “além-mar”. Os movimentos de trabalhadores e as várias e sucessivas greves e ocupações de fábrica,

que se deram durante e após o 25 de Abril (ROBINSON, 2002), certamente intensificaram a leitura histórica da queda de um regime nacional, muitas vezes desconsiderando o poderio colonial contido nos territórios do “além-mar”.

Os discursos de generais e tenentes que participaram do 25 de Abril e em cartas-programa do MFA, além do próprio contexto político e ideológico da época, suscitam a questão da complementaridade, ou mesmo da invisibilidade do contexto colonial e, conseqüentemente, de sua real importância nesse contexto. Por conta disso, a realização de uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências (SANTOS, 2006) é necessária, pois foi justamente a ausência da consideração desse evento histórico que trouxe, ao longo dos tempos, tensões políticas, econômicas, culturais e identitárias, confundindo-se, muitas vezes, com os espaços emergentes e imaginários do mundo pós-colonial e com a modernidade globalizante.

1. Imperialismo e Pós-Colonialismo(s): as duas histórias

Do ponto de vista histórico, o contraditório desenvolvimento das forças produtivas, assim como postulado pelo marxismo, estabeleceria um processo de produção capitalista que, em sua fase mais avançada, se desenvolveria em Imperialismo. A formulação de Lênin sobre o Imperialismo se destaca por sintetizar o pensamento político marxista, conforme seu escrito “Imperialismo, etapa superior do capitalismo”, definindo-o como “estágio particular do capitalismo, marcado por intensa rivalidade entre os centros do capitalismo, particularmente por haver acabado o espaço de expansão geográfica” (YOUNG, 2001, p. 111). Para tanto, em Lênin, o “imperialismo está indissolúvelmente ligado ao capitalismo na sua forma atual e, por isso, a luta direta contra o imperialismo está condenada ao fracasso, a não ser que se limite a protestos contra alguns excessos particularmente odiosos” (LENIN, 1917, p. 53).

Essa conceituação pressupõe que o imperialismo seria praticamente “necessário” e inevitável para o desenvolvimento do capitalismo, figurando como o

principal gerador de dependência entre os Estados. A resultante é a expansão do poder de conquista, o principal poder ideológico do imperialismo, o qual exerce uma influência política e econômica em termos de uma dominação presente em instituições e ideologias. Nesse caso, o imperialismo pode ser visto de modo diferente ao modelo leninista, porque a dimensão do poder pressupõe um “exercício” do próprio poder através de um aparelho institucional monolítico, direcionado para o poder político global e para as várias relações resultantes:

Imperialismo foi sempre um produto de, e sempre endereçado para, poderes políticos globais: o aumento da rivalidade e militarização dos principais poderes coloniais europeus, juntos com a tardia entrada dos Estados Unidos, Alemanha e Japão como poderes imperiais; uma percepção elevada de que a identidade do Estado-nação era uma forma substancial ligada a sua grande identidade imperial, se somente como um significado de asfixia da dissidência doméstica e pressionada para reformas sociais; um grande requerimento para operar a administração sistemática das colônias como um fornecedor de manufaturas industriais e como a recurso de matérias-primas; uma nova tendência para os próprios governantes apropriar das colônias somente em caso de eles poderem ser úteis mais tarde, enquanto isso, evitaria que qualquer outro poder as adquirissem; tudo justificado pela tradução do zelo missionário do Cristianismo na missão de submeter o resto do mundo a modernidade da civilização ocidental, convenientemente colocando todas as nações ao alcance da modernidade do capitalismo ocidental em processo. Todos esses fatores contribuem para uma sistematização da estrutura colonial na ideologia dominante do imperialismo (YOUNG, 2001, p. 28).

Dessa forma, o imperialismo é compreendido através de uma gama de fatores, não havendo uma determinação simples para a sistematização da estrutura colonial e para o poder ideológico dominante do imperialismo. É nesse sentido que o imperialismo pressupõe a dominação através de um modelo, o modelo colonial, que congrega fatores econômicos, políticos, culturais. Se Marx e Engels entendiam a expansão europeia como uma relação direta do desenvolvimento, parece haver uma inevitabilidade nesse processo, pouco diferenciando a situação especial em que o poder metropolitano subjuga a colônia. Conforme esse processo serviria para uma acumulação da burguesia metropolitana que explora a colônia, é latente a própria condição do colonialismo, ou seja, o modo pelo qual ele opera e participa das condições gerais do capitalismo, condição histórica para que a burguesia acumule primitivamente o capital, base para sua posterior revolução do sistema econômico e

social do feudalismo. Por essa razão, o colonialismo não se tratou de um processo diferente do desenvolvimento da economia industrial e mundial.

Outrossim, deve-se atentar para um evidente reducionismo da história humana à história do capitalismo, ou da economia industrial, ou da modernidade europeia, e sua proposta civilizatória edificada sobre o trabalho. Como foi elucidado por E. P. Thompson, os trabalhadores do capitalismo avançado não teriam outra opção do que romper com os hábitos pré-capitalistas e internalizar a disciplina do trabalho, pois o capitalismo encontraria a diferença histórica como algo externo à sua própria estrutura (CHAKRABARTY, 2000). Por haver diferenças conjunturais e dispostas nas relações de poder, o totalitarismo presente no capitalismo se manteria mesmo que de modo internamente diferenciado: por um lado, do ponto de vista dos Estados-nações, por outro, do ponto de vista das metrópoles para com as colônias e, ainda, internamente às colônias. A aparência de homogeneidade de uma unidade comum, que mensurava a exploração da atividade humana e a realização do capital, edifica a base do pensamento moderno, operando um ocultamento da pluralidade histórica existente no mundo, ao atribuir a característica englobante do capitalismo às formações ditas pré-capitalistas (MARX, 2011). Foi através do historicismo, o qual habilitou a dominação europeia no século XIX, que o capitalismo moderno, originário na Inglaterra, espalhou-se pelo mundo:

O historicismo é o que fez a modernidade, ou o capitalismo olharem não apenas globalmente, mas como algo que se tornou global ao longo do tempo, de origem em outro lugar (Europa) e, em seguida, espalhando-se para fora de lá. Esta estrutura do tempo histórico global, do “primeiro na Europa, depois, em outro lugar”, foi historicista; diferentes nacionalismos não ocidentais poderiam, mais tarde, produzir versões locais das mesmas narrativas, substituindo a Europa por algum outro centro localmente construído. Este foi o historicismo que permitiu Marx dizer que o “país que é mais desenvolvido industrialmente apenas mostra, para os menos desenvolvidos, a imagem de seu próprio futuro” (CHAKRABARTY, 2000, p. 7).

O problema colonial evidencia-se na base da necessidade do desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo, que criaria maiores desigualdades na relação *capital-trabalho*. Evidentemente, a visão de que o capitalismo se desenvolveria primeiro na Europa e depois em outros lugares é fundamental para

a construção de uma narrativa histórica, baseada na estrutura dominante do capitalismo e tendo como centro o conceito de Europa, como o primeiro lugar do capitalismo, da modernidade e do Iluminismo. O historicismo estabeleceria, para o mundo não ocidental, a ideia do “ainda-não”: ainda não civilizado, ainda não capitalista, ainda não desenvolvido, ainda não racional, entre outros, o que evidenciaria a necessidade da espera na aquisição da consciência histórica e espírito público: “Esta espera foi a realização ‘ainda-não’ do historicismo” (CHAKRABARTY, 2000, p. 8). Entretanto, se olharmos para o mundo não ocidental, nomeadamente, África e Ásia, é possível afirmar que, nos anos 1960, os movimentos de libertação colonial não refletiam o “ainda-não”, mas o “agora”, marcando os movimentos populares para democracia. O argumento do “ainda-não” seria o mesmo argumento presente no discurso colonial, afirmando a necessidade de um período de preparação e espera desses povos antes de haver um reconhecimento da política moderna, afirmando o despreparo de outros povos para a construção de sua via emancipatória.

Entretanto, o problema estaria na capacidade de uma generalização racional do Homem, tomando como base o modelo humano da Modernidade Iluminista, universalizado, por princípio, através do seu desenvolvimento imanente. Mesmo numa vertente crítica como o marxismo, esse parece ser um problema incólume da própria condição de crítica “metropolitana” ao capitalismo, pois “a ideia de Marx sobre o trabalho abstrato, fundamental na compreensão crítica do capitalismo contemporâneo, explica como o modo de produção capitalista conseguiu extrair das pessoas e da história, que foram diferentes, uma homogeneidade e unidade comum para mensurar a atividade humana” (CHAKRABARTY, 2000, p. 50).

A homogeneidade afirmada pela teoria marxista constitui-se vacilante, generalizando do homem através de sua relação com a natureza, conforme estabelece que a atividade laboral é o fundamento da existência do homem. Por outro lado, a concepção de História estabelece o “ser”, a lógica estrutural do capital e, por outro lado, o “dever”, referindo-se a um processo histórico de realização da lógica do capital. Nesse sentido, podemos observar que as “classe-para-si” já

estariam inseridas na lógica estrutural do capital e que as classes “em-si”, como os camponeses, fariam parte do desenvolvimento ainda latente do capitalismo, não sendo ainda classes capitalistas, mas pré-capitalistas.

Assim, haveria uma “História 1” sobreposta à “História 2”, sendo que a segunda não poderia ser concebida separada do capital. O trabalho abstrato seria um pressuposto que somente poderia ser generalizado dentro do contexto da História 1, ou seja, “um passado posicionado pelo próprio capital como pré-condição” (CHAKRABARTY, 2000, p. 64). Da mesma forma, considerar a História 2 como subjacente à história do capital, como a história do dinheiro e da mercadoria, elementos que também estariam contidos na História 1, cria uma significativa insuficiência. No entanto, a “História 2” não foi suficientemente evidenciada pela tradição marxista ou mesmo foi considerada independente da “colonização” da História 1 e das relações de produção capitalista da qual esta está inscrita:

História 2 não especifica um programa de histórias escritas que são alternativas para as narrativas da capital. Ou seja, a História 2 não constitui um Outro dialético da lógica necessária da História 1. Pensar assim seria subsumir a História 2 à História 1. A História 2 é melhor pensada como uma categoria carregada com a função de interromper constantemente os impulsos totalizadores da História 1. (CHAKRABARTY, 2000, p. 66).

O que fica evidente é que a subsunção da “História 2” à “História 1” negou experiências históricas construídas diferentemente das narrativas que totalizam a humanidade e que funcionam como macronarrativas do capitalismo. Nesse caso, o que se pode observar são as influências da História 2 na História 1, evitando a ocorrência de uma unilateralidade do desenvolvimento histórico, o que conduziu ao apagamento e subalternização das outras formas e processos históricos não inscritos no processo histórico dominante. A História 2 se apresenta no sentido de referir-se à “perda de centralidade cultural e política da Europa no sistema mundial moderno e a conseqüente crise dos valores e instituições que a Europa difundiu como universais” (SANTOS, 2006, p. 36), sem convertê-la a uma unidade monolítica contraposta ao funcionamento das sociedades não ocidentais.

No que concerne à presente análise, a consequência da “História 1” ao subalternizar a “História 2” ainda se apresenta na concepção usual de Imperialismo, ignorando o colonialismo como fundamento da relação imperial. Essa mesma concepção de imperialismo dentro da “História 1” foi conceituada por Lenin, e esteve vinculada ao discurso de Che Guevara na Tricontinental, mas, por outro lado, influenciou diretamente a “História 2”, por meio dos discursos de libertação colonial na África. O retorno e o reencontro podem ser variados em determinados contextos e Estados e, nesse caso, aqui será analisada a faceta presente no discurso do MFA de Portugal para a derrocada do Estado Novo.

2. Os movimentos de libertação colonial e o caso do colonialismo português

A construção da representação e a influência dos movimentos de libertação colonial se deram, majoritariamente, por dois fatores: primeiramente, através do fracasso de Che em estabelecer, no Congo em 1965, a luta revolucionária aos mesmos moldes da que tivera sucesso em Cuba; segundo, pela influência na criação de movimentos de libertação colonial em várias partes do continente africano. O método da guerrilha que fora vitorioso em Cuba, na derrocada do regime de Fulgêncio Baptista, então apoiado pelos Estados Unidos, acabou por ser “importado” para a África, com o objetivo de estabelecer lutas revolucionárias anti-imperiais pelo mundo. A “opção pelas armas” e pelo surgimento de “um, dois, três, muitos Vietnã” foram elementos que constituíram uma significativa representação da ética revolucionária dos anos 1960. O pretensioso recrutamento de Che Guevara no Congo, a mando de Fidel Castro, configurou a expansão da guerrilha e o fortalecimento das lutas anticoloniais na África, contando com o intuito de Che em “consolidar” e “preservar” o núcleo revolucionário organizado por Patrice Lumumba e fortalecer a guerrilha já vigente, mas com o fundamento de expandi-la em direção à capital Kinshasa (simbolicamente, o coração do Congo e do continente Africano), aproveitando-se do aspecto das nove fronteiras congoleesas, que facilitaria a chegada em outros países. Sua missão estaria na formação de quadros

revolucionários, fornecer armas, logística e treinos aos congolezes, nos mesmos moldes do ocorrido anos antes em Cuba, focando sua ação na solidariedade e na busca do internacionalismo, propondo uma via que *forjaria um espaço completamente independente*.

As práticas da via-revolucionária da época, simbolizadas e personificadas em Che Guevara, revelariam um problema na concepção marxista ocidental. Do ponto de vista político, a tese enunciada pelo Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, seguida a cabo pelas várias Internacionais Comunistas, refletiam que a união dos trabalhadores de todo o mundo era limitada aos contextos de capitalismo desenvolvido, ou seja, da Europa. A situação pós-colonial impulsiona uma “cisão no movimento comunista mundial”, evidenciando a incompatibilidade dos enunciados de Marx, “nomeadamente sobre o colonialismo britânico na Índia” (SANTOS, 1994, p. 28). Apesar dessa cisão, a via “guevarista” buscou assimilar a luta cotidiana, em oposição à burocratização e ao imperialismo stalinista da URSS. O internacionalismo de Che presumia que um país alheio poderia ajudar o outro sem interesses: uma ideia “macro” que desconsiderava as práticas e as dinâmicas do “local”, argumentando que a ideia geral de independência ao imperialismo prevalece sobre os interesses locais.

Embora a posição de Che Guevara continue sendo a mesma, foi na primeira Conferência da Organização de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (OLAS), em Havana (1966), também conhecida como Tricontinental, que se abriram as portas para a construção da união das várias lutas sociais dos três continentes do Sul contra o imperialismo. Em sua *Mensagem aos Povos do Mundo através da Tricontinental* (1967), Che evidenciou os vários tipos de imperialismos incidentes sobre os continentes asiático, africano e latino-americano presentes naquele período e as lutas armadas de resistências dos povos locais, observando-os como um efeito daquilo que Lenin identificou como “etapa superior do capitalismo”.

O caso das colônias portuguesas, para Che, seria emblemático, pois haveria uma intensidade nas lutas e sucessos por parte principalmente da Guiné-Bissau, mas

também em Moçambique e Angola. No entanto, Che é um tanto descrente quanto a uma situação revolucionária continental – apesar do potencial de libertação frente ao colonialismo português – pois essas lutas ainda lhe pareciam pouco significativas na ótica imperialista global, o que lhe faz valorizar apenas as lutas revolucionárias que colocassem em xeque todo o aparato imperialista. Em termos táticos, a criação generalizada da guerrilha e da resistência nos três continentes seria uma necessidade para a ruptura com o imperialismo e a criação de um exército proletário internacional, intransigente quanto ao objetivo estratégico de “destruição total do imperialismo através da luta”. Como dito por Che:

Sintetizamos assim as nossas aspirações de vitória: destruição do imperialismo mediante a eliminação do seu baluarte mais forte: o domínio imperialista dos Estados Unidos. Tomar como função tática a libertação gradual dos povos, um a um ou por grupos, levando o inimigo a uma luta difícil fora do seu terreno: liquidando-lhe as suas bases de sustentação, que são seus territórios dependentes (GUEVARA, 1997, p. 373).

Nesse sentido, Che Guevara apostava em um foco único contra o imperialismo, centrado sobre a influência norte-americana, acabando por ignorar que os resquícios de dominação colonial que ainda se apresentavam na Ásia e na África eram espaços que permitiam pluralizar as lutas contra o colonialismo português, francês e inglês. Nos anos seguintes, foram justamente nesses territórios onde se vivenciou o “aquecimento” da Guerra Fria e a composição de estratégias de dominação e disputa entre EUA e URSS, resultando em guerras civis, como o caso da Guerra Civil Angolana, iniciada em 1975 após a independência de Angola. Em termos do ideário político e ideológico, a importância da Tricontinental foi mitigada politicamente pelas tradições de esquerda, como pelo marxismo ocidental (incluindo o Latino-americano), tornando-se fundamental no desenvolvimento dos movimentos de libertação colonial na África e das lutas sociais contra o imperialismo. O anticolonialismo impulsionado pela Tricontinental teria como resultado:

Uma produção diaspórica, uma mistura revolucionária de indígenas e cosmopolitas, de saberes situados localmente, combinado com princípios universais de política, construídos através de redes internacionais de

organizações partidárias, contatos entre organizações revolucionárias diferentes e contatos pessoais entre ativistas, gerando práticas informacionais comuns com influências políticas e intelectuais (YOUNG, 2003, p. 7).

O foco internacionalista do movimento anticolonial construiu configurações de resistência, uma ampla produção de formas de conhecimento, novas epistemologias e novas formas materiais de resistência. Esse internacionalismo se contrapôs ao internacionalismo da exportação e transposição “mecanicista” do modelo da guerrilha guevarista. Pretendeu-se algo próximo de uma solidariedade internacional entre os três continentes contra o imperialismo e contra a manutenção do colonialismo. Entretanto, assim como Lênin, Che Guevara considera a luta contra o imperialismo o principal foco de combate, algo que era estranho para os movimentos anticoloniais, justamente por conter uma generalização pouco palpável aos contextos coloniais específicos. Isso significa que apesar da mesma experiência histórica, havia diferenciações interiores que rompem com a “unidade de análise continental”, reconhecendo as especificidades do contexto africano (SANTOS, 2003).

As várias influências globais que estiveram presentes no imaginário cultural dos anos 1960, como, por exemplo, as lutas operárias e estudantis da Europa e dos Estados Unidos, operaram a subalternização das experiências de outros continentes e, conseqüentemente, as várias vertentes de socialismo emergentes, como o socialismo africano em suas várias formas. A iconoclastia de Che Guevara, através do sucesso da Revolução Cubana se constituiu em um dos principais referenciais de vanguarda e de prática revolucionária individual, ocasionando a mistificação do “indivíduo-revolução” ou do “single greatest hero”, ao assumir uma significação, para o Terceiro Mundo, maior do que a representação dos estudantes e dos operários do Primeiro Mundo (MARWICK, 1998), e que se coloca à margem das representações do socialismo soviético. Portanto, em se tratando da construção de uma imagem divergente, faz-se necessário explorar também alguns de seus sentidos, voltando-se ao caso português.

Diferentemente do colonialismo britânico, o colonialismo português definitivamente não se constituiu como um sólido modelo ou paradigma para o

colonialismo, configurando-se como um “desvio em relação a uma norma geral” (SANTOS, 2006, p. 214). Foi no chamado neocolonialismo na África que a relação de colonialismo português como subalterno fica mais evidente através de uma revisão desse modelo. Primeiro, porque Portugal fazia parte da semiperiferia do sistema-mundo, uma posição intermediária que faz com que não se assuma como um Estado Moderno Liberal, mas um Estado Híbrido, criando “colônias incertas de um colonialismo certo” (SANTOS, 2006, p. 214). O colonialismo português configurou-se então com práticas de subjugação à Inglaterra, no sentido colonial e capitalista, criando um excesso de colonialismo e *déficit* de capitalismo, em contraposição ao equilíbrio entre capitalismo e colonialismo por parte dos ingleses. Nos anos 1960 e 1970, o Estado Novo Português entrou num período de “bloqueio ideológico”, com a base material do colonialismo mantida pelo discurso político de isolamento salazarista, operando uma resistência quanto a expansão do grande capital e dificultando a integração de Portugal ao capitalismo europeu. Isto posto, a resolução do problema colonial estaria a par da derrubada do salazarismo, o que oferece um quadro positivo aos movimento de libertação colonial, já que o problema colonial poderia ser descrito como um problema do regime salazarista (SANTOS, 1990).

3. O MFA e o 25 de Abril: uma ruptura pós-colonial?

De modo geral, o problema colonial português estaria relacionado com o corporativismo do Estado Novo, em que a maior autonomia das colônias e o bloqueio ideológico se fundamentam na sobrevivência do regime. Consequentemente, a guerra colonial que se estendia, desde o início dos anos 1960, em Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique. O Movimento das Forças Armadas (MFA), por sua vez, era formado por capitães e soldados de baixa patente que estavam lutando na guerra colonial, cuja principal condição fazia-se na combinação do desenraizamento do espaço de origem e do protagonismo de guerra contra aqueles que também eram nacionais de Portugal.

Nota-se que tanto a formação dos movimentos de libertação colonial na África como o MFA têm uma semelhança fundamental: o combate ao regime salazarista e colonialista, embora em contextos diferentes, o que leva à dissensão quanto ao Estado Novo e seu apoio incondicional ao colonialismo como forma de sua própria sobrevivência. Nesse sentido, o MFA não poderia ter operado no 25 de Abril apenas uma “autocorreção revolucionária” (CANOTILHO, 1999), com referência ao Estado (metropolitano) e a seu Direito Constitucional, mas a questão colonial se configurou como intrínseca e inseparável da questão econômica e do seu subdesenvolvimento, presente nos discursos do MFA naquele momento revolucionário. De outro modo, o hibridismo do Estado português se constitui principalmente pela sua condição dúbia quanto ao colonialismo e do pouco desenvolvimento capitalista no meio europeu:

Portugal era o centro em relação às suas colónias e a periferia em relação à Inglaterra (...) Pode-se dizer que durante muito tempo foi um país simultaneamente colonizador e colonizado. Em 25 de Abril de 1974 Portugal era o país menos desenvolvido da Europa e ao mesmo tempo o detentor único do maior e mais duradouro império colonial europeu (SANTOS, 1994, p. 58).

O MFA, movimento dos “capitães” e jovens do baixo escalão das Forças Armadas portuguesas que retornavam da guerra colonial, principalmente da Guiné-Bissau, buscava se afirmar como um “Movimento de Libertação do Povo Português”, construindo o discurso da “descolonização interna”, almejando a construção de uma sociedade socialista e de face pluralista, “como objetivo final a atingir (...) que o Povo Português participasse activamente na sua própria Revolução” (MFA, 1975, p. 1). No entanto, esse mesmo discurso colocado em prática pelo MFA incorporava alguns termos de uma linguagem que seria proveniente dos movimentos de libertação colonial na África, como “libertação”, “descolonização” e a construção de uma “sociedade socialista”, os quais soam estranhos no mesmo período na Europa, em que a base almejada do socialismo por parte dos vários Partidos Comunistas europeus era, majoritariamente, o socialismo “oficial” da União Soviética - ainda que esse modelo já mostrasse as suas fraquezas e

limitações em sua representação do regime político stalinista, amplamente criticado pelos estudantes checos na “Primavera de Praga” de 1968.

O Partido Comunista Português, muito influenciado pelo Maio de 1968 dos estudantes franceses, revitalizou sua percepção da Guerra Colonial, apoiando os movimentos independentistas e defendendo a ideia de que “a emancipação dos povos coloniais e a luta do povo português pela liberdade, possuindo um inimigo comum – o governo anti-democrático e colonialista – se encontravam estreitamente associadas” (BEBIANO, 2002, p. 298). Embora o PCP tenha associado ideologicamente a luta contra o Estado Novo e o colonialismo, essa luta não seria prioritária para a esquerda comunista e sua condição de clandestinidade impediu a condução do movimento da classe trabalhadora. Naquele momento, além da ideologia salazarista impor “comportamentos conformistas e disciplinados” à classe trabalhadora (ESTANQUE, 2000, p. 48), “nem partidos nem sindicatos podiam ter impacto alargado na vida política e social”, ocorrendo a emergência de “velhos – novos” movimentos sociais apenas no período posterior ao 25 de Abril (SANTOS, 1994, p. 229). Dito isso, o foco para se compreender o 25 de Abril e a emergência do MFA parece não estar no Portugal continental, mas, sim, em suas colônias, pois é esse o *locus* de resistência anticolonial, a mesma referida pelo MFA em vários momentos.

Recorrendo ao discurso de alguns generais e tenentes que participaram do 25 de Abril, observamos que houve uma aproximação da situação de libertação colonial com a tarefa a ser realizada em Portugal, apresentando uma marca dos ocorridos na Guiné-Bissau. Como afirma o Tenente J. Sales Golias:

Marcello Caetano pôs termo a estes contatos e respondeu com a conhecida frase “Prefiro um desastre militar na Guiné a negociar seja com quem for”. Estavam lançadas as sementes da contestação à guerra colonial na Guiné-Bissau. E, quando o General Spínola deixa a Guiné, em 6 de Agosto de 1973, já havia Capitães a conspirar e, a 18 desse mês, deram início às primeiras reuniões organizadas do Movimento dos Capitães (MOCAP). Foi numa dessas reuniões que eu afirmei que a guerra colonial e o regime ditatorial em Portugal só se resolviam com uma revolução armada. E este momento foi determinante, pois estavam presentes alguns dos principais actores do 25 de Abril. O próprio Otelio considera este momento como o mais emocionante na preparação do 25 de Abril (GOLIAS, 2005).

Em outro excerto:

Nos meses seguintes iniciámos um processo de esclarecimento e politização para o qual muito contribuíram os “Textos Políticos” de Amílcar Cabral. Ninguém ficava indiferente a afirmações como: “Os nossos povos fazem a distinção entre o governo colonial fascista e o povo de Portugal: não lutamos contra o povo português...nós lutamos contra o colonialismo português.” Ou esta extraordinária afirmação: “E que ninguém se espante se ousamos afirmar que não nos sentimos orgulhosos pelo facto de em cada dia...sucumbir ingloriosamente grande número de jovens portugueses sob o fogo dos nossos combatentes. (GOLIAS, 2005).

Desses excertos se verifica uma influência não apenas em termos das ideias políticas, mas também quanto ao contexto político e da iminência da derrota portuguesa na Guiné-Bissau. Neste caso, a decisão de seguir pela “luta armada” era uma percepção proveniente das propostas políticas da guerrilha do PAIGC, além de ser parte do dilema que se abateria sobre a esquerda não aliada aos soviéticos, constituindo-se uma estratégia política quanto aos dissensos políticos da manutenção do Salazarismo em Portugal e a política colonial. O movimento de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, liderados por Amílcar Cabral e pelo PAIGC, acabam por se constituir em um vigoroso exemplo para Portugal, afirmando uma constante luta contra o colonialismo e trazendo, conseqüentemente, a politização para os meios militares portugueses. Quanto a essa influência, evidencia o Coronel Manuel Duran Clemente:

Efetivamente na Guiné viviam-se tempos favoráveis à reflexão e ao debate. De forma mais aberta ou mais reservada a contestação convivía com a humidade e o calor tropicais. Seria injusto não reconhecer a quota-parte que se deve à personalidade do General Spínola na criação desse ambiente. As circunstâncias fizeram o resto; tornaram a colónia da Guiné um laboratório de experiências e de vivências particulares. Muito pelo seu clima, muito pelo seu tamanho, muito pelo abandono do colonizador e bastante pela forma de actuação do PAIGC e do seu líder Amílcar Cabral (CLEMENTE, 2005).

Esse “laboratório de experiências e vivências” de muitos dos capitães e das tropas portuguesas nos territórios coloniais se constituiu como marco para a viragem da situação política em Portugal. Mas no que constituiria essa influência para que houvesse tal incorporação ou semelhança discursiva, por parte do MFA e

dos movimentos de libertação colonial nesse momento? Como se deu essa aproximação? E, no caso dos movimentos de libertação colonial, como que culturas e identidades subalternizadas pelo colonialismo tiveram a “capacidade”, negada pelo discurso colonial de construir tão poderoso discurso, já que eram consideradas “culturas inferiores”, ou mesmo, “povos sem história” ou “sociedades frias”?

O discurso colonial, que apresentava o “colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (BHABHA, 2007, p. 111), parece encontrar uma contrapartida que se pauta tanto na construção de uma comunidade imaginária nacional (apesar das várias pluralidades comunitárias internas), como elucidou Benedict Anderson, quanto por um marxismo construído como “arma e ideia exemplar”, que iria para além do “colonialismo encarnado e ordenado em nome do capital” (MUDIMBE, 1994, p. 42). Nesse sentido, Amílcar Cabral descreve qual seria a luta concreta que os guineenses encaravam perante o colonialismo português e a criação da ideia de nação:

Tivemos dificuldade em criar no nosso povo uma consciência nacional e é a própria luta que cimenta esta consciência nacional. Mas em geral, qualquer que seja o grupo étnico a que pertençam, é fácil levar as pessoas a considerar que somos um povo, uma nação que deve lutar contra a dominação portuguesa, porque nós não recorreremos a frases feitas, nem a luta contra o colonialismo, contra o imperialismo, mas a coisas concretas. É uma luta para ter pão, para ter terra, mas livremente. Uma luta para ter escolas, para que as crianças não sofram, para ter hospitais. É isso a nossa luta. É também uma luta para mostrar à face do mundo que somos gente com dignidade, com a sua personalidade própria. Foram estas as razões que arrastaram o nosso povo (CABRAL, 1974, p. 21).

Considerando essa questão, observamos que o anti-colonialismo africano defendido por Cabral pauta-se na incompleta invenção do estereótipo que concebe ambivalências e disjunções e espaços para manobras e contestação das relações hegemônicas, no sentido de que “a resistência pós-colonial reside sobretudo na descolonização da imaginação imperial” (SANTOS, 2006, p. 221). Nesse sentido, as colônias são forçadas a adotar uma “forma nacional”, hostis às culturas, para lutar contra o nacionalismo hegemônico, criando, a seguir, um dilema em que a história de libertação e o progresso conduziria a regimes opressivos e irracionais. Mudimbe

(1994), em crítica aos marxistas africanos, afirma que eles ignoraram suas próprias raízes epistemológicas e assim apagaram os paradoxos de seu próprio discurso e prática, mas, notavelmente, aparecendo como “inspiração para renovação do continente”. Por outro lado, ainda que o Pan-Africanismo possa se ter constituído como uma opção válida e viável para a África, nos anos 1950, esse mesmo seria construído a partir de uma visão racial e unitária da África.

Nesse sentido, desconsiderando as especificidades locais, se poderia concluir que a África é uma invenção da Europa e as culturas locais africanas diferem substancialmente, em seu interior, de outros continentes – não podendo esquecer que a associação com *négritude* significaria uma condenação ao essencialismo (YOUNG, 2001). No caso, a ideia de África ou o Africanismo, assim como construído pela Antropologia, “foram pegos entre demandas muito concretas para a libertação política do continente, a designação de sua cientificidade própria e seus fundamentos filosóficos”, o que significaria a criação de um corpo de discursos “da” e “sobre a” África (MUDIMBE, 1994, p. 38-9). Através dessa concepção, se revelaria o choque de alteridade em que o Ocidente passara desde o início da expansão marítima e o início do colonialismo na África, compondo-o com elementos escatológicos e positivistas como indissociáveis dessa ideia.

Conclusão

Os movimentos de libertação colonial na África lusófona, além de sua evidente importância na configuração do poder anticolonial também influenciaram a construção do fim do Estado Novo português. Diante desse contexto, o princípio do “ativismo” refletiu-se através dos conflitos coloniais (e as consequentes derrotas das tropas portuguesas em África), em que Portugal deveria apoiar os movimentos de libertação e garantir, com isso, o fim do regime ditatorial. Percebemos, então, que o discurso de definição do MFA como um movimento de libertação, almejando a descolonização interna, é uma apropriação (quase que direta) dos discursos dos movimentos de libertação colonial da África lusófona, transpondo para a realidade

de Portugal (continental) aquilo que era, majoritariamente, um discurso de libertação das ex-colônias contra o colonialismo exercido por Portugal: as forças armadas portuguesas, as mesmas que lutam na África contra os movimentos de libertação colonial, incorporam esse discurso para o 25 de Abril, transformando-o no ideário político revolucionário.

Não obstante, observamos uma situação, no mínimo, inusitada: tanto os discursos de Che Guevara como o de Amílcar Cabral e o do MFA têm um eixo fundamental - a construção do anti-imperialismo, anticolonialismo e do socialismo (e, nesse caso, poderíamos agregar o discurso do marxismo ocidental, da Revolução de Outubro, da Revolução Chinesa, Revolução Cubana, entre outros). Naturalmente, a esquerda de todo o mundo celebrava (ao mesmo tempo que mistificam) os anos 1960, entendendo que o socialismo seria possível e para breve, mantendo a utopia da qual não terminara com a derrota política dos estudantes parisienses. A questão que se coloca aqui como fundamental: teriam todos esses discursos sobre o socialismo em um único sentido, assim como observam os vários esquerdistas? Seria esse discurso diferente em cada lugar? Como perceber o socialismo africano, se é que assim o pode ser dito, nesse amplo e contraditório sentido? No caso, pensando sobre o (s) socialismo (s) africano(s), como entender que, através de discursos de Amílcar Cabral e do PAIGC, de Agostinho Neto e do MPLA, e ainda de Eduardo Mondlane e da FRELIMO, emerge uma concepção diferenciada do socialismo como concebido na Europa?

Bibliografia

ALMADA, Pablo. **A Árvore de Maio: A Resistência Estudantil e sua atualidade** (Brasil e Portugal). Tese de Doutorado. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra: 2015.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007

BEBIANO, Rui. “A esquerda e a oposição a Guerra Colonial”. In: TEIXEIRA, Rui de Azevedo (Org.). **A Guerra do Ultramar: Realidade e Ficção**. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

CABRAL Amílcar. **Textos Políticos**. Porto: CEC, 1974

CANOTILHO, Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 1999.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. Princerton: Princeton University Press and Oxford, 2000.

CHE GUEVARA, Ernesto. “Crear dos, tres... muchos vietnãs es la consigna”. In: CHE GUEVARA, Ernesto. **Obras Completas**. Buenos Aires: Macla, 1997.

CLEMENTE, M. Duran. **Capitães/MFA – A conspiração na Guiné**. Arquivo de Textos – documentos importantes sobre o 25 de Abril. Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril, 2005. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th19>, Acesso em: 21.03.2019.

ESTANQUE, Elísio. **Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividade e práticas de classe no operariado do calçado**. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

GOLIAS, J. Sales. **A descolonização da Guiné-Bissau**. Arquivo de Textos-documentos importantes sobre o 25 de Abril. Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril, 2005. Em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th6>, Acesso em: 21.03.2019.

LÊNIN, Vladimir I. **Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas: FE/ UNICAMP, 2011.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARWICK, Arthur. **The Sixties: Cultural Revolution in Britain, France, Italy and the United States (1958-1974)**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS. **Plano de Acção Política, Documento de Informação**, N°3, 10 de Setembro de 1975.

MUDIMBE, Vladmir. **The Idea of Africa**. London: James Currey, 1994.

ROBINSON, Peter. “Portugal 1974-1975: Popular Power”. In Barker, Colin (Ed.) **Revolutionary Rehearsals**. Chicago: Haymarket Books, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Estado e a Sociedade em Portugal (1974 - 1988)**. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

_____. Santos, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. Porto: Afrontamento, 1994.

_____. “O Estado Heterogêneo e o pluralismo jurídico”. In: Santos, Boaventura de Sousa. **Conflito e Transformação Social: Uma paisagem de Justiças em Moçambique**. Porto, Afrontamento, 2003.

_____. **A Gramática do Tempo: Para uma nova cultura política**. Porto: Afrontamento, 2006.

YOUNG, Robert. **Postcolonialism – An Historical Introduction**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

_____. Che and the Return to the Tricontinental. Paper submitted to Conference on “Karl Marx's Legacy and Challenges for the 21st Century”. Cuba Siglo XXI, 2003. Disponível em: http://www.nodo50.org/cubasisgloXXI/congreso/young_15abr03.pdf. Acesso em: 21.03.2019.

RESENHA

CONSIDERAÇÕES SOBRE NECROPOLÍTICA EM ACHILLE MBEMBE

Considerations about Necropolitical in Achille Mbembe

Maciana de Freitas e Souza¹

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

O ensaio *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*, de Achille Mbembe publicado pela editora: N-1 apresenta uma reflexão sobre o conceito de necropolítica efetuada pelo Estado como “o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (2018, p. 5). Desse modo, entende-se que violência está ligada à estrutura que organiza as relações sociais, reproduzindo-se no cotidiano dos diversos grupos e, aqui especificamente, no cotidiano da população negra.

O autor, Achille Mbembe, é Professor de História e Ciência Política nas Universidades de Witwatersrand em Joanesburgo e Duke University nos Estados Unidos, exerce também a função de diretor de Pesquisa Social e Econômica no Instituto Witwatersrand, em Joanesburgo.

Achille Mbembe demonstra neste ensaio que os efeitos da escravidão e o colonialismo continuam sendo vistos hoje nos países periféricos e traz em sua literatura o conceito de “necropolítica”, como ferramenta teórica de compreensão da ação política contemporânea. Para Mbembe, o racismo se constitui enquanto elemento de controle e dominação nas relações de poder e desenvolve o entendimento do conceito por meio de suas leituras em Michel Foucault e Giorgio Agamben.

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – (UERN). Pós-graduada em Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família pela instituição Faculdade Vale do Jaguaribe.

Mbembe (2018) inicia o seu percurso teórico apresentando os impactos do colonialismo e do sistema escravocrata para a emergência de desigualdades e violências diversas contra a população negra, tanto os homens quanto as mulheres estavam igualmente expostos ao trabalho pesado, castigos e opressão. De acordo com Mbembe “as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da civilização”. (2018, p. 35).

Ao discutir sobre o processo de colonização, o autor defende que a sociedade era marcada por hierarquias, e que toda forma de violência e segregação vivida pela população negra anteriormente serviu para legitimar o sistema capitalista vigente. Por isso, Mbembe desenvolve seu trabalho, no sentido de pensar e esclarecer essa relação entre a soberania e a violência. Para Mbembe (2018, p. 5) “ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder” E ainda, referindo-se ao colonialismo menciona, “[...] o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual a ‘paz’ tende a assumir o rosto de uma ‘guerra sem fim’ (2018, p. 32-33).

Mbembe atribui que o objetivo central da soberania é a “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (2018, p. 10-11). Nesse contexto, ressalta que na fase colonialista a população negra era vista enquanto mercadoria e estava submetido a toda a forma de submissão e violência. Isso exige compreender que “[...] o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. [...]A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais” (2018, p. 36).

Mbembe (2018), apresenta reflexões teóricas afirmadas em Michel Foucault, para explicar o período colonial como o primeiro experimento biopolítico da modernidade, assim menciona:

A formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da

espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) de ‘racismo’” (2018, p. 18).

Dessa maneira, o fenômeno da colonização é utilizado para evidenciar a projeção do poder sobre a vida e ao mencionar o processo de violência vivido pelo povo negro durante essa quadra histórica, o autor mostra a extensão dessas desigualdades na formação dos Estados nacionais. A Política realizada por um Estado, que segundo Mbembe “se comprometeria a civilizar os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao ato de matar”. (2018,p.33).

Mbembe (2018) dialoga com filósofo italiano Giorgio Agamben no que se refere a categoria Estado de exceção², para explicar as formas repressivas desenvolvidas pela política ocidental. Para Mbembe, essas práticas sociais sustentam as hierarquias raciais e nesse processo, as ações empreendidas pelo Estado em nome da “segurança” revelam outras violações de direitos. Esse contexto permite a emergência de situações marcadas pela violência:

[...] Viver sob a ocupação contemporânea é experimentar uma condição permanente de “viver na dor”: estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar; construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas casas apertadas todas as noites do anoitecer ao amanhecer; soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras; crianças cegadas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias [...] (2018, p. 68-69).

É nesse sentido que a investigação de Mbembe(2018) faz referência ao conceito de Necropolítica. Para o autor, é a partir do racismo que se desenvolve o poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer, numa política de Estado que se pauta em um exercício contínuo de letalidade:

[...] racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da

2 O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integrar o sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de exceção permanente (ainda que eventualmente não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. (AGAMBEN, 2004, p.13)

morte e torna possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para aceitabilidade do fazer morrer” (2018, p. 18).

Entendendo o caráter histórico da sociedade em que vivemos, Mbembe (2018) assinala que este processo é mais intenso nos países da periferia do capitalismo, na qual a democracia ainda é restrita como também o direito permanece conectado à violência soberana, formando assim uma verdadeira política de produção de morte. A compreensão desse fenômeno é dado pelo racismo, conforme menciona Michel Foucault: “O racismo é o meio de introduzir, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte entre o que deve morrer e o que deve viver.” (2010, p. 214).

Com o atual estágio da necropolítica, Mbembe (2018) assinala que as guerras e ocupações contemporâneas continuam a reproduzir a lógica colonial e desse ponto de vista faz referência a questão da Palestina, na qual o governo israelense, baseado na ideia de defesa e segurança estatal tem violentado e massacrado o povo palestino formando uma verdadeira política de extermínio, sendo essa dinâmica a manifestação de um poder soberano.

Destarte, o autor considera que o poder soberano se configura como direito de vida e de morte, e diante disso, é perceptível a violência estatal que tem desumanizado os palestinos, uma vez que não estão sob a tutela de uma organização capaz de garantir seus direitos. Tal processo, repercute na existência de espaços de exceção e da inscrição da necropolítica na ordem estatal. “O olho atua como arma (...), matar se torna assunto de alta precisão (...) e população inteiras são o alvo do soberano” (2018, p.44 e 47).

Portanto, as considerações de Mbembe devem ser ponto de partida em nossas análises conjunturais com vistas a fortalecer a luta antirracista e o Estado democrático de Direito, como indica Foucault, “onde há poder, há resistência”. As noções de “necropolítica” desenvolvidas pelo pensador nos ajudam a entender a soberania e o racismo estrutural sob uma abordagem crítica e descolonial, como também compreender como se dá essa relação no Ocidente. Dessa maneira, o ensaio se demonstra relevante para pensar um Direito mais justo, tendo como horizonte a criação de possibilidades de resistência ao poder constituído.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**; 2 ed. tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

ENTREVISTA¹

Revista Espacialidades: Primeiro gostaríamos de agradecer o senhor por, tão gentilmente, concordar em nos ceder essa entrevista. Gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre sua trajetória acadêmica e como surgiu o interesse de estudar temas relacionados ao golpe de 1964 e, principalmente, aos espaços e instituições de repressão deste período.

Rodrigo Patto Sá Motta: Bom, desde o início da graduação sempre tive inclinação para estudar História Política, eu acho que por eu ter participado de militância política na juventude, como era comum na época, e também por que sempre me fascinou o fenômeno do poder na história. Tentar entender como funciona o poder, os mecanismos de poder, o estado, a dominação, etc. Eu sempre quis fazer coisas nessa linha, então a primeira pesquisa que fiz, na graduação ainda, quando tive uma bolsa de iniciação científica, foi estudar a Aliança Liberal e a campanha eleitoral de Getúlio Vargas em 1930. E quando fui fazer mestrado me interessei em estudar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição à ditadura. Aproximei-me do tema da ditadura e aproximei-me da História mais recente, naquela época não era muito frequente estudar temas muito próximos. No doutorado, eu me dediquei ao estudo entre os anos trinta e sessenta, cheguei perto do tema da ditadura, mas sem entrar praticamente nele. Depois, fiz um livro sobre caricaturas na época do governo Goulart, que também é mais sobre o período pré-ditadura. Mas, com o livro sobre as universidades eu finalmente fiz uma pesquisa adentrando a temática da ditadura, e isso tem a ver com a própria mudança da historiografia. Quando eu comecei a pesquisar, como eu disse, não era comum entrar em temas recentes, isso nos últimos anos se tornou algo mais aceitável e viável. Bom, estudar a ditadura implica o problema do autoritarismo e da democracia no Brasil, para tentar entender como construímos estados autoritários e como nós construímos tentativas de sair da ditadura, assim como de criar a democracia. Então, continuo a atuar nessa área, tendo em vista a crise que estamos passando.

¹Entrevista realizada pela Equipe Editorial da Revista Espacialidades com o Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta, no dia 13 de maio de 2019, nas dependências do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Revista Espacialidades: A tese de doutorado do senhor, que depois foi publicada em forma de livro, intitulada “Em guarda contra o perigo vermelho”, o senhor estudou o anticomunismo brasileiro em duas dimensões distintas: a representação e a ação. Após o golpe de 1964, uma das principais preocupações dos militares foi inibir qualquer possibilidade de resistência de frentes revolucionárias de esquerda na sociedade brasileira. Para isso, foi necessário que o regime recém instaurado realizasse a repressão aos espaços tidos como focos de ideais comunistas. Após a extinção de muitas organizações sindicais pelo Brasil, as universidades foram alvos prioritários dessas políticas. Por que as universidades passaram a ser percebidas enquanto espaços propícios à propagação dos valores de esquerda?

Rodrigo Motta: Isso tem a ver com o comportamento da juventude universitária dos anos de 1960, antes da ditadura. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e alguns diretórios e as uniões estaduais começaram a se tornar entidades com muita visibilidade política no Brasil. A UNE fez uma paralização importante, que foi aquela paralização de um terço, em 1962, ela organizou debates sobre a reforma universitária antes da ditadura e juntou-se a organizações sociais em favor das reformas de base, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e as ligas camponesas. Então, o movimento estudantil universitário começou a ocupar um espaço que não ocupava antes, inclusive porque aumentou o tamanho da população universitária. O número de estudantes universitários no Brasil era de quarenta mil em 1940, no entanto, quando houve o golpe de 1964 já eram cento e quarenta mil, então há também uma questão numérica. Os estudantes passam a ter certo peso, principalmente porque estavam concentrados em algumas cidades. Então, os estudantes passaram a se tornar um grupo mais visível, mas, além disso, porque foram as pessoas que se tornaram lideranças depois, se tornaram políticos, empresários e militantes de esquerda. Por isso, os estudantes vão se tornando um tema chave para ditadura, para os militares, para o governo norte-americano, pois o governo norte-americano começou também a monitorar o movimento estudantil por ver nele um potencial radical. Nesse livro que escrevi sobre universidades e ditaduras, afirmo que em 1964 os principais alvos foram os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, porque eles foram considerados como possíveis focos de uma revolução socialista e também, por se tratar de setores populares. O Estado no Brasil foi mais violento contra os movimentos populares, então, o golpe tratou muito mais violentamente os trabalhadores do que os estudantes. Os

trabalhadores foram presos em maior número, foram mais torturados. Contudo, em 1964 os estudantes também foram alvos, os estudantes foram presos, alguns foram expulsos das universidades, mas não eram o principal inimigo da ditadura. Com o passar dos anos, até 1968, a ditadura começou a achar que os estudantes universitários poderiam ser mais perigosos que os trabalhadores, porque os estudantes protestavam mais, iam mais às ruas, eram mais visíveis, provavelmente tinham menos medo da repressão. Os estudantes sabiam que a maioria deles eram de origem de classe média e de classe superior e imaginavam que iriam sofrer menos, enquanto os setores populares sabiam que eram mais maltratados e por isso tinham mais razão para ter mais medo, ainda que os trabalhadores fizessem protestos também, fizessem greves, como as duas importantes greves de 1968, em Osasco e em Contagem. Mas, ainda assim a visão da ditadura era que os estudantes eram uma massa mais militante e mais politizada do que os trabalhadores. Há um trecho das memórias de Jarbas Passarinho, que foi ministro tanto do Trabalho como da Educação, então lidou tanto com trabalhadores como com estudantes. Passarinho registrou que em 1968 o grande medo deles era de que os estudantes, que faziam protesto de rua, conseguissem atrair os trabalhadores e que eles fossem participar dos protestos, pois aí a situação para a ditadura ia ser tremenda, e era isso que os estudantes queriam: levar os trabalhadores para a rua. Então, por isso a ditadura começou a tratar os estudantes como alvos, mas sempre adotando políticas de repressão, como também políticas de integração e de acomodação. Por exemplo, no movimento estudantil, a ditadura interferiu criando leis que eram mais restritivas, a ditadura proibiu a UNE, entretanto, não proibiu o movimento estudantil. Ela deu uma alternativa ao editar a lei que definia o formado dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE), como um organismo estudantil de cada universidade, e criou isso para que o movimento estudantil tivesse um local para atuar. No entanto, ao mesmo tempo era um local mais visível para a ditadura e mais fácil de se controlar. Então, os projetos da ditadura sempre tiveram essas duas faces, de repressão como também de abrir espaço para participações. Nesse sentido a ditadura no Brasil foi muito sagaz.

Revista Espacialidades: O Estado, a princípio, iniciou a operação “limpeza” que objetivava retirar das universidades, através de medidas autoritárias, quaisquer

influências de esquerda através de prisões de estudantes e professores que compactuavam dessas ideias. No entanto, o número de estudantes presos foi bem maior que o de professores principalmente pelo fato dos valores comunistas serem mais atraentes para os discentes universitários. Suas entidades sofreram intervenção em todo o país, o governo nomeou estudantes alinhados à nova ordem para fazer a “limpeza” de órgãos estudantis. Quais foram os principais atos de repressão nesse contexto?

Rodrigo Motta: Bom, entre os principais atos de repressão, pode-se citar a exclusão de professores mais da esquerda ou a tentativa de aterrorizá-los e de anulá-los através da prisão, por exemplo. Em 1964, eles prenderam muita gente que não foi expulsa da universidade imediatamente, então isso era uma forma de tentar amedrontar para evitar que essas pessoas fossem muito ativas. Outra forma de anular a militância de esquerda dos estudantes foi proibir e restringir mais a atuação dos partidos de esquerda, aumentando a vigilância sobre esses movimentos. Outra coisa foi o fechamento da UNE e das UEEs, as Uniões Estudais de Estudantes, como uma forma de restringir a participação mais engajada dos militantes estudantes. Além desse outro aspecto que falei, de abrir espaços para a participação estudantil, mas de modo controlado pela ditadura, outro exemplo foi o projeto RONDON, que foi idealizado entre 1966 e 1967. O fundamento político do projeto era que os estudantes estavam se radicalizando, e que seria inteligente se o estado brasileiro oferecesse a eles um caminho de atuação que os aproximasse da linha nacionalista da ditadura. Esse projeto foi pensado pelos militares e professores, em um encontro realizado na atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Então, o RONDON foi uma estratégia política para afastar os estudantes da esquerda. Portanto, a ditadura tentou criar meios de afastar os estudantes da esquerda, tanto por repressão como por estratégias de sedução.

Revista Espacialidades: No livro, “As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária”, o senhor aborda minuciosamente as relações complexas entre as universidades brasileiras e o regime militar. Nesse sentido, compreendemos que os espaços públicos e privados de uma sociedade abrangem aspectos complexos, em relação a conjuntura que rege os parâmetros de um sistema normativo e simbólico. No contexto do golpe civil-militar em 1964, qual foi o papel da

imprensa e das universidades como espaços de intervenção social na ditadura civil-militar?

Rodrigo Motta: No geral, tanto a imprensa quanto as universidades apoiaram o golpe, principalmente a imprensa, pois quase cem por cento dela esteve ao lado do golpe. Nas universidades, pelo que se sabe, a maioria da liderança acadêmica, professores, dirigentes e grandes líderes de grupos de pesquisa também apoiaram a ditadura, com algumas exceções. No entanto, como falei antes, com o movimento estudantil foi diferente, a maioria dos líderes do movimento estudantil foi contra a ditadura. Os professores, naquela época, em média eram mais conservadores do que foram depois, então as universidades eram muito conservadoras, o que impedia professores de esquerda de entrarem nas universidades. Há o exemplo famoso de Caio Prado Júnior, um dos melhores historiadores do Brasil, e não conseguiu entrar na Universidade de São Paulo (USP). Prado Júnior tentou entrar uma vez e não conseguiu, consta que durante a ditadura os militares armaram estratégias para que ele não fosse aprovado, porque é certo que havia gente que queria que ele entrasse para USP, ainda no final dos anos 1960, na vaga inclusive do Sérgio Buarque de Holanda. Então, no começo da ditadura, a liderança universitária estava muito mais a favor da ditadura, o que é interessante para relativizarmos a ideia de que as universidades resistiram à ditadura, pois uma parte delas a apoiaram. No livro, eu aponto que a ditadura recrutou muitos professores para trabalhar em cargos chave como ministros e assessores. E a imprensa muito mais ainda, apesar de que com o passar dos anos tanto a imprensa como a elite universitária tenderam a se afastar da ditadura. Então, uma coisa é você apoiar um golpe para tirar do poder um governo de esquerda, outra coisa é apoiar uma ditadura no lugar disso. Muita gente que apoiou o golpe de 1964 não queria necessariamente uma ditadura, e muito menos uma ditadura duradoura. No caso da imprensa, um exemplo interessante é *O Estado de São Paulo*, que continua sendo um jornal muito conservador. A visão do Estadão em 1964 era o ideal de ter uma ditadura curta e aguda, que durasse cerca de dois a quatro anos e depois se restabelessem as instituições liberal-democráticas. Como a ditadura não fez isso, a família proprietária do Estadão tendeu a se afastar da ditadura e começou a entrar em choque, pois a imprensa não gosta de censura e a ela foi se instaurado até começar a

incomodar. Se a censura fosse apenas contra as publicações de esquerda, eles não se incomodariam tanto. Mas, foram atingidos também, então a própria imprensa vai se afastando da ditadura. E as universidades se afastaram também, pelo aspecto do autoritarismo. No entanto, o projeto universitário da ditadura acabou sendo muito sedutor ao mesmo tempo, pois com o aumento dos investimentos, a carreira universitária passou a ser atraente para muitas pessoas, que antes não a teriam seguido. O salário de professor aumentou muito, a pessoa teria oportunidade de pesquisa e de fato ter uma carreira acadêmica e científica. Então, muitos cientistas e intelectuais acadêmicos ficavam numa situação ambígua, porque eles gostavam da política universitária nesse aspecto, mas não gostavam do aspecto autoritário. Fato que gerou situações curiosas de um professor que era filosoficamente de esquerda, que não gostava da repressão da ditadura, mas que podia em alguns casos aceitar o cargo de assessoria acadêmica, de presidência de fundação de pesquisa ou de diretor de unidade acadêmica, e aceitavam isso em nome do desenvolvimento do Brasil, do desenvolvimento da universidade e da pesquisa, sem se sentirem ideologicamente fiéis à ditadura. Aconteceram vários casos assim em diferentes áreas, então, as universidades de um lado se afastaram da ditadura, mas de outro não se afastaram tanto assim, porque a ditadura para as universidades foi muito modernizadora e abriu muitas oportunidades de trabalho, de pesquisa, de carreira e pós-graduação. Então, com isso a ditadura reduziu a tensão nos meios universitários, porém, ainda assim a resistência continuou. No final da década de 70, o movimento estudantil, especialmente depois de 1977, se tornou mais ativo e agressivo, e isso se juntou com a crise econômica e a perda de investimentos, inclusive nas universidades, então, o poder de sedução da ditadura caiu muito. No final dos anos 70, a maioria da comunidade universitária estava unida contra a ditadura, e no início dos 80, começaram as grandes greves de professores, ainda durante a ditadura. Eram greves salariais, pois os salários começaram a cair muito, e aumentou muito a irritação na universidade. Contaram-me numa entrevista que fiz para o livro, que um professor titular, último nível de carreira universitária, nos anos 70 ganhava igual a um juiz de primeira instância. Se fosse hoje, significaria que teríamos um aumento de cinquenta ou sessenta por cento, o que mostra também que o judiciário continua recebendo no topo e a carreira acadêmica foi sendo rebaixada. Outro professor me disse

que, na época, com um ou dois salários se conseguia comprar um carro zero, dava para comprar um “fusquinha” novo. Então, na época de ouro da ditadura, os salários nas universidades eram bons, mas com a crise econômica dos anos 70 e 80 e junto com a demanda por democracia e a crítica à ditadura, isso gerou um aumento dos protestos nas universidades contra a ditadura.

Revista Espacialidades: Recentemente o senhor têm desenvolvido projetos que analisam a relação entre a imprensa e a ditadura não somente no Brasil, mas também na Argentina, através das representações políticas construídas pelo *Clarín* e pelo *O Estado de São Paulo*. Quais as principais semelhanças e diferenças nas representações que estes dois jornais fazem no que concerne às repressões infringidas às esquerdas e à legitimação das ditaduras nestes dois países?

Rodrigo Motta: Essa é a minha pesquisa atual, inclusive eu fiquei na Argentina uma semana, na segunda metade do mês de abril, pesquisando o jornal *Clarín*. Não sei se essa pesquisa vai continuar, por causa das verbas que estão sendo cortadas. Não sei se ela vai ter continuidade, mas foi muito interessante esse período que eu passei na Biblioteca Nacional da Argentina, coletando matérias do *Clarín*. Comparação é muito fascinante, pois, se de um lado você começa a entender melhor a história do outro e se surpreende com algumas coisas, de outro lado você se surpreende na comparação do outro com seu próprio país. Estou numa fase inicial da pesquisa, então, não tem resultados ainda, mas pretendo escrever um artigo no final do ano. Estou atento exatamente a esse tema que vocês mencionaram na pergunta, as maneiras como cada jornal representava a ditadura. No aspecto da representação da esquerda armada como adversária e inimiga é muito parecido, os dois jornais repudiam a esquerda armada. No caso do *Clarín*, no começo ele estava perfeitamente de acordo com a matança, o jornal se referia aos mortos da ditadura da seguinte maneira: “dois delinquentes foram abatidos”; “mataram dez extremistas”. Então, a linguagem do *Clarín* era perfeitamente de acordo com a linguagem do governo. Assim, sem nenhum distanciamento, reproduzia uma visão de que era necessário reprimir a esquerda armada na Argentina, e parece que muita gente lá concordava, para além do jornal. As pesquisas indicam que tinha um percentual elevado de pessoas na Argentina que concordava com isso e que queria pacificar o país e acabar com a esquerda armada, pois se sentiam inseguros com as ações dela. A esquerda armada na Argentina foi muito

mais intensa do que no Brasil, não tem comparação. O jornal Clarín potencializava as ações da esquerda armada e ajudava a criar o clima de terror, por exemplo, quando mataram um general do exército argentino – isso não tem precedente no Brasil. Foi colocada uma bomba na casa dele, debaixo da cama, por uma moça de dezoito anos que fez amizade com a filha do general para entrar e explodir a casa dele. Já tinha começado a ditadura, e o Clarín deu uma repercussão dramática com vários dias de cobertura, criando uma sensação de violência da esquerda armada, de como ela era poderosa e assustadora. Têm vários outros casos assim, colocaram uma bomba no refeitório da polícia de Buenos Aires, que matou mais de uma dezena de agentes. Então, o jornal fazia uma cobertura que aguçava o medo das pessoas em relação à esquerda e confirmava as ações repressivas do Estado. No caso do jornal Estadão é muito parecido, com a diferença de que essa violência política no Brasil era em menor escala, tanto a do Estado quanto a da esquerda. O conflito era menor no Brasil, não tem como questionar isso, eu fazendo a leitura do jornal percebo que isso é óbvio. Inclusive, me surpreendi ao ler que após um ano de ditadura, em que mataram milhares de quadros da esquerda, os montoneros ainda conseguiram botar uma bomba em comando da Marinha. Mas, outra coisa que me chamou a atenção e que quero explorar mais foi que fiquei com a sensação de que a censura da imprensa na Argentina foi muito menor, porque o Clarín publicava coisas que no Brasil não seriam autorizadas, por exemplo, eles publicavam quando os jornalistas eram presos pelo governo. Tem um caso famoso de um jornalista chamado Jacob Tiberman, que era dono de um dos principais jornais, e quando foi preso, o Clarín publicou detalhes da sua prisão e de seu assessor que foi junto com ele. Isso me impressionou, porque no Brasil não deixavam. Aqui, a censura era tão intensa que não deixava publicar certas coisas sobre o Papa, por exemplo. Não deixavam publicar nada sobre o Dom Helder Câmara, imagina publicar sobre a prisão de uma figura importante do mundo jornalístico. Além desse, tem outros casos que me dão a sensação de que a censura no Brasil foi mais intensa. Então, tem essa discussão de que a ditadura matou menos no Brasil, mas, no caso da censura, parece que censurou mais e foi mais controladora do que na Argentina, inclusive porque na Argentina o aparato de censura era muito mais simples do que no Brasil. O Brasil criou uma divisão de censura na Polícia Federal, responsável pelo controle

da imprensa, já a Argentina não teve órgão de igual tamanho. Aliás, eu orientei uma tese de doutorado, recentemente, da Ana Marília Menezes, cujos resultados, de maneira geral, mostram como a censura no Brasil foi mais organizada, burocratizada e ampla do que na Argentina. Lá foi mais incipiente e teve uma participação maior da Igreja junto com funcionários públicos, enquanto aqui foi mais estatal. Então, como disse, essa pesquisa com os jornais está começando e eu comentei apenas algumas impressões gerais, ainda por aprofundar.

Revista Espacialidades: Para finalizar a entrevista, gostaríamos que o senhor comentasse um pouco os recentes episódios que trazem à tona a discussão do anticomunismo no Brasil e sobre a força desse fenômeno, bem como as semelhanças desse discurso com o recente antipetismo, para a compreensão de como a conjuntura atual pode nos ajudar a entender o contexto de 1964, como o senhor aponta em recente artigo publicado no livro “Pensar as direitas na América Latina”.

Rodrigo Motta: Pois é, nesse artigo eu tento perceber os pontos em comum entre o anticomunismo e o antipetismo, porque na verdade, o discurso anticomunista de hoje quase se confunde com antipetismo, já que ambos são muito voltados contra o PT, apesar de ele não ser um partido comunista (e ter tido muitos conflitos com os comunistas nos anos 1980). Mas, o anticomunismo verbalizado atualmente é muito contrário ao PT, porque a ideia era anular o PT no período eleitoral e impedir a candidatura do Lula. Nesse capítulo de livro que vocês mencionaram, eu cito um dos ideólogos de direita de hoje que fala que o petismo é a última encarnação do comunismo, inclusive ele usa a expressão “comunopetismo” para promover essa junção, como se o PT fosse uma nova forma de comunismo. Isso é muito irônico se pensarmos na origem do PT ao brigar com partidos comunistas para tentar hegemonizar a esquerda. O PT dos anos 70 e 80 criticava muito a tradição comunista. É engraçado hoje ver a direita achar que o PT é uma forma de comunismo. Mas, isso é uma estratégia, aproveitar a tradição anticomunista que foi muito forte, porém, que ao longo do tempo foi se apagando e restando apenas as cinzas, as quais a direita assoprou, recentemente, para reacender, atizar esse fogo novamente e conectar às visões antigas do comunismo como mal demoníaco, associado à União Soviética, Cuba, à ideia das matanças, àquelas cifras de que o comunismo matou cem ou duzentos milhões, que a gente não sabe como se chega a essas

contas. Enfim, conectaram essas imagens do anticomunismo tradicional ao PT. O que tem a ver o PT com as mortes da União Soviética, com o Stalin? É apenas um discurso estratégico para tentar desconstruir o PT e colocá-lo como uma grande ameaça ao país. Então, esse anticomunismo de hoje foi insuflado por partidos contrários ao PT para derrotar a esquerda do poder. Outra estratégia foi ativar o tema da corrupção, concentrando muito a corrupção no PT, como se ele tivesse inventado a corrupção ou como se fosse o governo mais corrupto da história. Uma construção parecida ao que vimos em contextos anteriores, em que às vezes os dois pontos se encontram e são paralelos, o tema da corrupção e o anticomunismo. Acho que, sobretudo, esse tema do anticomunismo hoje reacendeu e fez uma releitura dessa tradição, se apropriando de temas antigos e reciclando. Por exemplo, a questão religiosa, se no começo do século XX o maior foco era o católico, hoje os maiores grupos são os evangélicos. Do ponto de vista moral, no começo do século XX, houve o tema da ameaça comunista à moral da família, através do tema do divórcio e do aborto, hoje continua sendo o aborto, porém não mais o divórcio, e sim o comportamento “desviante” da comunidade LGBT. Esses discursos tem a mesma base, que é readaptada e reconstruída. A ameaça externa que outrora era a União Soviética, hoje passou a ser a Venezuela, por exemplo, o que é bem risível, tendo em vista que a União Soviética era uma potência militar, já a Venezuela não poderia ameaçar militarmente o Brasil. Então, essa tradição anticomunista é recriada para ajudar na construção do discurso da direita de hoje, que se viabilizou eleitoralmente e ajudou a desestabilizar o governo da Dilma. Teve um papel importante, que é difícil mensurar em termos estatísticos, mas, segundo algumas pesquisas de opinião, pode-se dizer que o antipetismo ocupou uma faixa de 20 a 30 por cento da população, no período eleitoral. Votaram por ojeriza ao PT, não exatamente por ser a favor de alguma coisa específica. Então, o antipetismo de hoje parece-se muito com o anticomunismo, como quase uma continuação, apesar do caso atual ser mais manipulado que o antigo, porque na época do anticomunismo tradicional, pelo menos havia comunismo, mesmo que com presença mais fraca no Brasil, mas no mundo havia. Hoje em dia não há mais comunismo de fato, não dá para dizer nem que a China é comunista, convenhamos, a China talvez seja uma forma de capitalismo de estado, mas não é socialista no sentido de que ela foi nos anos 50

e 60. Então, falar de ameaça comunista hoje é muito mais farsesco do que foi em períodos anteriores, de modo que é um pouco assustador ver que esse discurso teve eficácia e convenceu tanta gente. Espero que essa farsa se desmascare. A questão não é negar o direito das pessoas serem de direita e não gostarem de comunismo e socialismo, isso é um direito político de cada um. O que se questiona é que muitas dessas pessoas que não gostam do comunismo estão temendo a um fantasma. Pois o PT não é um partido comunista, o PT fez algumas reformas sociais muito moderadas e em perfeito acordo com a manutenção do sistema capitalista. Então, é isso que se critica, essa manipulação que enganou pessoas de boa fé, levando-as a combater um fantasma, gerando uma repercussão política terrível para o Brasil.

APRESENTAÇÃO DAS FONTES

O historiador se baseia em fontes que abordam determinadas épocas, que tem por objetivo estudar e compreender o universo da mesma, assim, cada fonte pode nos trazer informações sobre determinados sujeitos e períodos. Desta forma, entendemos que as fontes são importantes para o desenvolvimento de novos trabalhos. É nesse sentido, que o volume 15, n° 1 da Revista Espacialidades, apresenta a terceira parte do corpo documental referente à história da escravidão no Ceará. Tais fontes são documentos ligados à compra e venda de escravos no estado, ao longo do século XIX, entre os anos de 1843 a 1879. O intuito maior é promover a divulgação desse material, de modo que possa colaborar com pesquisas em andamento ou pesquisas futuras.

Livro	357	Fls e nº da escritura: 33 v a 34 f/ Escritura
Natureza do registro	(escritura de compra e venda) ESC. VENDA	
Data do registro	28/07/1871	
Local	Fortaleza	
	Nome do escravo: Agustinha	
	Nome do vendedor/ procurador (quando houver): Major João Severiano Ribeiro	
	Nome do comprador/ procurador (quando houver): D ^f . Constantino José da Silva	
	Quantia paga pelo escravo: 1:000\$000	
	(transcrição integral do cabeçalho) Escritura de venda de uma escrava de nome Agustinha que ao D^f. Constantino José da Silva Braga faz o Major João Severiano Ribeiro, pela quantia de 1:000\$000 rs.	
Dados dos integrantes do registro.	Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras). Morador e Empregado Público de Fortaleza	
	Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras). Morador em Soures da Província do Ceará	
Características do Escravo	((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra). Preta, 17 annos, solteira, sem officio, sem filhos e natural da freguezia desta cidade	

Matrícula do Escravo	<i>Não há</i>	
Assinaturas	<i>Testemunhas.</i> <i>Veriato Ferreira Barreto e Miguel Francisco Bastos</i>	
Tabelião	JOAQUIM FEIJÓ DE MELLO	
Valor do Sello	<i>(Em Réis)</i> 1.000	
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis	
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i> Escritura sem efeito.	
Preenchido por: Paulo Italo Moreira		dia / /
Livro	357	Fls nº: 34f a 34 v / nº da ESC61
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	29 de Julho de 1871	
Local	Fortaleza	
	<i>Nome do escravo: Pedro</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i> Manoel José Salgado Couto	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver):</i> Jose Antonio Fernandes de Carvalho	
	<i>Quantia paga pelo escravo: 1:000\$000</i>	
	<i>(transcrição integral do cabeçalho)</i> <i>Escritura de venda de um escravo de nome Pedro que á Jose Antonio Fernandes de Carvalho faz Manoel José Salgado Couto pela quantia de 1:000\$000 rs., como abaixo se declara</i>	
Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Proprietário e morador de Fortaleza</i>	
	<i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Morador no termo de Imperatriz</i>	
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Pardo, solteiro, 40 anos, pedreiro, natural da província do Ceará	

Matrícula do Escravo	<i>Não há.</i>	
Assinaturas	<i>Testemunhas.</i> <i>Viriato Pereira Barreto e Trajano Delfino Barroso</i>	
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello	
Valor do Sello	<i>(Em Réis)</i> 1.000 réis	
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis	
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i>	
Preenchido por:	Sergiano A. Silva	Dia / /
Livro	357	Fls nº da escritura: 34 v / nº da ESC 62
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	4 de agosto de 1871	
Local	Fortaleza	
	<i>Nome do escravo: Josefa</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i> D. Joanna Juvenal de Castro	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver):</i> DR. Constatino José da Silva Braga	
	<i>Quantia paga pelo escravo: 1:200\$000</i>	
	<i>(transcrição integral do cabeçalho)</i> <i>Escritura de venda de uma escrava de nome Josefa que ao D^r. Constantino Jose da Silva Braga faz D. Joanna Juvenal de Castro, pela quantia de um conto e duzentos mil reis, como abaixo se declara.</i>	
Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Proprietária e Moradora de fortaleza</i>	
	<i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Morador em Soures da província do Pará, Juis de Direito. Representado pelo negociante Jose Luís de Sousa.</i>	
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Preta, desesete annos, solteira , sem officio e natural do Maranhão.	

Matrícula do Escravo		
Assinaturas	<i>Testemunhas.</i> <i>Veriato Pereira Barreto. Domingos Martins de Castro</i>	
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello	
Valor do Sello	<i>(Em Réis)</i>	
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis	
Informações Adicionais	<p><i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i></p> <p>A escritura foi redigida na casa da vendedora. Haviam dois selos que foram retirados</p>	
Preenchido por:	Sergiano A. Silva	Dia / /
Livro	357	Fls nº da escritura: 35 f / 63
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	Agosto 1871	
Local	Fortaleza	
	<i>Nome do escravo: Guiterca</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i> Jacob Cahm	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver):</i> Manuel Félix do Nascimento	
	<i>Quantia paga pelo escravo: 1:000\$000</i>	
	<i>(transcrição integral do cabeçalho)</i> <i>Escritura de venda que faz Jacob Cahm de uma escrava de nome Guiteria á Manuel Félix do Nascimento, pela quantia de 1:000\$000 rs., como abaixo se declara.</i>	
Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Negociante e morador de Fortaleza</i>	
	<i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Negociante e morador de Fortaleza</i>	
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Parda, 19 annos, solteira, sem officio e natural de Quixeramobim.	
Matrícula do Escravo	<i>Não há.</i>	

Assinaturas	Testemunhas. Veriato Pereira Barreto. Leopoldo Leonel de Alencar	
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello	
Valor do Sello	(Em Réis) 1.000 réis	
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis	
Informações Adicionais	<p>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</p> <p>- A especificação do dia estava em branco havia apenas um espaço - A escrava não estava sujeita à matrícula em Fortaleza, mas já matriculada em Quixeramobim com a taxa paga.</p>	
Preenchido por:	Sergiano A. Silva	Dia / /
Livro	357	Fls nº da escritura: 35 f a 36 f / nº da ESC 64
Natureza do registro	(escritura de compra e venda)	
Data do registro	9 de Agosto de 1871	
Local	Fortaleza	
	Nome do escravo: José e Maria e suas filhas Maria e Francisca	
	Nome do vendedor/ procurador (quando houver): Joaquim Jose da Cruz Saldanha / Antonio Nunes Teixeira de Mello	
	Nome do comprador/ procurador (quando houver): Francisco Bizerra da Rocha Moraes	
	Quantia paga pelo escravo: 2:500\$000.	
	(transcrição integral do cabeçalho) Escritura de venda dos escravos de nomes Jose e Maria e seus filhos Maria e Francisca, que á Francisco Bizerra da Rocha Moraes faz Joaquim Jose da Cruz Saldanha por seu procurador Antonio Nunes Teixeira de Mello, pela quantia 2:500\$000.	
Dados dos integrantes do registro.	Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras): Negociante e morador de Canindé	
	Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras): Proprietário e morador em Soures na província do Pará	
Características do Escravo	((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra). Jose: preto, 45 annos de idade, casado, sem officio, natural do Ceará. Maria: Parda, 28 annos de idade, cozinhadeira e engommadeira, natural do Ceará	

	Maria (filha): 9 anos, parda, natural do Ceará Francisca (filha): dois anos de idade, parda, natural do Ceará.	
Matrícula do Escravo		
Assinaturas	Testemunhas. Viriato Ferreira Barreto. José Maria de Moraes	
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello	
Valor do Sello	(Em Réis) três mil réis	
Imposto (Tesouraria)	Cento e vinte mil réis	
Informações Adicionais	Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia). - Não estão sujeitos à matrícula por serem empregados na lavoura	
Preenchido por: Sergiano A. Silva	Dia / /	
Livro	357	Fls nº da escritura: 36 f a 36 v / nº da ESC 65
Natureza do registro	(escritura de compra e venda)	
Data do registro	9 de Agosto de 1871	
Local	Fortaleza	
	Nome do escravo: Paulina	
	Nome do vendedor/ procurador (quando houver): Francisco Antonio Manjo	
	Nome do comprador/ procurador (quando houver): Manoel Antonio da Rocha Junior	
	Quantia paga pelo escravo: 750\$000 (transcrição integral do cabeçalho) Escritura de venda de uma escrava de nome Paulina que a Manoel Antonio da Rocha Junior, faz Francisco Antonio Manjo, pela quantia de 750\$000 rs., como abaixo se declara.	
Dados dos integrantes do registro.	Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras): Agricultor e morador no termo de Maraguape	
	Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras): Negociante, morador de Fortaleza	
Características do Escravo	((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, ofício, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra). Parda, 24 anos, solteira, sem ofício, natural do Ceará	
Matrícula do Escravo	Não há matrícula.	
Assinaturas	Testemunhas: Silverio Martins da Cunha e José Samico	

Tabelião	Joaquim Feijóde Mello	
Valor do Sello	<i>(Em Réis) 800 réis</i>	
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis	
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i> Não sujeita à matrícula por ser empregada na lavoura.	
Preenchido por:	Sergiano A. Silva	Dia / /
Livro	357	Fls n ° da escritura: 36v a 37 f/ Eescritura 66
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	17 de agosto de 1871	
Local	Fortaleza	
	<i>Nome do escravo: Maria</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver): José Joaquim da Paz/ Francisco Coelho da Fonseca</i>	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver): Vicente Acéto</i>	
	<i>Quantia paga pelo escravo:1:000\$000</i>	
	<i>(transcrição integral do cabeçalho) Escritura de venda de uma escrava de nome Maria que á Vicente Acéto faz Jose Joaquim da Paz por seu procurador Francisco Coelho da Fonseca, pela quantia 1:000\$000 rs., como abaixo se declara.</i>	
Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras): Morador e negociante no termo da Villa de Maria Pereira</i>	
	<i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras): Negociante, morador em Maranguape</i>	
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Preta, 18 annos, solteira, sem officio, natural da <i>Villa de Maria Pereira</i>	
Matrícula do Escravo	<i>Não há.</i>	
Assinaturas	<i>Testemunhas: Veriato Pereira Barreto e Henrique Coelho da Fonseca</i>	
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello	
Valor do Sello	<i>(Em Réis) 1.000 réis</i>	

Imposto (Tesouraria)	30 mil réis	
Informações Adicionais	<p><i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i></p> <p>- A procuração diz ser o vendedor morador de Pedra :Branca e a escrava de Mombaça</p> <p>Procuração em 29 de maio de 1871 em Fortaleza</p>	
Preenchido por: Sergiano A. Silva		Dia / /
Livro	357	Fls nº: 67 - 37 f a 37v
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	19 de agosto de 1871	
Local	Fortaleza	
	<i>Nome do escravo: Florencia</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver): Antonio Severino Vasconcelos & Irmão</i>	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver): D. Maria de Vasconcellos e D. Isabel Vasconcellos</i>	
	<i>Quantia paga pelo escravo:</i>	
	<i>(transcrição integral do cabeçalho)</i> <i>Escritura de venda de uma escrava de nome Florencia que á D. Maria de Vasconcellos e D. Isabel Vasconcelos fazem Antonio Severino Vasconcellos & Irmão, pela q^{ta} de oitocentos mil reis.</i>	
Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras): Negociantes e moradores de Fortaleza</i>	
	<i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras): Moradoras de Fortaleza</i>	
Características do Escravo	<p><i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i></p> <p>Parda, 14 annos, solteira, sem officio e natural da Freguezia de Missão Nova</p>	
Matrícula do Escravo	<i>Não há</i>	
Assinaturas	<i>Testemunhas: Veriato Pereira Barreto e Joaquim Soares Carneiro</i>	
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello	
Valor do Sello	<i>(Em Réis)</i> 800 réis	
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis	

Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i> -Livre de matrícula: a escrava mora fora da cidade e é empregada na lavoura	
Preenchido por: Sergiano A. Silva		Dia / /
Livro	357	Fls nº da escritura: 68 - Fls 37v a 38 f
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	23 de agosto de 1871	
Local	Fortaleza	
	<i>Nome do escravo: Maria</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i> Pedro de Araujo Chaves/ Tenente Antonio Gonçalves da Justa	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver):</i> Dr. Constantino José da Silva Braga	
	<i>Quantia paga pelo escravo: 700\$000</i>	
	<i>(transcrição integral do cabeçalho)</i> <i>Escritura de venda de uma escravinha de nome Maria que ao D^r Constantino Jose da Silva Braga faz Pedro de Araujo Chaves por seu procurador o Tenente Antonio Gonçalves da Justa, pela quantia de setecentos mil reis, como abaixo se declara.</i>	
Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras):</i> <i>Morador no termo de Inhamuns/ Negociante nesta praça</i>	
	<i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras):</i> <i>Morador em Soures na província do Pará e Juis de Direito</i>	
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Preta, 10 annos , natural de São João do Príncipe	
Matrícula do Escravo	<i>Não há.</i>	
Assinaturas	<i>Testemunhas:</i> <i>Veriato Pereira Barreto e Luís Rodrigues Samico Sobrinho</i>	
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello	
Valor do Sello	<i>(Em Réis) 800 réis</i>	
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis	

Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i> O comprador foi representado pelo negociante José Luís de Souza	
Preenchido por: Sergiano A.Silva		Dia / /
Livro	357	Fls nº da escritura: 69 - 38 f a 38 v
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	24 de agosto de 1871	
Local	Fortaleza	
	Nome do escravo: Maria	
	Nome do vendedor/ procurador (quando houver): Joaquim José de Lima	
	Nome do comprador/ procurador (quando houver): José Eustaquio Vieira	
	Quantia paga pelo escravo: 450\$000 <i>(transcrição integral do cabeçalho)</i>	
	Escritura de venda de uma escrava de nome Maria, que a José Eustaquio Vieira faz Joaquim José de Lima pela quantia de 450\$000 rs, como abaixo se declara	
Dados dos integrantes do registro.	Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras): <i>Negociante e morador em Fortaleza</i>	
	Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras): <i>morador em Fortaleza</i>	
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, ofício, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Preta, trinta e dois anos, solteira, sem ofício e natural do Ceará	
Matrícula do Escravo	Não há.	
Assinaturas	Testemunhas: Veriato Ferreira Barreto e Franciso Gregório Pinto	
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello	
Valor do Sello	(Em Réis) 600 réis	
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis	
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i> - Não matriculada por morar fora da cidade e ser empregada na	

	lavoura.	
Preenchido por: Sergiano A. Silva	Dia / /	
Livro	357	Fls nº da escritura: 70 - 38v a 39 f
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	9 de setembro de 1871	
Local	Fortaleza	
	<i>Nome do escravo: Antonio</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i> Jose do Carmo Ferreira Chaves	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver):</i> Pedro da Silva Nava	
	<i>Quantia paga pelo escravo: 600\$000</i>	
	<i>(transcrição integral do cabeçalho)</i> <i>Escritura de venda de um escravinho de nome Antonio que á Pedro da Silva Nava faz Jose do Carmo Ferreira Chaves, pela quantia de 600\$000 rs. , como abaixo se declara</i>	
Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras):</i> Negociante e morador em fortaleza	
	<i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras):</i> Negociante e morador em fortaleza	
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Fulo, sete a oito annos de idade, natural da freguezia do Ipu	
Matrícula do Escravo	Não há	
Assinaturas	Testemunhas: Veriato Pereira Barreto e Antonio Ceryllo Freire	
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello	
Valor do Sello	<i>(Em Réis)</i> 600 réis	
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis	
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i>	
Preenchido por: Sergiano A. Silva	Dia / /	

Livro	357	Fls nº da escritura: 71 - 39 f a 39 v
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	14 de setembro de 1871	
Local	Fortaleza	
	Nome do escravo: Francisca	
	Nome do vendedor/ procurador (quando houver): Manoel Antonio da Rocha Junior e Irmao	
	Nome do comprador/ procurador (quando houver): D. Delmira Josefina de Vasconcellos / D. Amalia bella de Vasconcellos / D.Lina Josefa de Vasconcellos Filha	
	Quantia paga pelo escravo: 1:200\$000	
	(transcrição integral do cabeçalho) <i>Escritura de venda de uma escrava de nome Francisca que á D. Delmira Josefina de Vasconcellos, D. Lina Josefa de Vasconcellos F^a e D. Amalia Bella de Vasconcellos, fazem Manoel Antonio da Rocha Junior & Irmão, pela q^{ta} de 1:200\$000 rs., como abaixo se declara.</i>	
Dados dos integrantes do registro.	Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras): <i>Negociantes e residentes em Fortaleza</i>	
	Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras): <i>Residem em Fortaleza</i>	
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Parda, 22 annos , solteira, sem officio e natural desta provincia	
Matrícula do Escravo	Não há.	
Assinaturas	Testemunhas. <i>Veriato Ferreira Barreto e Manoel Roberto de Carvalho Guimarães</i>	
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello	
Valor do Sello	(Em Réis) 2000 reis	
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis	
Informações Adicionais	Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia). Os vendedores foram representados pelo sócio Francisco Joaquim da Rocha Procuração em 15 de Junho de 1871 em Assaré	
Preenchido por: Reginaldo Borges de Araujo		Dia 25/09/2008

Livro	357	Fls nº da escritura: 72 - 39v a 40 f
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	20 de setembro de 1871	
Local	Fortaleza	
	Nome do escravo: Luis	
	Nome do vendedor/ procurador (quando houver): Bento Pereira Mendes	
	Nome do comprador/ procurador (quando houver): Luís Lano	
	Quantia paga pelo escravo: 720\$000R	
	(transcrição integral do cabeçalho) <i>Escritura de venda de um escravinho de nome Luís que a Luís Lano faz Bento Pereira Mendes , pela quantia de 720\$000 rs., como abaixo se declara.</i>	
Dados dos integrantes do registro.	Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras): <i>Negociante e morador em Fortaleza</i>	
	Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras): <i>Negociante e morador em Fortaleza</i>	
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, ofício, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Cor fula, 12 annos, natural da freguezia do Icó	
Matrícula do Escravo	Não há	
Assinaturas	Testemunhas. <i>Viriato Ferreira Barreto e Manoel Roberto de Carvalho Guimarães</i>	
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello	
Valor do Sello	(Em Réis) 800 réis	
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis	
Informações Adicionais	Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).	
Preenchido por: Reginaldo Borges de Araujo		Dia / /
Livro	357	Fls nº da escritura: 73 - 40 f a 40 v
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	29 se setembro de 1871	

Local	Fortaleza	
	Nome do escravo: Maria	
	Nome do vendedor/ procurador (quando houver): Fernando de Araujo Junior/ Francisco da Silva Monteiro	
	Nome do comprador/ procurador (quando houver): Manoel da Silva Bomfim	
	Quantia paga pelo escravo: 600\$000	
	(transcrição integral do cabeçalho) Escritura de venda de uma escrava de nome Maria que a Manoel da S^a Bomfim faz Fernando de Araujo Junior, por si e como procurador de Francisco da Silva Monteiro, pela q^{ta} de 600\$000 rs.	
Dados dos integrantes do registro.	Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras): Proprietários e moradores do termo de Cascavel	
	Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras): Negociantes e moradores nesta mesma cidade	
Características do Escravo	((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra). Mulata, 16 annos , solteira, sem officio, sem filhos e natural da freguezia do Cascavel.	
Matrícula do Escravo	Não há.	
Assinaturas	Testemunhas. Veriato Ferreira Barreto e Manoel Roberto de Carvalho Guimarães	
Tabelião	Joaquim Feijó de Melo	
Valor do Sello	(Em Réis) 600 réis	
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis	
Informações Adicionais	Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia). Não há matrícula porque a escrava mora fora dos limites da cidade	
Preenchido por: Reginaldo Borges de Araujo		Dia 25/09/2008
Livro	357	Fls nº da escritura: 74 - 40 v a 41 v
Natureza do registro	(escritura de compra e venda)	
Data do registro	02 de outubro de 1871	
Local	Fortaleza	

	Nome do escravo: Ambrozio
	Nome do vendedor/ procurador (quando houver): D. Mariana de Moura Prisa/ Barão do Aquirás
	Nome do comprador/ procurador (quando houver): Jacob Cahm
	Quantia paga pelo escravo: 1 conto de réis <i>(transcrição integral do cabeçalho)</i> Escritura de venda de um escravo de nome Ambrozio que a Jacob Cahm faz D. Marianna de Moura Prisa, pela quantia de um conto de reis, como abaixo se declara
Dados dos integrantes do registro.	Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras): Proprietária e Moradora do termo de Maria Pereira Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras): Negociante e morador em Fortaleza
Características do Escravo	((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra). Preto, 22 annos , solteiro, sem officio e natural da freguezia de Maria Pereira
Matrícula do Escravo	Não há.
Assinaturas	Testemunhas. Veriato Ferreira Barreto e Manoel Roberto de Carvalho Guimarães
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello
Valor do Sello	(Em Réis) 1 mil réis
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis
Informações Adicionais	Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia). Procuração em 31 de agosto de 1871, na fazenda Umaratá(?), termo da Villa de Maria Pereira
Preenchido por: Reginaldo Borges de Araujo	Dia 28 /09 /2008

DITADURA E SEUS
ESPAÇOS DE REPRESSÃO

VOLUME 15. N.º1